

RELATÓRIO DE ATIVIDADES 2017





ACM

ÍNDICE

I. SUMÁRIO EXECUTIVO	6
1. Nota do Conselho Diretivo do Alto Comissariado para as Migrações, I.P.	7
2. Síntese dos principais resultados	10
2.1. Objetivos para 2017	10
2.2. Avaliação final em 2017	10
2.3. Atividades para 2018	11
2.4. Matriz de Coerência e Implcação	13
II. INICIATIVAS DO DOMÍNIO DAS MIGRAÇÕES	16
1. Plano Estratégico para as Migrações	17
2. Rede Nacional de Apoio à Integração de Migrantes	18
2.1. Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes	18
2.1.1. Atendimentos	19
2.1.2. Gabinetes de apoio de iniciativa do ACM, I.P.	21
2.1.3. Visitas internacionais	24
2.2. Linha de Apoio a Migrantes	26
2.3. Serviço de Tradução Telefónica	26
2.4. GAPLIM – Gabinete de Apoio às Políticas Locais de Integração de Migrantes	28
2.4.1. Atendimentos Rede CLAIM	29
2.4.2. Outras iniciativas	30
2.5. Acompanhamento, ligação e apoio ao regresso emigrante	30
3. Apoio ao Empreendedorismo Migrante	32
4. Programa Mentores para Migrantes	35
5. Aprendizagem da Língua Portuguesa	37
6. Apoio Técnico às Associações de Imigrantes	40
7. Conselho para as Migrações	44
8. Planos e Conselhos com os quais o ACM, I.P. colaborou	45
III. EDUCAÇÃO, FORMAÇÃO, MEDIAÇÃO E DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO	46
1. Educação Intercultural	47
2. Bolsa de Formadores	48
3. Carta Portuguesa para a Diversidade	49
4. Mediação Intercultural	50
5. Diálogo Inter-Religioso	51

IV. INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES CIGANAS	54
1. Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas	55
2. Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas	56
3. Programa Operacional de Promoção da Educação	56
4. Fundo de Apoio à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas	57
5. Observatório das Comunidades Ciganas	58
6. Outras iniciativas	59
V. ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DE PESSOAS REFUGIADAS	64
1. Acolhimento e Integração de Pessoas Refugiadas	65
VI. PROGRAMA ESCOLHAS	72
VII. PREVENÇÃO, PROIBIÇÃO E COMBATE À DISCRIMINAÇÃO E AO RACISMO	82
1. Nova Lei de Combate à Discriminação	83
2. Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial	84
3. Outras iniciativas	87
VIII. INFORMAR, COMUNICAR E SENSIBILIZAR	90
1. Materiais produzidos	91
2. Portais do ACM, I.P.	92
3. Promoção de eventos de sensibilização e publicitação	93
4. Observatório das Migrações	94
IX. RELAÇÕES INTERNACIONAIS	102
1. Redes e Projetos Internacionais	103
2. Comunicações em Conferências e Encontros Internacionais	104
3. Distinções	105
X. GESTÃO FINANCEIRA E ADMINISTRATIVA	106
1. Orçamento da ACM, I.P.	107
2. Recursos Humanos	110
3. Plano de Formação Interna e Externa	111

ABREVIATURAS E SIGLAS

- ACM, I.P.** – Alto Comissariado para as Migrações, Instituto Público
- ACT** – Autoridade para as Condições do Trabalho
- ANQEP** – Agência Nacional para a Qualificação e o Ensino Profissional
- ATA** – Associação de Turismo do Algarve
- CICDR** – Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial
- CLAIM** – Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes
- CNAIM** – Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes
- CONCIG** – Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas
- DGAE** – Direção-Geral da Administração Escolar
- DGE** – Direção-Geral da Educação
- DGE/ME** – Direção-Geral da Educação do Ministério da Educação
- DGES** – Direção-Geral do Ensino Superior
- DGEstE** – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares
- DRE** – Diário da República Eletrónico
- EFAF** – Equipa de Fundos e Apoio Financeiro
- ENICC** – Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas
- FAMI** – Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração
- FAPE** – Fundo de Apoio à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC)
- FEDER** – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
- GACI** – Gabinete de Apoio às Comunidades Ciganas
- GAEM** – Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante
- GAH** – Gabinete de Apoio à Habitação
- GAIC** – Gabinete de Apoio ao Imigrante Consumidor
- GAIPESQ** – Gabinete de Apoio à Inserção Profissional, Ensino Superior e Qualificação
- GAIR** – Gabinete de Apoio à Integração de Refugiados
- GAIS** – Gabinete de Apoio ao Imigrante Sobreendividado
- GAJ** – Gabinete de Apoio Jurídico
- GAJI** – Gabinete de Apoio Jurídico ao Imigrante
- GAPLIM** – Gabinete de Apoio às Políticas Locais de Integração de Migrantes
- GAQ** – Gabinete de Apoio à Qualificação
- GARE** – Gabinete de Apoio ao Regresso Emigrante
- GARF** – Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar
- GAS** – Gabinete de Apoio Social
- GASI** – Gabinete de Assuntos Sociais e Inclusão
- GAT** – Gabinete de Atendimento e Triagem

GATAI – Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes
GECI – Gabinete de Eventos, Comunicação e Informação
GT DIR – Grupo de Trabalho para o Diálogo Inter-religioso
IEFP – Instituto do Emprego e Formação Profissional
IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana
IMAD – Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade
IRS – Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares
ISS – Instituto da Segurança Social
NACI – Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas
NAIM – Núcleo de Apoio à Integração de Migrantes
NAIR – Núcleo de Apoio à Integração de Refugiados
NDI – Núcleo para o Diálogo Intercultural
NGARH – Núcleo de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos
NPM – Núcleo de Política Migratória
NRI – Núcleo de Relações Internacionais
ObCig – Observatório das Comunidades Ciganas
OE – Objetivos Estratégicos
OM – Observatório das Migrações
OO – Objetivos Operacionais
OPRE – Programa Operacional de Promoção da Educação
PAAC – Programa de Apoio ao Associativismo Cigano
PAAI – Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante
PE – Programa Escolhas
PEM – Plano Estratégico para as Migrações
PMII – Planos Municipais para a Integração de Imigrantes
PMIM – Planos Municipais para a Integração de Migrantes
PO ISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
PPT – Programa Português para Todos
QECR – Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas
QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização
RMAD – Rede de Municípios Amigos da Imigração e da Diversidade
RNAIM – Rede Nacional de Apoio à Integração de Migrantes
SEF – Serviço de Estrangeiros e Fronteiras
SNDC – Sistema Nacional de Defesa do Consumidor
STT – Serviço de Tradução Telefónica

The background is a solid teal color with several large, overlapping, organic shapes in a lighter shade of teal. These shapes resemble stylized leaves or petals, creating a sense of movement and depth. The shapes are arranged in a way that they seem to flow from the top left towards the bottom right.

I. **SUMÁRIO EXECUTIVO**

1. NOTA DO CONSELHO DIRETIVO DO ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.

Nos últimos anos, o ACM, I.P. tem percorrido um caminho de inovação na continuidade, adaptando-se às novas realidades, a partir dos ensinamentos que a experiência na área das migrações e das comunidades ciganas nos trouxe. Por isso, desde a sua implementação enquanto Instituto Público, e até ao presente, muitos passos foram dados, sem, no entanto, esquecer o seu foco, os seus públicos-alvo, internos e externos, num contexto de uma gestão pública otimizada.

O ano de 2017 ficou marcado pela muito boa execução dos dois instrumentos de política pública diretamente coordenados pelo ACM, I.P.: o Plano Estratégico para as Migrações e a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas. Estes dois instrumentos de orientação da nossa ação terminaram o ano com uma execução global de 94,1%.

Esse foco na nossa Missão tem permitido que, desde 2014, possamos encerrar ciclos avaliativos do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR) com um grau de concretização muito elevado, demonstrando a importância atribuída a este instrumento e o foco na sua prossecução. O ano de 2017 afigurou-se, assim, como um ano de continuidade deste padrão, considerando um balanço final que nos permite aferir uma execução, a 31 de dezembro de 2017, de 100% face aos indicadores do QUAR.

Com a consolidação da respetiva estrutura orgânica, fortemente impulsionada em 2017, o ACM, I.P. construiu uma equipa, agora mais sólida, que espelha as competências que lhe foram adstritas pela Lei e que lhe permitem cumprir o que esta dispõe. Essas competências foram acrescidas, em 2017, através de dois diplomas legais que vieram alargar a atuação do ACM, I.P.

Com a publicação da Lei n.º 27/2017, de 30 de maio, que aprova medidas para aplicação uniforme e execução prática do direito de livre circulação dos trabalhadores, novas competências foram atribuídas ao ACM, I.P. Este normativo aplica-se aos/às cidadãos/ãs da União Europeia e membros das suas famílias, no exercício da liberdade de circulação de trabalhadores, relativamente a aspetos como o emprego, condições de trabalho, benefícios sociais e fiscais, educação, saúde, entre outras.

É, igualmente, no quadro de reforço de competências do ACM, I.P., que este instituto passou a ser entidade pública a quem cabe garantir o funcionamento, a coordenação e os meios adequados, de modo a regular a atividade da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR). O ACM, I.P., com a entrada em vigor da Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto, e através da Comissão Permanente, viu ser reforçada a sua composição, atribuições e as suas capacidades no combate à discriminação racial. Pois, além de assegurar a sensibilização da opinião pública e de receber queixas, passou a deter competências para instruir e proferir decisões nos processos de contraordenação, incluindo a aplicação de coimas e sanções acessórias, promovendo as diligências de recolha de prova, competindo-lhe ainda coordenar os atos inspetivos que se afigurem necessários, atendendo ao caso em concreto.

Relativamente aos principais desenvolvimentos de 2017, destacamos os seguintes quinze resultados:

- 1** - Em 2017, foram efetuados, no total, 279.314 atendimentos nos CNAIM, tendo-se assistido a um aumento de 9% comparativamente ao ano anterior;
- 2** - Em 2017, a Rede CLAIM realizou um total de 73.624 atendimentos, apresentando assim um crescimento exponencial em relação aos últimos três anos, superior a 40% face a 2016;
- 3** - A Linha de Apoio a Migrantes atendeu um total de 56.534 chamadas, 39.730 das quais diretamente relacionadas com a Linha de Apoio a Migrantes, o que representa um aumento em 513 chamadas comparativamente ao ano anterior;
- 4** - Durante o ano de 2017 foram efetuadas 1.674 traduções através do Serviço de Tradução Telefónica. O árabe, com 952 traduções telefónicas, o chinês, com 202 traduções, e o russo, com 186 traduções telefónicas, foram os três idiomas mais solicitados;
- 5** - Aos mais de 400 cursos certificados de português, somou-se a Plataforma de Português Online (<https://pptonline.acm.gov.pt/>) que registou, até 31 de dezembro de 2017, um total de 4.810 utilizadores, de 150 nacionalidades;
- 6** - Em 2017, foi lançado o Programa Rede de Escolas para a Interculturalidade (REEI), que iniciou a sua atividade com dois encontros regionais e 100 escolas envolvidas;
- 7** - Manteve-se a atividade formativa do ACM, I.P., através da dinamização, por uma bolsa de formadores especializados, de ações de sensibilização que envolveram 2.231 participantes;
- 8** - Desde a sua assinatura, a Carta da Diversidade contou, até ao final de 2017, com 199 organizações signatárias;
- 9** - A 2.ª edição do Programa OPRE, para o ano letivo 2017/2018, fruto dos bons resultados da 1.ª edição, encontra-se a apoiar atualmente 32 estudantes ciganos (14 mulheres e 18 homens), provenientes de 22 concelhos do país. Também em 2017, e pela primeira vez, foi lançado um Programa de Apoio ao Associativismo Cigano;
- 10** - Portugal foi o sexto país mais comprometido com o programa de recolocação de pessoas refugiadas, acolhendo 1.681 indivíduos ao abrigo desse programa, acrescido do Acordo 1x1 EU-Turquia e de Menores Não-Acompanhados do Afeganistão, terminando o ano de 2017 com 50% das pessoas acolhidas, em idade ativa, integradas em emprego, formação ou ensino superior;
- 11** - Durante o ano de 2017, foram recebidas pela CICDR 179 queixas de alegadas práticas discriminatórias, verificando-se um aumento significativo por relação ao ano anterior, na ordem dos 50%, já que em 2016 foram sido registadas 119 queixas;
- 12** - Em 2017, segundo ano da 6.ª Geração do Programa Escolhas (PE), continuaram a ser implementados os 112 projetos que mobilizaram 53.407 participantes e atingiram, globalmente, uma taxa de sucesso escolar de 79%, tendo possibilitado, igualmente, a reintegração escolar, formativa e vocacional a 3.838;

13 - O Concurso de Ideias para Jovens “MUNDAR: Muda o Teu Mundo!”, promovido pelo Programa Escolhas e pela Fundação Calouste Gulbenkian, foi um dos vencedores nacionais dos Prémios Europeus de Promoção Empresarial do IAPMEI, na categoria de empreendedorismo responsável e inclusivo e ficou em 2.º lugar nesta categoria a nível europeu (Tallinn, 22-24 de novembro de 2017), entre mais de 300 candidatos/as de toda a Europa;

14 - Durante 2017, o ACM, I.P. recebeu a visita de 25 delegações internacionais para discutir a experiência nacional e analisar boas práticas;

15 - Em 2017, foram produzidas mais de 370 notícias para os portais do ACM, I.P., e do Programa Escolhas que alcançaram 824.655 visualizações e mais de 1.280 publicações para as respetivas páginas de Facebook, que atingiram cerca de 2 milhões e 290 mil utilizadores/as individuais.

Em 2018, o ACM, I.P. pretende consolidar a sua posição enquanto organismo público responsável na área das migrações, agindo de forma integrada, respeitando a continuidade dos trabalhos, inovando e dando respostas. Essa é Missão que nos move e cujos resultados estão plasmados neste relatório.

Num tempo em que, noutras longitudes, as matérias sob alçada do ACM, I.P. são contestadas e alvo de retrocessos em direitos fundamentais, é de louvar a forma como em Portugal estes temas são tratados. É no integral cumprimento dos direitos humanos, que continuamos a mostrar que a boa gestão das migrações e da diversidade é uma oportunidade, não um problema.

Pedro Calado



Alto-Comissário para as Migrações

Romualda Fernandes



Vogal do Conselho Diretivo

2. SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

2.1. Objetivos para 2017

Em 2017, para a prossecução das políticas públicas e cumprimento da missão adstrita ao ACM, I.P., foram definidos os seguintes Objetivos Estratégicos inscritos no QUAR:

- OE 1 – Assegurar serviços acessíveis, humanos, integrados, aliados dos/das migrantes e capazes de gerir a diversidade.
- OE 2 – Promover as políticas públicas de integração na área das migrações e das comunidades ciganas.
- OE 3 – Consolidar boas práticas no controlo de gestão, nas áreas dos recursos humanos, dos processos e dos procedimentos administrativos.

O OE 2 destacou-se dos restantes, enquanto objetivo estratégico que integra o Objetivo Operacional 2 (OO2) – Promover a Diversidade Cultural e, conseqüentemente, o indicador 3 que reflete a execução do Plano Estratégico para as Migrações e da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas. Estas representam as principais referências do ponto de vista da política pública para o cumprimento da agenda governativa na área das migrações e comunidades ciganas e contribuem diretamente para o Programa Orçamental 02 – Governação.

Os objetivos estratégicos descritos foram subdivididos em quatro objetivos operacionais que inscrevem um total de sete indicadores monitorizados em reuniões do Quadro de Avaliação e Responsabilização (QUAR), realizadas com uma periodicidade mensal, onde se reuniram os responsáveis das Unidades Orgânicas (UO) que, individualmente, contribuiram para a execução dos referidos indicadores e, conseqüentemente, para a concretização dos objetivos a que o organismo se propôs para o ano em referência.

2.2. Avaliação Final em 2017

O ACM, I.P. tem vindo, desde 2014, a encerrar ciclos avaliativos com um grau de concretização muito elevado, demonstrando a importância atribuída a este quadro de avaliação e o foco na sua prossecução. O ano de 2017 afigurou-se como um ano de continuidade deste padrão, considerando um balanço final que nos permite aferir uma execução, a 31 de dezembro de 2017, de 100% face aos indicadores do QUAR.

Como tal, o ano foi encerrado com uma execução de 100%, classificada nos termos do QUAR com uma menção de desempenho “Bom”, o que representa a classificação mais elevada a obter.

O indicador 1, inserido no OO1 – Aproximar o ACM dos/das seus/suas destinatários/as, apresentou, ao longo do ano, uma tendência de crescimento regular. A taxa de execução deste indicador foi de 90,8% face ao previsto, permitindo o encerramento do ano com uma realização plena, dado o resultado encontrar-se dentro do intervalo de tolerância estabelecido.

No âmbito do OO2 – Promover a diversidade cultural, no que concerne ao indicador 2, e considerando a sua evolução, o indicador apresentou uma execução global de 100,4%, ficando assim dentro dos limites previstos.

Quanto ao indicador 3, e sendo este uma das principais referências do ponto de vista da política pública para o cumprimento da agenda governativa na área das migrações e comunidades ciganas, foi preocupação do ACM, I.P., reunir todos os esforços para que a sua evolução ao nível dos resultados fosse minuciosamente acompanhada, por forma a garantir a concretização dos compromissos a que nos propusemos. Este foco permitiu que o ciclo fosse encerrado com uma execução situada nos 94,1%, ou seja, dentro dos limites estabelecidos.

Relativamente ao OO3 – Garantir a boa gestão e execução dos recursos, que inscreve os indicadores 4 e 5, quanto ao primeiro, e no cômputo geral, a execução foi linear pelo que encerra o ciclo com um valor fixado nos 100%.

Por sua vez, o indicador 5, cuja progressão se manteve estável ao longo do ano e dentro dos limites de tolerância estabelecidos, encerra o ciclo com uma execução de 104,1% ou seja, com uma classificação de “Superado”.

No que concerne ao Indicador 6 – Número de reclamações com fundamento da responsabilidade dos CNAIM, apresentadas no Livro Amarelo, o ano encerra com uma classificação de “Atingido”, apresentando uma execução de 100%. Com um considerável aumento do atendimento ao público verificou-se uma grande preocupação em manter um nível de excelência no mesmo.

O desempenho do indicador 7 foi linear ao longo de todo o ano, mantendo-se, a nível dos resultados, dentro das tolerâncias máximas e mínimas estabelecidas para o mesmo. A 31 de dezembro de 2017, o indicador apresentou uma execução de 92,8%.

2.3. Atividades para 2018

Em 2018, o ACM, I.P. pretende consolidar a sua posição enquanto organismo público na área das migrações, agindo de forma integrada, respeitando a continuidade dos trabalhos, inovando e dando respostas a todos os seus *stakeholders*.

Com a consolidação da respetiva estrutura orgânica, o ACM, I.P. construiu um Organograma, representado na figura infra, que espelha as competências que lhe foram adstritas pela Lei e que lhe permitem cumprir o que esta dispõe:

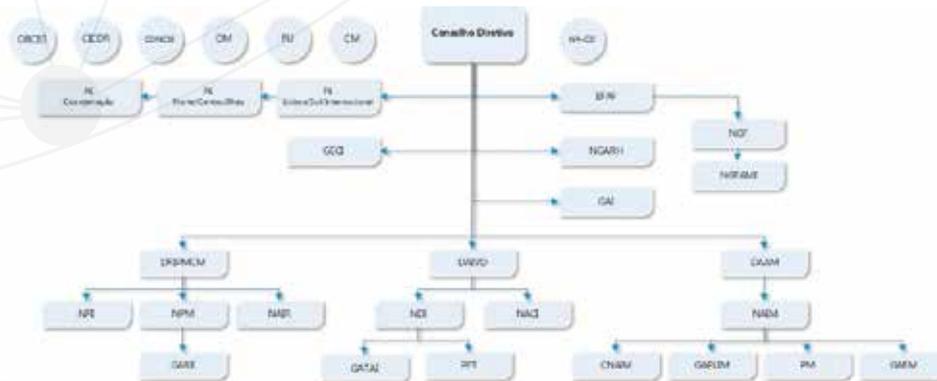


Figura 1 – Organograma ACM, I.P.

Cada uma destas Unidades Orgânicas com atividades bastante diferenciadas contribui para o cumprimento dos objetivos estratégicos e operacionais. No entanto, todos os anos, e atenta a conjuntura legal, social, económica, nacional e internacional, existem matérias que sobressaem em relação às outras, nomeadamente:

> A concretização do **Plano Estratégico para as Migrações**, enquanto um dos principais desafios para 2018, incidindo nos eixos prioritários e critérios de avaliação e monitorização da política migratória, bem como no elenco de medidas organizadas por eixos prioritários.

> Por seu turno, a **Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC)**, aprovada a 27 de março de 2013, RCM n.º 25/2013, que representa o principal referencial para a integração das comunidades ciganas no contexto nacional e que surge como um projeto relevante para a concretização dos objetivos do ACM, I.P., através do Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (CONCIG) e do Observatório das Comunidades Ciganas (ObCig), que desempenham um papel fundamental de apoio à execução do plano, no domínio da mobilização de atores-chave e de organizações da sociedade civil.

> Com a publicação da Lei n.º 27/2017, de 30 de maio, que aprova medidas para aplicação uniforme e execução prática do **direito de livre circulação dos trabalhadores**, novas competências foram atribuídas ao ACM, I.P. Este normativo aplica-se aos/as cidadãos/ãs da União Europeia e membros das suas famílias, no exercício da liberdade de circulação de trabalhadores, relativamente a aspetos como o emprego, condições de trabalho, benefícios sociais e fiscais, educação saúde, entre outras. Com efeito, cabe ao ACM, I.P. coordenar as entidades envolvidas na sua implementação:

- i. ACM, IEFP, ANQEP, ACT, ISS, ATA, DGES, IHRU, DGE, DGAE;
- ii. Assegurar o contacto com a Comissão Europeia;
- iii. Assegurar o contacto com as entidades equivalentes dos outros Estados Membros;
- iv. Promover a realização de inquéritos e análises independentes sobre restrições e entraves injustificados ao direito de livre circulação ou discriminação em razão da nacionalidade;
- v. Assegurar a publicação de relatórios independentes e formular recomendações sobre as matérias em causa e proceder à publicação de informações relevantes sobre a aplicação, em Portugal, das regras da UE em matéria de livre circulação.

• Com a entrada em vigor da Lei n.º 93/2017, publicada em 23 de agosto, que permitiu que passasse a estar estabelecido num único diploma, o regime da prevenção, da proibição e do combate a qualquer tipo de discriminação, ajustando as orientações mais recentes de política pública nacional, europeia e internacional, de forma a permitir um combate mais eficiente e efetivo ao fenómeno da discriminação.

Nesse sentido, é proposta uma primeira abordagem transversal, por via da consolidação de regras e articulação expressa entre diplomas, pelo alargamento do âmbito de aplicação à ascendência e território de origem, pela atualização de conceitos e inclusão de referência explícita à discriminação múltipla e à discriminação por associação.

É, igualmente no quadro de reforço de competências do ACM, I.P., que passa a ser entidade pública a quem cabe garantir o funcionamento, a coordenação e os meios adequados, de modo a regular a atividade da **Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial**. Este é um órgão especializado no combate à discriminação racial, criado pela Lei n.º 134/99, de 28 de agosto, com o objetivo de prevenir e proibir a discriminação, sancionar a prática de atos que se traduzam na violação de direitos fundamentais, tais como a recusa ou o condicionamento do exercício de quaisquer direitos económicos, sociais ou culturais, a qualquer pessoa, em razão da sua pertença a determinada origem, cor da pele, nacionalidade ou etnia.

O ACM, I.P., com a entrada em vigor da Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto, e através da Comissão Permanente, viu ser reforçada a sua composição, atribuições e as suas capacidades no combate à discriminação racial, pois para além de assegurar a sensibilização da opinião pública e de receber queixas, passou a deter competências para instruir e proferir decisões nos processos de contraordenação, incluindo a aplicação de coimas e sanções acessórias, promovendo as diligências de recolha de prova, competindo-lhe ainda coordenar os atos inspetivos que se afigurem necessários, atendendo ao caso em concreto.

Prevê-se, igualmente, a possibilidade de as partes poderem submeter a resolução dos litígios a um procedimento de mediação a seu pedido ou por iniciativa daquela Comissão, com o consentimento do/da infrator/a e da vítima ou dos/das seus/suas representantes legais.

As queixas, que se enquadrem no âmbito do regime jurídico de combate à discriminação racial previsto na Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto, podem ser apresentadas diretamente à própria CICDR, no entanto, se a denúncia for formalizada perante uma entidade diferente, a mesma deverá remetê-la à Comissão no prazo de dez dias. Prevê ainda este diploma que todas as entidades públicas têm a obrigação de participar à Comissão os factos de que venham a ter conhecimento e que sejam suscetíveis de serem qualificados como práticas discriminatórias.

Atenta a recente alteração legislativa produzida pela Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto, ao nível da prevenção, afigura-se essencial a realização de ações informativas, neste sentido, para além de outras atividades a executar no decurso do ano de 2018, de acordo com o respetivo plano de atividades, serão ainda realizadas por todo o território nacional múltiplas ações informativas sobre o regime jurídico de prevenção, proibição e combate à discriminação racial agora em vigor. Estas ações terão como destinatários diversos públicos-alvo incluindo sociedade civil, forças de segurança, bem como outros/as técnicos/as que trabalhem com migrantes e outras potenciais vítimas de discriminação racial, impulsionando o envolvimento de todos e todas na prevenção e combate à discriminação racial e étnica.

2.4. Matriz de Coerência e Implicação

Nos últimos anos, o ACM, I.P. tem percorrido um caminho de mudança na continuidade, adaptando-se às novas realidades, sem esquecer os ensinamentos que a experiência na área das migrações lhe trouxe. Por isso, desde a sua implementação enquanto Instituto Público até ao presente, muitos passos foram dados, sem, no entanto, esquecer o seu foco, os seus públicos-alvos, internos e externos, num contexto de uma gestão pública otimizada.

Os objetivos operacionais inseridos no QUAR permitem a prossecução dos objetivos estratégicos estabelecidos e que vão de encontro à Missão deste Serviço, por via de sete indicadores, envolvendo o cumprimento por parte das diversas Unidades Orgânicas do ACM, I.P., de um conjunto de atividades e projetos definidos *a priori*:

Parâmetro Eficácia				
001 – Aproximar o ACM dos/das seus/suas destinatários/as				
Indicador 1	Metodologia de cálculo	Meta 2018	Fonte de verificação	Responsáveis de medição e acompanhamento
Número de visitas de acompanhamento aos projetos ACM, I.P.	Somatório das visitas efetuadas onde são contabilizadas as deslocações físicas de, pelo menos, um/a dirigente ou trabalhador/a do ACM, I.P., ao espaço físico de implementação de um projeto, ou iniciativa dinamizada nesse âmbito	640	Registo individual das visitas efetuadas e folha de sistematização mensal	Equipas de acompanhamento/ NGARH
002 – Promover a diversidade cultural				
Indicador 2	Metodologia de cálculo	Meta 2018	Fonte de verificação	Responsáveis de medição e acompanhamento
Volume de horas de formação/ sensibilização ministradas a terceiros	Ponderação entre o n.º de horas de formação/sensibilização e o n.º de formandos presentes em cada ação de formação/sensibilização	40.000	Documentos de registo	Equipas de acompanhamento/ NGARH
Indicador 3	Metodologia de cálculo	Meta 2018	Fonte de verificação	Responsáveis de medição e acompanhamento
Taxa de execução das medidas/ prioridades previstas nos planos estratégicos nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas	Média simples que cruza a execução prevista de ações do PEM e ENICC, sob a responsabilidade do ACM, I.P., com as ações concretizadas	100%	Protocolos	Equipas de acompanhamento/ NGARH
Parâmetro Eficiência				
003 – Garantir a boa gestão e execução dos recursos				
Indicador 4	Metodologia de cálculo	Meta 2018	Fonte de verificação	Responsáveis de medição e acompanhamento
Prazo médio de pagamento a fornecedores e a projetos (em dias corridos)	Média simples	14	GERFIP	Coordenação EFAF/ NGARH
Indicador 5	Metodologia de cálculo	Meta 2018	Fonte de verificação	Responsáveis de medição e acompanhamento
Evolução (em percentagem) dos atendimentos médios, por colaborador/a, nos gabinetes dos CNAIM, face ao ano anterior	Média simples calculada com base na variação percentual registada por gabinete de atendimento	105%	GESMED e registo de atendimentos	Coordenação dos CNAIM/ NGARH
Parâmetro Qualidade				
004 – Melhorar o funcionamento da organização e assegurar a qualidade do serviço prestado				
Indicador 6	Metodologia de cálculo	Meta 2018	Fonte de verificação	Responsáveis de medição e acompanhamento
Número de reclamações com fundamento da responsabilidade dos CNAIM apresentadas no Livro Amarelo	Somatório das reclamações com fundamento, da responsabilidade do ACM, I.P., apresentadas no Livro Amarelo	8	Livro de Reclamações	Coordenação dos CNAIM/ NGARH
Indicador 7	Metodologia de cálculo	Meta 2018	Fonte de verificação	Responsáveis de medição e acompanhamento
Tempo médio de espera nos CNAIM (em minutos)	Calculado através de uma média simples	0:25:00	SIGA	Coordenação dos CNAIM/ NGARH

Figura 2 – Parâmetros

Parâmetros	Objetivos Estratégicos			Objetivos Operacionais
	OE1	OE2	OE3	
Eficácia	X	X		001 002
Eficiência			X	003
Qualidade	X		X	004

Figura 3 – Objetivos Estratégicos





II. INICIATIVAS DO DOMÍNIO DAS MIGRAÇÕES

1. PLANO ESTRATÉGICO PARA AS MIGRAÇÕES

O Plano Estratégico para as Migrações (PEM), aprovado em 2015, é um global e relevante instrumento de política pública que visa adaptar as políticas migratórias e de integração aos desafios nacionais da atualidade. Encontrando-se em execução desde março de 2015, poder-se-á referir que o ano de 2017 se caracterizou por ser um ano de continuidade, de consolidação e de apresentação de resultados.

Aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 12-B/2015, de 20 de março, o PEM integra cinco áreas prioritárias de ação, para uma vigência de seis anos (2015-2020): a consolidação da integração e capacitação das comunidades migrantes; a inclusão e capacitação de novos nacionais; a coordenação dos fluxos migratórios; a legalidade migratória e a qualidade dos fluxos migratórios; e o apoio ao regresso e reintegração de emigrantes.

O Plano adota uma visão transversal e articulada da política migratória para Portugal, contando com o prestimoso envolvimento de 13 ministérios e diferentes serviços da administração pública, sociedade civil e autarquias na execução de um total de 106 medidas e 201 indicadores.

Cumprindo ao Núcleo de Política Migratória do ACM, I.P. acompanhar, executar e monitorizar a execução das medidas do PEM e respetivos indicadores, coordenando e dinamizando os trabalhos, em estreito contacto e articulação com as entidades envolvidas.

Para aferir o progresso na execução dos indicadores, à semelhança do que vem sendo prática, desde o início da vigência do Plano, a monitorização da execução do PEM, em 2017, foi realizada, internamente, com caráter mensal, junto das equipas do ACM, I.P. e, periodicamente, com as entidades externas envolvidas no Plano.

Para sistematizar a informação e dinamizar a concretização de medidas específicas, a equipa de coordenação do PEM reuniu no CNAIM de Lisboa com o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas, a Agência para a Modernização Administrativa, a Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, a Direção-Geral da Saúde, o Ministério da Cultura, o Instituto do Emprego e Formação Profissional, a Direção-Geral do Ensino Superior e o Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural.

Nos primeiros meses do ano, foi ultimada a recolha de dados qualitativos e quantitativos relativos ao ano de 2016 e organizada e sistematizada a informação. A versão preliminar do Relatório foi enviada às entidades para aprovação e posterior publicitação. Procedeu-se, igualmente no início do ano, ao levantamento dos indicadores a executar em 2017, com posterior envio às entidades.

Relativamente à avaliação e monitorização do PEM, de acordo com o previsto na Resolução do Conselho de Ministros n.º 12 – B/2015, de 20 de março, dois importantes objetivos foram cumpridos em 2017:

- Conclusão e apresentação do 1.º Relatório Bienal (2015-2016)

Neste primeiro biénio, a execução dos indicadores obrigatórios em apreciação foi de 76%, no ano de 2015, e de 74%, no ano de 2016. Relatório disponível em <https://bit.ly/2EfUnpl>.

Em abril, o relatório bienal foi apresentado ao Conselho para as Migrações, numa assembleia que contou com a presença dos/das representantes das entidades envolvidas no Plano, para prestar esclarecimentos sobre a execução, no que se refere às metas atingidas, principais dificuldades e identificação de desafios à execução de futuras medidas.

- Procedimentos preparatórios para a realização de uma avaliação intercalar, externa e independente

Em abril de 2017, foram iniciados os trabalhos preparatórios do processo de avaliação intercalar, bem como realizada uma reunião com a entidade selecionada – Hub2050 –, onde foram definidas metodologias e trâmites do processo da avaliação. No final do ano, a Hub2050 apresentou o relatório preliminar da avaliação do PEM.

Ao nível da projeção internacional, a pedido de diferentes entidades estrangeiras que visitaram o ACM, I.P., e os seus serviços, no Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes de Lisboa, o PEM, enquanto boa prática, foi apresentado às Delegações Estrangeiras dos seguintes países: França, no dia 17 de maio; Arménia, no dia 7 de junho; Marrocos, no dia 12 de julho; Polónia, no dia 24 de outubro; Cabo Verde, no dia 7 de novembro; República Checa, no dia 22 de novembro; e Canadá, no dia 30 de novembro.

2. REDE NACIONAL DE APOIO À INTEGRAÇÃO DE MIGRANTES

2.1. Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes

Os CNAIM baseiam-se num modelo de funcionamento integrado e de articulação entre instituições, gabinetes de apoio e instituições, e gabinetes especializados entre si, com um papel relevante no apoio ao processo de integração de migrantes em Portugal. Em 2017, os CNAIM de Lisboa e do Norte completaram 13 anos de funcionamento, e o do Algarve 8 anos.



Figura 4 – Visita da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa ao CNAIM de Lisboa, 9 de novembro

Dadas as novas realidades migratórias e os sempre atuais desafios que se colocam na área das migrações, nomeadamente no que se refere à integração de pessoas refugiadas, foi realizada uma adaptação das estruturas nacionais e locais e criada pela Portaria n.º 203/2016, de 25 de julho, uma Rede Nacional de Apoio à Integração de Migrantes (RNAIM), com o objetivo de desenvolver uma política migratória moderna e integrada, mais adequada às dinâmicas migratórias contemporâneas e às necessidades atuais.

Neste sentido, deu-se em 2017 a necessidade de adaptação dos serviços à estruturação da referida Rede, o que levou a uma reformulação dos gabinetes especializados, que respondem a diferentes assuntos, em quatro grandes áreas de atuação na integração de migrantes: Gabinete de Acolhimento e Triagem, Gabinete de Apoio à Inserção Profissional, Ensino Superior e Qualificação, Gabinete de Assuntos Sociais e Inclusão e Gabinete de Apoio Jurídico. O processo de reformulação e implementação destes quatro gabinetes foi sendo realizado de forma gradual ao longo do ano, tendo sido concluído, nos três CNAIM, no final de 2017.

De destacar o trabalho desenvolvido pelos CNAIM com a entrada em vigor, em agosto, da Lei n.º 102/2017, de 28 de agosto, que procede à quinta alteração à Lei n.º 23/2007, de 4 de julho, que aprovou o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional. Esta alteração conduziu a um aumento da procura de determinados gabinetes dos Centros, por parte dos/das cidadãos/ãs imigrantes que pretendem informações e apoio para regularização da sua situação legal em Portugal.

Procedeu-se a uma adaptação do âmbito de resposta, com a implementação de novos procedimentos, os quais, seguindo a lógica flexível e dinâmica dos CNAIM, foram sendo adequados às exigências deste novo procedimento.

2.1.1. Atendimentos

Desde a entrada em funcionamento dos Centros de Lisboa e do Norte, em 2004, e do Algarve em 2009, até ao final de 2017, foram realizados 4.395.071 atendimentos.

Em 2017, foram efetuados no total 279.314 atendimentos nos CNAIM, tendo-se assistido a um aumento de 9% comparativamente ao ano anterior.

No que concerne ao CNAIM de Lisboa, totalizam-se 138.757 atendimentos em 2017, correspondente a uma diminuição de 5% relativamente a 2016, sobretudo relacionada com a diminuição da equipa e com os atendimentos realizados no posto do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras presente no CNAIM de Lisboa, bem como com a limitação do horário de funcionamento do Gabinete da Autoridade para as Condições do Trabalho.

Desse total, 65.708 atendimentos foram realizados no Gabinete de Acolhimento e Triagem, mantendo-se a tendência, pelas suas características de triagem, informação e encaminhamento, de ser o gabinete com o maior número de atendimentos.

Assistiu-se a variações positivas comparativamente ao ano anterior nos atendimentos do Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar, Gabinete de Apoio ao Imigrante Sobreendividado, Gabinete de Apoio à Habitação e no Gabinete de Apoio ao Empreendedorismo Migrante, tendo o GAIS registado o aumento mais significativo, em 35%.

Relativamente às instituições presentes no CNAIM Lisboa, o Espaço do Cidadão registou o maior aumento de atendimentos, em 162%, seguindo-se os Gabinetes da Conservatória dos Registos Centrais e da Segurança Social, em 17%. Registaram ainda variações positivas, o Gabinete do Ministério da Saúde (em 16%) e o Ministério da Educação (em 14%). O Serviço de Estrangeiros e Fronteiras e a Autoridade para as Condições do Trabalho registaram variações negativas, de 31% e 64%, respetivamente.

CNAIM LISBOA	AT 2016	AT 2017	Variação
Gabinetes			
Gabinete de Acolhimento e Triagem	69.203	65.708	-5%
Gabinetes Especializados			
G. Apoio Social	6.858	5.793	-16%
G. A. Reagrupamento Familiar	5.622	5.845	4%
G.A. Habitação	471	483	3%
G.A. Imigrante Consumidor	2.877	2.043	-29%
G.A. Jurídico ao Imigrante	8.055	6.085	-24%
G.A. Emprego	4.040	3.722	-8%
G.A. Qualificação	470	426	-9%
G. A. Recenseamento	1	1	0%
G. A. Imigrante Sobreendividado	1.071	1.445	35%
G. A. Empreendedorismo Migrante	240	279	16%
Instituições			
Espaço do Cidadão	855	2.236	162%
Saúde	2.844	3.288	16%
Segurança Social	13.352	15.641	17%
Educação	9.615	10.939	14%
Conservatória dos Registos Centrais	2.964	3.475	17%
Autoridade para as Condições do Trabalho	2.270	815	-64%
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	15.311	10.533	-31%
Total	146.119	138.757	-5%

Figura 5 – Atendimento CNAIM Lisboa, em 2017

No CNAIM do Norte foram registados, em 2017, um total de 109.753 atendimentos. À semelhança do ano anterior, assistiu-se a um aumento dos atendimentos, desta feita em 32%. Para este aumento, contribuíram essencialmente os atendimentos realizados pelo Gabinete de Acolhimento e Triagem, que registou um aumento de 35%, o Espaço do Cidadão, o SEF e a Segurança Social, com 400%, 101% e 24%, respetivamente. O posto do SEF no CNAIM do Norte continua a ser o único local na zona do Grande Porto a realizar atendimentos ao público.

CNAIM NORTE	AT 2016	AT 2017	Variação
Gabinetes			
Gabinete de Acolhimento e Triagem	34845	47069	35%
Gabinetes Especializados			
G. Apoio Social	481	505	5%
G. A. Reagrupamento Familiar	4141	4045	-2%
G.A. Jurídico ao Imigrante	4214	3681	-13%
G.A. Emprego	1014	635	-37%
Instituições			
Espaço do Cidadão	392	1961	400%
Segurança Social	15379	19071	24,0%
Educação	651	572	-12,1%
Conservatória dos Registos Centrais	10692	10442	-2%
Autoridade para as Condições do Trabalho	1159	1268	9%
Serviço de Estrangeiros e Fronteiras	10209	20504	101%
Total	83177	109.753	32%

Figura 6 – Atendimento CNAIM Porto, em 2017

O CNAIM do Algarve regista 30.804 atendimentos em 2017, o que se traduz num aumento de 16% nos atendimentos relativamente ao ano anterior, tendo sido o quarto ano consecutivo, desde 2014, em que se regista um aumento nos atendimentos.

Para este aumento contribuíram todos os gabinetes do CNAIM Algarve, com destaque para o Gabinete de Apoio Jurídico ao Imigrante, que registou mais 65% de atendimentos.

Com o objetivo de dar uma resposta mais próxima aos/às cidadãos/ãs migrantes a viver na região do Algarve, em 2017, foi dada continuidade aos atendimentos do GAJI nos CLAIM de Portimão e de Albufeira. A par desta resposta ao nível local, a articulação com os restantes Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes regionais, bem como as parcerias institucionais constituídas na região do Algarve e Baixo Alentejo, através das redes dos Conselhos Locais de Apoio Social, contribuíram também para o crescimento da afluência ao CNAIM Algarve.

CNAIM ALGARVE	2016	2017	Varição
Gabinetes			
Gabinete de Acolhimento e Triagem	23.192	25.936	12%
Gabinetes Especializados			
G. Apoio Social	1.045	1.282	23%
G. A. Emprego	539	740	37%
G.A. Jurídico ao Imigrante	1.724	2.846	65%
Total	26.500	30.804	16%

Figura 7 – Atendimentos CNAIM Algarve, em 2017

2.1.2. Gabinetes de Apoio de iniciativa do ACM, I.P.

O atendimento nos gabinetes especializados dos CNAIM, da iniciativa do ACM, I.P., é assegurado por mediadores/as interculturais, de diferentes origens e nacionalidades, e com domínio de diferentes línguas. Asseguram um atendimento personalizado que contribui para uma maior proximidade e melhor acolhimento e integração de cidadãos/ãs migrantes, sendo que para o efeito possuem formação académica adequada, bem como formação especializada e experiência nas temáticas das migrações.

Os/as mediadores/as interculturais colaboram com o ACM, I.P., no âmbito de protocolos de parceria com Associações de Imigrantes ou Organizações Não Governamentais. De salientar que, tal como tem acontecido desde a entrada em funcionamento dos Centros, foram ministradas várias ações de formação internas e externas aos/às mediadores/as a exercerem funções nos CNAIM, com o objetivo de adquirirem ou reciclarem competências e conhecimentos essenciais para a sua prática profissional.

Não obstante ser um gabinete de uma instituição parceira, os atendimentos no Espaço do Cidadão são realizados por mediadores interculturais. Este gabinete registou, em 2017, um aumento bastante significativo de atendimentos, tanto no CNAIM de Lisboa como no CNAIM do Norte, consequência do alargamento das matérias tratadas, bem como da consolidação do âmbito de atuação deste gabinete, no que se refere ao apoio em assuntos gerais relacionados com a alteração de dados junto da Segurança Social, pedidos de Número de Identificação da Segurança Social, pedidos da chave de acesso à Segurança Social Direta e marcação para atendimento em postos da Segurança Social, que exigem marcação prévia e pedidos de registo criminal. Foram

ainda dadas respostas a novas necessidades dos/das cidadãos/ãs migrantes, com o objetivo de prestar um atendimento digital assistido, como por exemplo para apoio na criação de conta de e-mail.

Na sequência do início da implementação da Rede Nacional de Apoio à Integração de Migrantes, o Gabinete de Apoio Social, doravante Gabinete de Assuntos Sociais e Inclusão, para além dos atendimentos sociais (que englobam pedidos de acolhimento, apoio financeiro, alimentação, saúde, e que originam a articulação com entidades externas) e dos serviços de apoio ao retorno voluntário, passou gradualmente a assumir as questões da habitação social, acesso a habitação em regime de renda condicionada/convencionada, e acesso a apoios ou subsídios de renda. O GASI deu ainda continuidade aos atendimentos relacionados com os pedidos de Abono de Família para Crianças e Jovens e Abono Pré-Natal, Rendimento Social de Inserção e pensões várias.

Este gabinete iniciou, em 2017, em estreita articulação com o Núcleo de Apoio à Integração de Refugiados, atendimentos no âmbito do *Phasing Out*, relacionados com o Programa de Recolocação de pessoas refugiadas, contribuindo para o aumento de atendimentos do gabinete nos CNAIM Norte e do Algarve. Na sequência do que já vem sendo feito, e de forma a ampliar as respostas a serem dadas aos/às cidadãos/ãs que procuram o gabinete, manteve-se a articulação com os diversos gabinetes do CNAIM e entidades externas como a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, o Instituto da Segurança Social, a Organização Internacional para as Migrações, o Serviço Jesuíta aos Refugiados ou o Centro Padre Alves Correia.

O Gabinete de Apoio ao Imigrante Sobreendividado, a funcionar no CNAIM de Lisboa, aconselha, acompanha e presta informações a clientes bancários, nomeadamente informações sobre abertura e conversão de contas bancárias em contas de serviços mínimos bancários ou sobre o crédito à habitação. O gabinete foi ainda procurado para apoio noutras áreas de atuação, tais como, pedidos de senhas de acesso ao Portal das Finanças, validação e registo de faturas no Portal das Finanças, entrega da declaração de IRS, entre outras. O aumento dos atendimentos, pelo terceiro ano consecutivo, traduz a procura crescente dos/das cidadãos/ãs pelas temáticas acima mencionadas.

O Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar atendeu os/as cidadãos/ãs residentes legais e nacionais com a intenção de proceder ao reagrupamento dos seus familiares e/ou à sua reunião, tendo-se, em 2017, assistido a um aumento de atendimentos pelo segundo ano consecutivo no CNAIM de Lisboa. Com um carácter essencialmente informativo, o gabinete prestou informação e acompanhamento sobre questões relacionadas com os pedidos de reagrupamento familiar, fora e dentro do território nacional, e pedidos de Cartão de Residência, nomeadamente no que se refere ao enquadramento legal aplicável, às condições para o exercício do reagrupamento/reunião familiar, aos procedimentos e documentos necessários para a formulação dos pedidos, aos prazos legais e diligências prévias que devem ser desencadeadas pelos/as interessados/as. Além de acompanhar a evolução dos processos, o GARF apoiou também nos pedidos de agendamentos (junto do SEF e Consulados).

O Gabinete de Apoio à Habitação tratou os assuntos centrados nas relações jurídicas livremente estabelecidas no mercado, como a compra e venda, o arrendamento, a propriedade horizontal, entre outras. Tal como em anos anteriores, o GAH continuou a colaborar com o Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas, acompanhando alguns/mas cidadãos/ãs, na maioria desalojados/as ou em processo de desalojamento.

O Gabinete de Apoio ao Imigrante Consumidor foi, em 2017, procurado por consumidores/as que pretenderam informação sobre questões relacionadas com os serviços públicos essenciais (nomeadamente

fornecimentos de água, eletricidade, telefone fixo e móvel, e serviços de Internet), serviços financeiros (créditos ao consumo e hipotecário), seguros (habitação, vida, veículos, onde se inclui a responsabilidade civil obrigatória), conformidade do bem com o contrato (onde se encontram as questões atinentes às garantias). Outras áreas complementares foram também contempladas nos atendimentos deste gabinete, como é o caso do acesso à justiça (especialmente através do mecanismo de proteção jurídica/apoio judiciário) e questões fiscais (como o Imposto Único de Circulação).

No que concerne ao Gabinete de Apoio Jurídico ao Imigrante, registou-se no CNAIM do Algarve um aumento de atendimentos, como consequência da alteração à Lei de Imigração, acima mencionada, e dos procedimentos adotados pelo Centro no atendimento a essa questão que, em Lisboa e no Norte foi, em 2017, assegurado por outros gabinetes. O GAJI do CNAIM do Algarve deu também continuidade aos atendimentos jurídicos nos CLAIM de Portimão e Albufeira.

Em 2017, as três principais áreas de intervenção, sobre as quais versaram os atendimentos do GAJI nos CNAIM, foram as do Direito de Estrangeiros, Direito do Trabalho e Segurança Social. No entanto, as funções de informação, aconselhamento, encaminhamento, mediação e apoio aos/às cidadãos/ãs migrantes na defesa dos seus direitos e capacitação para os seus deveres estenderam-se também a outras áreas, nomeadamente Nacionalidade, Direito da Família e Menores, Acesso ao Direito e aos Tribunais, e outras áreas do Direito, como a do Direito Fiscal.

Além do atendimento aos/às cidadãos/ãs que se dirigem ao GAJI, o gabinete manteve a colaboração com vários gabinetes dos CNAIM e do ACM, I.P., em respostas/pareceres a questões colocadas, bem como com entidades externas que recorreram ao gabinete para esclarecimentos vários.

O GAJI foi o último gabinete a implementar as alterações decorrentes da reformulação prevista na RNAIM, passando a designar-se Gabinete de Apoio Jurídico (GAJ) e a integrar as áreas de intervenção que anteriormente eram asseguradas pelo Gabinete de Apoio ao Imigrante Consumidor, Gabinete de Apoio à Habitação (nas questões legais), Gabinete de Apoio ao Reagrupamento Familiar (na vertente do acompanhamento jurídico dos processos) e Gabinete de Apoio ao Imigrante Sobreendividado.

Com a aplicação do Regulamento Nacional de Integração de Migrantes, o Gabinete de Apoio ao Emprego e o Gabinete de Apoio à Qualificação fundiram-se num único gabinete, que passa a designar-se Gabinete de Apoio à Inserção Profissional, Ensino Superior e Qualificação e que, para além da empregabilidade e qualificação, assume uma nova competência, na área do ensino superior. Assim, os atendimentos continuam a integrar o apoio ao nível da procura ativa de emprego – elaboração de *Curriculum Vitae* e cartas de apresentação, pesquisa de ofertas de emprego disponíveis, candidaturas espontâneas, bem como outras metodologias que visam complementar os meios de candidatura –, da criação do próprio emprego (em articulação direta com o GAEM, do apoio a processos de qualificação adequados ao perfil e interesse dos/das cidadãos/ãs, assim como dos processos de reconhecimento e equivalência de habilitações profissionais e superiores, passam também a prestar esclarecimentos relativamente aos processos de candidatura a ensino superior e ao estatuto de estudante internacional.

Além de atendimentos presenciais, o gabinete procede a um grande número de atendimentos não presenciais, como contactos de acompanhamento estabelecidos com clientes encaminhados para emprego, a fim de obter *feedback* quanto a estes encaminhamentos e informação atualizada sobre a sua

situação laboral, bem como contactos para informar sobre processos de recrutamento abertos, marcação e preparação para entrevistas de trabalho, entre outros.

A par do atendimento que é efetuado nos gabinetes especializados, os CNAIM contam com outros gabinetes e serviços de apoio, nomeadamente o Serviço da Pré-Triagem (existente no CNAIM de Lisboa) e o Gabinete de Acolhimento e Triagem. Outro serviço de apoio, destinado a clientes que se fazem acompanhar de crianças, é o Espaço Criança do CNAIM de Lisboa que, em 2017, acolheu 1.866 crianças, de 44 nacionalidades diferentes, assistindo-se a um acréscimo de 511 crianças relativamente ao ano anterior. Os CNAIM contam ainda com Equipas de Terreno, que integram mediadores/as interculturais, que exercem funções nos Centros e efetuam atendimentos junto às comunidades, com o objetivo de estarem mais próximos dos/das cidadãos/ãs. Assim, a pedido das entidades, deslocam-se a bairros e instituições prestando atendimento especializado nas mais diversas áreas respeitantes à vida dos/das imigrantes. Em 2017 foram realizadas 15 saídas das Equipas de Terreno, para diferentes regiões do país.

2.1.3. Visitas internacionais

Portugal tem vindo a beneficiar do reconhecimento internacional como uma boa prática nas políticas de integração de migrantes, incluindo de pessoas refugiadas (pessoas com necessidade de proteção internacional recolocadas, reinstaladas e espontâneas) e na promoção dos seus Direitos Fundamentais.

Durante 2017, o ACM, I.P. recebeu a visita de 25 delegações internacionais para discutir a experiência nacional e analisar as boas práticas visitando o Centro Nacional de Apoio ao Migrante, internacionalmente referido como modelo de referência de governação integrada: *one-stop-shop*. Estas Delegações representaram diversas entidades, incluindo a Organização das Nações Unidas, o Conselho da Europa, Organismos Congéneres ao ACM, I.P., Embaixadas, Academia e Fundações.

Neste domínio, destacamos a visita da Diretora de Comunicação e Porta-Voz do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (**ACNUR**), Melissa Fleming, do Representante Regional Adjunto para a Europa do Gabinete do Alto-Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos (**ACDH**), Paul d'Auchamp, a visita do **Provedor de Justiça de Portugal**, José de Faria Costa, e do **Defensor del Pueblo de Espanha**, Francisco Fernández Marugán. De realçar ainda a visita da Relatora da Comissão de Migrações, Refugiados e Pessoas Deslocadas da **Assembleia Parlamentar do Conselho da Europa**, a Deputada finlandesa Susanna Huovinen, e ainda a visita da delegação do **Defensor dos Direitos Humanos da Arménia** que integrou, para além de representantes desta Instituição, um membro da Representação do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (**ACNUR**) naquele país.



Figura 8 – Visita ACNUR



Figura 9 – Visita ACDH



Figura 10 – Visita Provedor de Justiça e Defensor del Pueblo de Espanha



Figura 11 – Visita Defensor dos Direitos Humanos da Arménia

Reforçando a estreita relação com as Representações Diplomáticas acreditadas em Lisboa, durante 2017, o ACM, I.P. recebeu a visita do Senhor **Embaixador da República de Cabo Verde** em Lisboa, Eurico Monteiro, e de representantes da **Embaixada Britânica em Lisboa**.



Figura 12 – Visita Embaixador de Cabo Verde



Figura 13 – Visita representantes da Embaixada Britânica

O ACM, I.P. procurou ainda partilhar as várias dimensões do seu mandato de acordo com os interesses das delegações, incluindo apresentações sobre o trabalho desenvolvido pelas diferentes equipas do ACM, I.P. De destacar a visita de dois dias da Delegação Francesa e a visita de três dias da Delegação da Polónia que, além da visita ao CNAIM e apresentações de várias equipas, foram conhecer as atividades desenvolvidas a nível local com uma visita de terreno a um CLAIM e a um projeto do Programa Escolhas – Desafios E6G.



Figura 14 – Visita Delegação de França



Figura 15 – Visita Delegação da Polónia

2.2. Linha de Apoio a Migrantes

A Linha de Apoio a Migrantes está integrada na estrutura do CNAIM de Lisboa e encontra-se a funcionar desde 13 de março de 2003, tendo como objetivo a disponibilização de informação, telefonicamente, aos/às migrantes e cidadãos/ãs em geral, associações, empresas e instituições da administração pública, informação geral sobre a temática da migração, nomeadamente no que se refere à legislação portuguesa e procedimentos administrativos relacionados com a integração dos/das migrantes. Compete ainda a este serviço: a triagem das situações; o encaminhamento e/ou agendamento para atendimento nos gabinetes de apoio especializado dos CNAIM, sempre que as questões colocadas o exija; e dirigir/canalizar os assuntos que não se enquadrem no âmbito da Linha de Apoio a Migrantes para os serviços competentes.

O atendimento telefónico através desta Linha visa também a aproximação linguística aos/às cidadãos/ãs que contactam o serviço, de forma a diminuir as barreiras linguísticas que possam interferir no processo de integração dos/das migrantes em Portugal, pelo que é assegurado em dez idiomas diferentes: português, crioulo de Cabo Verde, espanhol, francês, inglês, romeno, russo, ucraniano, bielorrusso e árabe.

A funcionar das 9h às 19h, nos dias úteis, o atendimento é efetuado por uma equipa constituída por oito mediadores/as interculturais que, em 2017, atendeu um total de 56.534 chamadas, 39.730 das quais diretamente relacionadas com a Linha de Apoio a Migrantes, o que representa um aumento em 513 chamadas comparativamente ao ano anterior.

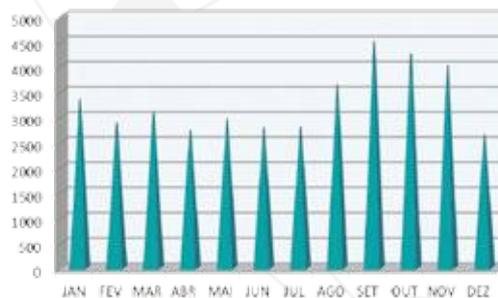


Figura 16 – Evolução mensal das chamadas atendidas pela Linha de Apoio a Migrantes, em 2017

2.3. Serviço de Tradução Telefónica

O Serviço de Tradução Telefónica encontra-se em funcionamento há 12 anos e tem como objetivo promover a integração do/da cidadão/ã migrante através da supressão da barreira linguística. Tendo em consideração o aumento dos pedidos de traduções telefónicas no ano de 2017, e para dar uma maior resposta, o Serviço de Tradução Telefónica foi reforçado com uma central telefónica.

Este Serviço, acompanhando as alterações dos fluxos migratórios, nomeadamente com a chegada de pessoas refugiadas, continua a envidar esforços no sentido de dotar a sua bolsa de tradutores/as com falantes de idiomas dos países ou regiões desses/as migrantes e, nesse sentido, durante o ano 2017 foram realizadas 27 entrevistas, sendo que 20 novos tradutores/as e intérpretes passaram a integrar a bolsa do STT, que conta atualmente com tradutores/as de árabe, farsi/persa, curdo e tigrínia, idiomas cuja procura tem vindo a fazer-se notar cada vez mais.

As traduções são asseguradas por 60 tradutores/as que integram a bolsa de tradutores/as do STT, os/as quais garantem a tradução para 56 idiomas diferentes:

Albanês	Francês	Nepalês
Alemão	Fula	Pashto
Árabe	Georgiano	Pidgin English
Azerbaijano	Grego	Polaco
Balanta	Gujarati	Punjabi
Baluchi	Haaka	Romeno
Bangla	Hindi	Russo
Búlgaro	Holandês	Saraiki
Curdo	Ibo	Sindi
Chinês - Mandarim	Ioruba	Sonrai
Chinês - Quingtian	Inglês	Tailandês
Chinês - Wenzhou	Italiano	Tajique
Chinês - Xangai	Japonês	Tetum
Crioulo Guiné-Bissau	Kicongo	Turco
Dari	Lingala	Tigrínia
Djola	Lituano	Ucraniano
Espanhol	Lori	Urdu
Farsi/Persa	Mandinga	Wolof/Olof
Filipino	Marata	

Durante o ano de 2017 foram efetuadas 1.674 traduções através do Serviço de Tradução Telefónica:

	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL ANO
TRADUÇÕES EFETUADAS	213	196	181	120	163	104	121	118	107	115	140	96	1.674

Figura 17 – Traduções realizadas pelo STT, em 2017

Os três idiomas mais solicitados foram: o árabe, com 952 traduções telefónicas, o chinês, com 202 traduções, e o russo, com 186 traduções telefónicas.

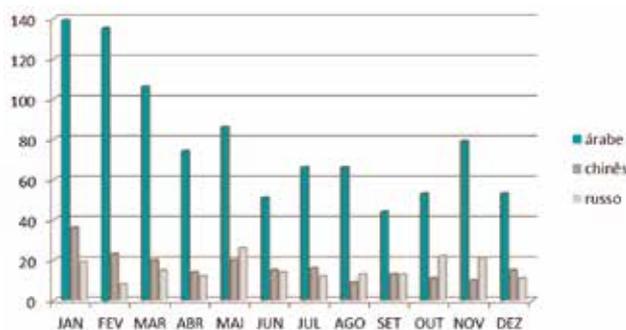


Figura 18 – Principais idiomas traduzidos pelo STT, em 2017

As ONG, nomeadamente as ligadas ao acolhimento de pessoas refugiadas e aos serviços de saúde, foram as entidades que mais recorreram ao STT.

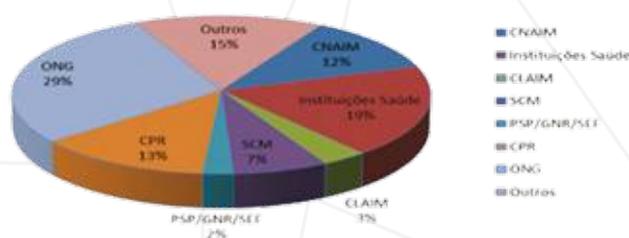


Figura 19 – Instituições que recorreram ao STT, em 2017

Foram ainda realizadas 22 deslocações de tradutores/as da Bolsa STT para traduções presenciais no âmbito do acolhimento a pessoas refugiadas.

2.4. GAPLIM – Gabinete de Apoio às Políticas Locais de Integração de Migrantes

Criado formalmente o Núcleo de Apoio à Integração de Migrantes, do Departamento de Apoio e Assistência Migratória, através da Deliberação n.º 85/2017, de 6 de fevereiro, do qual depende o Gabinete de Apoio às Políticas Locais de Integração de Migrantes, o ano de 2017 foi marcado por uma aposta na consolidação e expansão das políticas locais, bem como, num esforço para manter uma relação de proximidade entre esta equipa e as entidades parceiras/beneficiárias que atuam a nível local.

Atribuição de financiamento através do ACM, I.P., enquanto Autoridade Delegada do Fundo Asilo, Migração e Integração, contribuiu para esta expansão e consolidação, financiando a conceção e implementação de Planos Municipais para a Integração de Migrantes, bem como a atividade de vários gabinetes CLAIM (Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes).

> Neste contexto, o GAPLIM realizou a avaliação de Candidaturas no âmbito do FAMI, OE2/ON2 Integração, dos seguintes Avisos:

- Aviso 13/FAMI/2016 – Implementação dos PMII (Planos Municipais para a Integração de Imigrantes);
- Aviso 15/FAMI/2016 – Sociedade Civil em Concelhos s/ PMII;
- Aviso 28/FAMI/2017 – Sociedade Civil - Outras Ações de Integração;
- Aviso 29/FAMI/2017 – Conceção e Implementação de Novos PMIM

Durante o ano de 2017, até 31 de dezembro, estiveram em fase de implementação os 19 PMII concebidos em 2015 para o período de execução 2015/2017, bem como, foram alvo de aprovação de financiamento (FAMI), 19 candidaturas para a conceção e implementação de novos Planos Municipais para a Integração de Migrantes que serão implementados no período 2018-2020, alguns dos quais iniciaram o seu diagnóstico/conceção a partir de setembro.

Ao todo, nestas duas fases de Planos Municipais, estão 35 municípios envolvidos, sendo que duas destas intervenções são a nível intermunicipal. O objetivo é que este número aumente progressivamente, sensibilizando mais municípios a aderirem a este modelo de gestão integrado, caso esta seja a política que cumpra as necessidades dos respetivos territórios.

O financiamento, ao abrigo do FAMI, permitiu também apoiar a dinamização de cerca de 30 CLAIM, por parte de entidades da sociedade civil, quer autonomamente, quer através dos PMII geridos pelos

municípios correspondentes às áreas de intervenção.

A Rede CLAIM funcionou no ano de 2017 com a seguinte estrutura: 61 CLAIM, que resultam de 48 Protocolos entre o ACM I.P., e Câmaras Municipais, 1 protocolo com o Governo Regional da Madeira, 4 protocolos com entidades da sociedade civil, 1 Ponto Imigrante e 30 CLAIM e CLAIM Especializados cofinanciados pelo FAMI.

No âmbito da Rede de Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade, foram realizadas 3 Reuniões Regionais, com o objetivo de melhor dar a conhecer a rede e de partilhar as diferentes experiências dos municípios na área das migrações: Reunião RMAD Norte Interior (Vila Real), Reunião RMAD Norte Litoral (Viana do Castelo) e Reunião RMAD Centro Litoral (Mealhada).

Ao nível do Índice dos Municípios Amigos dos Imigrantes e da Diversidade foram aplicados 11 inquéritos, nos seguintes territórios: Alcanena, Alfândega da Fé, Arganil, Aveiro, Câmara de Lobos, Fundão, Matosinhos, Mealhada, Santarém, Trofa e Vila Nova de Gaia.

Destacam-se também a realização de 8 Reuniões Regionais da Rede CLAIM (Norte, Centro, Centro Interior, Ribatejo, Lisboa Este, Lisboa Oeste, Margem Sul e Algarve), e a realização de Visitas e Reuniões de Acompanhamento: 38 visitas/reuniões a parceiros da Rede CLAIM, RMAD e PMIM.

No intuito de continuar a apostar no trabalho em parceria com o poder local para, entre outras mais-valias, garantir a sustentabilidade das respostas a nível local e regional, foi inaugurado em julho o CLAIM Alfândega da Fé, através da celebração de protocolo entre o ACM, I.P. e o Município de Alfandega da Fé, numa cerimónia que contou com a presença da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade.

2.4.1. Atendimentos Rede CLAIM

Em 2017, a Rede CLAIM realizou um total de 73.624 atendimentos, apresentando assim um crescimento exponencial em relação aos últimos três anos. Quanto ao perfil dos atendimentos, o assunto mais comum continua a ser a regularização da situação migratória, à semelhança dos anos anteriores. O apoio foi prestado maioritariamente a imigrantes do sexo feminino, com idades compreendidas entre os 26 e os 35 anos. No total, os atendimentos registados abrangem 136 nacionalidades diferentes, sendo as três mais representativas a cabo-verdiana, a brasileira e guineense.



Figura 20 – Evolução dos atendimentos da Rede CLAIM (2003-2017)

Renovaram-se, em setembro, os protocolos no âmbito da parceria entre o ACM, I.P. e o IEFPP para a dinamização de dez Gabinetes de Inserção Profissional Imigrante. No ano de 2017, a Rede GIP Imigrante realizou um total de 10.816 atendimentos, dos quais 5.029 a homens e 5.787 a mulheres.

2.4.2. Outras Iniciativas

A formação é sempre uma área que devemos assegurar, pelo que, à semelhança dos anos anteriores proporcionámos módulos de ação de formação/sensibilização teórica, bem como formação prática através do modelo de observação em contexto de trabalho, num total de 408 horas de formação.

As Alterações à Lei da Nacionalidade, o Acolhimento e Integração de Refugiados e a Formação Inicial Teórica a novos/as técnicos/as dos CLAIM, que decorreram em Lisboa, Porto e Portimão, foram os temas ministrados.

A 26 de novembro de 2017 teve lugar a 6.ª edição da iniciativa “Família do Lado”, que decorreu simultaneamente em mais dois países europeus – República Checa e Espanha. Através dela, uma família aceita acolher em sua casa uma ou mais famílias que não conhece constituindo-se pares de famílias – migrantes ou refugiadas e autóctones – para a realização de um almoço-convívio, típico da cultura da família anfitriã, como forma de acolhimento do “Outro”.

Este foi o ano com maior número de famílias, de participantes e maior variedade de nacionalidades. A iniciativa envolveu 398 famílias (215 migrantes e 185 portuguesas) e 171 voluntários/as, num total de 1036 pessoas. Foram realizados 117 almoços, dos quais 9 envolveram famílias refugiadas.

Cerca de 99 entidades (9 autarquias, 1 universidade, 12 entidades da sociedade civil e 75 projetos Escolhas), estiveram empenhadas em organizar a “Família do Lado”, das quais 81 conseguiram efetivamente realizar almoços, em cerca de 47 municípios.

A “Família do Lado” é uma iniciativa que visa promover a criação de novos mecanismos de aproximação de grupos – comunidades migrantes e refugiadas e sociedade autóctone – enquanto estratégia para a integração dos/das migrantes na sociedade portuguesa, ao mesmo tempo que contribui para a construção de uma imagem positiva em torno da interculturalidade e da diversidade cultural. Ao longo destas seis edições, já foram realizados cerca de 584 almoços, envolvendo 1.463 famílias, de mais de 60 nacionalidades diferentes.



Figura 21 – Almoços “Família do lado”, em 2017

2.5. Acompanhamento, ligação e apoio ao regresso emigrante

No que se refere ao acompanhamento, ligação e apoio ao regresso de emigrantes, o Gabinete de Apoio ao Regresso Emigrante manteve, em 2017, as suas principais atividades, listadas de seguida:

Procedeu, em estreita articulação com a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, à monitorização das medidas e ações inscritas no V Eixo do Plano Estratégico para as Migrações;

Assegurou o atendimento telefónico e preparou respostas aos pedidos de esclarecimento apresentados pelos emigrantes através do endereço eletrónico gare@acm.gov.pt que, na sua grande maioria, foi realizada por via de *e-mail*, seguida da via telefónica e, por último, presencial, num total de 290 solicitações ao longo do ano;

As solicitações foram provenientes de 27 países, com especial destaque para a Inglaterra, Brasil, Espanha, França, Venezuela, Suíça, Angola, Moçambique;

No que respeita à natureza das solicitações, as mesmas centraram-se, sobretudo, no pedido de informações gerais (direitos, deveres, incentivos ao regresso e reintegração em Portugal), seguindo-se os pedidos de esclarecimento no âmbito do Empreendedorismo, Segurança Social/Pensões de Reforma, Finanças, Educação, Mobilidade e Transportes, Emprego/Trabalho, Educação e Saúde:

Para efeitos de preparação de resposta e/ou encaminhamento, o GARE articulou com os Gabinetes Especializados da Rede Nacional de Apoio à Integração de Migrantes, designadamente, com o Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante, o Gabinete de Apoio à Saúde, o Gabinete de Apoio à Educação, o Gabinete de Apoio Social e Gabinete de Apoio ao Emprego. Por outro lado, em função das temáticas concretas, procedeu ao encaminhamento de pedidos de informação para os serviços competentes em razão da matéria, nomeadamente, para a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas, a Autoridade Tributária e Aduaneira, o Instituto de Emprego e Formação Profissional, o Instituto de Mobilidade e Transportes, o Instituto de Segurança Social;

Acompanhou a implementação de dois projetos, na sequência da sua aprovação no âmbito do Concurso 50/50 (www.50por50.pt), designadamente: o Projeto livro infantil “Vivo Na Cor”, implementado pela AEVA – Associação para a educação e valorização da Região de Aveiro, que visa responder à falta de obras infantis em *braille*, e o projeto “Surfing4Citizenship: Surf, Cidadania e Bem-estar”, promovido pela Ericeira Surf Clube, que visa desenvolver um programa pedagógico inovador de desenvolvimento de competências cívicas e de cidadania assente na prática do Surfing;

Acompanhou a Plataforma de Mobilidade Profissional Global (<http://mobilidadeglobal.org>), ferramenta *online* de apoio à contratação de portugueses que residam no estrangeiro com o objetivo de promover e divulgar oportunidades de trabalho em Portugal e no exterior. Esta plataforma efetua o *match* automático entre a procura e a oferta de trabalho e aprofunda o registo do percurso dos portugueses em mobilidade;

No que se refere ao Projeto Empreender 2020 – “Regresso de uma Geração Preparada”, é de realçar o acompanhamento do programa “Elevar o seu Negócio, 4.0”, promovido pela Fundação AEP em parceria com o ACM, I.P., projeto cofinanciado pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, através do COMPETE 2020.

Neste âmbito, foi assinado no dia 28 de junho de 2017 um protocolo de colaboração entre o ACM, I.P., o Ministério dos Negócios Estrangeiros, a Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal e a Fundação AEP. E, no dia 15 de dezembro, no II Encontro de Investidores na Diáspora, em Viana do Castelo, registou-se a participação na cerimónia de entrega do prémio “Elevar o seu Negócio, 4.0” – programa que

visa apoiar empresários portugueses emigrantes que pretendam replicar os seus negócios em Portugal, em setores intensivos, na área da tecnologia ou conhecimento.

Foi ainda criada a “Rede de Empresári@s Lus@s” – Rede de *networking* e partilha entre empresários/as portugueses/as emigrantes e residentes em Portugal;

Em implementação encontram-se as “ações de assessoria dirigidas aos Empresários Portugueses da Diáspora que pretendam instalar o seu negócio em Portugal”, com a previsão de criação de 30 novas empresas em Portugal, através dos negócios dos empresários portugueses no mundo. O projeto “Empreender 2020 – “Regresso de uma Geração Preparada” terminará em janeiro de 2018.

3. APOIO AO EMPREENDEDORISMO MIGRANTE

O ACM, I.P. tem desenvolvido diversas atividades no apoio à criação de negócios, sendo estas executadas pelo Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante (GAEM). As principais áreas de atuação deste gabinete são a capacitação, o atendimento especializado, a promoção da iniciativa empreendedora e articulação com organismos diversos de apoio ao empreendedorismo por forma a complementar e reforçar o trabalho que desenvolve.

No ano de 2017, o GAEM executou, nos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes de Lisboa e Porto, oito edições do **PEI – Projeto Promoção do Empreendedorismo Imigrante**, que tem como atividades principais o curso “Apoio à Criação de Negócios” e consultoria ao empreendedor (durante e após o curso). Estas atividades permitem apoiar o/a migrante na definição da sua ideia de negócio, sendo utilizado como suporte o Dossier do Empreendedor.



Figura 22 – Dossier do Empreendedor

Execução PEI – Projeto Promoção do Empreendedorismo Imigrante		Sexo	
		F	M
N.º de cursos desenvolvidos pelo GAEM no CNAIM de Lisboa	6		
N.º de cursos desenvolvidos pelo GAEM no CNAIM do Norte	2		
N.º de participantes	214	134	80
N.º de Certificados de Frequência	105	69	36
N.º de Cartas de Recomendação (*)	32	20	18

Figura 23 – Execução PEI

(*) O n.º total de CR emitidas não é coincidente com o n.º de pessoas identificadas uma vez que este

documento é emitido aos projetos, os quais podem envolver mais do que um promotor.

No âmbito do REFUJOBS foi desenvolvida uma iniciativa piloto do **Eixo capacitação de pessoas refugiadas para o desenvolvimento de iniciativas de autoemprego**, que seguiu a metodologia do PEI. Esta ação dirigia-se a falantes de língua portuguesa e/ou árabe, e contou com o apoio de uma tradutora em sala.

As sessões coletivas desta ação tiveram uma duração de 18 horas, tendo sido complementadas com apoio individual que ocorreu durante e após o período das sessões coletivas.

Execução REFUJOBS – Eixo “Capacitação de pessoas refugiadas para o desenvolvimento de iniciativas de autoemprego”			Sexo	
			F	M
N.º de participantes	15		3	12
N.º de Certificados de Frequência	14		3	11

Figura 24 – Execução REFUJOBS – Eixo “Capacitação de pessoas refugiadas para o desenvolvimento de iniciativas de autoemprego”

A 27 de julho de 2017, o GAEM organizou um **Encontro de Empreendedores** participantes no PEI e no REFUJOBS – Promoção do (auto)emprego e desenvolvimento de competências de empregabilidade, tendo no final do encontro sido entregues Certificados de Frequência e Cartas de Recomendação.



Figura 25 – Entrega de certificados a participantes do PEI e do REFUJOBS

O ACM, I.P. disponibiliza também um serviço de **atendimento especializado** que apoia o/a migrante nas várias fases de um negócio. Este serviço é prestado nos CNAIM de Lisboa, Norte e Algarve e, quando necessário, o GAEM desloca-se também às instalações do projeto ou negócio.

Atendimentos			Sexo	
			F	M
N.º de atendimentos	303			
N.º de clientes	230		127	103
N.º de visitas a negócios	37			

Figura 26 – Atendimentos Especializados

Para reforçar e complementar o trabalho desenvolvido nas ações de capacitação já referidas, o ACM, I.P. promoveu ao longo do ano diversos **workshops e sessões de esclarecimento**, realizados por entidades ou pessoas em nome individual com *know-how* em matérias relevantes para quem pretende criar ou já tem um negócio. Podem beneficiar destas ações outros migrantes não acompanhados pelo GAEM, mas com interesse em desenvolver o tema.

No decorrer de 2017, os temas em destaque foram importação e exportação, informática para pequenos negócios, formas jurídicas da empresa, comunicação, fases da criação de uma *start-up*, criação de *sites*, *franchising*, contabilidade e fiscalidade e informação sobre títulos de residência que habilitam um/a estrangeiro/a a desenvolver um negócio em Portugal.

Os CNAIM de Lisboa e do Algarve realizaram também atividades de promoção das iniciativas dos/das empreendedores/as acompanhados/as pelo ACM, I.P., designadamente a **Loja POP-UP**. Esta ação permitiu que os/as empreendedores/as contactassem com um público alargado, divulgando o seu negócio ou fazendo vendas, mas também que testassem o seu produto junto de potenciais clientes.



Figura 27 – Lojas POP-UP

No ano de 2017 foram **formalizados 28 negócios** promovidos por pessoas que beneficiaram do apoio do ACM, I.P., em áreas muito diversas: Turismo, Restauração ou similares, Artesanato, Saúde e bem-estar, Confeção de Vestuário, Mecânica, entre outros serviços.

Negócios formalizados		Sexo	
		M	F
N.º de negócios formalizados	28		
N.º de promotores envolvidos	32	15	17

Figura 28 – Negócios formalizados, em 2017



Figura 29 – Negócios apoiados pelo ACM, I.P., em 2017

4. PROGRAMA MENTORES PARA MIGRANTES



Figura 30 – Mentorias de Sucesso do Programa Mentores para Migrantes

O Programa Mentores para Migrantes é promovido pelo ACM, I.P. e desenvolvido, por todo o país, por um conjunto de 55 parceiros locais. Em 2017, houve também uma intensificação da sua implementação nos três CNAIM (Lisboa, Norte e Algarve).

O acolhimento é proporcionado por um conjunto de mentores/as voluntários/as que apoiam os/as migrantes em diferentes áreas para a sua melhor integração em Portugal. E, por isso, é simultaneamente uma medida de acolhimento e uma medida de promoção do diálogo intercultural pelas pontes que permite estabelecer nas relações de mentoria que dele decorrem.

O balanço é globalmente positivo, num quadro em que, não só o número de mentores/as continua a crescer de ano para ano, como também viu o número de mentorias anual mais do que duplicar em relação a anos anteriores. Em termos globais, veja-se a tabela com os resultados quantitativos totais e de 2017:

	2017	Total
Mentores	164	863
Mentorias (terminadas/em curso)	112	217
Participantes	224	434

Figura 31 – Resultados da execução do Programa Mentores, em 2017

É ainda de destacar o seu alargamento a outras respostas, nomeadamente ao **Programa Escolhas**, no âmbito do acompanhamento aos/as jovens contemplados/as com as bolsas de estudo da **Iniciativa U CAN**. Essa participação significou o alargamento em termos de beneficiários ou seja, aos/às estudantes/jovens descendentes.

O número de processos de mentoria com vista a acompanhar **cidadãos/ãs requerentes de asilo** aumentou e o apoio dos/das mentores/as serviu sobretudo para apoiar na transição e na maior ligação com a sociedade portuguesa, garantindo o apoio efetivo a pessoas refugiadas com mais de dez mentorias em curso e com sucesso.

Nesse sentido, procedeu-se à tradução e impressão de **materiais de divulgação** tendo sido impressos 1500 exemplares dos folhetos relativos a mentorados numa edição bilingue: árabe-tigrínia. Ainda ao nível da divulgação, foram recolhidos testemunhos inspiradores dos participantes do Programa, produzidos em pequenos vídeos, cuja disseminação está prevista para decorrer em 2018, numa perspetiva de divulgação massiva do Programa e que foram apresentados no Encontro Anual realizado na cidade do Porto, a 18 de novembro, que juntou cerca de 70 participantes.

Além das **visitas de acompanhamento local** (41 visitas realizadas) e do sistemático trabalho de facilitação e acompanhamento, o alargamento progressivo de entidades exigiu que fossem sendo criados **momentos formativos** (num total de 28 participantes).

O culminar do trabalho conjunto em rede decorreu, então, com a realização do **Encontro Anual do Programa Mentores para Migrantes**, em novembro, no qual estiveram presentes mais de 70 participantes. Dirigida a mentores/as, mentorados/as e demais parceiros, esta iniciativa contou com as presenças do Alto-Comissário para as Migrações, e da diretora da Fundação Montepio, Paula Guimarães, que se associou à iniciativa através da cedência do Espaço Ambiente M, no Porto.



Figura 32 – Encontro Anual do Programa Mentores para Migrantes, em 2017

Nesta cerimónia, apresentada pela jornalista Fernanda Freitas, esteve em destaque o papel dos/das mentores/as no processo de integração de quem vive num país que não é o seu e que, por isso mesmo, terá mais dificuldade em resolver as pequenas questões do quotidiano, seja tratar de documentação, inscrever-se numa escola, aprender a língua ou arrendar uma casa. O Programa Mentores para Migrantes tem sido, desde 2014, um importante contributo para, cada vez mais, fazer de Portugal “um país de Integração”. Esta iniciativa do ACM “mostra que com pouco consegue-se muito (...). É um trabalho invisível e discreto, mas que revela o que a humanidade tem de melhor”, realçou o Alto-Comissário. “Os mentores são pessoas extraordinárias, (...) com uma enorme capacidade de entender o outro”, sublinhou na mesma linha, Paula Guimarães, Diretora da Fundação Montepio.

A partilha de experiências inspiradoras foi, mais uma vez, um dos principais objetivos. Contámos com Cátia Branquinho, membro da Equipa Aventura Social, da Faculdade de Motricidade Humana da Universidade de Lisboa, que partilhou os resultados do Dream Teens, projeto que integra na sua rede 147 jovens de todo o país e conta com a “voz ativa” de 16 jovens mentores/as. A abordar o tema do “Reconhecimento das Aprendizagens decorrentes de experiências de voluntariado” – um projeto-piloto do Município de Lisboa no qual o Programa Mentores tem dado contributos – esteve Susana Constante Pereira, da Inducar.

No seguimento do lançamento da iniciativa destinada a reconhecer o contributo dado pelos/as voluntários/as, o evento culminou com a atribuição da distinção “**Mentor/a Campeão/ã do Ano**” a 10 mentores do programa, que se destacaram pelo trabalho efetuado durante este ano.



Figura 33 – Programa Mentores para Migrantes na Conferência da EQUINET

Em dezembro, o Programa Mentores para Migrantes foi apresentado na Conferência **Inclusion of and discrimination against migrants in Europe** – num painel sobre práticas promissoras e caminhos a seguir – tendo sido integrado no Compêndio de Boas Práticas, publicado anualmente pela Rede Europeia EQUINET.

5. APRENDIZAGEM DA LÍNGUA PORTUGUESA

Programa PPT – Português para Todos



O **Programa PPT – Português para Todos** tem por missão disponibilizar aos/às cidadãos/ãs imigrantes cursos de língua portuguesa para estrangeiros que certificam aos níveis A2 – Utilizador Elementar e B2 – Utilizador Independente do Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QECR) e cursos de português técnico.

Estes cursos, regulamentados pela Portaria n.º 1262/2009, de 15 de outubro, e pela Portaria n.º 216-B/2012, de 18 de julho, são implementados pela Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares, através das escolas da rede pública, e pelo Instituto do Emprego e Formação Profissional, através dos centros de formação de gestão direta ou protocolares.

O Programa PPT é gerido pelo ACM, I.P., enquanto Organismo Intermédio do Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego (PO ISE), no âmbito do Portugal 2020.

O concurso para apresentação de candidaturas no âmbito da Tipologia 3.06 – Português para Todos (Aviso n.º POISE-33-2017-10) decorreu de 30 de junho a 31 de julho de 2017, tendo sido submetidas cinco candidaturas, num montante global de 1.301.140,56 €.

No entanto, e ainda que sem cofinanciamento comunitário, foram realizadas 425 ações de formação tendo-se verificado um total de 10.169 formandos/as abrangidos/as e 5.210 formandos/as certificados/as, de acordo com o quadro abaixo.

Região	N.º Ações	N.º formandos/as abrangidos/as			N.º formandos/as certificados/as		
		Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres	Total
Norte	90	969	899	1.868	496	436	932
Centro	70	804	765	1.569	404	387	791
Lisboa	152	2.446	1.497	3.943	1.439	772	2.211
Alentejo	33	594	213	807	187	91	278
Algarve	80	1.209	773	1.982	611	387	998
Total	425	6.022	4.147	10.169	3.137	2.073	5.210

Figura 34 – Ações de formação, em 2017 (dados provisórios)

Relativamente à distribuição geográfica das ações de formação, verifica-se que 36% das ações concentram-se na região de Lisboa, seguido das regiões do Norte e Algarve, com 21% e 19%, respetivamente. As regiões do Centro e Alentejo correspondem, respetivamente, a 16% e 8%.

Quanto à distribuição por sexo, verifica-se que dos/as participantes abrangidos/as 59% são homens e 41% são mulheres. No que respeita à certificação, verifica-se uma taxa de 51%.

As ações de língua portuguesa de nível A1 e A2 – Utilizador Elementar constituem a oferta formativa maioritária, com um total de 369 ações. Das 425 ações realizadas, apenas 56 referem-se à oferta de cursos de língua portuguesa de nível B1 e B2 – Utilizador Independente, não se tendo verificado a realização de curso de português técnico.

Sendo reconhecida a importância da **Educação Não Formal** (ENF) em contexto nacional e comunitário como parte essencial do processo de aprendizagem ao longo da vida e considerando que a mesma é vista como complementar e não contraditória ou alternativa à educação formal, o ACM, I.P. apoia, no âmbito do Objetivo Específico 2 – Integração e Migração Legal e Objetivo Nacional 2 – Integração, do FAMI, ações de aprendizagem da língua portuguesa, por via da ENF.

Pretende-se que estas ações constituam uma resposta adaptada às necessidades específicas dos nacionais de países terceiros, nomeadamente no que diz respeito aos níveis de conhecimento, proficiência linguística e ritmos de aprendizagem, enquadrando-se nas seguintes tipologias:

- a)** Ações de Língua Portuguesa com vista à certificação no final, em entidade competente: ações que visam dotar os participantes de conhecimentos que permitam a sua certificação (Nível A2 – Utilizador Elementar, do QECR);
- b)** Ações de Iniciação ao Português: ações que visam dotar os participantes de conhecimentos básicos que permitam a sua integração social e profissional;
- c)** Ações de Alfabetização: ações que visam dotar os participantes de competências de leitura e escrita que contribuam para a sua autonomia enquanto cidadãos imigrantes, com vista à sua integração em outras ofertas formativas.

No âmbito do Aviso n.º 11/FAMI/2016 foram aprovadas 19 candidaturas (entidades públicas e privadas sem fins lucrativos) com um total de 160 ações de educação não formal, que decorreram até 30 de junho de 2017, correspondendo a um valor global aprovado de 234.927,55€.



Figura 35 – Imagem gráfica da Sessão Pública “A Língua Portuguesa na integração de pessoas migrantes e refugiadas: recursos e boas práticas”

No dia 1 de março de 2017, o ACM, I.P. promoveu uma sessão pública subordinada ao tema “A Língua Portuguesa na integração de pessoas migrantes e refugiadas: recursos e boas práticas”, que decorreu no Auditório da Escola Secundária de Camões, em Lisboa, e contou com as presenças do Ministro Adjunto, da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, e do Alto-Comissário para as Migrações. Além da partilha de experiências de quatro organizações da sociedade civil (CPR – Conselho Português para os Refugiados, JRS Portugal – Serviço Jesuíta aos Refugiados, Fundação Aga Khan Portugal e Associação Fazer Avançar), sobre projetos de promoção da aprendizagem da língua portuguesa por via da educação não formal, foram apresentados, no âmbito desta sessão pública, dois novos recursos: o Caderno de Formação – Propostas de Atividades e Exercícios e o GUIA para o ensino do Português Língua de Acolhimento (PLA) no contexto da Educação Não Formal (ENF).

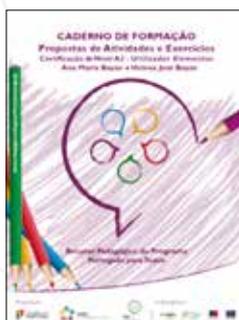


Figura 36 – Caderno de Formação – Propostas de Atividades e Exercícios

O **Caderno de Formação – Propostas de Atividades e Exercícios** dirige-se a um público heterogéneo de imigrantes jovens e adultos, utilizadores elementares da Língua Portuguesa, cujo nível de proficiência linguística corresponde aos níveis A1 e A2 de acordo com o QECR. Concebido para ser utilizado em sala de aula e com um/uma formador/a, tem como objetivo explorar e desenvolver as competências de receção e produção, levando o formando a comunicar em português e permitindo conhecer aspetos da cultura portuguesa mais relevantes para este público-alvo. Este Caderno é constituído por 12 Fichas Modulares contendo cada uma delas textos e atividades contextualizadas.

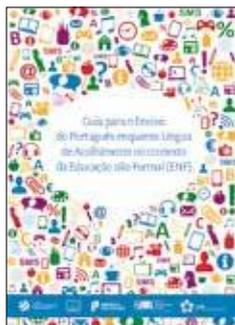


Figura 37 – Guia para o ensino do Português enquanto Língua de acolhimento no contexto da ENF

O **GUIA para o ensino do Português enquanto Língua de Acolhimento** (PLA) no contexto da Educação Não Formal (ENF) propõe orientações técnicas para a organização de ações de ENF vocacionadas para nacionais de países terceiros, realizadas no âmbito do FAMI, destinando-se às entidades promotoras das ações de ENF, bem como aos/às formadores/as e educadores/as responsáveis pela dinamização destas mesmas ações.

A **Plataforma de Português Online** (<https://pptonline.acm.gov.pt/>) registou, até 31 de dezembro de 2017, um total de 4.810 utilizadores de 150 nacionalidades. Esta ferramenta *online* apresenta conteúdos para aquisição do português europeu por adultos falantes de outras línguas, permitindo ao utilizador praticar a língua nas atividades linguísticas de compreensão do oral, compreensão da leitura e produção escrita, bem como aprender e alargar o vocabulário e os conhecimentos de gramática, úteis para o dia a dia.

Os conteúdos, organizados em dois níveis – nível A e nível B –, estão descritos nos dois referenciais “O Português para Falantes de Outras Línguas – O Utilizador Elementar no País de Acolhimento” e “O Português para Falantes de Outras Línguas – O Utilizador Independente no País de Acolhimento”. Estes dois documentos interpretam as descrições dos níveis apresentados no QECR, produzido pela Unidade de Política Linguística do Conselho da Europa.



Figura 38 – Plataforma de Português Online, versão em árabe

A plataforma encontra-se organizada em 24 módulos temáticos funcionais, apresentados nos formatos texto, áudio, vídeo e imagem, e disponível em português, inglês e árabe.

6. APOIO TÉCNICO ÀS ASSOCIAÇÕES DE IMIGRANTES

O Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes desenvolve a sua ação centrada nas associações de imigrantes reconhecidas pelo ACM, I.P., assumindo as seguintes responsabilidades: (I) apoio no planeamento, implementação e avaliação das iniciativas das associações de imigrantes em prol dos direitos e interesses específicos de imigrantes e seus descendentes residentes em Portugal; (II) colaboração técnica, avaliação e acompanhamento dos apoios financeiros prestados pelo ACM, I.P. às iniciativas das associações de imigrantes; (III) promoção de ações de capacitação das associações de imigrantes através da formação dos/das seus/suas líderes e da construção de instrumentos de facilitação do desenvolvimento de iniciativas em prol do acolhimento e da integração de imigrantes e seus descendentes residentes em Portugal; (IV) Promoção do associativismo imigrante através da sensibilização de imigrantes e seus descendentes para a importância da sua participação em estruturas organizadas da sociedade civil, e das entidades públicas e privadas para a relevância do associativismo imigrante na integração de imigrantes e seus descendentes.

O apoio técnico caracteriza-se essencialmente, pela consultoria prestada na instrução dos processos de candidaturas a apresentar ao próprio ACM, I.P., bem como na divulgação de outras potenciais fontes de financiamento para as associações de imigrantes, disseminação das atividades/projetos desenvolvidos pelas associações de imigrantes através dos diferentes meios que o ACM, I.P. disponibiliza para o efeito e na gestão da cedência de espaços para reuniões e encontros. O GATAI acompanha e participa nos projetos desenvolvidos no terreno, representando o ACM, I.P., em conferências, seminários, encontros culturais, reuniões de trabalho, atividades festivas e outros eventos promovidos pelas associações de imigrantes. Esta presença junto das organizações justifica-se sobretudo pelo que isso significa ao nível do reconhecimento do trabalho de muitos líderes associativos, pelo contributo que se espera dar ao movimento associativo e pelo diagnóstico que a realidade permite fazer.

A aposta na **capacitação das associações de imigrantes** passou, em 2017, pela continuidade das ações de formação regulares no âmbito das atividades do GATAI.

Foram realizadas duas Conversas sobre o Associativismo Imigrante. A primeira realizou-se a 23 de janeiro, a convite da Câmara Municipal do Seixal, que acolheu uma apresentação das três áreas de intervenção do GATAI, e com a presença da dirigente do Grupo do Teatro do Oprimido, que partilhou as suas experiências associativas de reconhecido mérito.

A segunda Conversa sobre o Associativismo Imigrante decorreu a 15 de novembro de 2017, no Auditório do CNAIM de Lisboa, com oito representantes da Associação de Imigrantes da Lousã, da Associação Activar e da Câmara Municipal da Lousã. Esta iniciativa enquadrava-se igualmente no Plano Municipal para a Integração de Imigrantes e incluiu uma visita a uma das associações mais amplas no seu trabalho de reconhecido mérito: a Solidariedade Imigrante – Associação para a defesa dos direitos dos imigrantes.

Foram também realizados, no dia 2 de março de 2017, dois *workshops* dinamizados pela Kerigma – Inovação e Desenvolvimento Social, no CNAIM de Lisboa. O primeiro, subordinado ao tema da partilha de boas práticas ao nível da capacitação de grupos, contou com 11 participantes de associações de imigrantes e de gabinetes do ACM, I.P. A segunda ação abordou a partilha de Metodologias de Cooperação e Material Pedagógico e registou a presença de 9 participantes de associações de imigrantes.



Figura 39 – Logótipo do Programa SIM

Na sequência do trabalho de apoio técnico e de acompanhamento que o ACM, I.P., através do GATAI tem efetuado junto das associações de imigrantes, o **Programa SIM – Sustentabilidade Impacto e Mudança** visa reforçar a capacitação das Associações por intermédio de ações de formação nas várias áreas afetas ao trabalho associativo. Tendo sido identificada pelo ACM, I.P. e pelas Associações de Imigrantes como uma das necessidades mais transversais ao trabalho no terreno, pretende-se que as entidades possam ser munidas de ferramentas técnicas que permitam uma maior sustentabilidade nas suas ações, e melhores projetos de intervenção nas suas áreas de trabalho. Estas ações são realizadas com o apoio de parceiros

conceituados e experientes nas várias temáticas, como a Fundação Aga Khan, com a metodologia e abordagem participativa, o apoio técnico logístico e recursos humanos, o IES – Social Business School, em formações específicas, assim como outros parceiros especializados, mediante a necessidade sentida pelas associações e parceiros atuais. O ACM, I.P. intervém com o seu apoio técnico e financeiro, e com a experiência e sinergia dos seus vários gabinetes.

A oferta formativa em 2017 focou-se na capacitação dos/das técnicos/as, quer da Fundação Aga Khan quer do ACM, I.P., para que pudessem replicar esses conhecimentos junto dos dirigentes associativos.

Uma das formações foi ministrada pelo IES – Social Business School, nos dias 22 e 23 de junho, em Cascais, e centrou-se no tema sobre “Impact Economy: Breaking Barriers” por via do empreendedorismo. No âmbito da Educação a Distância pela Universidade Aberta, realizou-se, de 19 de abril a 19 de junho, um Curso de Formação de Formadores, com a duração total de 26 horas.

Ao abrigo da Lei n.º 115/99, de 3 de agosto, e do Decreto-Lei n.º 75/2000, de 9 de maio, foi estabelecido o **Programa de Apoio ao Associativismo Imigrante (PAAI) 2017**, cuja estrutura assenta em três linhas prioritárias de intervenção, a que correspondem três vertentes de apoio – Vertente Acolhimento e Integração, Vertente Valorização da Diversidade e Vertente Reconhecido Mérito. O montante financeiro disponível para estas intervenções é de 200.000,00 €.

Com o objetivo de divulgar toda a informação sobre o processo de apresentação das candidaturas, realizaram-se, em janeiro de 2017, duas sessões de apresentação. Uma no CNAIM de Lisboa, no dia 12 de janeiro, entre as 18h00 e as 19h30, e outra no CNAIM do Porto, no dia 13 de janeiro, das 17h30 às 19h00.

Foram ainda realizadas 22 visitas de acompanhamento aos projetos apoiados no âmbito do PAAI 2017. As visitas de acompanhamento realizadas às associações de imigrantes têm sido fundamentais para avaliar no terreno a execução dos protocolos e o impacto do apoio financeiro atribuído, bem como para aprofundar o conhecimento do trabalho associativo, a sua relevância junto das comunidades e principais constrangimentos.

Foram também disponibilizados por outros gabinetes do ACM, I.P., linhas de apoio financeiro, às quais as associações de imigrantes também podem candidatar-se, por via do FAMI.

Foi feita a construção da plataforma PAAI para os apoios financeiros para o ano de 2018.

Não foram efetuados, em 2017, reconhecimentos nem propostas de reconhecimento ao Conselho para as Migrações. Contabilizam-se, até à data, um total de 136 associações de imigrantes, cuja representatividade foi reconhecida pelo ACM, I.P.

Contabilizam-se, até à data, um total de 135 associações de imigrantes cuja representatividade foi reconhecida pelo ACM. Em 2017 a Associação de Amizade Luso Turca encerrou a sua actividade.

Das 92 associações reconhecidas e atualmente ativas 42 são lideradas por mulheres. As entidades desenvolvem o seu trabalho em áreas tão diversificadas como: o apoio escolar para crianças e jovens; atividades de tempos livres; eventos culturais, recreativos e desportivos; gabinetes de apoio jurídico, social e psicológico; aulas de língua e cultura portuguesa e de outros países; iniciativas de sensibilização e informação dirigidas às comunidades imigrantes e à sociedade portuguesa; ações de intervenção política

no âmbito das questões da imigração e de luta contra a discriminação; e projetos de desenvolvimento nos países de origem.

Em termos de localização geográfica, Lisboa mantém-se o concelho com maior número de associações de imigrantes reconhecidas e ativas (27), seguido do Porto (10), Amadora (7) e Sintra (7).

Quanto às comunidades representadas por cada uma das associações, mantém-se como a mais numerosa as associações que representam múltiplas comunidades (28). As comunidades Cabo-verdiana e Guineense ocupam o segundo e terceiro lugares (20 e 13 respetivamente)

Foram realizados 247 atendimentos por telefone e 22 atendimentos presenciais, assim como várias visitas de representação do ACM, I.P., junto de entidades e eventos da sociedade civil como: a PADEMA – Plataforma para o Desenvolvimento da Mulher Africana e o seu festival cultural; a Associação Caboverdiana de Setúbal e a visita aos novos espaços do bairro da Belavista, com as presenças do Alto-Comissário para as Migrações e do Presidente da Câmara de Setúbal; à Edinstvo – Associação de Emigrantes dos Países de Leste; à Associação MIR; e à Associação de Ucrrianos em Portugal.

Foram realizadas cinco reuniões preparatórias tendo em vista o estudo de casos de *coworking* a projetos da sociedade civil, empresas ou municípios com algum tipo de experiência nesta área, como o Município de Oeiras/Departamento de Coesão e Desenvolvimento Social; o Município de Lisboa/Casa dos Direitos Sociais cujo projeto nasceu de uma forte parceria com o ACM, I.P.; o espaço Coworklisboa; a Associação CLIP na Ameixoeira; e o espaço partilhado pela Fundação Aga Khan e outras entidades, no Pendão. Estas cinco visitas permitiram recolher informação essencial sobre o funcionamento, constrangimentos e potencialidades destes modelos. O inquérito *online* de auscultação feito às entidades sobre as suas maiores necessidades estruturais, contribuiu, em conjunto com as visitas, para a procura de soluções a implementar nesta área do associativismo imigrante.

No âmbito das ações de sensibilização para a participação política de imigrantes, foi realizada uma ação de sensibilização e participação eleitoral junto das associações, por *e-mail*, e num evento de auscultação, junto de 8 das entidades que manifestaram interesse em estar presentes e contribuir para sensibilizar continuamente o seu público-alvo.

Em 2017, deu-se continuidade às reuniões periódicas entre as associações de imigrantes e a tutela do ACM, I.P. Estas reuniões visam auscultar e promover a resolução das questões mais prementes apresentadas pelas entidades, assim como a divulgação das principais e mais recentes políticas na área das migrações.

A primeira reunião decorreu a 30 de março, no CNAIM de Lisboa, reuniu 26 participantes de várias associações de imigrantes reconhecidas e contou com as presenças da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, da Secretária de Estado da Justiça e do Alto-Comissário para as Migrações.

Destaque, ainda, para uma segunda reunião sob a temática dos Afrodescendentes, realizada a 12 de outubro, também no CNAIM de Lisboa, que juntou cerca de 25 representantes de entidades reconhecidas e não reconhecidas, igualmente nas presenças da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade e do Alto-Comissário para as Migrações.

A 16 de dezembro, realizou-se nos CNAIM de Lisboa e do Norte, a eleição do/da representante de cada um dos colégios eleitorais das comunidades imigrantes mais representativas em Portugal, no Conselho para as Migrações, para o triénio 2018/2020. Neste ato eleitoral participaram 28 associações. A tomada de posse será ocorrerá em 2018.

7. CONSELHO PARA AS MIGRAÇÕES

O Conselho para as Migrações “é o órgão de consulta, apoio e participação na definição das linhas gerais do ACM, I.P. e nas tomadas de decisão do conselho diretivo, assegurando a participação e colaboração de entidades públicas e privadas na definição e execução das políticas migratórias” (Lei Orgânica do ACM, I.P.).

Além das reuniões ordinárias, o Conselho para as Migrações reúne sempre que se justifique e desde que regularmente convocado, para pronunciar-se sobre todas as matérias que relevam para as migrações, entre as quais se encontram: iniciativas legislativas (nacionalidade, lei de estrangeiros, discriminação, ou outras); políticas públicas para a integração, inclusão social, cidadania e captação de migrantes; medidas transversais ou sectoriais da política migratória; eventuais entraves à celeridade de reposta da Administração Pública a problemas de integração dos/das migrantes, entre outros. O Conselho deve ainda aprovar o seu regulamento interno; pronunciar-se sobre outras questões que lhe sejam apresentadas pelo Alto-Comissário e exercer as demais competências que lhes sejam atribuídas por lei.

Integram o Conselho para as Migrações entidades diversas com relevância transversal para os assuntos das migrações. Nele estão representadas nove comunidades de imigrantes: angolana, brasileira, cabo-verdiana, moçambicana, santomense, guineense, ucraniana, moldava, chinesa e um representante de associações não filiadas nas comunidades. No plano institucional, estão presentes: a Fundação Aga Khan, a Fundação Calouste Gulbenkian e o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (como Instituições com ação ou interesse na área das migrações); a Direção-Geral das Artes; a Direção-Geral dos Assuntos Consulares e das Comunidades Portuguesas; a Direção-Geral de Política Externa; o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras; Forças de Segurança; a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género; a Direção-Geral das Atividades Económicas; o Instituto do Turismo de Portugal, I.P.; a Direção-Geral da Saúde; Direção-Geral da Educação; Direção-Geral do Ensino Superior; o Instituto do Emprego e Formação Profissional; Autoridade para as Condições do Trabalho; Instituto de Segurança Social, I.P.; Governo Regional dos Açores; Governo Regional da Madeira; Confederação Empresarial de Portugal (CIP); Confederação Comércio Serviços Portugal (CCP); Confederação Geral dos Trabalhadores Portugueses (CGTP-IN); União Geral dos Trabalhadores (UGT); Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP); Conselho das Comunidades Portuguesas e dois/duas Cidadãos/ãs de Reconhecido Mérito.

Em 2017, o Conselho reuniu em plenário quatro vezes. Duas das reuniões foram extraordinárias, nos dias 21 de fevereiro e 29 de março, e duas reuniões ordinárias, ocorreram nos dias 18 de abril e 31 de outubro. Nas reuniões plenárias foram discutidos os seguintes assuntos:

1. Apreciação à alteração do Regulamento da Nacionalidade Portuguesa;
2. Apresentação e debate de diferentes propostas e projetos de lei tendo por objetivo a análise das propostas de diploma, bem como envio dos contributos dos/das Conselheiros/as à 1.ª Comissão dos Direitos, Liberdades e Garantias da Assembleia da República:

- Proposta de Lei n.º 61/XIII que “Estabelece o regime jurídico da prevenção, proibição e combate da discriminação, em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem”;
- Projeto de Lei n.º 429/XIII/2.ª (PCP) “Aprova o regime de regularização de cidadãos estrangeiros indocumentados”;
- Projeto de Lei n.º 471/XIII/2.ª (BE) “Altera o código penal, reforçando o combate à discriminação racial”;
- Projetos de Lei n.º 615/XIII/3.ª (PSD) e n.º 616/XIII/3.ª (CDS), de alteração à Lei n.º 23/2017, de 4 de julho, que “Aprova o regime jurídico de entrada, permanência, saída e afastamento de estrangeiros do território nacional”.

3. Apresentação do Relatório Bienal de Execução do Plano Estratégico para as Migrações (2015-2016);
4. Apresentação dos resultados da apreciação das candidaturas ao PAAI 2017;
5. Apresentação do calendário do processo eleitoral dos representantes das comunidades de imigrantes no Conselho para as Migrações para o triénio 2018-2020.

Relativamente às quatro secções especializadas do Conselho para as Migrações, dedicadas a temáticas (Secção I – Política Migratória; Secção II – Cidadania e Gestão da Diversidade; Secção III – Educação e Formação; e Secção IV – Emprego e Empreendedorismo), em 2017 foram desenvolvidos os trabalhos preparatórios para a implementação de iniciativas definidas como prioritárias, para serem implementadas em 2018.

8. PLANOS E ESTRATÉGIAS COM OS QUAIS O ACM, I.P. COLABOROU

Em 2017, no âmbito das suas atribuições e competências, o ACM, I.P. colaborou na execução dos seguintes Planos e Estratégias:

- a) III Plano Nacional de Prevenção e Combate ao Tráfico de Seres Humanos (2014-2017);
- b) Grupo Interdepartamental para a II Estratégia Nacional para a Deficiência (2015-2020);
- c) Plano Nacional de Formação Financeira (2016-2020);
- d) V Plano Nacional e I Municipal de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género (2014- 2017);
- e) III Programa de Ação para a Prevenção e Eliminação da MGF (2014-2017);
- f) V Plano Nacional para a Igualdade de Género, Cidadania e Não-Discriminação (2014-2017);
- g) Plano Nacional de Saúde (2015-2020);
- h) Estratégia Nacional para a Integração das Pessoas em Situação de Sem-Abrigo (2017-2023).

The background is a solid teal color with several large, overlapping, abstract circular shapes in a lighter shade of teal, creating a dynamic, swirling pattern.

**III.
EDUCAÇÃO,
FORMAÇÃO,
MEDIAÇÃO
E DIÁLOGO
INTER-RELIGIOSO**

1. EDUCAÇÃO INTERCULTURAL

O investimento do ACM, I.P. na aprendizagem intercultural manifesta-se nas várias iniciativas e programas desenvolvidos dirigidos para a comunidade educativa.



Figura 40 – Logótipo do Selo Escola Intercultural

O **Selo Escola Intercultural** é uma dessas iniciativas que, desde 2012, tem marcado a intervenção do ACM, I.P., no âmbito da promoção e valorização da educação intercultural. A 12 de janeiro de 2017 realizou-se a cerimónia da 4.ª edição do Selo da Escola Intercultural, tendo sido atribuídos 32 selos, entre os quais: Selo de nível Iniciado – 8 escolas; Selo de nível Intermédio – 17 escolas; Selo de nível Avançado – 7 escolas. A 21 de dezembro de 2017 foi aberto o prazo de candidaturas para a 5.ª edição do Selo da Escola Intercultural, cujos resultados serão anunciados em 2018.



Figura 41 – Logótipo da REEI

O Programa **Rede de Escolas para a Interculturalidade** (REEI) iniciou a sua atividade em 2017 com dois encontros regionais com as escolas envolvidas nas várias edições do Selo da Escola Intercultural (13 de fevereiro, no Porto, e 15 de fevereiro em Lisboa). Nestas reuniões foram apresentados os fundamentos conceptuais e metodológicos da REEI e convidadas as escolas para fazerem parte do Programa. De entre as escolas que manifestaram interesse em participar, foram selecionadas 23 (15 agrupamentos de escolas, 1 escola não agrupada, 3 escolas privadas, 2 escolas profissionais e 2 escolas de música) que constituem neste momento a Rede e que a integrarão durante 3 anos.



Figura 42 – Encontro regional da REEI

Até ao final de 2017 foram realizados mais quatro encontros regionais (31 de outubro e 21 de novembro, em Lisboa, e 2 e 24 de novembro, em Coimbra) que envolveram cerca de 55 docentes, não docentes, diretores de agrupamentos e outros membros das direções de agrupamentos. Nestes encontros regionais aprofundou-se a reflexão sobre práticas pedagógicas multiculturais e interculturais em contextos educativos culturalmente diversos. À semelhança da iniciativa Selo Escola Intercultural, a REEI é uma iniciativa conjunta do ACM, I.P., DGE/ME, Fundação Aga Khan Portugal.

Ainda no âmbito da REEI, decorreu, de 11 de abril a 11 de maio de 2017, o período de apresentação de candidaturas ao **Aviso n.º 32/FAMI/2017 - Concessão de Planos para a Educação Intercultural** e integração de nacionais de países terceiros em ambiente escolar/comunidade envolvente, dirigido a estabelecimentos de ensino públicos e privados do ensino obrigatório. Foram recebidas 19 candidaturas das quais 17 foram aprovadas, com valor total financiado de € 1.07M (a dotação do Aviso era de € 1.4M).

Cumprindo o objetivo de promoção e divulgação de práticas pedagógicas em torno da temática da interculturalidade, manteve-se a disponibilização *online* dos recursos que constituem o **Kit Intercultural Escola**, dirigido a docentes, educadores e pais. Apesar das dezenas de pedidos de escolas e de projetos dirigidos a crianças e jovens para a disponibilização do Kit Intercultural em versão papel, foi muito reduzido o número destas publicações distribuídas pelo facto da maioria das publicações estarem esgotadas.

No âmbito da participação do ACM, I.P. na Rede SIRIUS – European Policy Network on the Education of Children and Young People with a Migrant Background, o ACM, I.P. esteve presente no encontro das European Commission school policy networks nos dias 4 e 5 de abril, bem como na Conferência Anual da SIRIUS a 14 e 15 de abril, ambos em Bruxelas.

O ACM, I.P. esteve também presente em escolas, universidades e eventos dedicados à educação para a divulgação das iniciativas referidas mas também para a dinamização de sessões de sensibilização para jovens nas temáticas das migrações e interculturalidade.

No que se refere à conceção e construção de ferramentas e instrumentos pedagógicos para a educação intercultural, o ACM, I.P. colaborou ainda nos seguintes grupos de trabalho:

- Estratégia Nacional de Educação para o Desenvolvimento (ENED);
- Roteiro Cidadania em Portugal.

2. BOLSA DE FORMADORES

Manteve-se a atividade formativa do ACM, I.P., através da dinamização, por uma bolsa de formadores especializados, de ações de sensibilização de curta duração (4 a 6 horas), nas matérias da interculturalidade e migrações. Entre janeiro e dezembro de 2017, foram realizadas 118 ações, envolvendo 38 entidades (entre as quais, Polícia de Segurança Pública, Agrupamentos de Escolas, Municípios e Associações de Imigrantes), e abrangendo 2.231 participantes.

Módulo	N.º Ações	N.º Participantes	H	M
Educação Intercultural	15	309	51	258
Aprender com Histórias: Primeiros Passos para a Interculturalidade	5	132	5	127
Diálogo Intercultural	24	411	95	316
Lei da Imigração	7	122	25	97
Medidas de Política Migratória e Aprendizagem Intercultural	45	857	671	186
Diálogo Inter-religioso	4	69	16	53
Acesso dos Migrantes à Saúde	6	121	18	103
Portugueses Ciganos: Cidadania e Interculturalidade	5	110	7	103
Lei da Nacionalidade	11	59	9	50
Potencial da Diversidade Cultural no Desenvolvimento Local	3	41	6	35
TOTAL	118	2231	974	1471

Figura 43 – Ações de formação, em 2017

No âmbito do protocolo “Juntos por Todos”, estabelecido com a PSP em julho de 2016, foram realizadas 45 ações nas áreas da integração e da gestão da diversidade cultural, dirigidas a 857 oficiais e agentes do policiamento de proximidade de todo o território nacional.

3. CARTA PORTUGUESA PARA A DIVERSIDADE



Figura 44 – Logótipo da Carta Portuguesa para a Diversidade

A Carta Portuguesa para a Diversidade constitui-se como um código de conduta de autorregulação de âmbito europeu e de subscrição voluntária, no encorajamento e capacitação das empresas para a gestão da diversidade nas suas várias dimensões (género, cultural, deficiência, geracional, etc.). É uma iniciativa da Comissão Europeia que conta já com 20 Cartas, tendo Portugal sido a 16.ª. Desde a sua assinatura, a 31 de março de 2016, contou, até ao final de 2017, com 199 organizações signatárias, entre as quais:

Sector / Tipo de organização	N.º organizações
Sector Público – Administração Central	10
Sector Público – Administração Local	18
Privada Sem Fins Lucrativos – 3.º Sector	68
Privada Com Fins Lucrativos – Empresas	86
Associações Empresariais – Associações Profissionais	8
Instituições de Ensino	8
Órgãos diplomáticos	1

Figura 45 – Organizações signatárias da Carta Portuguesa para a Diversidade

A gestão das atividades do envolvimento das entidades signatárias e a implementação dos princípios da Carta são asseguradas pela sua Comissão Executiva, composta pelo ACM, I.P., a Fundação Aga Khan Portugal, o GRACE, o INR – Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P., a CIG – Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género, a CITE – Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, e o ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, apoiados por um Conselho Consultivo constituído pela EDP, LYD, IEFP, BNP Paribas, ILGA, APHSTDC, L'OREAL, Animar e Deutsche Bank.

As atividades da Carta são concebidas e organizadas de forma colaborativa, envolvendo todas as entidades signatárias interessadas em cada iniciativa ou área de atuação. A maior parte das atividades partem de Grupos de Trabalho que se constituem torno de partilha de interesses.

Em janeiro, representantes de 100 entidades signatárias participaram no II Plenário da Carta, em Lisboa. Em maio constituiu-se o primeiro núcleo regional da Carta, o Núcleo Norte, formado por nove organizações e coordenado pelo Município da Póvoa do Lanhoso, pela Lipor e pela Esposende Ambiente.

No dia 22 de maio, decorreu no ISCTE-IUL, em Lisboa, o Fórum Nacional Para a Diversidade. Esta iniciativa da Carta Portuguesa para a Diversidade juntou mais de 200 pessoas e 100 organizações de diferentes dimensões e setores num momento de reflexão e partilha de práticas sobre a Diversidade e Inclusão nos ambientes laborais.



Selo da Diversidade 2017

Figura 46 – Logótipo do Selo da Diversidade

A 10 de novembro de 2017 teve lugar a Gala da Carta Portuguesa para a Diversidade, na Universidade Atlântica, na qual foram reconhecidas pelo Júri, constituídos por cinco especialistas de várias áreas convidados para o efeito, 12 práticas: quatro com selos e oito com menções honrosas. Esta 1.ª edição do Selo da Diversidade contou com 29 candidaturas por parte de 16 entidades signatárias da carta, de todos os setores e dimensões. O Selo da Diversidade foi o produto final do grupo de trabalho do selo que viu assim a sua tarefa terminada.

Em 2017, iniciou-se igualmente a construção da Caixa de Ferramentas para a Diversidade e Inclusão, um recurso exclusivo para que as organizações possam refletir, avaliar, construir, desenvolver e consolidar ações que influenciam as suas políticas de Diversidade e Inclusão (D&I). Este recurso, a lançar em 2018, é o produto final do grupo de trabalho do alinhamento de conceitos e de partilha de práticas.

4. MEDIAÇÃO INTERCULTURAL

Ao abrigo do Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego, durante o ano de 2017, efetuou-se a revisão da estratégia de intervenção no âmbito do Projeto de Mediadores Municipais e Interculturais. Está elaborado o Aviso de Abertura da Candidatura a publicar, os indicadores a contratualizar com as entidades beneficiárias, a grelha de análise, a nota explicativa dos critérios de seleção da grelha de análise e a *checklist* das verificações de gestão.

Em 2017, a RESMI – Rede de Ensino Superior para a Mediação Intercultural integrou mais quatro entidades do Ensino Superior, totalizando 30 membros. Mantendo como objetivo o aprofundamento das questões do conhecimento e das práticas de mediação intercultural, potenciando sinergias nas áreas da formação, investigação e consultoria dos projetos implementados no terreno pelos parceiros do ACM, I.P., atualmente esta rede encontra-se representada desde o Minho ao Alentejo.



Figura 47 – Logótipo da RESMI

Tal como referido na Carta de Compromisso, assinada entre as diferentes instituições membros da RESMI, foram realizadas duas reuniões anuais: a primeira realizou-se a 27 de março de 2017, no Instituto Politécnico de Viseu, e a segunda realizou-se a 27 de novembro, nas instalações do Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes de Lisboa. Os quatro grupos de trabalho com dinâmicas nas áreas da Educação, Saúde, Território e Monitorização reuniram regularmente com vista a dar continuidade ao trabalho anteriormente desenvolvido.

Iniciou-se ainda a organização do II Congresso Internacional da RESMI, sob o tema “A Europa como espaço de diálogo intercultural e de mediação”, a ter lugar em abril de 2018, em Braga, na Universidade do Minho.

5. DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO



Figura 48 – Logótipo do GT DIR

Na área do Diálogo Inter-religioso, deu-se continuidade ao trabalho que tem vindo a ser dinamizado no âmbito do Grupo de Trabalho para o Diálogo Intercultural – GT DIR. Assim, em 2017, e mantendo os objetivos de dar visibilidade ao Diálogo Inter-religioso e ao fenómeno religioso como espaço de vivência de cidadania, tolerância e mútuo entendimento, foram realizadas 12 reuniões de trabalho. Refira-se que, em 2017, o GT DIR incluiu novos membros, sendo neste momento composto por 14 comunidades religiosas:

- Aliança Evangélica Portuguesa
- Associação Internacional Buddha's Light de Lisboa
- Comunidade Bahá'í de Portugal
- Comunidade Hindu de Portugal
- Comunidade Islâmica de Lisboa
- Comunidade Ismaili de Lisboa
- Comunidade Israelita de Lisboa

- Igreja Católica Apostólica Romana (Patriarcado de Lisboa)
- Igreja Evangélica Presbiteriana de Portugal
- Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias em Portugal – Mórmons
- Igreja Lusitana Católica Apostólica Evangélica (Comunhão Anglicana)
- União Budista Portuguesa
- União Portuguesa dos Adventistas do Sétimo Dia
- Patriarcado Ecuménico de Constantinopla (Igreja Ortodoxa de Constantinopla)

Em 2017, foi realizada a II Edição do Encontro Inter-religioso de Jovens, MEET IR 2017, com o objetivo de reconhecer a diferença e o pluralismo e refletir conjuntamente sobre o contributo de todos (os/as jovens em particular) para uma sociedade melhor. Este evento reuniu 21 jovens de oito comunidades religiosas. No final do encontro, os/as jovens elaboraram uma Carta Comum, onde manifestaram as suas preocupações, contributos e compromissos para um novo mundo em construção.



Figura 49 – MEET IR 2017

No âmbito do dia Internacional da Paz, dia 21 de setembro, foi difundido nas redes sociais o vídeo fé na Paz #fénapaz. O vídeo teve perto de 500 partilhas e mais de 31 mil visualizações, só no Facebook do ACM, I.P.

Dando continuidade à parceria com a Editora Paulinas, foi efetuado o Lançamento do Calendário Celebração do Tempo 2018, tendo sido simultaneamente publicado o folheto *online* Vivência do Tempo, onde as diferentes comunidades manifestaram a forma como experimentam e exprimem o tempo nos seus textos de referência.



Figura 50 – Folheto Vivência do Tempo

The background is a solid teal color with several large, overlapping, organic shapes in a lighter shade of teal. These shapes resemble stylized leaves or petals, creating a layered, textured effect. The text is centered in the upper-left quadrant of the page.

**IV.
INTEGRAÇÃO DAS
COMUNIDADES
CIGANAS**

1. ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES CIGANAS

A Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2013 publicada em Diário da República a 17 de abril), constituída por 5 eixos principais de intervenção (Transversal, Educação, Emprego e Formação, Habitação e Saúde), com 105 medidas e 148 metas, tem vindo a ser implementada desde 2013, estando a sua monitorização a cargo do ACM, I.P.

Em 2017, à semelhança dos anos anteriores, foram desenvolvidos várias ações previstas, quer pelos parceiros responsáveis da estratégia, quer pelo ACM, I.P., que passaram nomeadamente pela apresentação do Estudo de Caracterização das Condições de Habitação das Comunidades Ciganas em Portugal, pelo Instituto de Habitação e da Reabilitação Urbana, pela atribuição de apoio financeiro a iniciativas e projetos de organizações da sociedade civil, por ações de formação e sensibilização, promovidos pelo ACM, I.P. e por outros parceiros, entre outras iniciativas.

Tal como a própria estratégia já previa em 2013, em 2017, iniciou-se igualmente um processo de revisão da mesma, que deve estar concluído em abril de 2018. Desta forma, no início de 2017, começou por realizar-se através do NACI, três oficinas de reflexão sobre a ENICC, com a presença de 80 pessoas de diferentes entidades e da comunidade cigana. Grosso modo, foram apresentados como principais pontos fortes da ENICC a colocação na agenda política do tema, bem como a sistematização dos problemas/questões a resolver. Como principais desafios apontados, foram destacados a falta de orçamento para implementação das medidas, bem como o fato de não refletir a heterogeneidade das comunidades ciganas.



Figura 51 – Oficinas de reflexão ENICC

Em abril de 2017, a Secretaria de Estado para a Cidadania e a Igualdade, adjudicou ao CESIS – Centro de Estudos para Intervenção Social, o processo de revisão da ENICC, estando o NACI a acompanhar o mesmo e presente nos diferentes grupos de discussão (metodologia adotada pelo CESIS) que se têm vindo a realizar em diferentes pontos do país (Norte, Centro, Lisboa, Península de Setúbal, Alentejo e Algarve), com diferentes entidades.

2. GRUPO CONSULTIVO PARA A INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES CIGANAS

O CONCIG foi criado em junho de 2013, estando previsto na Prioridade 1 da ENICC. No ano de 2017, foram realizadas duas reuniões deste Grupo Consultivo, que correspondem à 10.^a e 11.^a reuniões realizadas após a sua criação.

A 10.^a reunião ocorreu em março de 2018 e incidiu sobre a apresentação do estudo “Caracterização das Condições de Habitação das Comunidades Ciganas Residentes em Portugal”, pelo Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbanas e a apresentação e discussão das principais conclusões das Oficinas de reflexão sobre a ENICC, realizadas no início do ano. Na 11.^a reunião, houve lugar à apresentação do relatório de execução da ENICC referente a 2016 e à apresentação do Programa Operacional para a Promoção da Educação.



Figura 52 – 10.^a Reunião do CONCIG

3. PROGRAMA OPERACIONAL DE PROMOÇÃO DA EDUCAÇÃO – OPRE

O ACM, I.P., através do Programa Escolhas, lançou em outubro de 2016 o Programa Operacional de Promoção da Educação – OPRE, em parceria com a Rede de Jovens para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens e a Letras Nomadas – Associação de Investigação e Dinamização das Comunidades Ciganas, dirigido a estudantes que frequentam o ensino superior, provenientes das comunidades ciganas, com o objetivo de atenuar as barreiras existentes entre estas comunidades e o sistema de ensino formal, bem como evitar o abandono precoce deste ciclo de estudos (na sequência dos bons resultados do Projeto Opre Chavalé, promovido pela Plataforma Portuguesa para os Direitos das Mulheres, em parceria com a Associação Letras Nómadas).

O Programa OPRE disponibilizou 25 bolsas de estudo universitárias, no ano letivo 2016/2017, bem como um programa de capacitação, tutoria e acompanhamento destes/as bolsеiros/as e respetivas famílias.

Atendendo às especificidades dos/das seus/suas participantes, o programa traduz-se não só numa prestação pecuniária destinada à comparticipação nos encargos inerentes à frequência de estudos no ensino superior, mas também num programa de capacitação e no apoio técnico especializado, em termos de sensibilização e mediação familiar e comunitária, bem como do acompanhamento individual e tutoria junto dos/das estudantes. A população abrangida pela 1.^a Edição do Programa OPRE foi constituída por 11 homens e 13 mulheres, residentes em 19 concelhos do país.



Figura 53 – 3.º Encontro dos/das participantes do Programa OPRE 2016/2017, Espinho, abril de 2017

A 2.ª edição do Programa OPRE, para o ano letivo 2017/2018, fruto dos bons resultados da 1.ª edição, encontra-se a apoiar atualmente 32 estudantes ciganos (14 mulheres e 18 homens), provenientes de 22 concelhos do país.

Em novembro de 2017 decorreu, em Lisboa, o 1.º Encontro desta segunda edição, sendo ainda de destacar a receção ao grupo por parte do Presidente da República, em dezembro.



Figura 54 – Receção no Palácio de Belém

4. FUNDO DE APOIO À ESTRATÉGIA NACIONAL PARA A INTEGRAÇÃO DAS COMUNIDADES CIGANAS

O FAPE é uma ferramenta criada, de forma assumidamente experimental, em 2015, no sentido de apoiar financeiramente entidades da sociedade civil, contribuindo diretamente para a execução das prioridades, mediadas e metas estabelecidas na ENICC. Na sua 1.ª edição, o FAPE teve uma dotação disponível de 50.000,00 € e apoiou 11 projetos. Já em 2016, na 2.ª edição, duplicou a dotação passando para 100.000,00 € e apoiou 21 projetos.

Em 2017, foi contratualizada com o CESIS a realização de um Estudo de Avaliação da Implementação do FAPE, referentes às duas primeiras edições, sendo os resultados da referida avaliação públicos (o estudo encontra-se disponível na íntegra para consulta em www.acm.gov.pt).

O estudo conclui que “partir dos elementos constantes no presente relatório e das sugestões apontadas, quer no questionário, quer pelas/os participantes nos grupos de discussão pode dizer que um programa dirigido especificamente ao desenvolvimento de intervenções com e para as comunidades ciganas é pertinente no quadro da sociedade portuguesa e pode ser, efetivamente, um instrumento de promoção da cidadania e de *empowerment* das comunidades ciganas”.

Desta forma, a 3.ª edição do FAPE foi lançada em novembro, tendo o período de apresentação de candidaturas decorrido até ao dia 27 do mesmo mês, para projetos que se iniciarão em 2018, e já contemplou no seu regulamento as principais recomendações da avaliação externa do CESIS, designadamente: mais tempo de execução dos projetos (os projetos podem ter a duração máxima de 18 meses); maior financiamento para a realização dos mesmos (projetos de natureza regular e continua com um financiamento até um valor máximo de 25 mil euros e projetos pontuais até um valor máximo de 5.000,00 €); uma dotação financeira superior às edições anteriores (250.000,00 €, no total); e a distinção dos projetos constituídos em parceria com associações ciganas ou que nas suas equipas técnicas incluam pessoas ciganas (em sede de avaliação de candidatura).

Foram apresentadas 36 candidaturas provenientes de todo o território nacional, que foram apreciadas preliminarmente e avaliadas, sendo que do resultado desta apreciação destacam-se 18 projetos que contemplam: ações e/ou iniciativas de valorização da importância da escolarização e/ou da continuidade no percurso escolar; e, à semelhança das edições anteriores, apostam na continuidade, através da promoção do combate à discriminação e sensibilização da opinião pública, a promoção de formação sobre cidadania, o incentivo à participação comunitária ativa das comunidades ciganas, a promoção do conhecimento da história e cultura ciganas e ações centradas na promoção da igualdade de género e/ou focalizadas no desenvolvimento de competências e de conciliação da vida profissional, pessoal e familiar.

5. OBSERVATÓRIO DAS COMUNIDADES CIGANAS

O ObCig tem a missão de estudo e acompanhamento estratégico e científico das comunidades ciganas em Portugal, enquadrando-se na Prioridade 2 do Eixo Transversal da ENICC.

Atendendo a que em 2017, o Observatório das Comunidades Ciganas esteve sem coordenação científica, as principais atividades e iniciativas dinamizadas decorreram da articulação com o Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas.

As principais atividades do ObCig, em 2017, centraram-se assim na gestão dos canais de contato, informação e divulgação do Observatório, no apoio informativo e científico às diferentes solicitações recebidas (nomeadamente de estudantes, investigadores e organizações), na consolidação de parcerias já estabelecidas (com Universidades, Institutos Politécnicos ou Unidades de Investigação) e na participação em representação do ACM, I.P., em diferentes encontros/conferências, dos quais destacamos: a comunicação “Direitos Humanos, Educação e Comunidades Ciganas”, na conferência “Da Escola aos Direitos Humanos: como Humanizar a Educação”, promovida pelo Centro de Formação de Escolas António Sérgio, em Lisboa; e a participação no encontro “Siñando Kali” – Ser Mulher Cigana no Século XXI, promovido pela Ribaltambição – Associação para a Igualdade de Género nas Comunidades Ciganas.

Em novembro de 2017, foi anunciado que a Professora Doutora Maria José Casa-Nova seria a nova coordenadora do ObCig, a iniciar funções em janeiro de 2018.

6. OUTRAS INICIATIVAS

a) Programa de Apoio ao Associativismo Cigano

Em 2017, foi lançada a 1.ª edição do PAAC. O Programa nasceu da consciência da importância de apostar na mobilização e envolvimento ativo das associações ciganas, na implementação local e nacional da ENICC. Assim, o PAAC contribuiu de forma direta para a concretização das metas definidas nas prioridades estabelecidas pela ENICC, cujos projetos estruturaram a sua ação sob a forma de atividades que tivessem como objetivo:

1. Incentivar a participação das comunidades ciganas, enquanto exercício de cidadania;
2. Promover o combate à discriminação e sensibilização da opinião pública;
3. Apoiar iniciativas/projetos de organizações da sociedade civil;
4. Investir em estratégias de empoderamento das mulheres ciganas através do associativismo feminino;
5. Valorizar a história e cultura ciganas;
6. Enquadrar os valores familiares ciganos nos princípios e valores da sociedade portuguesa;
7. Sensibilizar as instituições públicas para a mediação intercultural, enquanto estratégia promotora de serviços mais inclusivos.

Os projetos apresentados no âmbito do PAAC estruturavam-se assim em 3 Eixos de Intervenção, designadamente, através da capacitação associativa, da promoção da igualdade de oportunidades, a educação para a cidadania, a mediação e o combate à discriminação, enquanto áreas de intervenção que se consideram fundamentais para alcançar uma coesão social que respeite a diversidade cultural e através da realização de ações que traduzam um contributo para a concretização dos objetivos e metas enquadrados nos demais Eixos da ENICC.

Com uma dotação financeira de 43.500,00 € o PAAC foi lançado a 16 março de 2017, podendo as entidades apresentar candidaturas até 7 de abril de 2017, sendo estas posteriormente apreciadas na sua componente técnica e financeira.

Destacaram-se desta apreciação 6 projetos, de duração não superior a 8 meses, cujo montante global a apoiar foi de 19.694,45 € e cujo período de implementação decorreu de 1 de maio de 2017 e 31 de dezembro de 2017.

A formalização destas iniciativas decorreu a 2 de junho de 2017, com a assinatura dos protocolos com as 6 associações ciganas, um importante passo na integração das comunidades ciganas, potenciando o seu envolvimento e participação ativa através da sua mobilização associativa.

A 1.ª edição do PAAC contemplou projetos que se destacaram nas áreas do combate à discriminação e promoção do diálogo intercultural entre estas e a sociedade maioritária, assim como a promoção

da igualdade de género e o empoderamento das mulheres ciganas, bem como promover junto das comunidades ciganas as vantagens sociais da escolarização e melhorar o envolvimento parental na escola como incentivo à frequência e continuidade do percurso escolar.



Figura 55 – Cerimónia de assinatura de protocolos PAAC

b) Seminário internacional – Comunidades Ciganas

Para assinalar o Dia internacional das Pessoas Ciganas, celebrado a 8 de abril, decorreu a 6 de abril, na Fundação Calouste Gulbenkian, promovido pelo gabinete do Ministro-Adjunto e organizado pelo ACM, I.P., o Seminário Internacional – Comunidades Ciganas, que contou com mais de 200 participantes.

Do programa do seminário constou, entre outras, a intervenção do Presidente da Comissão dos Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, de representantes da OSCE (Organization for Security and Co-operation in Europe) e da FRA (European Union Agency for Fundamental Rights), do Conselho da Europa, do Alto-Comissário para as Migrações, do Presidente do Conselho Diretivo do IHRU, de representantes do Instituto de Segurança Social, de investigadores do ISCTE, de membros de grupos ativos comunitários, do Presidente do Conselho de Administração da FCG e do Ministro-Adjunto. O Seminário terminou com um Espetáculo – Recital de Cante, pela cantora sevilhana Esperanza Fernández.



Figura 56 – Seminário Internacional



Figura 57 – Recital de Cante

c) Conferência Educação e Comunidades Ciganas

A 30 de novembro de 2017, realizou-se a conferência “Educação e Comunidades Ciganas”, no Agrupamento de Escolas do Barreiro. Esta conferência foi organizada conjuntamente pelo ACM, DGE, IPDJ e ANQUEP, com o objetivo de partilhar experiências e reflexões sobre educação e comunidades ciganas, contando, mais uma vez, com a participação dos próprios.



Figura 58 – Conferência “Educação e Comunidades Ciganas”

d) Mais Líderes – Jovens Cigan@s

No âmbito da ENICC, que visa “incentivar a participação das comunidades ciganas, enquanto exercício de cidadania”, terminou em 2017, o Programa de Capacitação “Mais Líderes – Jovens Cigan@s”.

Esta iniciativa, iniciada no ano 2016, pretendia incentivar a participação ativa de jovens ciganos e ciganas no plano cívico e associativo, utilizando metodologias participativas em contexto de reuniões, ações de formação, sessões de informação/sensibilização e desenvolvimento de projetos. Ao longo do ano de 2017, foram realizados três encontros presenciais de dois dias. O primeiro encontro realizou-se nos dias 28 e 29 de janeiro e abordou o tema de Gestão e Avaliação de Projetos de intervenção. Os participantes tinham o desafio de elaborar projetos de intervenção local, em 4 grupos de trabalho. Os referidos projetos foram apresentados e avaliados no segundo encontro realizado de 22 de abril.

O programa terminou com uma visita de estudo à Fundación Secretariado Gitano em Madrid, em julho.



Figura 59 – Mais Líderes na Fundación Secretariado Gitano

Para além das reuniões com organizações da sociedade civil, municípios, juntas de freguesia e escolas, que decorreram em 2017, o Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas, participou ainda em várias reuniões/ iniciativas internacionais, nomeadamente nas reuniões da Rede de Pontos de Contacto Nacionais para a Integração dos Ciganos, dinamizada pela Comissão Europeia e nas reuniões do CAHROM – Comité de Peritos Ad Hoc para questões dos Roma do Conselho da Europa. O NACI participou ainda na visita de estudo à *Fundación Secretariado Gitano*, Madrid, com o grupo “Mais Líderes – Jovens Cigan@s” e numa visita à *Roma Education Fund*, em Budapeste.

O Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas fez também uma comunicação sobre a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, no encerramento do *Projeto SIROMA – Promoting Social Inclusion in Densely Roma Populated Areas*, em Ancara e participou na Plataforma para a Integração dos Ciganos em Bruxelas.

É de destacar ainda a coorganização com o PO ISE, da Reunião do *Eu Roma network*, no Porto, em novembro de 2017. A plataforma *Eu Roma* tem o secretariado técnico da *Fundación Secretariado Gitano* e promove o uso de fundos estruturais para a integração das comunidades ciganas.



V.

**ACOLHIMENTO E
INTEGRAÇÃO DE
PESSOAS REFUGIADAS**

1. ACOLHIMENTO E INTEGRAÇÃO DE PESSOAS REFUGIADAS

O Governo português anunciou, em 2015, a disponibilidade para o acolhimento, ao longo dos dois anos seguintes, de 4.574 pessoas refugiadas, número que seria revisto em alta pelo XXI Governo Constitucional que veio reforçar essa disponibilidade até um máximo de 10.000 indivíduos, quer pelo mecanismo de recolocação, quer por acordos bilaterais a estabelecer. No que concerne à quota da recolocação, já em 2016, o compromisso de Portugal foi revisto pela Comissão para um total de 2.951 refugiados/as, quota que se veio a estabelecer até ao final do programa de recolocação em 26 de setembro de 2017.

Assim, através do despacho n.º 10041-A/2015, de 3 de setembro, o Governo criou o Grupo de Trabalho para a Agenda Europeia para as Migrações. O GTAEM, de natureza pluridisciplinar, mobilizou representantes de organismos públicos de diversas áreas, tais como a Direção-Geral dos Assuntos Europeus (DGAE-MNE), Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), Instituto da Segurança Social (ISS), Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP), Direção-Geral da Saúde (DGS), Direção-Geral da Educação (DGE), Alto Comissariado para as Migrações (ACM, I.P.), bem como das autarquias locais e organizações não-governamentais, designadamente o Conselho Português para os Refugiados (CPR), a Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR), a Cruz Vermelha Portuguesa (CVP), a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social (CNIS), União das Mutualidades Portuguesas (UMP), a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) e a Câmara Municipal de Lisboa (CML).

De imediato foi desenhada uma estratégia nacional que visou a plena integração das pessoas refugiadas em Portugal, sendo as propostas de acolhimento definidas com base nos seguintes princípios:

- Institucional: ao privilegiar o acolhimento por instituições, em detrimento do acolhimento por particulares;
- Descentralizado: ao valorizar o potencial do acolhimento também em territórios de média e baixa densidade;
- Em consórcio: ao mobilizar consórcios locais de instituições que, em conjunto, assegurariam os vários requisitos necessários para a plena integração dos refugiados;
- Integrado: ao considerar todos os itens contemplados para uma plena integração (alojamento, alimentação, emprego, educação, saúde e língua portuguesa);
- Autónimo: ao apresentar soluções que permitiriam a gradual autonomia das pessoas refugiadas, designadamente as soluções de alojamento que assentassem em soluções de pequena escala.

Portugal é o sexto país da União Europeia (UE) com um maior número de refugiados acolhidos no âmbito do Programa de Recolocação. Até 31 de dezembro de 2017, e após o termo formal do Programa de Recolocação em 26 de setembro, chegaram a Portugal 1520 cidadãos recolocados, 1190 provenientes da Grécia e 330 de Itália. Destes, 261 são agregados familiares e 533 são menores. No que concerne à origem, destacam-se os recolocados sírios (833), iraquianos (338) e eritreus (311).

Indivíduos					Proveniência	
TOTAL	Adultos	Menores	Adultos Isolados	Agregados Familiares	Grécia	Itália
1520	987	533	434	261	1190	330

Figura 60 – Chegadas no âmbito do programa de recolocação

Apátrida	Eritreia	Íemen	Iraque	Síria	Sudão	Palestina	Tunísia	Etiópia	Rep. Centro Africana	Total
21	311	4	338	833	1	5	1	1	5	1520

Figura 61 – Totais por nacionalidade no âmbito do programa de recolocação

Masculino	Feminino
955	565
1520	

Figura 62 – Totais por género no âmbito do programa de recolocação

Assumindo a sua quota-parte do compromisso de co-responsabilização para com os restantes Estados Membros da UE sob maior pressão migratória, Portugal desenhou uma estratégia nacional que visou a plena integração das pessoas refugiadas em Portugal, assumindo um papel ativo numa Europa da solidariedade e da liberdade.

Assim, Portugal assentou o seu modelo de acolhimento numa forte participação da sociedade civil e dos Municípios, pelo que as 1520 pessoas foram acolhidas de forma descentralizada em 98 municípios de norte a sul do país.

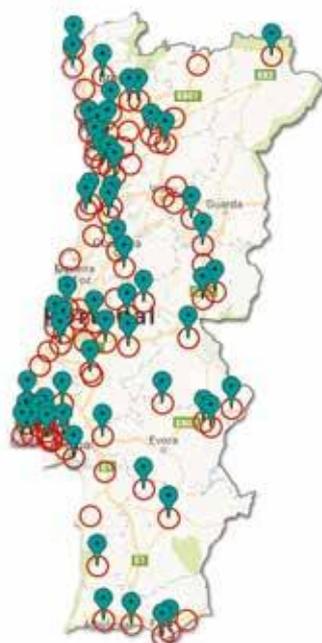


Figura 63 – Disponibilidades por Município

Ainda no contexto do Programa de Recolocação, a Declaração EU – Turquia deu lugar ao Acordo 1x1, ao abrigo do qual Portugal reinstalou, no ano de 2017, 142 pessoas.

Total de indivíduos	142
Chegadas	10
Nacionalidades	1

Figura 64 – Chegadas no âmbito do Acordo 1x1 – Turquia

Portugal acolheu também, em março de 2017, 5 menores não acompanhados de nacionalidade afegã, não incluídos no Programa de Recolocação, por se tratar de nacionalidade não elegível pela UE. Com o apoio do Estado Português, e através de um protocolo tripartido, que envolveu a CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social, uma ONG grega e uma IPSS portuguesa, os cinco MENA Afegãos integram a política de solidariedade ativa do Governo Português em torno desta matéria.

Até 2015, o ACM, I.P. não tinha qualquer intervenção direta no acolhimento de pessoas refugiadas em Portugal. Foi a partir de 2015 que o ACM, I.P. reconfigurou muitas das suas respostas para imigrantes, alargando-as às pessoas refugiadas. Assim, coube ao ACM a sensibilização da opinião pública para a temática dos/os refugiados/as, a articulação com a sociedade civil e autarquias na recolha de propostas de acolhimento de pessoas refugiadas, a disponibilização dos serviços dos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (CNAIM) e Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), nomeadamente o Serviço de Tradução Telefónica (STT), e o apoio prestado pelo Programa Português para Todos, através da sua versão em *e-learning*, com vista à aprendizagem da língua portuguesa.

No quadro dessas medidas, o ACM, I.P. deteve ainda um papel fundamental no acolhimento e integração de pessoas refugiadas em Portugal. Neste âmbito, foi criado, pelo ACM, I.P., em abril de 2016, o Núcleo de Apoio à Integração de Refugiados, que veio permitir assegurar respostas ao nível da integração, sempre em complementaridade com a escala local e com as competências das instituições de acolhimento, nomeadamente durante o período inicial de 18 a 24 meses após a chegada, e no período de autonomização, tendo a seu cargo, entre outras, as seguintes funções:

- A atualização permanente do mapeamento das disponibilidades para acolhimento de pessoas refugiadas em Portugal;
- O registo e atualização permanente de acolhimento de pessoas refugiadas em Portugal;
- O apoio e acompanhamento local das instituições que acolhem pessoas refugiadas no sentido de apoiar a integração através de visitas de acompanhamento;
- A articulação com a sociedade civil e autarquias na recolha de propostas de acolhimento de pessoas refugiadas;
- Acompanhamento à chegada, no aeroporto, em articulação com as instituições de acolhimento;
- A sensibilização da opinião pública para a temática dos refugiados;
- O apoio às instituições no processo de integração, nomeadamente através da disponibilização dos serviços do ACM, I.P.;
- Assegurar, através dos Gabinetes de Assuntos Sociais e Inclusão (GASI), existentes nos CNAIM de Lisboa, Porto e Algarve), a mediação no âmbito da intervenção social;

- Assumir a monitorização e atribuição de fundos comunitários no âmbito da missão conferida ao ACM, IP;
- Assegurar a representação do ACM,IP nas instâncias nacionais e internacionais na área temática dos refugiados;
- Garantir diversos programas e iniciativas de apoio à integração, nomeadamente de acesso ao ensino superior, ao mercado de trabalho ou à criação de negócios, entre outros.

Para uma estratégia que permita assegurar o processo de autonomização e de *phasing out* do projeto de vida das pessoas refugiadas acolhidas em território nacional, o ACM, IP tem, através dos serviços que dispõe, um papel relevante, ativando logo aos 12 meses de permanência (6 meses antes do termo) em território nacional o processo de *phasing out*.

Neste processo, os serviços já disponibilizados pelos CNAIM têm um papel ativo, com especial enfoque nos Gabinetes de Assuntos Sociais e Inclusão (GASI), em estreita articulação e colaboração com o NAIR e com as entidades de acolhimento e, naturalmente, as pessoas refugiadas.

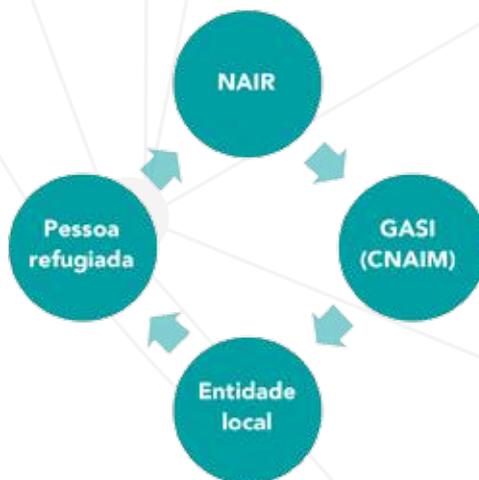


Figura 65 - Processo *phasing out*

Os três CNAIM oferecem serviços presenciais de acolhimento, atendimento e informação aos migrantes, com o objetivo de facilitar a relação dos utentes com os diversos serviços da Administração Pública, quer fornecendo respostas diretamente, quer encaminhando os utentes para os serviços competentes. Os CNAIM dão uma resposta nacional, complementados localmente pelos CLAIM.

Assumindo-se a importância dos projetos de vida delineados e acompanhados com os respetivos requerentes, o ACM, I.P., através do NAIR e diferentes GASI, tem um ponto de situação de cada um dos requerentes, por forma a serem ativadas as diferentes respostas do ACM, I.P. ou serem realizados os respetivos encaminhamentos para as entidades competentes, em função das necessidades dos próprios, nomeadamente a habitação, o emprego, a saúde, a educação, a alimentação e a aprendizagem da língua portuguesa.

Ações de Formação e Sensibilização a técnicos de acolhimento

No mês de abril de 2017, o ACM, I.P. lançou um curso de formação em *e-learning*, intitulado "Acolhimento e Integração de Refugiados", que integrou 68 técnicos de entidades de acolhimento. Este curso abordou os seguintes módulos: Migrações; Hospitalidade; Medos e Factos; Trauma e Saúde Mental na população refugiada; Diálogo e Mediação Intercultural; Diálogo Inter-religioso; e questões práticas do acolhimento. Tratou-se de uma parceria com a Plataforma de Apoio aos Refugiados (PAR) e com a Escola Paula Frassinetti, que garantiu a devida certificação do curso.

Encontros Regionais

Por outro lado, e como forma de assegurar um acompanhamento próximo às entidades de acolhimento, a par das visitas individuais às entidades a cargo do ACM, I.P. foram também realizados oito Encontros Regionais (em Lisboa, Porto, Portimão, Coimbra), com técnicos das equipas de intervenção local, cujo objetivo foi, além da apresentação de recursos de apoio à integração de refugiados do ACM, I.P., apresentar, partilhar e debater metodologias de acompanhamento destinadas a apoiar a construção de projetos de vida destes cidadãos. Presentes também nestes Encontros, estiveram representantes do SEF, IEFP, DGS, DGE e ISS, que dinamizaram workshops informativos no âmbito dos seus campos de atuação, mediante a apresentação de dúvidas e casos práticos explanados pelos técnicos participantes.



Figura 66 - Encontro Regional – Zona Norte

Projeto Refujobs

Este projeto tem a finalidade de potenciar as competências profissionais das pessoas refugiadas, bem como as oportunidades de emprego disponíveis em entidades e empresas portuguesas. Sendo reconhecidamente um projeto-piloto, foram envolvidas as pessoas refugiadas, das várias entidades de acolhimento, disponíveis e ativas na procura de emprego. Este projeto, que está contemplado na estratégia SIMPLEX+, com vista à modernização administrativa, terá como recurso central o acesso a uma plataforma online. Este projeto contempla ainda a capacitação de pessoas refugiadas para a implementação de negócios.



Figura 67 - Plataforma Refujobs

Projeto SPEAK

O ACM, I.P., em parceria com o projeto SPEAK, reforçou a oferta da aprendizagem da Língua Portuguesa, no seguimento do trabalho que tem vindo a ser desenvolvido no processo de integração das pessoas refugiadas pelas entidades de acolhimento. O Projeto SPEAK é promovido pela Associação Fazer Avançar e consiste num programa linguístico e cultural, através do qual qualquer pessoa se pode inscrever para aprender ou ensinar uma língua ou cultura, incluindo a do país onde reside.

Existe uma articulação direta entre a equipa do SPEAK e as respetivas entidades de acolhimento, com supervisão do NAIR, por forma a disponibilizar respostas ajustadas às necessidades identificadas. Até ao momento, estão já integradas em cursos SPEAK, mais de 100 pessoas refugiadas, estando a ser delineadas estratégias para a implementação de outros cursos SPEAK em locais onde existe essa necessidade.

Bolsas de Estudo para estudantes universitários

O ACM, I.P. e a Associação Plataforma Global para Estudantes Sírios (APGES) firmaram, no dia 26 de julho, um Protocolo de Cooperação que visou a atribuição, no ano letivo 2017/2018, de bolsas de estudo a estudantes refugiados. Ao abrigo deste protocolo, que determinou a implementação e execução do projeto-piloto “Mecanismo de Resposta Rápida para a Educação Superior nas Emergências”, foram aprovadas 29 bolsas de estudo.

Apesar das limitações inerentes a um processo desta natureza, também decorrentes da relativa inexistência de experiência similar no nosso país, após o processo de consulta às entidades de acolhimento e aos técnicos locais, os resultados do ponto de vista da integração são francamente positivos. Do total de indivíduos acolhidos em Portugal:

- 50% dos cidadãos em idade ativa estão integrados em formação profissional, ensino superior ou emprego;
- 98% das pessoas têm acesso à frequência de aulas de língua portuguesa;
- 100% das pessoas acolhidas em Portugal têm acesso a cuidados de saúde;
- O acesso à educação está garantido a todas as crianças em idade escolar;
- 55% das pessoas que terminaram o período de acolhimento institucional autonomizaram-se, não necessitando de quaisquer apoios complementares.

VI.

PROGRAMA ESCOLHAS

Em 2017, segundo ano da 6.^a Geração do Programa Escolhas (PE), continuaram a ser implementados os 90 projetos plurianuais que foram financiados no ano de 2016, 88 em território nacional (22 NUT Norte; 12 NUT Centro; 40 NUT Lisboa; 7 NUT Alentejo; 4 NUT Algarve e 3 Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores) e 2 projetos em território internacional, nomeadamente no Reino Unido e no Luxemburgo. Foram, ainda, implementados no início do ano 22 novos projetos com a duração de dois anos (5 NUT Norte; 5 NUT Centro; 7 NUT Lisboa; 3 NUT Alentejo 2 NUT Algarve), os quais decorrerão até ao final de 2018. Deste modo, foram executados um total de 112 projetos.

No âmbito da metodologia de acompanhamento e avaliação dos projetos, prevista no artigo 29.º do Regulamento que define que a avaliação interna é da responsabilidade da equipa técnica do PE, tendo como referência a execução das atividades, os objetivos e os resultados previstos em candidatura pelos projetos, foram realizadas em 2017 um total de 462 visitas de acompanhamento. Destaca-se que 211 foram visitas realizadas em contexto formal, as quais contaram com a presença das equipas de projeto, das entidades promotoras e gestoras e dos parceiros dos consórcios, de forma obrigatória.

Define ainda o artigo 29.º do Regulamento que cabe ao consórcio de cada projeto a elaboração e apresentação de um relatório de autoavaliação intercalar e anual, bem como a apresentação mensal do Plano Mensal de Atividades. Em 2017, os projetos apresentaram um total de 202 relatórios de autoavaliação, 90 anuais e 112 intercalares, bem como elaboraram 1.008 Planos Mensais de Atividades, os quais foram analisados e aprovados pela equipa central do PE. No que concerne à avaliação interna, a equipa do PE produziu um total de 664 relatórios, que englobam relatórios de avaliação central anual e intercalar (202), relatórios relativos às visitas de acompanhamento e avaliação (429), relatórios de apoio técnico e de outras visitas efetuadas nos diferentes territórios de intervenção dos projetos (33).

Deu-se continuidade ao plano de formação ministrado pelo Instituto de Empreendedorismo Social (IES) desde 2016, nomeadamente em formato de *Bootcamp* (metodologia intensiva para trabalhar em grupo soluções para problemas importantes e negligenciados da sociedade), quer de formação modular tendo em vista desenvolver competências no domínio da Inovação e Empreendedorismo Social (*Managing Impact Business*), apostando-se igualmente em formação intensiva para incremento do impacto local (*Scaling for Impact*).

Além deste plano que foi ministrado a coordenadores/as, dinamizadores/as comunitários/as (DC) e equipa central do PE, foi realizada um Curso de Formação Pedagógica Inicial de Formadores *b-learning* com acesso ao CCP – Certificado de Competências Pedagógicas para os dinamizadores/as comunitários/as.

Em continuidade com o plano de desenvolvimento dos objetivos dos DC para a 6.^a Geração foi monitorizada a progressão escolar dos 88 jovens que desempenharam em 2017 esta função, através de diferentes metodologias (encontros individuais através de videoconferências, questionários dirigidos aos DC e aos coordenadores de projeto, troca de *emails* e contactos mais frequentes nos casos com maior necessidade de suporte e acompanhamento). Destaca-se a conclusão por parte de sete DC do Curso “Diversidade e Desenvolvimento” ministrado pela Faculdade de Motricidade Humana em *b-learning*, adquirindo o Diploma de Técnicos e a integração de três DC no Programa OPRE.

Paralelamente ao plano de formação foram organizados diversos *workshops* que visaram temas tão dispares como: Vidas Ubuntu – digital *storytelling*; SeguraNet – Cibersegurança; Diálogo Intercultural; Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial; Educação social e financeira para crianças e jovens; Inclusão pelo Desporto; Programa Qualifica; e *Global Dignity Day*.

No âmbito da Medida IV foram produzidos *workshops* para os 90 projetos Escolhas com Centros de Inclusão Digital (CID), destacando-se os seguintes: o Curso IT Essenciais da Cisco, com 25 monitores/as CID aprovados/as e aptos/as a ministrarem este curso aos/às jovens dos seus projetos; o *workshop* via WebEx sobre o lançamento do curso “Cibersegurança” da CISCO; o *workshop* de apresentação da Plataforma de apoio à empregabilidade + Competências (em parceria com a Accenture); o *workshop* de Programação em Scratch; e o *workshop* RadioActive101.



Figura 68 – Workshop Programação – Centro de Competências em TIC

No ano de 2017 foi lançado o desafio para a criação do logótipo da Medida IV, tendo sido recebidas 83 propostas de 52 projetos. Após votação *online*, foi eleito o logótipo vencedor do projeto “Fazer a Ponte-E6G”.



Figura 69 – Logótipo vencedor

No âmbito das iniciativas globais que tem vindo a dinamizar, o Programa Escolhas deu seguimento ao Concurso Anual de Ideias para Jovens: “MUNDAR: Muda o Teu mundo!”, realizando a sua 3.ª edição (2016/2017). Este concurso constitui-se como uma plataforma de estímulo e apoio ao empreendedorismo jovem com expressão a nível nacional, que desafia jovens entre os 16 e os 30 anos a gerar ideias que permitam responder a necessidades sentidas por estes/as e pelas suas comunidades. Este concurso é promovido pelo Programa Escolhas e Fundação Calouste Gulbenkian (entidade parceira desde a 2.ª edição – 2014/2015).



Figura 70 – Ideias Mundar

Para o efeito, disponibiliza ferramentas técnicas para a estruturação dessas ideias, apoia financeiramente as mesmas (até 2.500,00 € por ideia) e oferece acompanhamento durante a sua implementação. Na 3.ª edição foram financiadas 30 ideias de mudança. O Concurso MUNDAR visa assim contribuir para um processo gradual de emancipação, responsabilidade e autonomia dos/das jovens, visando estimular a criatividade, participação e proatividade dos/das mesmos/as. Pretende, igualmente, ativar dinâmicas comunitárias e o envolvimento de instituições locais na implementação de ideias que contribuam para o desenvolvimento local.

Durante a fase de implementação do Concurso MUNDAR, foi ministrada uma ação de formação de “Design Thinking” pela Torke+cc, de oito horas presenciais com dois elementos das equipas responsáveis pelas 30 ideias vencedoras, bem como três sessões de apoio à implementação da ideia, à distância, via Skype, nos meses de fevereiro (PE/Gulbenkian), abril/maio (Torke+cc) e agosto/setembro (Torke+cc).

O Concurso de Ideias para Jovens “MUNDAR: Muda o Teu Mundo!” foi um dos vencedores nacionais dos Prémios Europeus de Promoção Empresarial do IAPMEI, na categoria de empreendedorismo responsável inclusivo (22 de setembro de 2017) e ficou em 2.º lugar nesta categoria a nível europeu (Tallinn, 22-24 de novembro de 2017). Mais informações em www.mundar.pt



Figura 71 – Entrega do Prémio – Estónia

Em 2017 o ACM, I.P., através do Programa Escolhas, continuou a evidenciar um forte investimento na educação superior dos/das jovens com mais carências económicas, de forma a evitar o abandono precoce deste ciclo de estudos. Nesse sentido, implementou a 3.ª Edição do projeto U CAN – Bolsas de Estudo Universitárias, a qual contou com um total de 99 candidaturas, tendo sido efetivamente apoiados/as 47 candidatos/as provenientes de nove nacionalidades distintas.

Para além da prestação pecuniária, o U CAN manteve a sua vertente de apoio e acompanhamento individualizado dos/das jovens, através da dinamização de mentorias. Nesta 3.ª Edição foram envolvidos 43 mentores/as do Programa de Mentores para Migrantes, sendo que a avaliação do processo foi muito positiva, tanto para mentores/as como para mentorandos/as. Uma novidade nesta edição do projeto foi a realização de 15 horas de voluntariado, por parte dos/das bolseiros/as, nos projetos Escolhas, exigência que contribuiu para que 86% dos mesmos passassem a ter um conhecimento mais pormenorizado do trabalho do Programa Escolhas.

A iniciativa Escolhas de Portas Abertas (EPA) decorreu de 8 a 11 de abril, tendo mobilizado os 112 projetos financiados pelo Programa Escolhas para a dinamização de atividades abertas às suas comunidades.

Com o objetivo de uma maior divulgação a nível local e, do próprio Programa Escolhas, a nível nacional, foram desenvolvidas mais de 200 atividades, entre as quais se destacam *workshops* de dança e teatro, atividades relacionadas com o desporto, música e gastronomia; exposições, feiras e festivais. No âmbito do EPA, nomeadamente nos dias 8 e 9 de abril, a Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, acompanhou algumas das iniciativas desenvolvidas nos distritos de Lisboa, Setúbal, Porto, Braga e Coimbra.



Figura 72 – Escolhas de Portas Abertas 2017

Também no ano de 2017, o PE associou-se a uma nova edição do *Global Dignity Day*, tendo este ano contando com a participação de outros parceiros como a Comparte. Foram realizadas quatro sessões de esclarecimento em Lisboa, Porto, Coimbra e Faro e, no dia 18 de outubro, realizaram-se 86 iniciativas em escolas/agrupamentos de escolas (foram envolvidos 64) e espaços fora do contexto escolar (22 em projetos Escolhas). Na dinamização destas atividades foram envolvidos 300 técnicos/as (entre facilitadores/as, técnicos/as do PE e professores/as), tendo sido possível contar com a presença de um total de 3.507 crianças e jovens.

Em 29 de maio de 2017, o programa marcou também presença na 5.ª edição das Conferências do Estoril, subordinada ao tema “Migrações Globais – um dos grandes desafios do século XXI”, realizadas em conjunto com a Youth Summit, em Lisboa. Nesta iniciativa, esteve o Alto-Comissário para as Migrações e Coordenador Nacional do Programa Escolhas, acompanhado pelo Dinamizador Comunitário do Projeto Viv@cidade E6G, Agualva-Cacém, José Manuel Aragão, num debate moderado pelo Professor da Universidade Hebraica de Jerusalém, Israel, Arie Kacowicz.



Figura 73 – Conferências do Estoril

No dia 19 de dezembro realizou-se a Gala Escolhas 2017, sendo este um momento de reconhecimento do trabalho que é realizado localmente pelos projetos junto das suas comunidades e dos seus públicos.

Prosseguindo estes objetivos, a Gala Escolhas 2017 procurou apresentar, valorizar e reconhecer as atividades desenvolvidas no âmbito da execução dos projetos Escolhas, com vista a distinguir crianças, jovens, adultos e entidades com maior destaque nas mais diversas áreas.

Decorreu na Fundação Calouste Gulbenkian, a qual facultou a título gratuito e no âmbito da estreita colaboração que tem com o ACM, I.P., o seu Auditório 2, e contou com a presença de 219 jovens e 71 técnicos/as oriundos/as de mais de 36 projetos. Contou ainda com 56 jovens artistas Escolhas.



Figuras 74-75 – Atuações Artistas Escolhas

Durante o ano de 2017, e tendo em vista a avaliação do risco psicossocial das crianças e jovens participantes nos projetos Escolhas, deu-se continuidade à implementação do IARPS-CJ (Instrumento de Avaliação do Risco Psicossocial em Crianças e Jovens).

Este instrumento criado com o apoio da Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa (FPUL) e desenvolvido no âmbito do Projeto “Desenvolvimento de instrumentos de avaliação do risco psicossocial para o Programa Escolhas”, financiado pelo Fundo Social Europeu através do seu Programa Operacional de Assistência Técnica (Projeto POAT/FSE N.º 000859402013, pretende dar um contributo para o mapeamento multidimensional do risco psicossocial ao nível regional e nacional, abrangendo fatores de risco quer ao nível individual, escolar, familiar e comunitário.

Este instrumento disponível para preenchimento, por parte dos projetos locais, na plataforma informática AGIL – Aplicação da Gestão de Informação Local, permite consolidar e aprofundar análises psicométricas, bem como obter importantes conclusões acerca dos níveis de risco nos diferentes contextos servidos pelo Programa Escolhas.

No segundo ano da 6.ª Geração do Programa Escolhas, com um aumento de 22 novos projetos, no total dos 112 projetos financiados, foram envolvidos 42.461 indivíduos, participantes em 183.576 sessões de trabalho criadas. Face aos 30.413 indivíduos de 2016, houve um aumento de 39,6% de participantes em 2017. Dos 42.461 participantes, 9.416 (22,2%) são participantes diretos, sobre os quais incide um acompanhamento mais regular e continuado, e 33.045 (77,8%) são participantes indiretos/as. Sendo o seu público-alvo prioritário, os/as participantes são na sua esmagadora maioria crianças e jovens (33.298; 78,4%). Refira-se ainda os 13% de participantes familiares das crianças e jovens.

Tipo	F	%
Crianças e Jovens	33.298	78,4%
Familiares	5.538	13,0%
Outros	3.625	8,6%
Total	42.461	100%

Figura 76 – Público-alvo envolvido, em 2017

Em termos de participação por medidas e como já acontecera em 2016, devem salientar-se primeiramente as atividades da medida I, as que estão relacionadas com as questões da educação e formação (com 64,1% do total de participantes). Refira-se ainda que em 2017, observou-se uma inversão entre as medidas III (participação, direitos e deveres cívicos e comunitários) e IV em termos de participação, tendo sido neste ano a medida III a segunda medida mais participada (42,6% do total de participantes). Todavia, a medida IV, respeitante à inclusão digital, mantém uma participação considerável, tendo envolvido 37,6% do total de participantes.

Medida	Sessões	Público-alvo	% Público-alvo
Medida I	68.878	27.227	64,1%
Medida II	7.775	3.530	8,3%
Medida III	44.644	18.072	42,6%
Medida IV	52.280	15.987	37,6%
Medida V	9.999	4.452	10,5%
Total	183.576		

Figura 77 – Público-alvo envolvido por medida, em 2017

Estes centros de inclusão digital foram responsáveis pela emissão de um total de 9.529 certificações em TIC, número este que engloba formações em: Diploma de Competências Básicas em Tecnologias da Informação – DCB (Fundação para a Ciência e Tecnologia), módulos de Literacia Digital (Microsoft), IT Essentials (Cisco), Get Connected (Cisco), Cibersegurança (Cisco), bem como outros currículos desenvolvidos localmente.

Por faixa etária, a participação nas atividades continua a expressar um predomínio óbvio de crianças e jovens entre os 6 e os 18 anos de idade, verificando-se uma maior incidência no grupo etário dos 6 aos 10 anos (24,3%), acompanhado muito de perto pelo estrato etário que vai dos 14 aos 18 anos (24,2%). Deve ainda referir-se o número importante de participantes com idades compreendidas entre os 11 e os 13 anos (17,5%), assim como aqueles com idades superiores a 30 anos (19%). Em relação a 2016, salientar ainda o aumento de 31% na faixa etária dos 19 aos 30 anos (4.860 em 2016).

Idade	Público-alvo	%
6 - 10 anos	10.325	24,3%
11 - 13 anos	7.420	17,5%
14 - 18 anos	10.263	24,2%
19 - 30 anos	6.390	15%
Mais de 30 anos	8.063	19%
Total	42.461	

Figura 78 – Público-alvo envolvido por faixa etária, em 2017

Sobre a escolaridade completa dos participantes em atividades do PE durante o ano de 2017, a tendência continua a centrar-se numa maior envolvência de jovens com o 4.º, 6.º e 9.º ano de escolaridade completa.

Escolaridade	Público-alvo	%
1º ano	2.718	6,4%
2º ano	3.102	7,3%
3º ano	3.483	8,2%
4º ano	5.228	12,3%
5º ano	3.308	7,8%
6º ano	4.981	11,7%
7º ano	2.627	6,2%
8º ano	2.281	5,4%
9º ano	4378	10,3%
10º ano	957	2,2%
11º ano	870	2,1%
12º ano	2.339	5,5%
Outras	1.598	3,8%
Sem escolaridade	2.712	6,4%
Não sabe	1.879	4,4%
Total	42.461	

Figura 79 – Escolaridade do público-alvo envolvido, em 2017

No que toca à participação por sexo, e ainda que se mantenha um grande equilíbrio entre os dois géneros, neste segundo ano da 6.ª geração do Programa Escolhas, é o sexo feminino aquele que tem um maior número de participantes nas atividades dos projetos financiados pelo PE.

Tipo	F	%
Masculino	21.129	49,8%
Feminino	21.332	50,2%
Total	42.461	

Figura 80 – Público-alvo participante por sexo, em 2017

No que concerne aos 20 indicadores globais, da recolha de informação efetuada por todos os projetos, é possível identificar os seguintes resultados:

INDICADORES ESPECÍFICOS	META	EXECUTADO
1. Taxa de sucesso escolar global (%)	76	79,0
2. Encaminhamento para escola e formação profissional	4.000	4.961
3. Encaminhamento para emprego	3.900	4.822
4. Integração em formação profissional	1.700	2.112
5. Integração em emprego	1.200	1.726
6. Envolver parceiros nas atividades desenvolvidas	1.650	1.882
7. Certificar no domínio das TIC (total)	8.200	9.529
8. Número de associações criadas	15	21
9. Número de iniciativas empreendedoras criadas	150	173
10. Número de participantes em atividades que contribuam para a participação e cidadania	19.000	27.711
INDICADORES GERAIS		
11. Participantes globais (indivíduos)	50.000	53.407
12. Prazo médio de pagamento a fornecedores (dias)	45	30
13. Sessões totais com presenças (total)	300.000	305.069
14. Execução financeira global dos projetos (%)	90%	78%
15. Dinamizadores Comunitários com progressão escolar/projeto de vida (indivíduos)	50	40
16. N.º total de horas de formação interna por pessoa	70	75
17. N.º total de horas de formação (hora * formando)	25.000	25.265
18. N.º de contactos presenciais com os projetos locais (total)	800	871
19. N.º de inserções em comunicação social com referências positivas ao PE	1.250	1.302
20. N.º de visitas ao site do Programa Escolhas	250.000	271.547

Figura 81 – Indicadores globais, em 2017

Ao fim do segundo ano de intervenção desta 6.ª Geração do Programa Escolhas, verificamos que 18 das 20 metas estabelecidas foram superadas durante o ano de 2017. Os indicadores avaliados como aquém, nomeadamente ao nível da execução financeira dos projetos, deveram-se a fatores externos, nomeadamente por parte dos Fundos Europeus Estruturais de Investimento (FEEI). Ao nível do número de Dinamizadores Comunitários com projeto de vida e progressão escolar existe ainda um trabalho que deverá ser realizado na tentativa de encontrar resposta para DC que não têm resposta escolar, perspetivando-se que, no final do ano de 2018, sejam muito superior o número de DC com projeto de vida e progressão escolar.

Acima do esperado, no sentido positivo, está o valor do sucesso escolar que se cifrou nos 79% face aos 76% esperados para o ano letivo de 2016/2017. Todavia, deve ser levado em consideração o facto de existirem 22 projetos novos nesta 6.ª geração, que apenas iniciaram a sua intervenção em janeiro ou março de 2017, e por isso já com o ano letivo a meio, em alguns casos, já perto do fim.

Com resultados bastante acima do esperado, devem destacar-se aqueles que dizem respeito aos encaminhamentos para a escola, emprego e formação profissional, assim como os respeitantes às integrações em emprego e formação profissional. No domínio das TIC, o número de certificações foi neste segundo ano também largamente superado.

Igualmente dentro do esperado, ficaram os resultados respeitantes ao número de associações criadas ou mantidas assim com o número de iniciativas empreendedoras criadas e/ou mantidas.

O Programa Escolhas é financiado pelo Orçamento de Estado, através da Secretaria-Geral da Presidência de Conselho de Ministros, e pelos Fundos Europeus Estruturais de Investimento (FEEI), através do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego e pelos Programas Operacionais Regionais de Lisboa e Algarve, no âmbito do Portugal 2020.

No ano de 2017, o Programa Escolhas contou com um orçamento global de 9.968.418,00 €, tendo sido cobrada a receita prevista da Comparticipação Pública Nacional, no valor de 3.767.593,00 € e somente 2.363.027,06 € provenientes dos Fundos Comunitários. Deste montante global, foi objeto de receita cobrada, o valor de 6.661.284,28 €, o que corresponde a uma taxa de execução de 66,82%.

DESCRIÇÃO	RECEITA PREVISTA (RP)	RECEITA COBRADA (RC)	TAXA DE EXECUÇÃO
SGPCM	3.767.593,00 €	3.767.593,00 €	100,00%
FEEI (POISE, POR Lisboa e POR Algarve)	6.200.825,00 €	2.363.027,06 €	38,11%
Saldo de Gerência	0,00 €	530.664,22 €	0,00%
Total Geral	9.968.418,00 €	6.661.284,28 €	66,82%

Figura 82 – Receita em 2017

A taxa de execução da despesa, comparativamente com a receita cobrada, situou-se nos 97,46%.

DESCRIÇÃO	RECEITA COBRADA (RC)	DESPESA PAGA (DP)	TAXA DE EXECUÇÃO (RP/DP)
SGPCM	3.767.593,00 €	3.765.502,93 €	99,94%
FEEI (POISE, POR Lisboa e POR Algarve)	2.363.027,06 €	2.332.027,80 €	98,69%
Saldo de Gerência	530.664,22 €	394.353,14 €	74,31%
Total Geral	6.661.284,28 €	6.491.883,87 €	97,46%

Figura 83 – Despesa em 2017

O peso das transferências para os projetos corresponde a 88,83% sobre o total da despesa paga, face aos 11,17% da estrutura central.

ESTRUTURA CENTRAL	TRANSFERÊNCIAS PROJETOS	TOTAL
724.604,00 €	5.767.279,00 €	6.491.883,00 €

Figura 84 – Despesa da estrutura central vs. transferências para projetos

No âmbito do acompanhamento e avaliação dos projetos, foram efetuadas 52 auditorias financeiras pela entidade DFK & Associados, SROC, Lda. a projetos plurianuais. Foram também efetuadas visitas de acompanhamento financeiro pela equipa financeira do Programa Escolhas.

**VII.
PREVENÇÃO,
PROIBIÇÃO E COMBATE
À DISCRIMINAÇÃO
E AO RACISMO**

1. NOVA LEI DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO

O ACM, I.P. tem como missão, estabelecida pelo Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro, combater todas as formas de discriminação em função da cor, nacionalidade, origem étnica ou religião, independentemente do meio em que ocorram, através de ações, campanhas ou eventos de sensibilização da opinião pública, bem como através do processamento das contraordenações previstas na lei, conforme expressamente prevê a alínea l) do número 2 do artigo 3.º do mesmo diploma legal.

A Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR) funciona junto do ACM, I.P., e é o órgão especializado no combate à discriminação racial e étnica, cujo objeto é prevenir e proibir a discriminação racial e sancionar a prática de atos que se traduzam na violação de direitos em razão da pertença a determinada origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem.

O ano de 2017 foi marcado pela alteração legislativa do regime jurídico de combate à discriminação racial e étnica. No dia 23 de agosto, foi aprovada em Assembleia da República, sem nenhum voto contra, a Lei n.º 93/2017, que estabelece o regime jurídico de prevenção, proibição e punição da discriminação racial e étnica.

Este diploma veio ajustar o regime jurídico nacional às orientações mais recentes de política pública nacional, europeia e internacional, de forma a permitir um combate mais eficiente e efetivo ao fenómeno da discriminação, visando uma maior proteção das vítimas.

A legislação, em vigor desde o dia 1 de setembro, constitui uma abordagem transversal, por via da consolidação de regras e articulação expressa entre diplomas, alargando o âmbito de aplicação à ascendência e território de origem, a atualização de conceitos, a inclusão de referência explícita à discriminação múltipla e à discriminação por associação.

O ACM, I.P. viu amplamente reforçadas as suas competências no combate à discriminação racial, além de assegurar a sensibilização da opinião pública e de receber queixas, passa a deter competências para instruir os processos de contraordenação promovendo as diligências de recolha de prova, competindo-lhe ainda coordenar os atos inspetivos que se afigurem necessários, atendendo ao caso em concreto.

A alteração legislativa, veio permitir que eventuais práticas discriminatórias possam agora ser denunciadas, pelas vítimas, e também por quaisquer pessoas que tenham tido conhecimento, bem como possibilita o procedimento oficioso. Quando a denúncia for apresentada a uma entidade diferente da CICDR, deve a mesma, remetê-la à Comissão em dez dias.

Este novo regime jurídico vem ainda estabelecer uma maior cooperação entre entidades, prevendo expressamente que todas as entidades públicas têm o dever de participar à Comissão os factos que tomem conhecimento suscetíveis de serem qualificados como práticas discriminatórias da respetiva área de competências.

A composição e atribuições da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial foram reforçadas passando a Comissão Permanente a ter competência para proferir decisão dos processos de contraordenação, incluindo a determinação e aplicação das coimas e sanções acessórias.

Prevê-se, igualmente, a possibilidade de as partes poderem submeter a resolução dos litígios a um procedimento de mediação a seu pedido ou por impulso da Comissão, com o consentimento do/da infrator/a e da vítima ou seus/suas representantes legais.

2. COMISSÃO PARA A IGUALDADE E CONTRA A DISCRIMINAÇÃO RACIAL

A CICDR é um órgão de composição plural especializado no combate à discriminação racial, cabendo-lhe prevenir, proibir e sancionar práticas discriminatórias em razão da pertença a determinada origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem, nos termos e limites estabelecidos na Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto. Cabe ao ACM, I.P. assegurar o apoio técnico e administrativo adequado, bem como as instalações necessárias ao funcionamento da Comissão.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto, foi reforçada a composição da Comissão, alargada de 18 para 31 Conselheiros/Conselheiras, passando a estar legalmente prevista a representação dos grupos parlamentares da Assembleia da República, membros do Governo responsáveis pelas áreas da administração interna, justiça, cidadania e da igualdade, educação, ciência, tecnologia e ensino superior, trabalho, solidariedade e segurança social, saúde, cultura, Governo Regional dos Açores e da Madeira, associações de imigrantes, associações antirracistas, associações de defesa dos direitos humanos, comunidades ciganas, centrais sindicais, associações patronais, personalidades de reconhecido mérito, cooptadas pelos restantes membros.

Atualmente, a Comissão é presidida pelo Alto-Comissário para as Migrações, sendo constituída pelos seguintes Conselheiros e Conselheiras:

- António Pinheiro Torres – Representante do Grupo Parlamentar da Assembleia da República (PPD/PSD);
- Elza Pais – Representante do Grupo Parlamentar da Assembleia da República (PS);
- Mamadou Ba – Representante do Grupo Parlamentar da Assembleia da República (BE) e Membro da Comissão Permanente da CICDR;
- Sofia de Assis Pacheco – Representante do Grupo Parlamentar da Assembleia da República (CDS-PP);
- Vivina Nunes – Representante do Grupo Parlamentar da Assembleia da República (PCP);
- Maria Dulce Arrojado – Representante do Grupo Parlamentar da Assembleia da República (PEV);
- Miguel Barros – Representante designado pelo membro do Governo responsável pela Administração Interna;
- Inês Ferreira Leite – Representante designada pelo membro do Governo responsável pela área da Justiça;
- Paula Moura – Representante designada pelo membro do Governo responsável pela área da Cidadania e da Igualdade;
- Pedro Abrantes – Representante designado pelo membro do Governo responsável pela área da Educação;
- Inocência Mata – Representante designado pelo membro do Governo responsável pela área da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior;
- Nelson Felgueiras – Representante designado pelo membro do Governo responsável pela área do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social;

- Vasco Prazeres – Representante designado pelo membro do Governo responsável pela área da Saúde;
- Tiago Bartolomeu Costa – Representante designado pelo membro do Governo responsável pela área da Cultura;
- Marta Bulhões – Representante do Governo Regional dos Açores;
- Mariana Luísa Aragão Gouveia Bettencourt – Representante do Governo Regional da Madeira;
- Maria Isabel Monteiro – Representante das Associações de Imigrantes (Associação Cultural Moinho da Juventude);
- Maria Assunção Tavares¹ – Representante das Associações de Imigrantes (Associação de Solidariedade Social 'Assomada');
- José Falcão – Representante das Associações Antirracistas (Movimento SOS Racismo);
- João Silva – Representante das Associações Antirracistas (Olho Vivo – Associação para a Defesa do Património, Ambiente e Direitos Humanos);
- Maria Teresa Tito de Moraes Mendes – Representante das Associações de Defesa dos Direitos Humanos (CPR - Conselho Português para os Refugiados);
- Susana C. Gaspar – Representante das Associações de Defesa dos Direitos Humanos (Amnistia Internacional - Portugal);
- Olga Mariano – Representante das Comunidades Ciganas;
- Carlos Trindade – Representante das Associações das Centrais Sindicais (CGTP-IN);
- José Cordeiro – Representante das Associações das Centrais Sindicais (UGT – União Geral de Trabalhadores);
- Helena Leal – Representante das Associações Patronais (CCP – Confederação do Comércio e Serviços de Portugal);
- Sara Rego – Representante das Associações Patronais (CIP – Confederação Empresarial de Portugal);
- Manuel Luís Macaísta Malheiros – Personalidade de Reconhecido Mérito Cooptada pelos restantes membros da CICDR e Membro da Comissão Permanente da CICDR;
- Maria José Casa-Nova – Personalidade de Reconhecido Mérito Cooptada pelos restantes membros da CICDR;
- Romualda Fernandes² – Personalidade de Reconhecido Mérito Cooptada pelos restantes membros da CICDR.

A CICDR dispõe de uma Comissão Permanente³ (CP) com formação restrita, composta pelo presidente e por dois membros eleitos pela Comissão cabendo-lhe especialmente: encaminhar as partes, prestado o respetivo consentimento, para processos de mediação, sem prejuízo de meios extrajudiciais de resolução de conflitos que sejam obrigatórios nos termos da lei; solicitar informações e pareceres, bem como a realização das diligências probatórias que considere necessárias, decidir e aplicar as coimas e sanções acessórias no âmbito dos processos de contraordenação e articular com os órgãos competentes na área da não discriminação nos casos de discriminação múltipla.

Durante o ano de 2017, realizaram-se sete Reuniões Plenárias da CICDR que decorreram respetivamente a 7 de fevereiro, 29 de março, 26 de abril, 2 de junho, 14 de setembro, 16 de outubro e 12 de fevereiro.

¹ Por, nas eleições se ter verificado um empate entre as duas associações de imigrantes, foi acordado dividir o mandato por igual período, ficando na primeira parte a representante identificada, e na segunda parte do mandato, exercerá a representação das associações de imigrantes Adriana Dihil Moraes, da Associação Mais Brasil.

² Por ter iniciado funções como Vogal do Conselho Diretivo do ACM, I.P. em janeiro de 2018 viria a renunciar ao mandato, a aguardar substituição.

³ Compõe a Comissão Permanente o Alto-Comissário para as Migrações, que a preside, o Conselheiro Manuel Malheiros e o Conselheiro Mamadou Ba.

As primeiras quatro reuniões decorreram ainda na constância da Comissão constituída ao abrigo da Lei anterior, tendo as três últimas reuniões decorrido na jurisdição da atual Comissão, constituída ao abrigo da Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto.

Nestas reuniões foram analisados e tratados diversos temas, destacando-se os seguintes:

- Análise da proposta de lei, que deu origem à Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto, que prevê o regime jurídico da prevenção, proibição e punição da discriminação em razão da discriminação racial e étnica;
- Acompanhamento da receção de queixas pela prática de atos discriminatórios em razão da origem racial e étnica, cor, nacionalidade, ascendência e território de origem, e respetiva evolução;
- Constituição e tomada de posse dos/das Conselheiros/as que compõe a Comissão;
- Eleição da Comissão Permanente da CICDR seguida da respetiva tomada de posse dos novos membros da CP da CICDR.

Durante o ano de 2017, foram recebidas pela CICDR 179 participações/queixas/denúncias de alegadas práticas discriminatórias, verificando-se um aumento significativo por relação ao ano anterior, na ordem dos 50%, já que em 2016, haviam sido registadas 119 queixas.

Sendo entendimento de que este número estará aquém da realidade, ainda assim este aumento poderá ser demonstrativo de uma maior consciencialização para a problemática da discriminação racial e étnica e reconhecimento, por parte dos/das interessados/as, dos mecanismos e entidades ao dispor.

As participações, queixas e denúncias de alegadas práticas discriminatórias, rececionadas em 2017 pela CICDR tiveram os seguintes desenvolvimentos:

DESENVOLVIMENTOS DAS QUEIXAS/PARTICIPAÇÕES/DENÚNCIAS	N
Conversão em processos de contraordenação (PCO)	44
Processos iniciados previamente pelas Inspeções Gerais	1
Análise, preparação e encaminhamento para outras entidades *	71
Mediação **	16
Queixas incompletas/incorrectas/infundadas	18
Aguardam esclarecimentos dos denunciantes	29
TOTAL	179

Figura 85 – Desenvolvimento das queixas/participações/denúncias rececionadas em 2017

Das 179 participações, queixas e denúncias recebidas, 55 respeitavam a pessoas do sexo feminino, 47 referiam-se a pessoas do sexo masculino, tendo ainda sido possível identificar que 26 queixas registadas respeitavam a grupos que integravam pessoas de ambos os sexos.

Notas:

* Outras Entidades: inclui Ministério Público, Autoridade para as Condições de Trabalho, Linha Alerta Internet Segura, Entidade Reguladora para a Comunicação Social, Conselho Superior de Magistratura, Instituto Português do Desporto e Juventude, Provedor de Justiça, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Serviço de Regulação e Inspeção de Jogos e Ordem dos Advogados.

** Mediação: Mediação informal, ao abrigo do regime jurídico anterior

3. OUTRAS INICIATIVAS

Iniciativa Universo Benfica

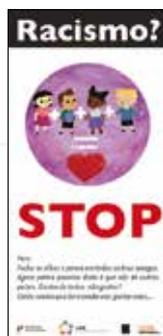


Figura 86 – Flyer “Racismo? STOP!”

A iniciativa Universo Benfica resultou de uma parceria estabelecida com a Fundação Benfica, em 2014, e perdurou, no ano letivo de 2016/2017, mantendo-se no corrente. Consiste numa ação de divulgação da CICDR e da respetiva missão no combate à discriminação racial, junto das escolas, através da disponibilização num campo insuflável, de um Golf Banner com a imagem da CICDR, sendo igualmente distribuídos flyers com a mensagem “Racismo? STOP!”, pretendendo contribuir na educação para os valores, com diversas atividades, acompanhadas da presença da águia Vitória.

Em 2017, foram produzidos 5.000 flyers e distribuídos pelas crianças (considerando o ano letivo 2016/2017 foram beneficiárias da campanha 14.436⁴ no total, de 82 escolas básicas de 50 agrupamentos em 42 municípios distribuídos em 15 distritos).

Dia Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial - 21.03.2017

No âmbito do Dia Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial, a CICDR, em parceria com o Programa Escolhas, do ACM, I.P., promoveu uma iniciativa, que correu o país entre os dias 20 e 23 de março, e que consistiu na apresentação de uma peça de teatro inspirada no livro ilustrado “As Cores da Cidade Cinzenta”, produzido pelo ACM, I.P. no ano anterior. A ação contemplou ainda um *workshop* de pintura, com a participação de Fidel Évora, que criou, em conjunto com as crianças envolvidas, uma imagem alusiva à mensagem do livro, num mural de cada estabelecimento escolar⁵ participante, distribuídos pelo território nacional, em Faro, Lisboa, Santarém e Porto, beneficiando mais de 600 alunos.

⁴ Projeto Universo Benfica/Kid Fun de acordo com os dados fornecidos pela Fundação Benfica, referentes ao ano letivo 2016/2017, o n.º de beneficiários por Distrito: Aveiro 115, Beja 50, Braga 210, Coimbra 89, Évora 40, Faro 1033, Guarda 20, Leiria 439, Lisboa 9710, Porto 51, Portalegre 155, Santarém 216, Setúbal 2158, Viana do Castelo 114, Viseu 36.

⁵ Em Faro, o Agrupamento de Escolas Pinheiro e Rosa, EB da Lejana, realizou-se em 20 de março, com a participação de 150 alunos. Em Lisboa, no Agrupamento de Escolas Prof. Lindley Cintra, EB1 Eurico Gonçalves em 21 de março, com a participação de 179 alunos. Em Santarém, no Agrupamento de Escolas Sá da Bandeira, EB Salgueiro Maia em 22 de março com a participação de 146 alunos. No Porto, Escola Básica das Campinas, EB1 do Agrupamento de Escolas do Viso, em 23 de março, participaram 163 alunos.



Figura 87 – Iniciativa desenvolvida no âmbito do Dia Internacional para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial

Cooperação Institucional com o Provedor de Justiça

No dia 21 de abril, data em que se celebrou o 42.º aniversário do Provedor de Justiça, esta instituição visitou o ACM, I.P., e decorreu o lançamento dos folhetos informativos da atividade do Provedor de Justiça na promoção e defesa dos direitos dos imigrantes, elaborados na sequência da cooperação institucional do Provedor de Justiça e o ACM, I.P./CICDR. Estes folhetos estão disponíveis em português, francês, inglês, mandarim, romeno, russo e em ucraniano.

Outras ações de sensibilização

No âmbito da atuação da CICDR foram realizadas diversas ações de sensibilização na vertente formativa não-formal, pretendendo-se capacitar os/as formandos/as com conhecimento útil para o seu dia a dia, havendo a assinalar as seguintes ações realizadas:

No âmbito do Plano Concelhio para a Integração de Imigrantes em Sintra, com a Câmara Municipal de Sintra, no dia 9 de fevereiro, no Palácio Valenças em Sintra, foi realizada uma ação em que participaram 19 profissionais dos serviços e organizações com intervenção naquele município, em diferentes setores, reunindo associações da sociedade civil, forças de segurança e outras instituições públicas. A sessão teve como objetivo prestar informação sobre a CICDR e o seu papel no combate ao racismo e à discriminação.

Com o apoio e promoção da Associação Ad Sumus – Associação de Imigrantes de Almada, no dia 25 de março, no âmbito da comemoração da Semana Contra a Discriminação Racial, decorreu na Casa Amarela – Centro Cultural Juvenil de Santo Amaro no Laranjeiro, uma ação de divulgação da CICDR e do seu âmbito de atuação na prevenção e combate da discriminação racial e étnica, destinada à sociedade civil, tendo participado mais de 40 pessoas, maioritariamente nacionais de países terceiros.

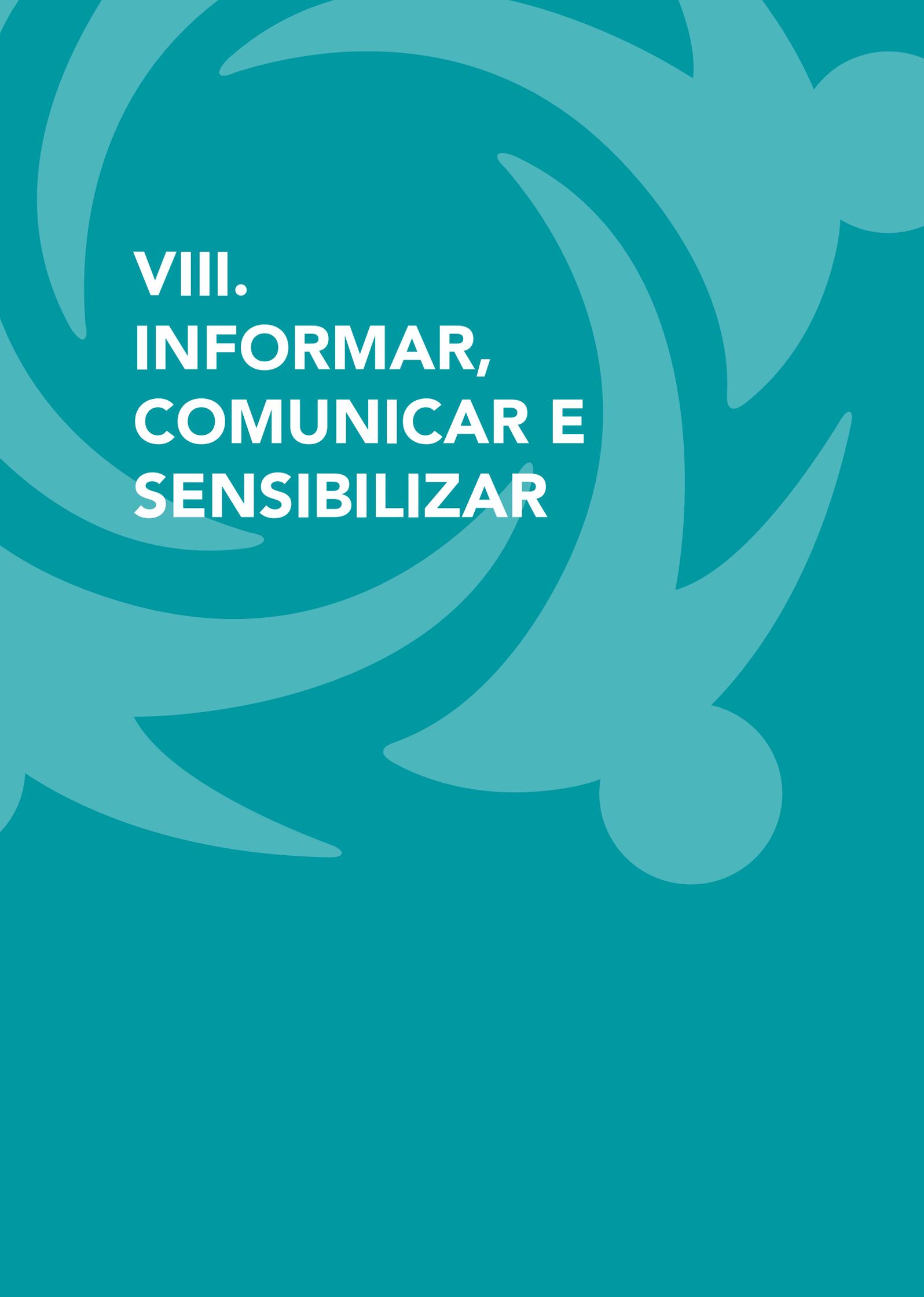
No dia 28 de março, decorreu na sede do Projeto Viv@cidade E6G, na Agualva-Cacém uma sessão de informação sobre a CICDR e o seu papel no combate ao racismo e à discriminação, informativa dirigida aos/às jovens que integram o projeto de intervenção social/comunitário de Agualva Cacém, em 28 de março. Participaram 13 pessoas.

No dia 5 de abril, no mesmo local e com o mesmo propósito, decorreu uma ação dirigida aos pais e familiares dos/das jovens do projeto Vivacidade E6G, de Aqualva Cacém. Registou-se a participação de dez pessoas. Em 23 de outubro, na E.B. 2/3 Ruy D'Andrade no Entroncamento, teve lugar uma ação de formação dirigida a jovens estudantes com a colaboração do CLDS 3G Entroncamento.

A CICDR em parceria com o Programa Escolhas ministrou nos dias 2 e 3 de maio, respetivamente em Lisboa e Porto, o *workshop* "Combate à Discriminação Racial e Étnica". Estas duas ações tiveram como fim principal informar e sensibilizar a opinião pública para a problemática da discriminação motivada na cor da pele, na nacionalidade e na origem étnica, capacitando os/as formandos/as com conhecimento útil com base nos seguintes desafios: conhecer a CICDR, a sua missão e respetivas competências, identificar práticas discriminatórias, formas de apresentação de queixa com uma breve explicação sobre o encaminhamento posterior, elucidação dos mecanismos legais de combate à discriminação racial ou étnica, no ordenamento jurídico português. O *workshop* dirigiu-se a membros das equipas dos projetos do Programa Escolhas, instituições promotoras e gestoras, bem como elementos do consórcio, professores, pais e voluntários.

Em colaboração com o Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas, no âmbito do Programa de Apoio ao Associativismo Cigano, a CICDR promoveu uma sessão informativa sobre o "Novo Regime Jurídico da Prevenção, da Proibição e do Combate à Discriminação Racial e Étnica". Esta ação foi dirigida às Entidades Promotoras dos Projetos PAAC 2017, e decorreu no CNAIM de Lisboa, no dia 18 de novembro.

Pretendendo a promoção de informação sobre direitos e deveres dos/das trabalhadores/as imigrantes e para melhor entendimento das alterações realizadas no âmbito do "Novo Regime Jurídico de Combate à Discriminação Racial e Algumas Perspetivas de Género", foi realizada uma ação de formação não-formal subordinada a esta temática, ministrada pela CICDR, no Auditório do CNAIM de Lisboa, no dia 23 de novembro.

The background is a solid teal color with several large, overlapping, organic shapes in a lighter shade of teal. These shapes resemble stylized leaves or petals, creating a layered, textured effect. The text is centered in the upper-left quadrant of the page.

**VIII.
INFORMAR,
COMUNICAR E
SENSIBILIZAR**

1. MATERIAIS PRODUZIDOS

Em 2017, o Gabinete de Eventos, Comunicação e Informação interveio ativamente na conceção gráfica, produção, atualização, revisão e execução de conteúdos e/ou materiais informativos de comunicação, sensibilização e disseminação, tais como brochuras, desdobráveis e cartazes, em suporte de papel e em versão digital.

Neste âmbito, é de realçar a produção, em versão impressa, da Brochura ACM, em português e inglês; do Relatório de Atividades de 2016; de uma nova edição do Dossier do Empreendedor; dos desdobráveis do Programa Mentores para Migrantes, em árabe e tigrínia, das Ações e Recursos para o Ensino da Língua Portuguesa e do Programa SIM – Sustentabilidade, Impacto e Mudança. Destaca-se ainda, em formato digital, a Brochura da Lei da Nacionalidade, a atualização do Cartaz para a iniciativa “Família do Lado” 2017 (26 de novembro); a conceção gráfica dos materiais para a sessão pública “A Língua Portuguesa na integração de pessoas migrantes e refugiadas: recursos e boas práticas” (1 de março) e para o Seminário Internacional das Comunidades Ciganas (8 de abril).

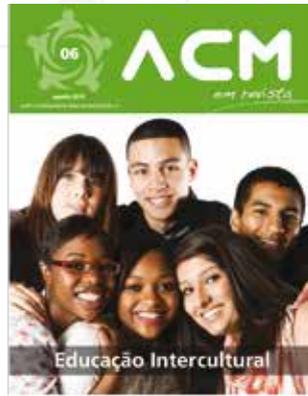
Com o objetivo registar e divulgar as histórias de sucesso de participantes no Programa Mentores para Migrantes, foram produzidos cinco vídeos com os testemunhos de mentores/mentorados, que foram apresentados no Encontro Anual de Mentores (18 de novembro). Para a Cerimónia de Entrega do Prémio de Comunicação “Pela Diversidade Cultural” 2017 (18 de dezembro), produziram-se todos os materiais gráficos para a publicitação do evento nas redes sociais, para projeção durante a cerimónia, os diplomas e os 8 troféus que foram entregues aos vencedores.



Figuras 88-94 – Alguns dos materiais produzidos em 2017

Revista ACM

A ACM em revista teve, em 2017, três edições, nas versões digital e impressa, mantendo esta última uma tiragem de mil exemplares por edição: “Diálogo Inter-Religioso”, janeiro; “Educação Intercultural”, agosto; e “Acolhimento e Integração de Pessoas Refugiadas”, dezembro.



Figuras 95-97 – ACM em Revista n.ºs 5 a 7

Revistas Escolhas

Em 2017, foram lançadas duas edições da Revista Escolhas, formatos digital e papel, mantendo esta última 500 exemplares por edição: “Escolha de Portas abertas”, setembro; e “Associativismo Jovem”, novembro.



Figuras 98-99 – Revista Escolhas n.ºs 39 e 40

2. PORTAIS DO ACM, I.P.

A divulgação de todas as iniciativas e programas do ACM, I.P., bem como de outras entidades parceiras, no portal do Instituto (www.acm.gov.pt) foi, novamente em 2017, um objetivo central para o GECl. A publicação diária de reportagens e notícias focadas nas matérias de intervenção do ACM, I.P., assim como a atualização da informação sobre programas de apoio e legislação de interesse para migrantes, pessoas refugiadas e minorias étnicas, nomeadamente as comunidades ciganas, constituíram uma preocupação constante.

Em 2017, foram produzidas mais de 370 notícias para os portais do ACM, I.P. e do Programa Escolhas, que alcançaram 824.655 visualizações e mais de 1.280 publicações para as respetivas páginas de Facebook, que atingiram cerca de 2 milhões e 290 mil utilizadores/as individuais.

A sensibilização para a diversidade cultural e para os diálogos intercultural e inter-religioso, iniciativas com as comunidades ciganas, algumas delas viabilizadas pelo FAPE, o acolhimento e integração de migrantes e pessoas refugiadas, dos novos cidadãos portugueses e das comunidades ciganas, entre outros temas, marcaram a produção e partilha de publicações nas páginas do Facebook.

De destacar, ao longo do ano, a produção e/ou atualização de publicações alusivas às várias efemérides enquadradas na missão do ACM, I.P., nomeadamente: o Dia Internacional das Mulheres (8 de março); o Dia Internacional dos/das Ciganos/as (8 de abril); o Dia para a Diversidade Cultural, o Diálogo e o Desenvolvimento (21 de maio); o Dia de África (28 de maio); o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas (10 de junho); o Dia Mundial dos/das Refugiados/as (20 de junho); o Dia Nacional dos/das Ciganos/as (24 de junho); o Dia em Memória do Genocídio dos/das Ciganos/as (2 de agosto); e o Dia Internacional dos/das Migrantes (18 de dezembro).

Na homepage do portal do ACM, I.P. foi adicionada a entrada “Fundos Comunitários”/“EU Funds” – nas versões *desktop*, *tablet* e *mobile*, em português e inglês – cumprindo, desta forma, com as recomendações de “boa” publicitação dos Fundos Comunitários, designadamente do Fundo de Asilo, Migração e Integração.

3. PROMOÇÃO DE EVENTOS DE SENSIBILIZAÇÃO E PUBLICITAÇÃO

Para promover a diversidade cultural e sensibilizar para as questões do combate ao racismo e à discriminação, o ACM, I.P. realizou, ao longo do ano 2017, alguns eventos, destacando-se os seguintes:

Workshop “Ferramentas/Recursos para a Gestão da Diversidade Cultural nos Media”

Iniciativa realizada com o apoio do Sindicato dos Jornalistas, no dia 15 dezembro, no CNAIM de Lisboa, que incluiu uma apresentação do ACM, I.P. sobre o tema em questão, em que foram apresentadas quatro ferramentas/recursos, com destaque para a publicação “Ethics in the News – EJN Report On Challenges for Journalism in the Post-truth Era, 2017”, seguida de um debate com as participações da Presidente do Sindicato de s, Sofia Branco, de Ana Cristina Pereira, jornalista, e Sílvia Gomes, Investigadora no Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Universidade Nova de Lisboa e Universidade do Minho.



Figura 100 – Imagem gráfica do workshop

Prémio de Comunicação “Pela Diversidade Cultural” 2017

A 3.ª edição desta iniciativa do ACM, I.P. foi lançada em julho, prosseguindo até setembro o período para apresentação de candidaturas. Em 2017, foram recebidos 32 trabalhos a concurso, avaliados por um júri constituído por: Clara Almeida Santos, Vice-reitora para a Cultura e Comunicação da Universidade

de Coimbra; Fernando Cascais, Professor Doutor em Comunicação Social e jornalista; Lívio de Moraes, professor e artista plástico; e Pedro Santos Pereira, jornalista.

A cerimónia de entrega de prémios, realizada a 18 de dezembro, na Fundação Calouste Gulbenkian, foi apresentada pelo jornalista José Mussuaili e distinguiu com o Prémio Diversidade Cultural o trabalho "EU VIM DE LONGE, os novos povoadores do interior português", de Ricardo Jorge Rodrigues, publicado na revista *Notícias Magazine*.



Figura 101 – Vencedor do Prémio Diversidade Cultural



Figura 102 – Imagem gráfica do Prémio de Comunicação 2017

Quanto às Parcerias estabelecidas pelo ACM, I.P., registamos em 2017:

- Apoio financeiro à **RJ Anima** – Associação de Dinamização Ambiental, Social e Cultural, para a realização do 11.º Encontro Internacional de Narração Oral de Lusofonia (abril);
- Apoio financeiro à **Associação Cultural Moinho da Juventude** para o desenvolvimento da iniciativa "Kova M Festival", festival cultural realizado no Bairro Alto da Cova da Moura (julho);
- Parceria com o **Conselho da Europa** para organização de um jantar/convívio intercultural para os participantes na Diáspora Conference, realizada em Lisboa (7 e 8 de setembro);
- Apoio financeiro à **Associação PELE** – Espaço de Contacto Social e Cultural – para a realização do espetáculo "Fuente Ovejuna", da Companhia Atalaya TNT, que integra 9 mulheres ciganas, no âmbito do MEXE – IV Encontro Internacional de Arte e Comunidade (8 a 13 de setembro);
- Parceria com **Edge Arts** para divulgação do projeto "3041.19 Km" – exposição da autoria do artista visual Pedro Pires – resultante do trabalho que realizou com pessoas refugiadas e migrantes em Lesbos, enquanto voluntário da organização não governamental Emergency Response Centre International (ERCI). A inauguração decorreu no dia 28 de setembro, seguida de um debate sobre o tema, contou com a presença do Alto-Comissário para as Migrações, numa intervenção centrada no papel do ACM, I.P. na relação com as pessoas refugiadas acolhidas em Portugal;
- Parceria com a **OIM Portugal** para divulgação do Global Migration Film Festival, realizado de 5 a 18 de dezembro, para assinalar o Dia Internacional dos/das Migrantes.

O registo e a **divulgação das visitas oficiais efetuadas ao ACM, I.P.** fizeram também parte das atividades deste gabinete.

4. OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES

O ano de 2017 ficou marcado por inúmeras novidades na intervenção do Observatório das Migrações que, com o mote **Migrações em Mudança: conhecer mais para agir melhor**, implementou as rotinas mensais

OM, o lançamento de novas linhas editoriais, a realização de novas iniciativas de reflexão e de partilha do conhecimento e o reforço da comunicação digital com sensibilização estatística para as migrações.

Em 2017, o OM enquadrou o seu trabalho de forma temática, assumindo em cada mês um tema específico associado a datas comemorativas: janeiro com o tema de “Migrações e Religiões” (para assinalar o dia Mundial das Religiões); fevereiro sobre “Português e línguas maternas” (enquadrando o Dia Internacional da Língua Materna); março acerca de “Mulheres migrantes” (Dia Internacional da Mulher); abril com o tema “Trabalhadores imigrantes e segurança no trabalho” (enquadrando o Dia de Prevenção e Segurança no Trabalho); maio com o tema “Imigrantes e Segurança Social” (para o Dia Mundial e Nacional da Segurança Social); junho sobre “O acesso à nacionalidade portuguesa” (assinalando o Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas); julho acerca de “Imigração e Demografia” (Dia Mundial da População), agosto com “Remessas dos migrantes” (na Semana Internacional dos Migrantes); setembro sobre “Imigração e Direitos Políticos” (assinalando o Dia Internacional da Democracia); outubro com o tema “Estatísticas e Indicadores de Integração de Imigrantes” (enquadrando o Dia Mundial da Estatística); e novembro acerca de “Estudantes imigrantes em Portugal” (no âmbito do Dia Internacional dos Estudantes).

Para enquadrar cada tema mensal, assumiram-se as rotinas mensais OM que incluíram: (i) *newsletter* digital temática no início de cada mês para enquadrar os principais conceitos, enquadramentos legais e institucionais, e o estado da arte e referências bibliográficas; (ii) dinamização pelo OM de quinzena temática no Centro de Documentação; (iii) Destaque Estatístico temático OM, sistematizando os principais dados internacionais e nacionais acerca do tema em destaque no mês; (iv) lançamento de Posters Estatísticos temáticos orientados para sensibilizar o público; (v) conteúdos da rubrica Sabia que... no Facebook, e (vi) atualizações diárias no site www.om.acm.gov.pt e contacto com os nossos seguidores nas redes sociais. Nesta vertente, o OM assumiu como aposta regular a sensibilização e a desconstrução de mitos acerca da imigração, com a disseminação regular de factos estatísticos e científicos, através dos seus canais digitais (*website* www.om.acm.gov.pt e <https://www.facebook.com/observatoriodasmigracoes/>).

Mantendo o objetivo de estimular a prática de investigação-ação na vertente da integração dos/das imigrantes em Portugal, em 2017, o OM teve ainda como metas fundamentais consolidar a sua equipa, fomentar a recolha e sistematização de dados estatísticos e administrativos que se encontram disponíveis em Portugal, reforçando a sua Coleção Imigração em Números, nomeadamente com o lançamento do Relatório Anual Indicadores de Integração de Imigrantes 2017 e de duas novas linhas editoriais: (i) Cadernos Estatísticos Temáticos, tendo lançado o primeiro destes Cadernos na Assembleia da República, em junho, com um balanço em números dos últimos vinte anos da Lei da Nacionalidade, e (ii) Boletins Estatísticos OM, e estimular o debate e o diálogo construtivo e produtivo entre académicos e decisores políticos na vertente das migrações, tendo nomeadamente neste âmbito lançado as sessões Diálogos do OM e promovido mais uma edição das Jornadas Anuais OM com lançamento de novos estudos.

Imigração em Números: sistematização e análise de informação estatística

O OM tem entre as suas atribuições “recolher, sistematizar e analisar informação estatística e administrativa de fontes nacionais e internacionais respeitantes ao fenómeno da imigração, nomeadamente os indicadores de integração de imigrantes e de refugiados” (alínea a) do artigo 2.º da Deliberação n.º 1243/2016, de 8 de agosto), atribuição essa que concretiza nomeadamente uma das missões do ACM, I.P. de “contribuir para a melhoria da recolha e divulgação de dados estatísticos oficiais sobre fluxos migratórios, através da consolidação da recolha de dados ou de informações complementares que não se encontrem diretamente

acessíveis” (alínea i) do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 31/2014, de 27 de fevereiro). Na persecução desta atribuição o OM tem desenvolvido a sistematização de informação estatística, disponibilizada nas suas compilações estatísticas *online* (desde 2007) e promovido a Coleção Imigração em Números, lançada em 2014 com coordenação científica de Catarina Reis Oliveira. Em 2017, o OM reforçou esta coleção, lançando duas novas linhas editoriais desta coleção – Cadernos Estatísticos Temáticos e Boletins Estatísticos – para além do reforço com novos indicadores e atualizações dos Relatórios Indicadores de Integração de Imigrantes, relatórios esses reconhecidos, em 2017, no relatório FRA Together in the EU. Promoting the participation of migrants and their descendants por colocarem Portugal, ao lado da Alemanha, como país pioneiro no contexto europeu por proceder a melhor e mais ampla sistematização de dados e indicadores de integração de imigrantes que vão para além das recomendações de Zaragoza (FRA, 2017: 37).



Figura 103 – Relatório 2017

Relatório Indicadores de Integração de Imigrantes 2017 de Catarina Reis Oliveira e Natália Gomes, analisa 235 indicadores acerca da integração de imigrantes, distribuídos por 15 dimensões analíticas de 42 fontes de dados administrativos e estatísticos. O relatório de 2017 assume a integração como um processo multidimensional, caracterizando a situação dos estrangeiros residentes em Portugal por comparação aos nacionais. Entre as novidades de 2017 estão indicadores da inclusão e a exclusão dos estrangeiros, regime de ocupação de alojamento e cuidados de saúde.



Figura 104 – Caderno Estatístico Temático 2017

Caderno Estatístico Temático **Acesso à Nacionalidade portuguesa: 10 anos da lei em números**, de Catarina Reis Oliveira, Natália Gomes e Tiago Santos, faz um balanço – em números – da primeira década de implementação da alteração da Lei da Nacionalidade (2007-2016), comparando esses resultados com a década imediatamente anterior (1996-2006). A partir da análise dos dados administrativos disponíveis, o estudo identifica as principais tendências e canais adotados (entre as aquisições e as atribuições) pelos cidadãos para acederem à nacionalidade portuguesa e destaca os impactos da Lei da Nacionalidade que colocou Portugal em primeiro lugar, desde 2007, no ranking dos países do mundo com melhores enquadramentos de cidadania.



Figura 105 – Imagem gráfica do Boletim Estatístico

O OM iniciou em março de 2017, a edição de **Boletins Estatísticos OM** com disseminação de compilações estatísticas de dados oficiais nacionais e internacionais sobre temas de trabalho do OM. Em 2017, foram lançados três Boletins Estatísticos: (i) A Mulher Estrangeira na População Residente em Portugal, lançado para assinalar o Dia Internacional da Mulher (8 de março); (ii) Recenseamento Eleitoral de Estrangeiros, lançado para assinalar o Dia Internacional da Democracia (15 de setembro); e (iii) Estudantes Estrangeiros nos Diferentes Níveis de Ensino, no Dia Internacional do Estudante (17 de novembro).

Investigação e Estudo

Criado em 2002, o Observatório das Migrações tem desde a sua génese a missão de fomentar a investigação e a observação dos fenómenos migratórios, em articulação com centros de estudos universitários, com vista a contribuir para a definição e avaliação de políticas públicas e monitorizar a integração dos/das imigrantes e os seus contributos para Portugal. Neste âmbito, em 2017, a coleção mais antiga deste Observatório, Coleção de Estudos, adquiriu novos volumes de estudos promovidos pelo OM, tal como a Coleção de Teses.

Estudo OM 60: “Condições de Vida e Inserção Laboral de Imigrantes em Portugal: Efeitos da Crise de 2007-2008” de Alina Esteves (Coord.), Ana Esteves, Anselmo Amílcar, Jennifer MCGarrigle, Jorge Malheiros, Luís Moreno, Maria Lucinda Fonseca, Sónia Pereira, Fevereiro de 2017.

Estudo OM 61: “Evolução e perfis dos Divórcios em Casais Binacionais (1995-2013)” de Sofia Gaspar (Coord.), Ana Cristina Ferreira e Madalena Ramos, Dezembro de 2017.



Figura 106-107 – Estudo OM 60 e 61



Figuras 108-109 – Teses OM 47 e 48

TESE OM 47: “Cuidados de Saúde Materno-infantis a Imigrantes na Região do Grande Porto: Percursos, Discursos e Práticas”, de Joana Topa (ISBN 978-989-689-082-1).

TESE OM 48: “Refugiados e Requerentes de Asilo em Portugal: Contornos Políticos no Campo da Saúde”, de Maria Cristina Santinho (ISBN 978-989-685-083-8).

No âmbito do Objetivo Nacional 3 e do Objetivo Específico 2 do FAMI – Integração e Migração Legal, em 2017 foi também lançado um Aviso (Aviso n.º 26/2017) para candidaturas ao FAMI, destinadas ao cofinanciamento de **Estudos sobre Migrações e a Integração de Nacionais de Países Terceiros em Portugal**. O concurso teve como objetivo o aprofundamento contínuo do conhecimento sobre o fenómeno migratório, em parceria com o Observatório das Migrações, através do apoio ao estudo e investigação acerca de nacionais de países terceiros em Portugal, e de áreas e projetos com relevância para as políticas públicas e os decisores políticos, numa lógica de conhecer mais para agir melhor. A avaliação das candidaturas, de acordo com os critérios de seleção previstos no respetivo Aviso (Aviso n.º 26/2017) foi efetuada pelo ACM, I.P., enquanto Autoridade Delegada, e um painel de avaliadores independentes nacionais da rede do Observatório das Migrações (Catarina Reis Oliveira, João Peixoto, Alina Esteves, José Carlos Marques, Joana Azevedo, Ana Paula Beja Horta e Pedro Góis), encontrando-se em curso sete estudos que obtiveram financiamento ao abrigo deste aviso do FAMI.

Informação e Sensibilização, combatendo mitos sobre imigração

O Observatório das Migrações tem entre as suas atribuições informar e sensibilizar a opinião pública acerca das migrações, nomeadamente através do combate a mitos e estereótipos, com factos científicos e dados estatísticos oficiais que sistematiza e dissemina acerca de estrangeiros residentes em Portugal. Neste âmbito, em 2017, o OM apostou no lançamento de uma nova *newsletter* digital mensal, em complemento à *newsletter* temática OM, com Destaques Estatísticos sobre os temas de trabalho mensais do OM e na criação da rubrica Sabia que... no Facebook. Também durante o ano foram lançados 12 novos Posters Estatísticos de sensibilização.



Figura 110 – Imagem gráfica Destaques Estatísticos OM

Em 2017, o Observatório produziu e divulgou **Destaques Estatísticos temáticos**, uma nova rubrica de sensibilização, orientada para informar e desconstruir mitos relacionados com as migrações, recorrendo à disseminação de dados estatísticos e administrativos sistematizados e analisados pelo OM. Nestes Destaques Estatísticos OM (no total 12 edições) foram apresentados dados nacionais e internacionais sobre as temáticas em análise em cada mês do ano, sintetizados em formato “Sabia que...”: Estudantes Imigrantes; Estatísticas e Indicadores de Integração de Imigrantes; Recenseamento Eleitoral de Estrangeiros; Remessas dos Migrantes; Imigração e Demografia; Acesso à Nacionalidade; Imigrantes e a Segurança Social; Trabalhadores Imigrantes e Segurança no Trabalho; Habilitações e Reconhecimento de Qualificações de Estrangeiros em Portugal; Mulheres Migrantes; Aprendizagem do Português e das Línguas Maternas; Migrações e Religiões.



Figura 111 – Logótipo Sabia que... OM

OM nas redes sociais: Em 2017, o OM reforçou a sua aposta nas redes sociais, nomeadamente na sua página de Facebook, <https://www.facebook.com/observatoriodasmigracoes/>, enquanto veículo informativo e de sensibilização no que toca à desconstrução de mitos e factos em torno das migrações. Nesse âmbito, o OM comunicou os temas mensais de trabalho do Observatório e, com destaque para a dinamização da rubrica Sabia que...



Figura 112 – Logótipo Posters Estatísticos OM

Posters Estatísticos OM: Procurando sensibilizar e desconstruir mitos relacionados com as migrações, mediante a disseminação de resultados da produção científica sistematizados e intuitivos, em 2017, o OM produziu e divulgou em suporte físico e *online* (através do *website* e das redes sociais) 12 novos Posters que sumarizam os dados estatísticos mais relevantes nas várias temáticas abordadas pelo OM, ao longo de todos os meses do ano: Migrações e Religiões no mundo (janeiro de 2017); Diversidade Religiosa em Portugal (janeiro de 2017); Aprendizagem da Língua Portuguesa por Estrangeiros (fevereiro 2017); Mulheres Migrantes (março 2017); Distribuição das Mulheres Imigrantes no Território (março 2017); Sinistralidade Laboral PT vs. Europa (abril 2017); Sinistralidade Laboral de Estrangeiros em Portugal (abril de 2017); Cidadania e Acesso à Nacionalidade (junho de 2017); Migrações e Remessas (agosto de 2017); Direitos eleitorais de estrangeiros na Europa (setembro de 2017); Estrangeiros e Recenseamento Eleitoral em Portugal (setembro de 2017); Estatísticas de Imigração (outubro de 2017); Estudantes estrangeiros no contexto internacional (novembro de 2017).

Eventos OM em 2017

O Observatório das Migrações tem também, entre as suas atribuições, promover o debate e a reflexão académica acerca de políticas migratórias e integração de migrantes, nomeadamente diligenciando um diálogo construtivo e produtivo entre decisores políticos e académicos, e disseminar resultados de produção científica acerca das migrações através da organização de conferências, jornadas anuais, seminários e *workshops*. Em 2017, o OM lançou neste âmbito também um novo modelo de debate e diálogo na área das migrações com os Diálogos OM.



Figura 113 – Logótipo Diálogos OM

Diálogos OM (23 de março de 2017): Este novo ciclo de encontros, em formato de mesa redonda, procura constituir um espaço de reflexão e diálogo construtivo entre académicos, decisores políticos e representantes da sociedade civil em torno da temática abordada pelo OM em cada mês. O OM dedicou a sessão inaugural dos “Diálogos OM”, em março de 2017, ao tema da Feminização das Migrações em Portugal, para assinalar o Dia Internacional da Mulher, 8 de março. Esta primeira sessão, organizada e

moderada pela Diretora do OM, Catarina Reis de Oliveira, trouxe quatro perspetivas para a reflexão do tema das mulheres migrantes em Portugal: (i) um olhar estatístico, com lançamento do primeiro Boletim Estatístico OM (por Natália Gomes, investigadora do OM); (ii) um olhar académico, recorrendo aos trabalhos científicos de uma investigadora da área da Psicologia Feminista (com Joana Topa, do Centro Interdisciplinar de Estudos de Género da Universidade do Minho); (iii) um olhar da intervenção e abordagem promovida pela sociedade civil (com Carla Martingo, da Associação para a Cooperação sobre População e Desenvolvimento); e, finalmente, (iv) a perspetiva de quem tem a tutela entrecruzada dos dois grandes temas subjacentes – migrações e questões de género (com a Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade).



Figuras 114-119 – Diálogos OM 2017

Seminário “Dez Anos da Lei da Nacionalidade” (6 de junho de 2017): Por ocasião do Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas (10 de junho), o Observatório das Migrações promoveu, no dia 6 de junho de 2017, no Auditório do Edifício Novo da Assembleia da República, o seminário “Dez Anos da Lei da Nacionalidade”. A iniciativa visou assinalar os 10 anos da aprovação da Lei da Nacionalidade, procurando refletir os resultados desta lei, tanto ao nível internacional – na presença de Thomas Huddleston, responsável pelo MIPEX – como ao nível nacional – com a intervenção de Catarina Reis Oliveira, que apresentou o estudo OM que coordenou “Acesso à Nacionalidade Portuguesa: 10 anos da lei em números”. O Seminário contou com a intervenção do Ministro-Adjunto, da Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, da Secretária de Estado da Justiça, do Alto-Comissário para as Migrações, bem como da participação do Deputado Bacelar de Vasconcelos, Presidente da Comissão Parlamentar de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, em representação do Presidente da Assembleia da República, na sessão de abertura.



Figuras 120-124 – Seminário “Dez Anos da Lei da Nacionalidade”

X Jornadas do Observatório das Migrações: O OM promoveu no dia 18 de dezembro de 2017, Dia Internacional dos/das Migrantes, em Lisboa no auditório 3 da Fundação Calouste Gulbenkian, a 10.ª edição das Jornadas do OM. Nestas jornadas foi lançado o mais recente Relatório Estatístico Anual 2017 Indicadores de Integração de Imigrantes e três novos estudos OM da Coleção de Estudos OM. Estas Jornadas OM foram inauguradas pela Secretária de Estado para a Cidadania e a Igualdade, desenvolvendo-se depois em três sessões plenárias: a primeira sobre indicadores de governação das migrações e indicadores de integração de imigrantes, com a intervenção de Jill Helke da Organização Internacional das Migrações (OIM) de Genebra, Catarina Reis Oliveira e Natália Gomes do OM; a segunda sessão plenária sobre os impactos da crise na inserção laboral dos imigrantes nos últimos anos com intervenções de Alina Esteves

(IGOT), Ana Cláudia Valente (CESOP), Cátia Batista (NSBE, Economia e NOVAFRICA), Carlos Trindade (CGTP), José Cordeiro (UGT) e António Correia de Campos, Presidente do Conselho Económico e Social; e, finalmente, a terceira sessão plenária sobre artistas imigrantes em Portugal com intervenções de Manuel Abrantes e Otávio Raposo (ISCTE), José Lino Neves ACM, I.P./GATAI e Rui Telmo Gomes (CIES-IUL). No encontro estiveram presentes cerca de uma centena de participantes (98 participantes), maioritariamente representantes de serviços públicos (47), provenientes de diferentes regiões do país, do meio académico (17), estudantes (12), representantes de Organizações Não Governamentais (ONG, 10), representantes da sociedade civil (7), jornalistas (2), entre outros (3). O evento recebeu a cobertura de diversos órgãos de comunicação social, tendo, paralelamente, sido alvo de notícia em diversos *media*, na área da imprensa, da rádio e da televisão



Figuras 125-129 – X Jornadas do Observatório das Migrações



Figura 130 – Imagem gráfica das Jornadas do OM

Quinzenas Temáticas OM no Centro de Documentação: o OM promoveu mensalmente em 2017, Quinzenas Temáticas no Centro de Documentação do ACM, I.P., dedicadas ao tema em agenda do trabalho OM. Neste contexto, e a par de toda a atividade regular do Centro de Documentação, para cada Quinzena Temática, o OM preparou e disponibilizou *dossiers* temáticos com publicações relevantes, nomeadamente da Coleção de Estudos OM, da Coleção de Teses OM, e da Coleção Imigração em Números do OM, tornou acessíveis dados oficiais, sistematizados e analisados pelo OM sobre cada temática, e destacou outras referências bibliográficas do acervo do Centro de Documentação sobre tema em destaque.

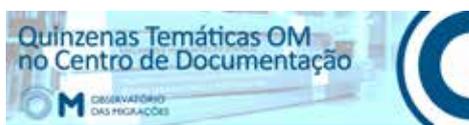


Figura 131 – Imagem gráfica das Quinzenas Temáticas OM

The background is a solid teal color with several large, overlapping, curved shapes in a lighter shade of teal, creating a dynamic, abstract pattern. The shapes are reminiscent of stylized waves or organic forms.

IX.
RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

1. REDES E PROJETOS INTERNACIONAIS

No ano de 2017, cumpre destacar o trabalho desenvolvido pelo ACM, I.P. para a preparação da visita a Portugal dos Relatores do **ECRI – European Commission against Racism and Intolerance (Conselho da Europa)** que decorreu de 13 a 17 de novembro.

Ainda no domínio do **ECRI**, o ACM, I.P. marcou presença no Seminário anual realizado, em Estrasburgo, a 23 e 24 de maio.

Importa ainda realçar a eleição, a 15 de junho, do Alto-Comissário para o Comité Executivo do **Grupo de Trabalho Migrações da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico)**. No âmbito deste Grupo de Trabalho, para além de contributos técnicos e resposta a questionários, marcou ainda presença na reunião que se realizou, em Paris, a 14 e 15 de junho e no Seminário promovido em parceria entre a OCDE e o Gabinete Europeu de Apoio em Matéria de Asilo (**EASO**), a Agência da UE responsável pelas questões do asilo.

Adicionalmente, e na sequência do trabalho desenvolvido nos últimos anos, em 2017, o ACM, I.P. prosseguiu a participação ativa junto de diversas redes e grupos de trabalho europeus e internacionais, colaborando e dando resposta a pareceres, questionários e demais contributos.

Destacam-se as seguintes:

Rede de Pontos Nacionais de Contacto para a Integração da União Europeia, com a presença nas diversas reuniões que se realizaram, em Bruxelas e em Tallinn, respetivamente, em março e novembro. Além disso, o ACM, I.P. contribuiu com a preparação de elementos técnicos, tendo ainda participado em visitas de estudo promovidas por esta Rede na Suécia e na Alemanha.

No âmbito da **FRA – Fundamental Rights Agency da União Europeia**, o ACM, I.P. prosseguiu o trabalho desenvolvido enquanto ponto focal nacional, garantindo o envio de contributos técnicos para esta Agência, a articulação com diversas autoridades nacionais, participando ainda em diversas reuniões e atividades desenvolvidas pela FRA, caso do Simpósio realizado, em Bruxelas, a 28 de junho, sobre a proteção dos Direitos Fundamentais na perspetiva das crianças ou a Conferência “Experiences of Immigrants and Minorities – EU MIDIS II”, que teve lugar, em Bruxelas, a 6 de dezembro.

Relativamente ao **Grupo de Alto Nível sobre Não-Discriminação, Igualdade e Diversidade da Comissão Europeia**, o ACM, I.P. assegurou o envio de contributos para a Delegação nacional presente nos trabalhos.

Na sequência da representação nacional que o ACM, I.P. assegura na **Parceria para a Integração de Migrantes e Refugiados da Agenda Urbana da União Europeia**, foi ainda possível participar em diversas iniciativas desta Parceria, mais concretamente nas reuniões de trabalho, conferências e envio de contributos técnicos.

A participação do ACM, I.P. na **Equinet – European Network of Equality Bodies** foi igualmente ativa durante 2017, contribuindo com respostas para questionários, preparação de documentos e comentários a

publicações variadas, tendo ainda participado nas reuniões do Grupo de Trabalho Equality Law e do Grupo de Trabalho para as Estratégias de Comunicação. Fez-se ainda representar na Conferência que celebrou o 10.º aniversário desta Rede, na Assembleia-Geral que teve lugar, em Bruxelas, a 11 de outubro, e no Seminário “Comunicar a Igualdade nas Redes Sociais”, que se realizou, em Dublin, a 4 e 5 de abril.

Preparação de contributos e acompanhamento da iniciativa **KNOMAD – Global Knowledge Partnership on Migration and Development** em estreita articulação com o Camões, I.P.

Foi ainda possível continuar e aprofundar a colaboração com a **Comissão Nacional para os Direitos Humanos (CNDH)**, quer através do envio de informações, resposta a pareceres, quer na presença de reuniões em formato de Grupo de Trabalho ou reuniões plenárias abertas à Sociedade Civil.

No domínio da **Rede SIRIUS – European Policy Network on the Education of Children and Young People with a Migrant Background**, o ACM, I.P. marcou presença nas reuniões ordinárias e na Conferência Anual e na Assembleia-Geral que se realizaram a 14 e 15 de dezembro.

Relativamente a outros projetos e Iniciativas internacionais destaca-se a participação na Conferência “Future Schools for Future Citizens” do **Migration Policy Institute Europe**, em Berlim, a 19 e 20 de junho, e nas jornadas do Projeto “Création d’un espace Européen pour la Médiation pour l’inclusion sociale”, em Bruxelas, a 26 e 27 de junho.

O ACM, I.P. participou igualmente nas reuniões da **Rede de Pontos de Contacto Nacionais para a Integração das Comunidades Ciganas**, assegurando ainda a representação nacional junto do **CAHROM – Comité de Peritos/as Ad Hoc para questões Roma do Conselho da Europa**.

O ACM, I.P. marcou ainda presença, no âmbito do Programa Escolhas nas seguintes iniciativas:

- Assembleia-Geral da **Telecentre Europe**, Bruxelas, 9 e 10 de março;
- Encontro internacional do **Projeto ISOTIS** “Inclusive Education and Social Support to Tackle Inequalities in Society”, Leiden, 22 e 23 de junho;
- Conferência “Becoming part of Europe Erasmus+”, Amsterdão, 3 a 5 de outubro;
- Conferência “European youth work empowering young people’s democratic values and active citizenship”, Berlim, 16 a 19 de outubro;
- 11.º Fórum Europeu sobre os Direitos da Criança, Bruxelas, 8 de novembro.

2. COMUNICAÇÕES EM CONFERÊNCIAS E ENCONTROS INTERNACIONAIS

Entre muitos outros momentos, destacamos as seguintes participações em 2017:

- Comunicação no “Intercultural Cities, Inclusive Integration Policy Lab”, Berlim, 16 de fevereiro;
- Comunicação no *Workshop* “Migrant Integration”, Rabat, 21 de fevereiro;
- Comunicação no Seminário “Integração de Migrantes através da Educação”, organizado pela Comissão Europeia, Bruxelas, 28 de março;

- Comunicação no evento "The reception and inclusion of refugees: political, social and economic challenges and opportunities", Barcelona, 14 de junho;
- Comunicação na Conferência "Migrants and refugees at the crossroads of the EU crisis", Braga, 25 de julho;
- Comunicação na Conferência Internacional Metropolis, Haia, 19 de setembro;
- Comunicação no Simpósio "Autumn Academy 2017: strategic approaches to migrants with irregular status in Europe", Oxford, 21 de setembro;
- Comunicação no Congresso Internacional "Migrações e Relações Interculturais na Contemporaneidade", Lisboa, 27 de outubro;
- Comunicação no Congresso Internacional "Um construtor da modernidade: Lutero – Teses – 500 anos", Lisboa, 9 de novembro;
- Comunicação na Conferência "Civic and Political Participation of Migrants", Bruxelas, 14 de novembro;
- Comunicação no Ministério da Cultura da Estónia, Tallinn, 21 de novembro;
- Comunicação no "Milestone Event Integration Policies – Council of Europe", Lisboa, 28 de novembro;
- Comunicação "4Cs – Conviviality and the Institutional", Lisboa, 4 de dezembro;
- Comunicação na Conferência da Equinet "Inclusion of and discrimination against migrants in Europe", Bruxelas, 7 de dezembro;
- Comunicação no *Workshop* "Post-Soviet Diaspora(s) in Western Europe", Lisboa, 14 de dezembro.

3. DISTINÇÕES

Em 2017, destacamos o 1.º lugar nos Prémios Nacionais e o 2.º lugar nos Prémios Europeus de Promoção Empresarial (European Enterprise Promotion Awards – EEPA) da Comissão Europeia com o Concurso "MUNDAR: Muda o Teu Mundo!", dinamizado pelo ACM I.P., através do seu Programa Escolhas.

X.

**GESTÃO FINANCEIRA
E ADMINISTRATIVA**

1. ORÇAMENTO DO ACM, I.P.

O ACM, I.P. apresentou, em 2017, um ligeiro acréscimo na dotação orçamental (0,2M€), com maior incidência nos Fundos Comunitários (0,45M€), apesar do decréscimo sentido nas transferências de Receitas Próprias (RP) entre organismos (0,18M€) e do montante de receitas gerais se ter mantido desde 2015, como se verifica no gráfico infra.



Figura 132 – Orçamento ACM 2015-2017

Em 2017, a receita comunitária foi orçada em 3.1M€ tendo somente sido transferido o valor de 0,3M€ o que representa 11,57% do valor orçamentado.



Figura 133 – Fundos Comunitários

Deparámo-nos com alguns constrangimentos orçamentais no decorrer de 2017 provocados pela demora na abertura das candidaturas e da disponibilização da plataforma por parte da ADC (Agência para o Desenvolvimento & Coesão). O ACM, I.P. conseguiu, em parte, colmatar o financiamento dos projetos em execução com saldos finais do anterior Quadro Comunitário.

Estes constrangimentos orçamentais foram ultrapassados com o recurso ao pedido de descativo e à aplicação em despesa de saldos transitados de Fundos Comunitários e de receitas próprias para assim fazermos face aos compromissos assumidos para cumprimento de políticas públicas e metas QUAR. Apesar dos constrangimentos acima identificados, terminámos 2017 com os seguintes indicadores:

- Taxa de execução na despesa de 62%.

Execução Orçamental - Despesa



Figura 134 – Execução Orçamental – Despesas

- Taxa de execução da receita cobrada de 98%

Execução Orçamental Receita Cobrada vs Despesa Paga



Figura 135 – Execução Orçamental – Receita Cobrada vs Despesa Paga

Salientando o cumprimento do indicador 4 – QUAR 2017, “**Prazo Médio de Pagamentos**”, nos **14 dias**.

Ao nível de despesa paga por agrupamento económico, em comparação com o ano transato, verificou-se um decréscimo que ronda os 6% nas aquisições de bens e serviços (agrupamento económico 02), um acréscimo de 5% nas despesas com pessoal (agrupamento económico 01) que se deve à criação de Núcleos essenciais à estrutura organizacional do ACM, I.P., em relação a 2016.

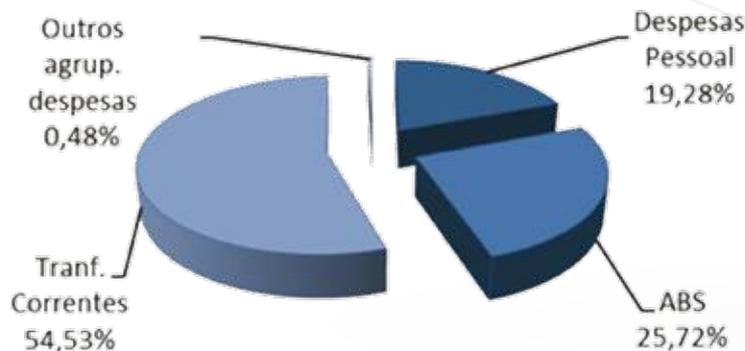


Figura 136 – Despesa paga por agrupamento económico

No quadro das competências, direitos e obrigações delegadas, o ACM, I.P. assumiu a função de Autoridade Delegada do Objetivo Específico 2 – Integração/Migração legal do FAMI, que pretende dar resposta a três Objetivos Nacionais (Objetivo Nacional 1 – Migração Legal, Objetivo Nacional 2 – Integração, Objetivo Nacional 3 – Capacidade) previstos no Programa Nacional, com uma dotação global de 14.986.843,00 € tendo publicado para esse efeito, em 2017 os seguintes avisos:

Aviso	N.º	Dotação do Aviso	Data de publicação	Candidaturas recebidas	Montante de Fundo Solicitado	Candidaturas aprovadas	Montante de Fundo Aprovado
2017							
Estudos – Investigação e Avaliação de políticas locais	26/FAMI/2017	340.000,00 €	06-Mar-17	13	521.470,29 €	6	191.025,72 €
Implementação de Planos Municipais	27/FAMI/2017	1.500.000,00 €	10-Mar-17	3	316.597,55 €	2	292.798,35 €
Ações de integração pela Sociedade Civil	28/FAMI/2017	2.000.000,00 €	23-Mar-17	51	7.616.513,43 €	20	1.958.116,95 €
Conceção e Implementação de Novos Planos	29/FAMI/2017	3.077.000,00 €	23-Mar-17	19	4.353.608,49 €	19	3.076.976,23 €
Integração através da Saúde	30/FAMI/2017	400.000,00 €	24-Mar-17	2	176.053,62 €	2	160.888,97 €
Apoio a Consórcios Locais na área das pessoas refugiadas	31/FAMI/2017	1.500.000,00 €	11-Abr-17	10	1.502.074,62 €	9	1.049.493,54 €
Planos de Educação Intercultural	32/FAMI/2017	1.400.000,00 €	11-Abr-17	18	1.377.895,30 €	17	1.082.514,77 €
Sub-Total		10.217.000,00 €		116	15.864.213,30 €	75	7.811.814,53 €

Figura 137 – Avisos publicados pelo ACM, I.P. enquanto Autoridade Delegada do FAMI

No final do ano atingiu uma taxa de compromisso de 61%, destacando-se que no Objetivo Nacional 2 – Integração, a taxa de compromisso é já de 91%. O acompanhamento local da execução tem sido também uma preocupação do ACM, I.P., tendo sido realizadas 56 visitas a estes projetos, o que nos permitiu cumprir o **indicador 1 do QUAR 2017**, “N.º de visitas a projetos”.

FUNÇÕES DO ACM, I.P.	TIPOLOGIAS DE OPERAÇÃO	PONTO DE SITUAÇÃO
Organismo Intermédio do POISE (FSE)	- Português para Todos	- Aviso publicado em junho de 2017 no montante de € 2.950.000.
	- Inserção Socioprofissional da Comunidade Cigana	- Avisos de abertura de candidaturas a serem publicados em 2018
	- Mediadores Municipais Interculturais	
Organismo Intermédio do POR Lisboa (FSE)	- Mediadores Municipais Interculturais	- Aguardamos assinatura do Contrato de Delegação de Competências

Figura 138 – Avisos publicados ou a publicar pelo ACM, I.P. enquanto Organismo Intermédio do PO ISE e do POR Lisboa

FUNÇÕES DO ACM	T I P O L O G I A S D E OPERAÇÃO	PONTO DE SITUAÇÃO
Entidade beneficiária do POISE (FSE)	- CNAIM Norte	- Candidatura para o CNAIM Norte aprovada no montante de € 1.4 Mio por 3 anos.
	- Campanhas de sensibilização	- Aguardamos publicação do Aviso em 2018.
Entidade beneficiária do POR Lisboa (FSE)	- CNAIM Lisboa	- Aguardamos decisão de aprovação por parte do POR Lisboa (€ 4.2 Mio por 3 anos)
Entidade beneficiária do POR Algarve (FSE)	- CNAIM Algarve	- Candidatura para o CNAIM Algarve aprovada no montante de € 0.6 Mio por 3 anos.
Entidade beneficiária do COMPETE (FEDER)	- MY CNAIM (SAMA 2020)	- Candidatura MY CNAIM aprovada pelo montante de € 0.26 Mio.
Entidade beneficiária do FAMI	- Assistência Técnica	- AT FAMI em execução.

Figura 139 – Candidaturas submetidas ou a submeter pelo ACM, I.P. enquanto Entidade Beneficiária de Fundos Comunitários

2. RECURSOS HUMANOS

A componente de Recursos Humanos, relativamente ao ano 2017, pautou-se pela estabilização do mapa de pessoal anterior, verificando-se ainda assim algumas situações de mobilidade (entradas e saídas de pessoal). Importa ainda referir que em sede de Quadro de Avaliação e Responsabilização, o balanço em matéria de Recursos Humanos considera comumente, o mapa de pessoal do ACM, I.P. bem como do Programa Escolhas

O mapa de pessoal, no final do ano em referência tinha 26 colaboradores, dos quais 15 técnicos/as superiores, um dirigente superior de 1.º grau, um dirigente superior de 2.º grau, dois equiparados a dirigente intermédio de 1.º grau, cinco dirigentes intermédios de 2.º grau, um assistente operacional e um especialista de informática nível 1, bem como 130 colaboradores/as integrados/as no âmbito dos protocolos de mediação sociocultural.

2017 foi o ano de consolidação da estrutura orgânica do ACM, I.P., com a criação de 6 Núcleos, inseridos em 3 Departamentos e numa Equipa, a saber, no Departamento de Apoio e Assistência Migratória, o Núcleo de Apoio à Integração de Migrantes, no Departamento de Apoio à Integração e Valorização da Diversidade, o Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas (NACI), e no Departamento de Relações Internacionais, Política Migratória e Captação de Migrantes, o Núcleo de Apoio à Integração de Refugiados (NAIR), e o Núcleo de Políticas Migratórias (NPM).

Por seu turno, na Equipa de Fundos e Apoio Financeiro (EFAF), o Núcleo de Gestão Financeiro (NGF) e o Núcleo de Gestão de Apoio ao FAMI (NG-FAMI). Consequentemente, foi deliberada a nomeação dos coordenadores dos Núcleos criados bem como a abertura dos respetivos procedimentos concursais.

Relativamente aos desvios apresentados, considerando o inicialmente previsto em sede de Mapa de Pessoal e QUAR, importa referir que, ao longo do ano, com a ocupação supramencionada dos cargos de direção intermédia ou equiparado, algumas com recurso a elementos já pertencentes ao mapa, na categoria de Técnico Superior, foram libertos lugares que permaneceram desocupados até ao final do ano de referência.

O fator mobilidade representou outro elemento contributivo do desvio apresentado na categoria de técnico superior, tendo-se verificado um total de 7 saídas e 1 entrada. Neste âmbito realça-se ainda a mobilidade

intercarreiras, com a passagem de 1 Técnico Superior para a carreira de Especialista de Informática nível 1, que se verificou a 01-07-2017.

No ano transato, foi publicado em Diário da República, a Portaria n.º 150/2017, de 3 de maio, que estabeleceu os procedimentos para a Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários na Administração Pública. Nesse contexto, e numa ótica de colaboração com a Tutela, o ACM, I.P. foi chamado a executar trabalhos preparatórios para analisar o enquadramento dos/das colaboradores/as do ACM, I.P. que não pertencessem ao mapa de pessoal, no âmbito do referido normativo.

3. PLANO DE FORMAÇÃO INTERNA E EXTERNA

Em matéria de formação Interna e externa, o ACM, I.P., por intermédio do Núcleo de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos, desenhou, para o ano em referência, um plano de formação dinâmico, onde se procurou promover, simultaneamente, a formação dos/das funcionários/as e colaboradores/as do Organismo nas necessidades apresentadas, numa lógica de continuidade do que tem sido feito neste âmbito, desde de 2016, o potenciamento de recursos internos para o desenvolvimento de ações de formação interna e por fim, o reconhecimento e aproveitamento das competências e *know-how* de recursos internos, para a partilha, promoção e divulgação externa, junto de outras entidades, das competências do ACM, I.P. nas matérias que nos estão afetas.

Por forma a garantir a devida aplicação do planeamento projetado, a prática de monitorização e acompanhamento próximo do desenvolvimento das ações, representa um fator de extrema importância para a concretização plena do projeto formativo idealizado.



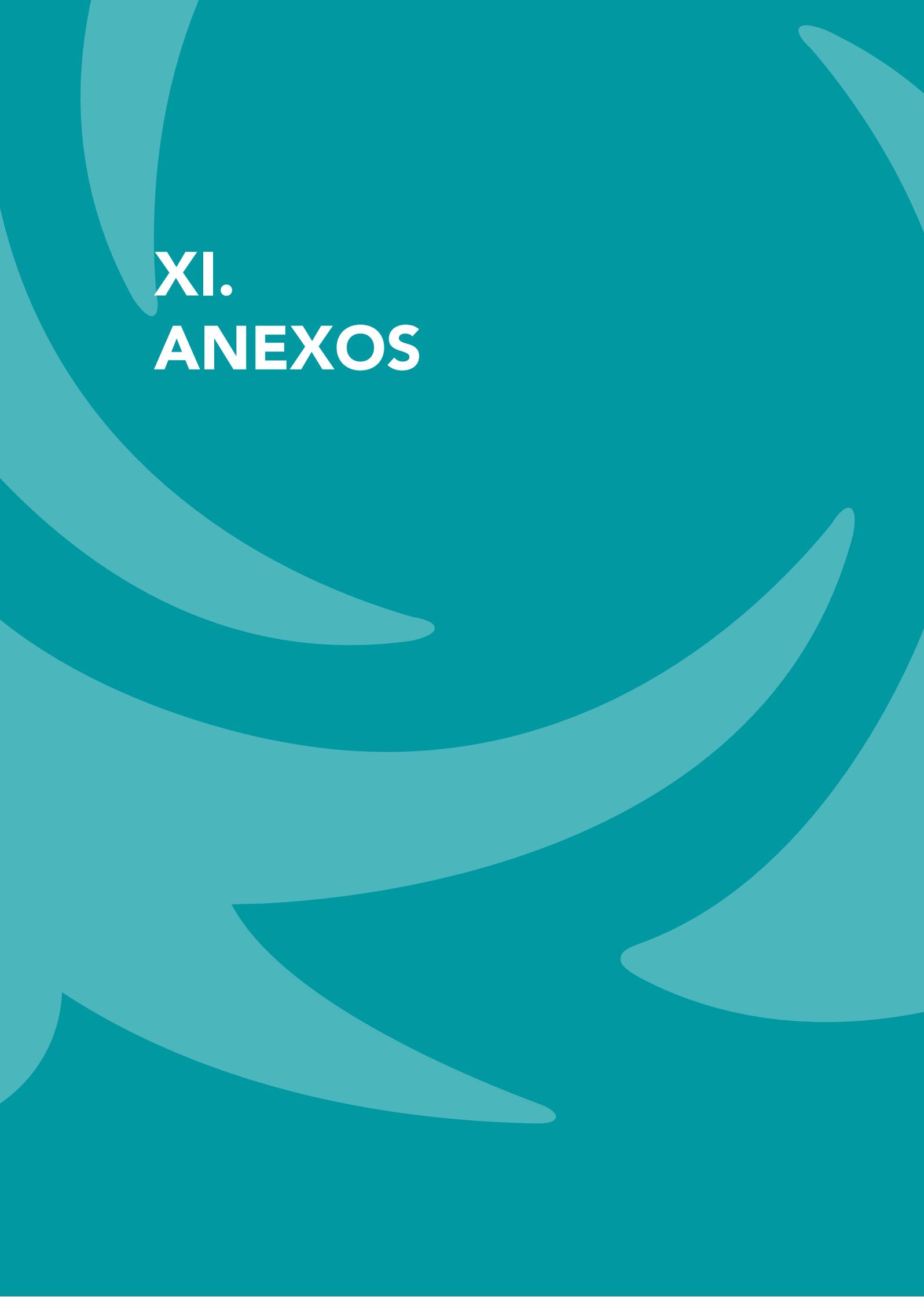
Figura 140 – Cronograma – Plano de Formação 2017-2018

Em 2017, foram envolvidos 124 recursos humanos em diversas ações de formação, individuais ou de grupo, interna e externamente, num total de 2.928 horas, distribuídas por 63 ações distintas, das quais 22 foram promovidas por equipas internas.

No que concerne à formação ministrada a terceiros, foram realizadas aproximadamente 206 ações, que totalizaram um volume de 35.143 horas de formação.



ACM

The background is a solid teal color with several large, overlapping, curved shapes in a lighter shade of teal. These shapes are positioned around the perimeter, creating a sense of movement and depth. The text is centered in the upper left quadrant.

XI. ANEXOS

Plano de Atividades

2017



ACM
ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES

ABREVIATURAS E SIGLAS

ACM, I.P. – Alto Comissariado para as Migrações, Instituto Público

CNAIM – Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes

ENICC - Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas

EFAF – Equipa dos Fundos, Administrativa e Financeira

NGARH – Núcleo de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos

OE – Objetivos Estratégicos

OO – Objetivos Operacionais

PE – Programa Escolhas

PEM – Plano Estratégico para as Migrações

QUAR – Quadro de Avaliação e Responsabilização

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
I. NOTA INTRODUTÓRIA	5 - 7
II. OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS	8 - 11
1. Objetivos inseridos no QUAR	
2. Matriz de Coerência e Implicação	
III – ATIVIDADES PREVISTAS E RECURSOS	11 - 14
1. Atividades a realizar	
2. Recursos Humanos e Financeiros	
IV – PLANO DE FORMAÇÃO	14
V – MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	15 - 18
VI – PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	18
VII – CONTRATAÇÃO PÚBLICA	18 - 19
VIII - ANEXOS	
Plano de Atividades Promenorizado 2017	
Quadro de Avaliação e Responsabilização 2017	
Mapa de pessoal 2017	
Orçamento 2017	
Plano de Formação 2017	

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP) é um instituto público que intervém na execução das políticas públicas em matéria de migrações. Esta execução pauta-se, por um olhar atento à temática da migração ou migrações, pois não estamos perante algo estático, mas em constante mutação. Neste sentido, o ACM, IP tem que estar atento às diferentes necessidades e perfis dos migrantes que nos procuram, para melhor adequar as políticas públicas nesta matéria, criando e melhorando serviços de atendimento, acompanhamento, divulgação e monitorização. Tudo isto para concretizar aquela que é a missão do ACM, IP e que assenta:

- Na promoção de Portugal enquanto destino migratório;
- No acolhimento e integração dos migrantes, nomeadamente através do desenvolvimento de políticas transversais, de centros e gabinetes de apoio aos migrantes, proporcionando uma resposta integrada dos serviços públicos;
- Na colaboração, em articulação com outras entidades públicas competentes, na conceção e desenvolvimento das prioridades da política migratória;
- No combate a todas as formas de discriminação em função da cor, nacionalidade, origem étnica ou religião;
- No desenvolvimento de programas de inclusão social dos descendentes de imigrantes;
- Na promoção, acompanhamento e apoio ao regresso de emigrantes portugueses e no reforço dos seus laços a Portugal.

O presente Plano de Atividades reúne a proposta de atuação do Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (ACM, I.P.) para o exercício de 2017, cumprindo o modelo proposto pelo Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de Setembro. Neste documento estão patentes os objetivos estratégicos constantes do QUAR, os objetivos operacionais que demarcam a ação do Instituto, as atividades previstas para 2017, bem como os recursos humanos e financeiros envolvidos.

I. NOTA INTRODUTÓRIA

Portugal é um país com vasta tradição no domínio das migrações e, cada vez mais, também das comunidades ciganas. Essa tradição vem sendo ancorada numa larga experiência de gestão de políticas públicas na área do acolhimento e integração de migrantes e pessoas ciganas na sociedade portuguesa, reconhecida a nível nacional e internacional, e concretizada pelo Alto Comissariado para as Migrações desde 1996. Primeiro enquanto Alto-comissário para as Migrações, depois enquanto Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME) e mais tarde, em 2007, enquanto Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), em parceria com inúmeras autarquias e entidades da sociedade civil a nível local, um extraordinário caminho tem vindo a ser feito.

Os últimos anos têm trazido renovados desafios a este Alto Comissariado para as Migrações. À missão já consolidada de apoiar a integração dos imigrantes, dos seus descendentes ou das comunidades ciganas, juntou-se, em 2015, a integração das pessoas refugiadas. Face a um fluxo sem precedentes desde a 2ª Guerra Mundial, ao ACM foi investida a tarefa de, conjuntamente com outras entidades públicas (aproveitando precisamente a experiência interministerial e interdepartamental tida com os imigrantes), assegurar o bom acolhimento local das pessoas refugiadas em Portugal. Esse trabalho, iniciado em 2015 e consolidado em 2016 será uma das principais prioridades do ACM para 2017. Queremos que, nacional e internacionalmente, o consenso que se criou em torno da resposta portuguesa continue a fundar-se na efetiva capacidade de acolhimento e integração que temos vindo a demonstrar, liderando pelo exemplo e pela evidência dos contributos que daí podem advir para o nosso país.

O relatório anual sobre a integração dos migrantes, apresentado no final de 2016 pelo Observatório das Migrações que integra o ACM, continua a demonstrar as inúmeras oportunidades para Portugal que decorrem do atual fenómeno das migrações. São os migrantes em Portugal e na Europa que estão a rejuvenescer as nossas sociedades. São os migrantes que em Portugal contribuem com mais de 300 milhões de euros por ano para a sustentabilidade da nossa segurança social. São os migrantes que criam 6 vezes mais postos de trabalho do que nós portugueses. E, contudo, a história que alguns nos tentam contar é outra: a do medo e dos muros. Por isso continuaremos, em 2017, a reforçar as políticas de gestão da diversidade que, fundadas no modelo intercultural, asseguram que os migrantes que cá são acolhidos descubram as pontes e

a proximidade para a sua plena integração. Mas, igualmente, continuaremos a assegurar que os(as) portugueses(as) que acolhem estejam preparados para lançar pontes de diálogo e de encontro com outras culturas e outros povos aceitando, sempre dentro do quadro legal que estabelece os nossos direitos fundamentais, a diversidade que a todos nos torna mais ricos.

Continuaremos, em 2017, a estar muito perto dos nossos clientes, levando a missão do ACM ao contacto direto com os migrantes por via dos três Centros Nacionais de Apoio à Integração dos Migrantes – no Porto, em Lisboa e no Algarve – dos 60 Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes, presentes no território continental e nas Regiões Autónomas, da Linha de Apoio ao Migrante, do Serviço de Tradução Telefónica, do Programa Mentores para Migrantes, do Programa Português para Todos e do Programa Escolhas, entre muitas outras iniciativas do ACM, I.P.

A estas estruturas, juntar-se-ão, em 2017, e numa lógica de modernização administrativa, novos projetos como um CNAIM Móvel, que permitirá chegar aos lugares onde a distância física pode dificultar o contacto com os centros nacionais ou locais, uma *app* de apoio à integração dos migrantes ou novos cursos de língua portuguesa, disponibilizados através da plataforma PPT Online.

O ano de 2017 trará também novas ações em domínios que carecem de um novo impulso, como no acesso dos migrantes à saúde, na capacidade de acolhimento dos migrantes e seus descendentes nas escolas e, ainda, no reforçado combate à discriminação racial. Será também o ano do relançamento de um programa do ACM na TV e rádio, ajudando a passar uma mensagem realista sobre os migrantes, os refugiados e as comunidades ciganas.

O ano de 2017 será, ainda, o ano de arranque da maioria dos fundos comunitários que visam a integração dos migrantes, juntando-se aos financiamentos já disponíveis no FAMI, as medidas previstas no Fundo Social Europeu, através do POISE.

Também no domínio da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), estabeleceremos um conjunto de novas medidas para mitigar a exclusão e o preconceito, mas que também visam potenciar a plena integração. Assim, para 2017 prevemos lançar um Programa de apoio ao associativismo Cigano, permitindo o acesso a apoios técnicos e financeiros face à

crecente mobilização das comunidades por via do associativismo, bem como o arranque de medidas que visarão a inserção profissional e a mediação comunitária.

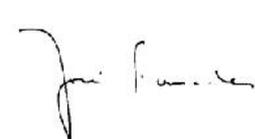
Todos os projetos desenvolvidos pelo ACM contam com a imprescindível ajuda, quer da sociedade civil, quer de outros organismos da Administração Pública nacional e local, contribuindo para a inclusão social dos migrantes e das comunidades ciganas. Esse princípio, o da co-construção da política pública nos domínios de atuação deste instituto continuará a ser uma das traves mestras deste edifício.

Internamente, e consolidando o esforço dos últimos anos de estruturação deste Instituto, continuaremos a implementar a Lei Orgânica do ACM, designadamente ao nível de procedimentos internos e de concretização da sua estrutura de recursos humanos.

Em Portugal somos, seguramente, e como sonhava Fernando Pessoa, “plurais como o universo”. É neste nosso país, resultante em grande parte de um extraordinário legado de diálogos interculturais, que a Missão do ACM voltou a ganhar, por via dos novos desafios migratórios que a Europa enfrenta, renovada importância e ambição.

Estaremos, seguramente, e como temos estado, à altura desse renovado desafio.

Pedro Calado – Alto-comissário para as Migrações
José Antunes Fernandes – Vogal do Conselho Diretivo



II. OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS

1. Objetivos inseridos no QUAR

Para concretizar e prosseguir o caminho que vem desenvolvendo, no sentido da prossecução das políticas migratórias que lhe estão adstritas, no Plano de Atividades 2017, o ACM, visa cumprir os seguintes objetivos:

- OE 1 - Assegurar serviços acessíveis, humanos, integrados, aliados dos/as imigrantes e capazes de gerir a diversidade.
- OE 2 - Promover as políticas públicas de integração na área das migrações e das comunidades ciganas.
- OE 3 - Consolidar boas práticas no controlo de gestão, nas áreas dos recursos humanos, dos processos e dos procedimentos administrativos.

Em 2017, e à semelhança do ano transato, o objetivo estratégico 2, destaca-se dos restantes, dando a importância que a sua concretização assume considerando o Plano Estratégico para as Migrações e a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas. Com efeito, estes dois documentos, representam as principais referências para o cumprimento das políticas públicas na área das migrações e comunidades ciganas.

Quanto aos objetivos operacionais inseridos no QUAR (Anexo II), e que têm expressão direta no cumprimento dos objetivos específicos para 2017, o objetivo operacional 2 “Promover a Diversidade Cultural”, com um peso de 65% e que integra o indicador “Taxa de execução das medidas previstas nos planos estratégicos nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas” apresenta-se como sendo o mais relevante, considerando que contribui para a execução do Programa Orçamental e que é trimestralmente monitorizado através do REPO 02.

Parâmetro de Eficácia

OO1 - Aproximar o ACM dos/as seus/suas destinatários/as.

Atividades e projetos	Indicador	Meta	Fonte	Responsável
Realizar visitas de acompanhamento aos projetos do ACM.	Número de visitas de acompanhamento aos projetos do ACM.	860	Registo individual das visitas efetuadas e folha de sistematização mensal.	Equipas de acompanhamento/ Gabinete de RH.

Parâmetro de Eficiência

OO2 - Promover o diálogo intercultural.

Atividades e projetos	Indicador	Meta	Fonte	Responsável
Realizar formação / sensibilização a terceiros.	2. Volume de horas de formação/sensibilização ministradas a terceiros.	35.000	Documentos de registo.	Equipas de acompanhamento/ NGARH.
Concretizar medidas previstas nos planos estratégicos nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas.	3. Taxa de execução das medidas/prioridades previstas nos planos estratégicos nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas.	100%	Protocolos	Equipas de acompanhamento/ NGARH.

OO3 - Garantir a boa gestão e execução dos recursos.

Atividades e projetos	Indicador	Meta	Fonte	Responsável
Pagar a fornecedores dentro do prazo estipulado.	4. Prazo médio de pagamento a fornecedores e a projetos (em dias corridos).	14	GERFIP.	Coordenação EFAF/ NGARH.

Realizar o maior número de atendimento por colaborador/a nos gabinetes dos CNAIMs.	5. Evolução (em percentagem) dos atendimentos médios, por colaborador/a, nos gabinetes dos CNAIMs, face ao ano anterior.	100%	GESMED e registo de atendimentos.	Coordenação dos CNAIMs/NGARH.
--	--	------	-----------------------------------	-------------------------------

Parâmetro de Qualidade

OO4 - Melhorar o funcionamento da organização e assegurar a qualidade do serviço prestado.

Atividades e projetos	Indicador	Meta	Fonte	Responsável
Manter o número de reclamações com fundamento apresentadas no livro amarelo.	6. Número de reclamações com fundamento da responsabilidade dos CNAIMs apresentadas no livro amarelo.	7	Livro de Reclamações.	Coordenação dos CNAIMs/NGARH.
Diminuir o tempo médio de espera nos atendimentos.	7. Tempo médio de espera nos CNAIMs (em minutos).	00.19.00	SIGA	Coordenação dos CNAIMs/NGARH.

Fig. 1 – Indicadores e metas para 2016

1. Matriz de coerência e implicação

Com esta matriz pretende-se demonstrar a forma como cada um dos objetivos operacionais concorre para a concretização dos objetivos estratégicos. Deste modo é possível destriçar prioridades e alinhar o desempenho organizacional. Este é, pois, um instrumento facilitador da comunicação estratégica.

		Objetivos Estratégicos			
		OE1	OE2	OE3	
Objetivos Operacionais	Eficácia	OO1	X	X	
		OO2		X	
	Eficiência	OO3			X
	Qualidade	OO4	X		X

Fig. 2 – Cruzamento entre objetivos.

III – ATIVIDADES PREVISTAS E RECURSOS

1. Atividades a realizar

Para o ACM, o ano 2017 é um ano de continuidade, sem no entanto esquecer os novos desafios que as constantes alterações migratórias nos trazem, principalmente os que estão subjacentes ao acolhimento e integração de refugiados.

De igual modo, continuarão a ter enfoque, as atividades relacionadas com a prossecução dos dois instrumentos de política pública: o Plano Estratégico para as Migrações e a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas.

O Plano Estratégico para as Migrações estabelece, para 2017, os principais desafios, os eixos prioritários e critérios de avaliação e monitorização da política migratória, bem como o elenco de medidas organizadas por eixos prioritários. Encontram-se previstas 50 medidas no *Eixo I - Políticas de integração de imigrantes*; 10 medidas no *Eixo II - Políticas de promoção da inclusão dos novos nacionais*; 23 medidas no *Eixo III - Políticas de coordenação dos fluxos migratórios*; 9 medidas no

Eixo IV - Políticas de reforço da legalidade migratória e da qualidade dos serviços migratórios e 14

medidas no *Eixo V - Políticas de incentivo, acompanhamento e apoio ao regresso dos cidadãos nacionais*, num total de 106 medidas e 201 indicadores.

A Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC) aprovada a 27 de março de 2013, RCM n.º 25/2013, que representa o principal referencial para a integração das comunidades ciganas no contexto nacional, surge neste plano, como um projecto relevante para a concretização dos objectivos do ACM, através do Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (CONCIG) e do Observatório das Comunidades Ciganas (OBCIG), que desempenham um papel fundamental de apoio à execução do plano, no domínio da mobilização de atores-chave e de organizações da sociedade civil.

No entanto, para que a missão do ACM possa ser uma realidade visível, existem outras atividades que em 2017, são prioridade e que a sua realização contribuirá, certamente, para uma maior eficiência e eficácia do trabalho a apresentar, designadamente:

- A consolidação da Rede Nacional para a Integração de Migrantes (RNAIM), com o estabelecimento dos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes em Lisboa, Porto e Algarve, bem como a abertura de novos Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes (CLAIM), com o estabelecimento de protocolos a nível nacional com os municípios, onde o número de migrantes tem maior peso e relevância;
- O lançamento do programa de Rádio e TV do ACM, que assenta na produção de conteúdos para um **Programa TV** anual, de periodicidade semanal, preferencialmente com a duração de 30 minutos, legendado em inglês, e idealmente a ser transmitido na RTP1, com repetições na RTP 2, RTP África, RTP Açores e RTPi. Deste programa, pretende-se que sejam aproveitados conteúdos a serem adaptados a um **Programa de Rádio** anual, de periodicidade semanal, preferencialmente com a duração de 15 minutos, e replicado em inglês, uma vez por semana, idealmente a ser difundido na Antena 1 ou na TSF. De igual modo, todos estes conteúdos serão partilhados nos meios de comunicação *online* do ACM, designadamente *facebook* e *site*.

- Estes programas visam privilegiar a riqueza cultural e social das várias comunidades migrantes existentes no nosso país, através de histórias de vida, manifestações culturais, em “apontamentos” de gastronomia e desporto. Em paralelo, pretende-se divulgar informação útil sobre direitos e deveres de cidadania, garantindo assim que todos os cidadãos migrantes e refugiados a ela tenham acesso.
- Medidas de modernização administrativa ao nível do Programa SIMPLEX, a implementação dos Programas *My CNAIM*, *Customer Relationship Management (CRM)* e *Migrant Welcome*;
- Por fim, em matéria de gestão de recursos humanos e organizacional a consolidação interna dos Estatutos do ACM, com a criação de Núcleos base dos grandes Departamentos, previstos organicamente.

O conjunto global das atividades a desenvolver em 2017 encontra-se no Anexo I do presente plano de atividades.

2. Recursos Humanos e Financeiros

O ano de 2017, em matéria de recursos humanos espelha a necessidade de organização e estabilização interna privilegiando um mapa de pessoal equilibrado, que reflète uma gestão cuidadosa dos recursos humanos e financeiros a envolver.

No que concerne, ao preenchimento dos lugares para cargos de dirigentes intermédios, foram consideradas as Equipas - Equipa de Fundos e Apoio Financeiro e o Observatório para as Migrações, e os Núcleos - Núcleo de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos, Núcleo de Relações Internacionais, Núcleo para o Diálogo Intercultural, criados no ano de 2016, com base nos estatutos orgânicos do ACM. Do mesmo modo, foram previstas as Coordenações dos Departamentos organicamente estabelecidos e o Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes, como Núcleo.

O mapa de pessoal deste Instituto reflète, igualmente, a preocupação com a existência de um grau de tecnicidade elevado, com 21 postos de trabalho na carreira/categoria de técnico superior, 1 especialista na carreira/categoria de informática, na modalidade de relação jurídica de emprego

público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Com efeito, para a prossecução das atribuições do ACM,IP, em 2017 estão previstos no Mapa de Pessoal aprovado (Anexo IV), dois dirigentes superiores, nove dirigentes intermédios e chefes de equipa, vinte e um técnicos superiores, um especialista de informática, dois assistentes técnicos e dois assistentes operacionais, perfazendo um total de trinta e sete postos de trabalho.

Relativamente aos recursos financeiros para o ano de 2017, a dotação proposta do orçamento de funcionamento é de € 16.058.788,00, considerando o somatório das propostas apresentadas pelo ACM,I.P., e Programa Escolhas.

IV. PLANO DE FORMAÇÃO

Em 2017, o Plano de Formação visa a continuidade e aprofundamento do trabalho realizado em 2016, permitindo ir ao encontro das reais necessidades de formação do Serviço, sem descurar os processos motivacionais que lhe estão inerentes, constituindo este, um instrumento planificador da intervenção formativa a realizar pelo ACM, IP.

A formação surge no quadro das atividades do ACM, IP, como uma ação fundamental para o cumprimento dos objetivos globais a atingir pela Instituição. No entanto, em 2017, a implementação deste Plano passará para um nível diferente, privilegiando a qualidade da formação já adquirida para a capacitação dos colaboradores e equipas na sua heterogeneidade.

Para tal, numa ótica de otimização dos recursos humanos existentes, e financeiros investidos em formação ao longo de 2016, pretende-se integrar na Equipa de Formadores Interna, colaboradores que detenham habilitações académicas e técnicas nas áreas de maior relevância para a formação profissional dos restantes colaboradores do ACM,IP.

Nesta senda, a Formação Externa será a génese da intervenção formativa do ACM,I.P, em 2017 e a Formação Interna, a vertente de capacitação mais abrangente e envolvente.

V. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

No contexto de ações e projetos conducentes a uma maior aproximação da Administração Pública ao cidadão migrante, e com vista a tirar partido das novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), surgiu durante o ano de 2016, a candidatura SAMA – Modernização Administrativa, com o Projeto *MY CNAIM*.

Este projeto incide sobre os Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (doravante CNAIM) e tem como objetivos gerais: a reestruturação de serviços de atendimento ao migrante; a melhoria do acompanhamento de processos; a modernização da infraestrutura tecnológica; o aumento da transparência; o aumento da qualidade, rapidez e eficiência do atendimento; a criação de novos canais virtuais, centrados no cidadão migrante, e que fomentem a sua interação e participação.

Para atingir os objetivos supra mencionados, o projeto MyCNAI contempla cinco grandes áreas de intervenção no âmbito da modernização administrativa, a implementar nos CNAIM:

1- Customer Relationship Management – CRM

Em 2016, os CNAIM celebraram quatro milhões de atendimentos. Os Centros Nacionais de Apoio ao Imigrante (fase anterior dos CNAIM), inaugurados em 2004 em Lisboa e Porto e em 2009 em Faro, foram concebidos para poder dar resposta, num só espaço, às várias necessidades dos imigrantes, evitando, assim, que o imigrante tivesse de se deslocar a vários locais, poupando-lhe tempo e dinheiro.

Contudo, devido a limitações tecnológicas, não tem sido possível recolher informação estatística de apoio à gestão. Assim, apesar dos CNAI terem, desde 2004, um sistema onde é registada toda a informação sobre o cidadão, não é possível, por exemplo, ter a perceção do acompanhamento que é dado aos processos ou caracterizar o perfil dos imigrantes que procuram estes Serviços, estando assim o sistema, desajustado das necessidades e expectativas quer dos cidadãos que nos procuram, quer destes Serviços.

O que se pretende, então, é ter um novo sistema CRM, que permita, efetivamente, acompanhar processos de clientes, sendo possível, nomeadamente, identificar quem são os clientes do CNAIM, quantas interações têm com o serviço e por que motivos. Este sistema permitirá fazer um acompanhamento mais detalhado, mais personalizado e uma monitorização sistemática dos serviços disponibilizados.

A nova aplicação contribuirá para uma Administração Pública mais focada, próxima e acessível do cidadão, em que o contacto com o mesmo, caso se justifique, pode ocorrer através de mais de um canal. Tal constituirá um ganho para o cidadão (menos tempo de espera para atendimento, um tempo de atendimento menor e um acompanhamento mais personalizado por parte de quem atende) e para o colaborador que faz o atendimento (melhor conhecimento do processo, maior celeridade no atendimento, melhor articulação entre os diferentes gabinetes do CNAIM).

Por outro lado, do ponto de vista da gestão eficaz dos recursos, esta nova ferramenta de CRM trará outras mais-valias: desmaterialização de processos e progressiva eliminação do suporte de papel (medida 14 do Eixo III do Plano Global Estratégico de racionalização e redução de custos nas TIC, na Administração Pública) e produção de relatórios e indicadores de realização e de resultado, quer para a coordenação do gabinete, quer para os responsáveis e outros stakeholders dos CNAIM. Tal possibilitará também um melhor planeamento e adequação dos recursos entre procura e oferta, bem como, uma redução de custos, nomeadamente a nível de Recursos Humanos, uma vez que se poderá reafetar os mesmos em função de variação de picos no atendimento, e de economato (papel e toner, entre outros).

2- VOIP

O objetivo da introdução do VOIP é melhorar as comunicações de suporte aos serviços dos CNAIM através da criação de acessos telefónicos exteriores diretos aos serviços (nomeadamente ligação em anel às diferentes instituições presentes nos CNAIM) e da criação de ligações interministeriais.

A introdução de um sistema de VOIP permitirá igualmente uma redução significativa de custos nas comunicações e a eliminação de custos com equipamento (custo do aluguer mensal das centrais telefónicas, estimado em aproximadamente 30.000 euros anuais). Tal contribui para dar cumprimento à medida 7/9 do Eixo II do Plano Global Estratégico de racionalização e redução de custos nas TIC, na Administração Pública.

3 - Aplicação para Linha de Apoio ao Migrante (Contact Center CNAIM)

No âmbito da primeira fase da operação My CNAIM, pretende-se implementar uma solução mais atualizada de Contact Center, que possa interagir com o sistema informático CRM que vier a ser utilizado nos CNAIM.

A Linha de Apoio ao Migrante, anterior Linha SOS Imigrante, foi criada em 2003 com o objetivo de fornecer telefonicamente, e de modo gratuito, toda a informação útil ao cidadão imigrante (bem como a instituições, associações, entidades públicas, como a segurança social, hospitais, CPCJ, escolas, entre outras) necessárias à plena integração de migrantes em Portugal.

Apesar de a linha estar em funcionamento e continuar a responder às inúmeras chamadas diárias, bem como a realizar marcações para os CNAIM e a responder a e-mails, não dispõe atualmente de um sistema informático que permita e apoie uma otimização dos recursos existentes e, por exemplo, a reafetação dos mesmos, em função de variações no pico de chamadas.

Pretende-se, assim, implementar uma plataforma multicanal integrada que suporte esta interação usando os meios tradicionais desde o método presencial, telefone, e-mail, até aos meios mais recentes como a web, internet, FAQ, vídeo call e web chat, complementado com o Contact Center e com meios de interoperabilidade, nomeadamente através de mecanismos de autenticação via cartão de cidadão, por exemplo, contribuindo assim para dar cumprimento à medida 11 do Eixo III do PGETIC - Interoperabilidade na Administração Pública .

O objetivo é que o Módulo de Contact Center seja integrado com o futuro sistema de VOIP a ser utilizado na instituição, de modo a permitir tirar partido da capacidade de comunicações sobre IP existentes. Em termos de interoperabilidade, pretende-se facilitar a troca de informação e a integração entre sistemas, de modo a evitar a redundância na execução de tarefas, bem como evitar as situações de limitações, erro e/ou incoerência entre sistemas.

4 - Plataforma de interação/participação electrónica

Pretende-se ainda criar uma plataforma tecnológica multicanal, inovadora e vanguardista, no âmbito das redes sociais e da participação pública, com ênfase no cidadão migrante, baseada em tecnologia

Internet, que fomente, por um lado, a interação entre o cidadão migrante e o CNAIM (e/ou entidades ou personalidades por si convidadas) e, por outro lado, a interação entre migrantes.

Este serviço pode ser facilmente colocado em prática, pois Portugal é um país em que a rede de internet abrange praticamente todo o território, sendo de acesso livre em muitos locais. A plataforma disponibilizará à comunidade migrante, um conjunto integrado de canais de interação e de participação eletrónica, nomeadamente um destinado a perguntas e respostas, outro canal destinado a auscultação da opinião (consultas), e outro destinado a eventos (debate/conversação) em direto (tempo real). Note-se que, pelo facto de a plataforma ser multilingue, podem ser criados eventos de participação destinados, por exemplo, a cidadãos residentes num determinado país e que pretendam imigrar para Portugal num futuro próximo.

5 - APP Migrant welcome

Pretende-se criar uma aplicação para dispositivos móveis de comunicação, com um mapeamento de serviços úteis a pessoas migrantes, existentes em território nacional, e possibilidade de marcação de atendimentos. O leque de serviços a mapear e georreferenciar (através de GPS) incluirá desde CLAIM, cursos de língua portuguesa para estrangeiros, Associações de Imigrantes, Gabinetes de Inserção Profissional, espaços para prática religiosa, serviços de reconhecimento de qualificações, de saúde, equipamentos de ensino, entre outros. Pretende-se facilitar o acesso das pessoas migrantes e refugiadas à informação vital para uma melhor integração e cidadania.

Este serviço permitirá reduzir o tempo despendido em deslocações e procura de serviços, bem como, os custos financeiros inerentes.

Com esta APP pretende-se colmatar o problema da escassez e dificuldade de acesso à informação sobre Serviços, por parte dos migrantes, em todo o território nacional.

VI. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

Em 2017, a publicidade institucional do ACM, IP passará pela continuidade de utilização dos meios de divulgação até aqui utilizados, como o Facebook, o Portal do ACM, criado em 2015, as ações de difusão junto das entidades parceiras como as Associações de Migrantes e os Municípios, e a realização anual do evento ACM – Fora de Portas.

Como referimos anteriormente, a criação do canal de rádio e de tv, será a grande inovação em matéria de publicidade institucional, que permitirá ao ACM sensibilizar a opinião pública para as questões no âmbito das migrações, acolhimento e integração de migrantes, refugiados e minorias étnicas, tais como as comunidades ciganas presentes em Portugal.

Esta divulgação das temáticas de ação do ACM em conteúdos multiplataforma, visa criar uma maior amplitude de públicos envolvidos e interessados nestas matérias, alcançando não só imigrantes, emigrantes, refugiados e minorias étnicas, mas também a sociedade em geral.

O ACM reforça, desta forma, a sua intervenção no âmbito da promoção da diversidade cultural, do diálogo intercultural e inter-religioso, de ações de sensibilização no combate a toda e qualquer forma de discriminação em função da raça, cor, nacionalidade, origem étnica ou religião.

Para avançar com esta Aquisição de Serviços de Produção de Conteúdos Multiplataforma pretende-se realizar um procedimento plurianual, tendo em vista a contratação de uma produtora que assuma os conteúdos em todas as plataformas (TV e Rádio, Redes Sociais, online).

VII. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Em alinhamento com os objetivos estratégicos e operacionais do ACM, IP, foram identificadas como essenciais para a prossecução da atividade deste Organismo, as necessidades de contratação externa, constante da figura 3:

Empresa/entidade a contratar (nas situações em que é possível referir JAI)	Anúncio temporal	Objeto	Objetivos a alcançar	Instrumentos de controlo da prestação e do resultado alcançado (que se prevê utilizar)	Tipo/Modalidade do procedimento a dinamizar / de ajuste direto, concurso público, (...) Regime/Tipologia de acordo com o CCP)	Valor contratual (C/IVA)	Fonte de financiamento / PIDDAC
PROJECTIME - DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÓNICOS	2016 / 2017	Aquisição serviços de manutenção, assistência / manutenção das estações de ponto, Lisboa Alvaro Coutinho e Anjos, e Porto.		Regime simplificado	Ajuste direto	984,09 €	540
LUSA AGENCIA NOTÍCIAS DE PORTUGAL	2016 / 2018	Aquisição serviços alíquotas operacionais equipamentos multifuncionais de cópia e impressão, pelo período de 2 anos, para o Casal de Lisboa, Casal do Porto e Rua dos Anjos.		Regime simplificado	Ajuste direto	7	442,446 e 540
AGÊNCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - AMA	2017	Objetivo fortalecer produção conteúdos informativos noticiosos para informar/sensibilizar diversos públicos, nomeadamente comunidades migrantes, ciganas sociedade portuguesa, sobre missão do ACM		OUTROS CONTRATOS - VALORES INFERIORES A € 100.000	Regime simplificado	4.983,61 €	540
CTT - Correios de Portugal	2017	Protocolo Cui-Alague, despesas utilização Espaço e telefonia		CONTRATOS EXCLUIDA - ART. 59	Regime simplificado	35.501,34 €	380 448
SISTOR - COMÉRCIO DE FLORES E PLANTAS	2017	Aquisição de serviços de embalagem, tratamento, transporte distribuição de correspondências postais, para o ano de 2017		CONTRATOS EXCLUIDA - ART. 59	Regime simplificado	12.500,00 €	540
JET COOLER, ÁGUAS E CAFÉS	2017	Aluguer e manutenção das plantas nos edifícios do CNAI na Rua Alvaro Coutinho e na Rua dos Anjos, para 2017		CONTRATOS EXCLUIDA - ART. 59	Regime simplificado	3.448,53 €	311
EPAL - Empresas Portuguesas das Águas Livres	2017	Aluguer e manutenção, fornecimento de copos e garrafas de água, para Rua Alvaro Coutinho e Rua Anjos em Lisboa, Rua de França no Porto e Casal Frio, para o ano de 2017		CONTRATOS EXCLUIDA - ART. 59	Regime simplificado	4.451,58 €	389, 442, 446 e 448
CINFPA Emp. Águas Município Porto	2017	Fornecimento Água para Casal Porto		CONTRATOS EXCLUIDA - ART. 59	Regime simplificado	8.882,20 €	446
Condomínio prédio sito Rua Anjos 66, 66 A e Rua dos Anjos 29, 29 A	2017	Condómino Prédio Rua dos Anjos		CONTRATOS EXCLUIDA - ART. 59	Regime simplificado	3.400,00 €	442
Condómino do Centro Empresarial Capitalis	2017	Condómino instalações CNAI Porto, Edifício Capitalis, prédio na Avenida de França nºs 222, 226, 316, 357, 358 e 365.		CONTRATOS EXCLUIDA - ART. 59	Regime simplificado	17.934,24 €	540
?	2017	Bloco A, R/C - Frações R0 e R7 (Estabelecimentos 55 e 56) e Frações RM e RN (Estabelecimentos 57 e 58)		CONTRATOS EXCLUIDA - ART. 59	Ajuste direto	2.687,48 €	540
?	2017	Aquisição de serviços de limpeza		Ajuste direto	Ajuste direto	7	169.442,446,448 e 540
SANOSATO ?	2017	Aquisição serviços consultoria técnica para o gabinete de Comunicação, do Alto Conselheiro para as Migrações, L.P.,		Ajuste direto	Ajuste direto	21.954,60 €	442 e 540
?	2017	Pretação de serviços de desinfectação nas instalações do CNAI de Lisboa, sítas na Rua Alvaro Coutinho, 14 e CNAI Porto ?		Regime simplificado / Ajuste direto	Regime simplificado / Ajuste direto	7	389,540 e 442
R.C.A. Refrigeração e Condicionamento de Ar	2017	Aquisição de serviços de refecções		Regime simplificado / Ajuste direto	Regime simplificado / Ajuste direto	7	540
Norteco	2017	Aquisição serviços assistência técnica / manutenção preventiva aos Equipamentos de Ar Condicionado do ACM, na Rua Alvaro Coutinho, em Lisboa		Regime simplificado / Ajuste direto	Regime simplificado / Ajuste direto	3.633,62 €	389, 540
ESPAV - Entidade de Serviços Parhizados da Administração	2017	Aquisição serviços assistência técnica / manutenção preventiva AVIAC Porto		Regime simplificado / Ajuste direto	Regime simplificado / Ajuste direto	1.992,80 €	442
MEIO - Serviços de Comunicações e Multimédia	2017	Contrato Aditado Serviços Gestão Parhizada (GestRP)		Regime simplificado / Ajuste direto	Regime simplificado / Ajuste direto	37.517,46 €	540
HIGIENE PLUS	2017 / ?	Aluguer central Lisboa, Aluguer linha telefónica Porto, linha SOS		LOCAÇÃO E AQUISIÇÃO DE BENS E OUTROS CONTRATOS - PRESTAÇÃO DE UM OU MAIS	Regime simplificado / Ajuste direto	27.753,02 €	389 e 442
H.P. - Hospedaria de Portugal, Promoção e Imagem ?	2017	Aquisição Serviços Manutenção Equipamentos Higiene do ACM e fornecimento dos respetivos consumíveis		Ajuste direto	Ajuste direto	3.190,56 €	389 e 442
FUNDAO SOCIEDADE GESTORA DE FUNDOS DE INVESTIMOBIL	2017	Consultoria financeira no âmbito do acompanhamento de projetos cofinanciados FEINPT/FAMI		CONTRATOS EXCLUIDOS - ART. 4º	Ajuste direto	29.177,28 €	482
ESTAMO - Participações imobiliárias	2017	Arrendamento do prédio sito na Rua dos Anjos, 66, 19, 29, 48 andares e Sotão		CONTRATOS EXCLUIDOS - ART. 4º	CONTRATOS EXCLUIDOS - ART. 4º	67.774,01 €	540
IMPRESMA NACIONAL, CASA DA MOEDA	2017	Arrendamento Prédio R. Alvaro Coutinho 4-16, Lisboa		Regime simplificado	CONTRATOS EXCLUIDOS - ART. 4º	285.028,19 €	446,389, 540
OVH - Hosting	2017	Assinatura publicações oficias Diário Republica		Regime simplificado	Regime simplificado	440,34 €	540
leão Puro Coelho Rols	2017	Serviço de aluguer SP 160 server-rs3848875, on-line,er, Alojamento aplicações de suporte Gabinete Emprego, Sede GIP e arrendamentos rede CNAI		Ajuste direto	Regime simplificado	757,85 €	540
LEASE PLAN PORTUGAL	2017	Aquisição serviços assessoria jurídica elaboração protocolos e apoio às equipas em matérias jurídicas		LOCAÇÃO OU AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS AO ABRIGO DE ACORDOS QUADRO (CONJUGADO COM Nº 1)	Ajuste direto	11.808,00 €	311
MEIO - Serviços de Comunicações e Multimédia	2017	Aluguer Operacional de Viatura para Alto Conselheiro para o período de 01.01.2015 a 22.02.2017		LOCAÇÃO OU AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS AO ABRIGO DE ACORDOS QUADRO (CONJUGADO COM Nº 1)	Ajuste direto	7.620,48 €	540
VODAFONE PORTUGAL, COMUNICAÇÕES PESSOAIS	2017	AO-03AQ-SQPOM/2014 Aquisição serviços comunicações voz dados em local fixo, correspondente Lote S1, serviço de voz Terrestre Nacional, acordo quadro AO-14-SCVDF, para contrato 2 anos, eventualmente renovável por mais 1 ano		AQUISIÇÃO DE ACORDOS QUADRO (CONJUGADO COM Nº 1)	Ajuste direto	13.754,50 €	446, 442, 389
Previdel - Empresa de Segurança	2017	Aquisição serviços imóvel terreno, correspondente Lote 3 - Serviço Combinado Móvel de Voz e Dados e Móvel de Dados, ao abrigo do Acordo de Quadro AO-SMPT/2012 da ESPAV, período 2 anos possibilitado renovação 1 ano após data de		AQUISIÇÃO DE ACORDOS QUADRO (CONJUGADO COM Nº 1)	Ajuste direto	15.451,38 €	540
Gouveia Pereira Costa Freitas & Associados Soc. Adv. RL	2017	OSAO-SERCOM/2013 - Aquisição de serviços de vigilância e segurança ao abrigo do lote nº 24 (Serviço combinado em todo o território nacional) do respetivo acordo de quadro		AQUISIÇÃO DE ACORDOS QUADRO (CONJUGADO COM Nº 1)	Ajuste direto	185.262,17 €	389, 442, 446
NOUMENA-CENTRO DE INVESTIGAÇÃO EM CIÊNCIAS	2017	Aquisição de serviços de assistência jurídica no âmbito de contratação pública e outras atividades de apoio jurídico no Gabinete Financeiro do ACM, IP - para o período de 2 anos.		Ajuste direto	Ajuste direto	35.658,96 €	389
Inetriping - Facility Services	2017	Gestão de conteúdos do site do Observatório das Migrações, período de 3 anos		Ajuste direto	Ajuste direto	16.975,64 €	389, 482
CINVA - Multiserviços	2017	OSAO-SERCOM/2015 - Aquisição centralizada serviços Limpeza ao abrigo de acordo quadro, para Lisboa e Porto, para o período de JUN/2016 a DEZ/2018		AQUISIÇÃO DE ACORDOS QUADRO (CONJUGADO COM Nº 1)	Ajuste direto	89.087,85 €	442,446 e 540
Sedobeta & Santos - SIOC	2017	Concurso de serviços de edição e publicação livro para o ACM, IP		CONCURSO PÚBLICO	CONCURSO PÚBLICO	44.879,62 €	446, 389 e 540
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado Inovareal	2017	Honorários devidos pela assunção de funções de interesse público, com a designação Fiscal Dúcio por despacho nº 9472/2015		CONTRATOS EXCLUIDOS - ART. 4º	CONTRATOS EXCLUIDOS - ART. 4º	11.529,00 €	442
Fundo de Investimento Imobiliário Aberto Inovareal	2017	Arrendamento 57 e 58, rta do cabo Bisco A, prédio Av. França, Porto		CONTRATOS EXCLUIDOS - ART. 4º	CONTRATOS EXCLUIDOS - ART. 4º	10.648,20 €	540
Inovareal	2017	Arrendamento 55 e 56, rta do cabo Bisco A, prédio Av. França, Porto		CONTRATOS EXCLUIDOS - ART. 4º	CONTRATOS EXCLUIDOS - ART. 4º	8.568,94 €	389 e 442
?	2017 / 2019	Fornecimento de combustíveis rodoviários		CONCURSO PÚBLICO	CONCURSO PÚBLICO	11.047,96 €	540
?	2017 / 2019	Aquisição de Produtos de Higiene		CONCURSO PÚBLICO	CONCURSO PÚBLICO	12.662,11 €	442,446 e 540
?	2017	Prestação de serviços de seguro automóvel para a viatura do ACM (48-37-08)		CONCURSO PÚBLICO	CONCURSO PÚBLICO	129,00 €	540
?	2017	Aquisição centralizada do fornecimento de electricidade em regime de mercado livre		CONCURSO PÚBLICO	CONCURSO PÚBLICO	63.334,75 €	442, 446, 389 e 540
?	2017	Aquisição centralizada de serviços de viagens ao abrigo do lote 1 do acordo quadro de viagens		CONCURSO PÚBLICO	CONCURSO PÚBLICO	446, 389 e 540	
?	2017	Aluguer Operacional Viatura para um período de 48 meses, ao abrigo do lote 57 do acordo de quadro AO-VAM da ESPAV		LOCAÇÃO OU AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS AO ABRIGO DE ACORDOS QUADRO (CONJUGADO	LOCAÇÃO OU AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS AO ABRIGO DE ACORDOS QUADRO (CONJUGADO	5.521,56 €	540

Fig. 3 – Plano de Atividades de Contratação Pública 2017

VIII - ANEXOS



PLANO DE ATIVIDADES 2018

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.

ÍNDICE

SUMÁRIO EXECUTIVO	3
I. NOTA INTRODUTÓRIA	4
II. OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS	7
Objetivos inseridos no QUAR.....	7
Matriz de coerência e implicação	10
III – ATIVIDADES PREVISTAS E RECURSOS	11
Atividades a realizar	11
Recursos Humanos e Financeiros	14
IV. PLANO DE FORMAÇÃO	16
V. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA	17
VI. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	20
VII. CONTRATAÇÃO PÚBLICA	21
VIII - ANEXOS	27

SUMÁRIO EXECUTIVO

O Alto Comissariado para as Migrações (ACM, IP) é um instituto público com competências no âmbito da execução das políticas públicas em matéria de migrações, cuja missão e atribuições estão devidamente explicitadas na orgânica deste Serviço, implementada através do Decreto-Lei nº 31/2014, de 27 de fevereiro. Com efeito, as migrações enquanto fenómeno social dinâmico impõem um olhar atento e uma constante adequação das políticas públicas às distintas realidades que nos vão sendo apresentadas, para que o nosso Serviço esteja capacitado, quer ao nível do atendimento presencial dos migrantes, quer da sua integração e acompanhamento, permitindo uma constante monitorização e divulgação do trabalho desenvolvido, levando à concretização da missão do ACM, IP que visa:

- A promoção de Portugal enquanto destino migratório;
- O acolhimento e integração dos migrantes, designadamente através do desenvolvimento de políticas transversais, de centros e gabinetes de apoio aos migrantes, proporcionando uma resposta integrada dos serviços públicos;
- A colaboração, em articulação com outras entidades públicas competentes, na conceção e desenvolvimento das prioridades da política migratória;
- O combate a todas as formas de discriminação em função da cor, nacionalidade, origem étnica ou religião;
- O desenvolvimento de programas de inclusão social dos descendentes de imigrantes;
- A promoção, acompanhamento e apoio ao regresso de emigrantes portugueses e o reforço dos seus laços a Portugal.

O Plano de Atividades ora apresentado é um documento orientador da atividade do Alto Comissariado para as Migrações, I.P. (ACM, I.P.), que reúne as intenções de atuação deste Instituto para o ano de exercício de 2018, cumprindo o modelo proposto pelo Decreto-Lei n.º 183/96, de 27 de Setembro. Neste documento estão patentes os objetivos estratégicos constantes do QUAR, devidamente alinhados e em sintonia com a Lei Orgânica e Missão deste Instituto, os objetivos operacionais que demarcam a sua ação, as atividades previstas para 2018, bem como os recursos humanos e financeiros que irão ser afetos às mesmas.

I. NOTA INTRODUTÓRIA

Portugal é um país com vasta tradição tanto no domínio das migrações, como no âmbito das comunidades ciganas. Essa tradição vem sendo ancorada numa larga experiência de gestão de políticas públicas na área do acolhimento e integração de migrantes e pessoas ciganas na sociedade portuguesa, reconhecida a nível nacional e internacional, e concretizada pelo Alto Comissariado para as Migrações desde 1996. Primeiro enquanto Alto-comissário para as Migrações, depois enquanto Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas (ACIME) e mais tarde, em 2007, enquanto Alto Comissariado para a Imigração e Diálogo Intercultural (ACIDI), em parceria com inúmeras autarquias e entidades da sociedade civil a nível local, um extraordinário caminho tem vindo a ser percorrido.

Num percurso com redobrados desafios, aos quais este Alto Comissariado para as Migrações tem vindo a responder e onde quer continuar a singrar, à missão já consolidada de apoiar a integração dos imigrantes, dos seus descendentes ou das comunidades ciganas, juntou-se, nos últimos anos, a integração das pessoas refugiadas. Após um fluxo, sem precedentes desde a 2ª Guerra Mundial, ao ACM foi investida a tarefa de, conjuntamente com outras entidades públicas (aproveitando precisamente a experiência interministerial e interdepartamental tida com os imigrantes), assegurar o bom acolhimento local das pessoas refugiadas em Portugal. Esse trabalho continuará a ser em 2018, uma das principais prioridades do ACM. Queremos que, nacional e internacionalmente, o consenso que se criou em torno da resposta portuguesa continue a fundar-se na efetiva capacidade de acolhimento e integração que temos vindo a demonstrar, liderando pelo exemplo.

Continuaremos, em 2018, a reforçar as políticas de gestão da diversidade que, fundadas no modelo intercultural, asseguram que os migrantes que cá são acolhidos descubrem as pontes e a proximidade para a sua plena integração. Mas, igualmente, continuaremos a assegurar que os(as) portugueses(as) que os acolhem estejam preparados para lançar pontes de diálogo e de encontro com outras culturas e outros povos aceitando, sempre dentro do quadro legal que estabelece os nossos direitos fundamentais, a diversidade que a todos nos torna mais ricos.

De igual modo, em 2018, através dos três Centros Nacionais de Apoio à Integração dos Migrantes – no Porto, em Lisboa e no Algarve – dos 91 Centros Locais de Apoio à Integração de Migrantes, presentes no território continental e nas Regiões Autónomas, da Linha de Apoio ao Migrante, do Serviço de Tradução Telefónica, do Programa Mentores para Migrantes, do Programa Português para Todos e do Programa Escolhas, entre muitas outras iniciativas do ACM, I.P, iremos estar muito perto dos nossos utentes, prosseguindo a missão do ACM, incrementando o contacto direto com os migrantes.

Numa outra via, e numa lógica de modernização administrativa, em 2018 com a execução do Projeto *My CNAIM* passaremos a estar à distância dum clique, no telemóvel ou *tablet* dos nossos utentes, também com a

nova APP – *Migrant Welcome*. Por outro lado, com a Plataforma - *Migrant Community Forum*, irá surgir on-line um novo espaço de comunicação, troca de ideias e de informação.

Existem outros projetos que perseguiremos, tal como um *CNAIM Móvel*, que permitirá chegar aos lugares onde a distância física pode dificultar o contacto com os centros nacionais ou locais, ou novos cursos de língua portuguesa, disponibilizados através da plataforma PPT Online.

O ano de 2018 será o ano do relançamento de um programa do ACM na TV e rádio, ajudando a passar uma mensagem realista sobre os migrantes, os refugiados e as comunidades ciganas.

Será também o ano da plena implementação e execução da maioria dos fundos comunitários que visam a integração dos migrantes, juntando-se aos financiamentos já disponíveis no FAMI, as medidas previstas no Fundo Social Europeu, através do POISE.

No âmbito da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC), estabeleceremos um conjunto de novas medidas para mitigar a exclusão e o preconceito, mas que também visam potenciar a plena integração.

Internamente, com a consolidação e implementação da Lei Orgânica do ACM, procuraremos ser proactivos, quer ao nível de procedimentos internos, quer na concretização da nossa estrutura de recursos humanos. Prova disso, tem sido a estratégia de elaboração do Plano de Atividades e do QUAR que ao longo de cada ano tem vindo a ser feito de forma colaborativa, pensado em Equipa, avaliando, mensalmente, os contributos das diversas Unidades Orgânicas e estabelecendo metodologias de trabalho que permitam alcançar os fins a que nos propomos.

Pedro Calado – Alto-comissário para as Migrações

MISSÃO:

Porque existimos?

Para “Colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e sectoriais em matéria de migrações relevantes para a atração dos migrantes nos contextos nacional, internacional e lusófono, para a integração dos imigrantes e grupos étnicos em particular as comunidades ciganas e para a gestão e valorização da diversidade entre cultural, etnias e religiões.”¹

VISÃO:

O que queremos?

Ser o Organismo de referência a nível nacional e internacional em matéria de integração e acolhimento de migrantes e minorias étnicas.

VALORES:

Em que acreditamos?

Diversidade – Somos todos diferentes pelo que devemos pautar a nossa atuação pelo respeito pelo outro/a;

Interculturalidade – Na convivência e partilha estão o crescimento e amadurecimento;

Tolerância e não-discriminação – Regemo-nos por comportamentos e atitudes de não-discriminação e tolerância relativamente aos outros/as;

Prosecução do Interesse Público – Como Serviço Público cumpre-nos “...prosseguir o interesse público, no respeito pelos direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos.”²

¹ art.n.º3 DL n.º31/2014, de 27 de fevereiro

² CPA/2015 – art. n.º4 DL n.º4/2015, de 7 janeiro

II. OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS

Objetivos inseridos no QUAR

Considerando 2018 como o ano de consolidação do ACM,IP, no seu todo, teremos em linha de conta os seguintes objetivos estratégicos:

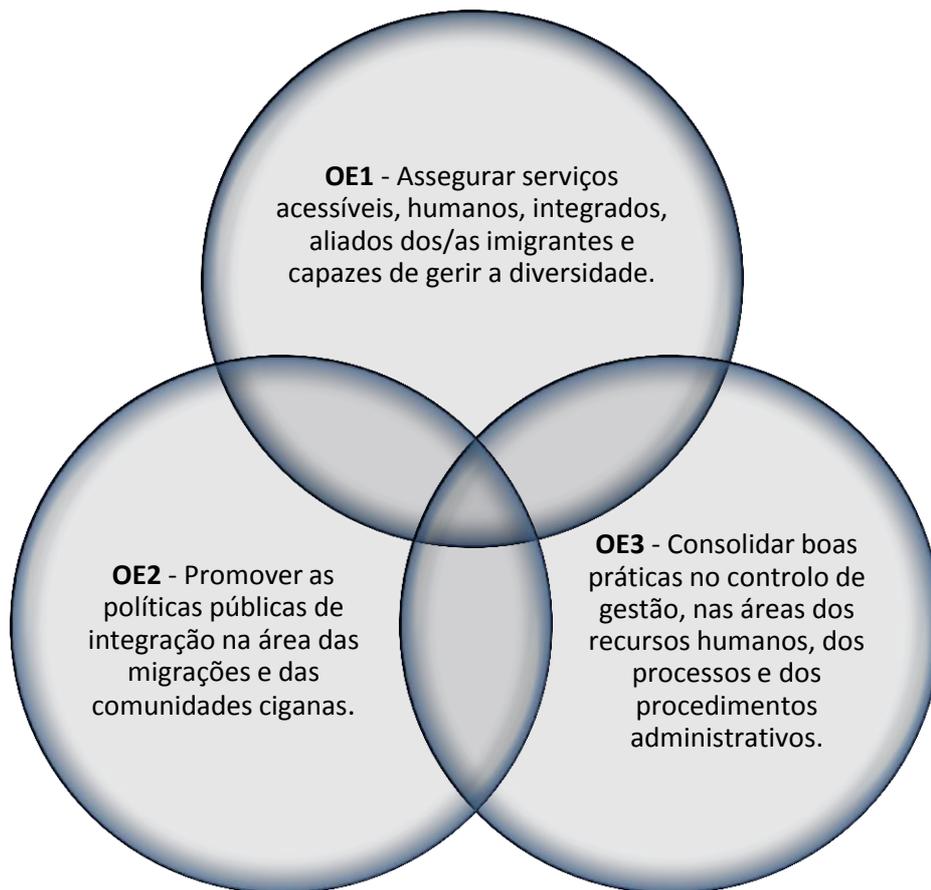


Gráfico 1 – Objetivos estratégicos QUAR 2018

Nos últimos anos, o ACM, IP tem percorrido um caminho de mudança na continuidade, adaptando-se às novas realidades, sem esquecer os ensinamentos que a experiência na área das migrações lhe trouxe. Por isso, desde a sua implementação enquanto Instituto Público até ao presente, muitos passos foram dados, sem, no entanto, esquecer o seu foco, o seu público-alvo, interno e externo, num contexto de uma gestão pública otimizada.

Os objetivos operacionais inseridos no QUAR permitem a prossecução dos objetivos estratégicos estabelecidos e que vão de encontro à Missão deste Serviço, por via de 7 indicadores, envolvendo o cumprimento por parte das diversas Unidades Orgânicas do ACM, de um conjunto de atividades e projetos definidos *a priori*:

Parâmetro Eficácia				
001 – Aproximar o ACM dos/as seus/suas destinatários/as				
Indicador 1	Metodologia de cálculo	Meta 2018	Fonte de verificação	Responsáveis de medição e acompanhamento
Número de visitas de acompanhamento aos projetos ACM.	Somatório das visitas efetuadas onde são contabilizadas, as deslocações físicas de pelo menos um dirigente ou trabalhador do ACM ao espaço físico de implementação de um projeto, ou iniciativa dinamizada nesse âmbito	640	Registo individual das visitas efetuadas e folha de sistematização mensal.	Equipas de acompanhamento/NGARH.
002 – Promover a diversidade cultural				
Indicador 2	Metodologia de cálculo	Meta 2018	Fonte de verificação	Responsáveis de medição e acompanhamento
Volume de horas de formação/sensibilização ministradas a terceiros.	Ponderação entre o nº de horas de formação/sensibilização e o nº de formandos presentes em cada ação de formação/sensibilização	40.000	Documentos de registo.	Equipas de acompanhamento/NGARH.
Indicador 3	Metodologia de cálculo	Meta 2018	Fonte de verificação	Responsáveis de medição e acompanhamento
Taxa de execução das medidas/prioridades previstas nos planos estratégicos nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas.	Média simples que cruza a execução prevista de ações do PEM e ENICC, sob a responsabilidade do ACM, com as ações concretizadas.	100%	Protocolos	Equipas de acompanhamento/NGARH.
Parâmetro Eficiência				
003 – Garantir a boa gestão e execução dos recursos				
Indicador 4	Metodologia de cálculo	Meta 2018	Fonte de verificação	Responsáveis de medição e acompanhamento
Prazo médio de pagamento a fornecedores e a projetos (em dias corridos).	Média simples.	14	GERFIP.	Coordenação EFAF/NGARH.
Indicador 5	Metodologia de cálculo	Meta 2018	Fonte de verificação	Responsáveis de medição e acompanhamento
Evolução (em percentagem) dos atendimentos médios,	Média simples calculada com base na variação percentual	105%	GESMED e registo de	Coordenação dos

por colaborador/a, nos gabinetes dos CNAIMs, face ao ano anterior.	registada por gabinete de atendimento		atendimentos.	CNAIMs/NGARH.
Parâmetro Qualidade				
004 – Melhorar o funcionamento da organização e assegurar a qualidade do serviço prestado				
Indicador 6	Metodologia de cálculo	Meta 2018	Fonte de verificação	Responsáveis de medição e acompanhamento
Número de reclamações com fundamento da responsabilidade dos CNAIMs apresentadas no livro amarelo.	Somatório das reclamações com fundamento, da responsabilidade do ACM, apresentadas no livro amarelo	8	Livro de Reclamações.	Coordenação dos CNAIMs/NGARH.
Indicador 7	Metodologia de cálculo	Meta 2018	Fonte de verificação	Responsáveis de medição e acompanhamento
Tempo médio de espera nos CNAIMs (em minutos).	Calculado através de uma média simples.	0:25:00	SIGA	Coordenação dos CNAIMs/NGARH.

Quadro 1 – Objetivos, indicadores e metas QUAR 2018

No âmbito da construção do QUAR 2018, importa destacar como objetivos operacionais (OO) mais relevantes para a sua prossecução, o OO2 – Promover a Diversidade Cultural, com um peso de 65% no parâmetro eficácia e o OO4 – Melhorar o Funcionamento da Organização e a Qualidade do Serviço Prestado, com um peso de 100% no parâmetro qualidade.

No OO2, que engloba os indicadores 2 e 3, tem maior representatividade o indicador 3 uma vez que para a sua concretização concorrem, o Plano Estratégico para as Migrações e a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, que representam, não apenas pilares centrais da missão do ACM,IP, mas também as principais referências, do ponto de vista da política pública, para o cumprimento da agenda governativa na área das migrações e comunidades ciganas, contribuindo para a execução do Programa Orçamental que é trimestralmente monitorizado através do REPO 02.

	Peso do Obj. Operacional	Peso do Parâmetro	Peso Final
EFICÁCIA			
OO1	35%	50%	18%
OO2	65%	50%	33%
EFICIÊNCIA			
OO3	100%	20%	20%
QUALIDADE			
OO4	100%	30%	30%

Quadro 2 – Matriz do cálculo da relevância dos Objetivos Operacionais QUAR

Matriz de coerência e implicação

Esta matriz pretende explicitar a forma como cada um dos objetivos operacionais concorre para a concretização dos objetivos estratégicos, permitindo-nos distinguir prioridades e alinhar o desempenho organizacional. Este é, pois, um instrumento facilitador da comunicação estratégica.

Parâmetros	Objetivos Estratégicos			Objetivos Operacionais
	OE1	OE2	OE3	
Eficácia	X	X		OO1
		X		OO2
Eficiência			X	OO3
Qualidade	X		X	OO4

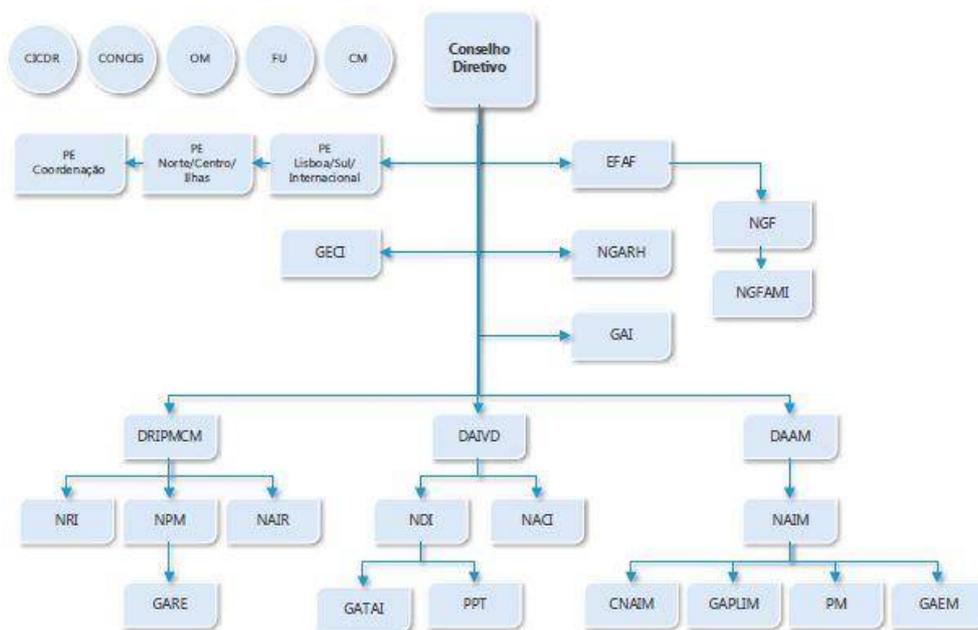
Quadro 3 – Matriz de coerência e implicação

III – ATIVIDADES PREVISTAS E RECURSOS

Atividades a realizar

Em 2018 o ACM, IP, pretende consolidar a sua posição enquanto organismo público na área das migrações, agindo de forma integrada, respeitando a continuidade dos trabalhos, inovando e dando respostas a todos os seus *stakeholders*.

Com a consolidação da respetiva estrutura orgânica, o ACM,IP, construiu um Organograma, representado na figura infra, que espelha as competências que lhe foram adstritas pela Lei e que lhe permitem cumprir o que esta dispõe:



Legenda:

- CICDR - Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial
- CM – Conselho para as Migrações
- CNAIM – Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes
- CONCIG – Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas
- DAAM – Departamento de Apoio e Assistência Migratória
- DAIVD – Departamento de Apoio à Integração e Valorização da Diversidade
- DRIPMCM – Departamento de Relações Internacionais, Política Migratória e Captação de Migrantes
- EFAF – Equipa de Fundos e Apoio Financeiro
- FU – Fiscal Único
- GAEM – Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante
- GAI – Gabinete de Auditoria Interna
- GAPLIM – Gabinete de Apoio às Políticas Locais de Integração de Migrantes
- GARE – Gabinete de Apoio ao Regresso Emigrante
- GATAI – Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes
- GEI – Gabinete de Eventos, Comunicações e Informação
- NACI - Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas
- NAIM - Núcleo de Apoio à Integração de Migrantes
- NAIR - Núcleo de Apoio à Integração de Refugiados
- NDI - Núcleo para o Diálogo Intercultural
- NGF - Núcleo de Gestão Financeira
- NGFAMI - Núcleo de Gestão do Fundo de Apoio à Integração de Migrantes
- NPM - Núcleo de Políticas Migratórias
- NRI - Núcleo de Relações Internacionais
- OM - Observatório das Migrações
- PM - Programa Mentores
- PPT - Português Para Todos

Figura 1 – Organograma ACM,IP

Cada uma destas Unidades Orgânicas com atividades bastante diferenciadas contribui para o cumprimento dos objetivos estratégicos e operacionais. No entanto, todos os anos e atenta a conjuntura legal, social, económica, nacional e internacional existem matérias que sobressaem em relação às outras, nomeadamente:

- A concretização do **Plano Estratégico para as Migrações**, enquanto um dos principais desafios para 2018, incidindo nos eixos prioritários e critérios de avaliação e monitorização da política migratória, bem como no elenco de medidas organizadas por eixos prioritários.
- Por seu turno, a **Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas (ENICC)** aprovada a 27 de março de 2013, RCM n.º 25/2013, que representa o principal referencial para a integração das comunidades ciganas no contexto nacional e que surge como um projeto relevante para a concretização dos objetivos do ACM,IP, através do Grupo Consultivo para a Integração das Comunidades Ciganas (CONCIG) e do Observatório das Comunidades Ciganas (OBCIG), que desempenham um papel fundamental de apoio à execução do plano, no domínio da mobilização de atores-chave e de organizações da sociedade civil.
- Com a publicação da Lei nº 27/2017, de 30 de maio, que aprova medidas para aplicação uniforme e execução prática do **direito de livre circulação dos trabalhadores**, novas competências foram atribuídas ao ACM,IP. Este normativo aplica-se aos cidadãos da União Europeia e membros das suas famílias, no exercício da liberdade de circulação de trabalhadores, relativamente a aspetos como o emprego, condições de trabalho, benefícios sociais e fiscais, educação saúde, entre outras. Com efeito, cabe ao ACM,IP coordenar as entidades envolvidas na sua implementação:
 - i. ACM, IEFP, ANQEP, ACT, ISS, ATA, DGES, IHRU, DGE, DGAE;
 - ii. Assegurar o contacto com a Comissão Europeia;
 - iii. Assegurar o contacto com as entidades equivalentes dos outros Estados Membros;
 - iv. Promover a realização de inquéritos e análises independentes sobre restrições e entraves injustificados ao direito de livre circulação ou discriminação em razão da nacionalidade;
 - v. Assegurar a publicação de relatórios independentes e formular recomendações sobre as matérias em causa e proceder à publicação de informações relevantes sobre a aplicação, em Portugal, das regras da UE em matéria de livre circulação.
- Com a entrada em vigor da Lei n.º 93/2017, publicada em 23 de agosto, que permitiu que passasse a estar estabelecido num único diploma, o regime da prevenção, da proibição e do combate a qualquer tipo de discriminação, ajustando as orientações mais recentes de política pública nacional, europeia e

internacional, de forma a permitir um combate mais eficiente e efetivo ao fenómeno da discriminação.

Nesse sentido, é proposta uma primeira abordagem transversal, por via da consolidação de regras e articulação expressa entre diplomas, pelo alargamento do âmbito de aplicação à ascendência e território de origem, pela atualização de conceitos e inclusão de referência explícita à discriminação múltipla e à discriminação por associação.

É nessa continuidade que o ACM, IP, passa a ser entidade pública a quem cabe garantir o funcionamento, a coordenação e os meios adequados, de modo a regular a atividade da **Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial (CICDR)**. Este é um órgão especializado no combate à discriminação racial, criado pela Lei n.º 134/99 de 28 de agosto, com o objetivo de prevenir e proibir a discriminação, sancionar a prática de atos que se traduzam na violação de direitos fundamentais, tais como a recusa ou o condicionamento do exercício de quaisquer direitos económicos, sociais ou culturais, a qualquer pessoa, em razão da sua pertença a determinada origem, cor da pele, nacionalidade ou etnia.

O ACM, I.P. com a entrada em vigor da Lei nº. 93/2017, de 23 de agosto e através da Comissão Permanente, viu ser reforçada a sua composição, atribuições e as suas capacidades no combate à discriminação racial, pois para além de assegurar a sensibilização da opinião pública e de receber queixas, passou a deter competências para instruir e proferir decisões nos processos de contra-ordenação, incluindo a aplicação de coimas e sanções acessórias, promovendo as diligências de recolha de prova, competindo-lhe ainda coordenar os atos inspetivos que se afigurem necessários, atendendo ao caso em concreto.

Prevê-se, igualmente, a possibilidade de as partes poderem submeter a resolução dos litígios a um procedimento de mediação a seu pedido ou por iniciativa daquela Comissão, com o consentimento do/a infrator/a e da vítima ou dos seus representantes legais.

As queixas, que se enquadrem no âmbito do regime jurídico de combate à discriminação racial previsto na Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto, podem ser apresentadas directamente à própria CICDR, no entanto, se a denúncia for formalizada perante uma entidade diferente, a mesma deverá remetê-la à Comissão no prazo de 10 dias. Prevê ainda este diploma que todas as entidades públicas têm a obrigação de participar à Comissão os factos de que venham a ter conhecimento e que sejam suscetíveis de serem qualificados como práticas discriminatórias.

Atenta a recente alteração legislativa produzida pela Lei n.º 93/2017, de 23 de agosto, ao nível da prevenção, afigura-se essencial a realização de ações informativas, neste sentido, para além de outras atividades a executar no decurso do ano de 2018, de acordo com o respetivo plano de atividades,

serão ainda realizadas por todo o território nacional múltiplas ações informativas sobre o regime jurídico de prevenção, proibição e combate à discriminação racial agora em vigor. Estas ações terão como destinatários diversos públicos-alvo incluindo sociedade civil, forças de segurança, bem como outros técnicos que trabalhem com migrantes e outras potenciais vítimas de discriminação racial, impulsionando o envolvimento de todos e todas na prevenção e combate à discriminação racial e étnica.

O conjunto global das atividades a desenvolver em 2018 encontra-se no Anexo I do presente Plano de Atividades.

Recursos Humanos e Financeiros

O ano de 2018, em matéria de recursos humanos pauta-se pela estabilização do seu mapa de pessoal, demonstrando o rigor que se tem vindo a imprimir em matéria de procedimentos, atenta a uma gestão criteriosa de recursos humanos e financeiros.

No que concerne aos lugares no mapa, foram consideradas quatro Equipas cujas chefias são equiparadas a dirigentes intermédios de 1º grau:

- I. Equipa de Fundos e Apoio Financeiro (EFAF), que inclui o Núcleo Gestão Financeiro (NGF) e o Núcleo de Gestão de Apoio ao FAMI (NG-FAMI);
- II. Observatório para as Migrações (OM);
- III. 2 Equipas do Programa Escolhas, conforme disposto no art.º 6º da Portaria nº 227/2015, de 3 de agosto.

Por seu turno, estão considerados no mapa de pessoal o **Departamento de Relações Internacionais, Política Migratória e Captação de Migrantes** - onde estão inseridos o Núcleo de Relações Internacionais (NRI) e o Núcleo de Políticas Migratórias (NPM), o **Departamento de Apoio à Integração e Valorização da Diversidade** onde se encontram os Núcleo de Apoio à Comunidade Cigana (NACI) e o Núcleo para o Diálogo Intercultural (NDI), e o Departamento de Apoio e Assistência Migratória, onde está adstrito o Núcleo de Apoio à Integração de Migrantes (NAIM).

Além dos Núcleos *supra* mencionados, foi criado em 2016, na dependência do Conselho Diretivo (CD), o Núcleo de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos e, em 2017, um lugar de Núcleo a criar por Deliberação do CD (cumprindo os 10 Núcleos previstos no nº 2 do Artº 1º da Portaria nº 227/2015, de 3 de agosto).

Este Instituto é detentor de um grau de tecnicidade elevado, com 24 postos de trabalho na carreira/categoria de técnico superior, 1 especialista na carreira/categoria de informática, na modalidade de relação jurídica de emprego público, titulada por contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Para a prossecução das atribuições do ACM,IP, em 2018 estão previstos no Mapa de Pessoal aprovado, onde está incluído o Programa Escolhas (Anexo), dois dirigentes superiores, um fiscal único, três dirigentes intermédios de 1º grau, cinco equiparados a dirigentes intermédios de 1º grau, dez dirigentes intermédios de 2º grau, vinte e quatro técnicos superiores, um especialista de informática, dois assistentes técnicos e dois assistentes operacionais, perfazendo um total de cinquenta postos de trabalho.

Além dos elementos vinculados ao Mapa de Pessoal, para a prossecução das suas competências, o ACM, IP conta com o apoio de mediadores socioculturais, ao abrigo da Lei da Mediação Sociocultural, estabelecendo Protocolos com as Associações de Migrantes, e que para 2018 estão considerados 155 colaboradores (incluindo os que apoiam o Programa Escolhas).

Relativamente aos recursos financeiros para o ano de 2018, a dotação inicial do orçamento do ACM, constante da proposta de Orçamento do Estado, é de 10.469.324€. A ação do ACM,IP é financiada por Esforço financeiro nacional (42%), Financiamento da UE (30%) e por Receita Própria afeta e não afeta a projetos cofinanciados (28%). No que respeita à classificação económica da despesa destaca-se o agrupamento 04 – Transferências Correntes, que representa 67% do total, e inclui, pela primeira vez, 3.767.593€ referentes ao Programa Escolhas. A estrutura da despesa é ainda composta por despesas com aquisições de bens e serviços (21%) despesas com o pessoal (12%).



Gráfico 2 – Distribuição orçamento ACM,IP - 2018

IV. PLANO DE FORMAÇÃO

O Plano de Formação a implementar no ano de referência, tem no seu âmago, para além da continuidade, também uma postura de consolidação dos procedimentos até ao momento desenvolvidos, isto é, um registo inovador, dinâmico e motivacional, que se demonstrou fulcral para o aperfeiçoamento do desempenho de alguns dos nossos quadros, nos anos transatos.

Todavia, pretende-se ir mais além no processo de aprendizagem, com uma aquisição e partilha dos saberes, utilizando como recurso o *know-how* já adquirido por recursos humanos do Organismo, numa perspetiva de aproveitamento de competências, com o intuito de fortalecer a especialização de uns e simultaneamente, permitir a atualização profissional de outros.

A adoção de uma lógica trienal de implementação do Plano de Formação (2016-2018), afigurou-se como sendo uma estratégia benéfica, uma vez que este modelo permitiu partir de uma perspetiva macro, olhar para situações específicas e auscultar a realidade em que laboramos. De igual modo, visou promover uma maior eficácia na aferição de impacto e resultados, proporcionando um campo mais alargado para uma melhoria que se pretende sempre contínua.

V. MEDIDAS DE MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

No âmbito da modernização administrativa 2018 será o ano de execução e concretização da candidatura SAMA – Modernização Administrativa, Projeto *MY CNAIM*, lançada em 2016.

Este projeto incide sobre os Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (doravante CNAIM) e tem como objetivos gerais: a reestruturação de serviços de atendimento ao migrante; a melhoria do acompanhamento de processos; a modernização da infraestrutura tecnológica; o aumento da transparência; o aumento da qualidade, rapidez e eficiência do atendimento; a criação de novos canais virtuais, centrados no cidadão migrante, e que fomentem a sua interação e participação.

Para atingir os objetivos *supra* mencionados, o projeto MYCNAIM contempla cinco grandes áreas de intervenção no âmbito da modernização administrativa, a implementar nos CNAIM:

Customer Relationship Management – CRM

O novo sistema CRM visa acompanhar, efetivamente, processos de clientes, sendo possível, designadamente, identificar quem são os clientes do CNAIM, quantas interações têm com o serviço e por que motivos. Este sistema permitirá fazer um acompanhamento mais detalhado, mais personalizado e uma monitorização sistemática dos serviços disponibilizados.

A nova aplicação contribuirá para uma Administração Pública mais focada, próxima e acessível do cidadão, em que o contacto com o mesmo, caso se justifique, pode ocorrer através de mais do que um canal. Tal constituirá um ganho para o cidadão (um tempo de atendimento menor e um acompanhamento mais personalizado por parte de quem atende) e para o colaborador que faz o atendimento (melhor conhecimento do processo, maior celeridade no atendimento, melhor articulação entre as diferentes Unidades Orgânicas do CNAIM).

Por outro lado, do ponto de vista da gestão eficaz dos recursos, esta nova ferramenta de CRM trará outras mais-valias: desmaterialização de processos e progressiva eliminação do suporte de papel (medida 14 do Eixo III do Plano Global Estratégico de racionalização e redução de custos nas TIC, na Administração Pública) e produção de relatórios e indicadores de realização e de resultado, quer para a coordenação da Unidade Orgânica, quer para os responsáveis e outros *stakeholders* dos CNAIM. Tal possibilitará também um melhor planeamento e adequação dos recursos entre procura e oferta, bem como, uma redução de custos, nomeadamente a nível de Recursos Humanos, uma vez que se poderá reafetar os mesmos em função de variação de picos no atendimento, e de economato (papel e toner, entre outros).

Voice Over Internet Protocol - VOIP

O objetivo da introdução do VOIP é melhorar as comunicações de suporte aos serviços dos CNAIM através da criação de acessos telefónicos exteriores diretos aos serviços (nomeadamente ligação em anel às diferentes instituições presentes nos CNAIM) e da criação de ligações interministeriais.

A introdução de um sistema de VOIP permitirá igualmente uma redução significativa de custos nas comunicações e a eliminação de custos com equipamento (custo do aluguer mensal das centrais telefónicas, estimado em aproximadamente 30.000 euros anuais). Tal contribui para dar cumprimento à medida 7/9 do Eixo II do Plano Global Estratégico de racionalização e redução de custos nas TIC, na Administração Pública.

Aplicação para Linha de Apoio ao Migrante (Contact Center CNAIM)

No âmbito da primeira fase da operação My CNAIM, pretende-se implementar uma solução mais atualizada de Contact Center, que possa interagir com o sistema informático CRM que vier a ser utilizado nos CNAIM.

A Linha de Apoio ao Migrante, anterior Linha SOS Imigrante, foi criada em 2003 com o objetivo de fornecer telefonicamente, e de modo gratuito, toda a informação útil ao cidadão imigrante (bem como a instituições, associações, entidades públicas, como a segurança social, hospitais, CPCJ, escolas, entre outras) necessárias à plena integração de migrantes em Portugal.

Apesar de a linha estar em funcionamento e continuar a responder às inúmeras chamadas diárias, bem como a realizar marcações para os CNAIM e a responder a e-mails, não dispõe atualmente de um sistema informático que permita e apoie uma otimização dos recursos existentes e, por exemplo, a reafetação dos mesmos, em função de variações no pico de chamadas.

Pretende-se, assim, implementar uma plataforma multicanal integrada que suporte esta interação usando os meios tradicionais desde o método presencial, telefone, e-mail, até aos meios mais recentes como a web, internet, FAQ, vídeo call e web chat, complementado com o Contact Center e com meios de interoperabilidade, nomeadamente através de mecanismos de autenticação via cartão de cidadão, por exemplo, contribuindo assim para dar cumprimento à medida 11 do Eixo III do PGETIC - Interoperabilidade na Administração Pública.

O objetivo é que o Módulo de Contact Center seja integrado com o futuro sistema de VOIP a ser utilizado na instituição, de modo a permitir tirar partido da capacidade de comunicações sobre IP existentes. Em termos de interoperabilidade, pretende-se facilitar a troca de informação e a integração entre sistemas, de modo a evitar a redundância na execução de tarefas, bem como evitar as situações de limitações, erro e/ou incoerência entre sistemas.

Plataforma de interação/participação electrónica

Pretende-se ainda criar uma plataforma tecnológica multicanal, inovadora e vanguardista, no âmbito das redes sociais e da participação pública, com ênfase no cidadão migrante, baseada em tecnologia Internet, que fomente, por um lado, a interação entre o cidadão migrante e o CNAIM (e/ou entidades ou personalidades por si convidadas) e, por outro lado, a interação entre migrantes.

Este serviço pode ser facilmente colocado em prática, pois Portugal é um país em que a rede de internet abrange praticamente todo o território, sendo de acesso livre em muitos locais. A plataforma disponibilizará à comunidade migrante, um conjunto integrado de canais de interação e de participação eletrónica, nomeadamente um destinado a perguntas e respostas, outro canal destinado a auscultação da opinião (consultas), e outro destinado a eventos (debate/conversação) em direto (tempo real). Note-se que, pelo facto de a plataforma ser multilingue, podem ser criados eventos de participação destinados, por exemplo, a cidadãos residentes num determinado país e que pretendam imigrar para Portugal num futuro próximo.

APP Migrant welcome

Pretende-se criar uma aplicação para dispositivos móveis de comunicação, com um mapeamento de serviços úteis a pessoas migrantes, existentes em território nacional, e possibilidade de marcação de atendimentos. O leque de serviços a mapear e georreferenciar (através de GPS) incluirá desde CLAIM, cursos de língua portuguesa para estrangeiros, Associações de Imigrantes, Gabinetes de Inserção Profissional, espaços para prática religiosa, serviços de reconhecimento de qualificações, de saúde, equipamentos de ensino, entre outros. Pretende-se facilitar o acesso das pessoas migrantes e refugiadas à informação vital para uma melhor integração e cidadania.

Este serviço permitirá reduzir o tempo despendido em deslocações e procura de serviços, bem como, os custos financeiros inerentes.

Com esta APP pretende-se colmatar o problema da escassez e dificuldade de acesso à informação sobre Serviços, por parte dos migrantes, em todo o território nacional.

Não obstante o grande projeto em matéria de modernização administrativa ser a execução e divulgação do projeto MY CNAIM, em cada uma das suas vertentes. É grande preocupação destes Serviços desmaterializar formulários, estabelecendo um sistema interno de formulários on-line, para as respetivas tarefas administrativas, ao nível do economato, gestão da frota automóvel, gestão de salas e eventos, entre outros.

Dando pequenos passos pretende-se estabelecer uma gestão documental mais efetiva, que passará pela digitalização do expediente e criação de fluxos internos de informação.

VI. PUBLICIDADE INSTITUCIONAL

A publicidade institucional do ACM, IP, em 2018, incidirá na continuidade de utilização dos meios de divulgação até aqui utilizados, como o *Facebook*, o Portal do ACM (criado em 2015), as ações de difusão junto das entidades parceiras como as Associações de Migrantes e os Municípios, e a realização anual do evento ACM – Fora de Portas.

Para que este trabalho seja concretizado, o Gabinete de Eventos, Comunicação e Informação (GECI) tem como atribuições a produção de notícias e conteúdos para publicação em todos os meios de divulgação deste Serviço:

- Portais - ACM, CICDR, OBCIG, site Programa Escolhas;
- *Facebook* - Escolhas e ACM;
- Revistas trimestrais - ACM em Revista e Revista Escolhas.

De igual modo, tem a seu cargo a produção de materiais e conteúdos para divulgação de todas as ações/medidas/programas e eventos do ACM, IP, bem como a realização de Reportagens para publicação (texto e fotografia), o *clipping* diário e a partilha de notícias no âmbito da missão do Instituto.

Em 2018 existirá uma nova responsabilidade - **a produção de conteúdos multiplataforma para TV, Rádio e redes sociais.**

VII. CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Em alinhamento com os objetivos estratégicos e operacionais do ACM, IP, foram identificadas como essenciais para a prossecução da atividade deste Organismo, as necessidades de contratação externa, constante da tabela infra:

EMPRESA /ENTIDADE A CONTRATAR (NAS SITUAÇÕES EM QUE É POSSÍVEL REFERIR JÁ)	ÂMBITO TEMPORAL	OBJETO	TIPOLOGIA DO PROCEDIMENTO A DINAMIZAR / DESENVOLVIDO (V.G. AJUSTE DIRETO, CONCURSO PÚBLICO, (...)- TIPOLOGIAS DE ACORDO COM O CCP)	VALOR CONTRATUAL DE CONTRATAÇÃO (C/IVA)	FONTE DE FINANCIAMENTO (FUNCIONAMENTO / PIDDAC)
PROJECTTIME - DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELECTRÓNICOS	2017 / 2018	Aquisição Serviços atualização, assistência / manutenção dos relógios de ponto, Lisboa-Álvaro Coutinho e Anjos, e Porto.	Regime simplificado	984,00 €	540
BELTRÃO COELHO	2017 / 2019	Aquisição de serviços de aluguer operacional de 31 equipamentos de cópia e impressão pelo período de 24 meses, para os CNAIM Lisboa e Porto e Rua dos Anjos.	Ajuste direto	51.158,16 €	369, 442, 446 e 540
LUSA-AGÊNCIA NOTÍCIAS DE PORTUGAL	2017 / 2019	Objetivo enriquecer produção conteúdos informativos noticiosos para informar/sensibilizar diversos públicos, nomeadamente comunidades migrantes, ciganas sociedade portuguesa, sobre missão do ACM	Ajuste direto	9.967,20 €	311
AGENCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA - AMA	2018	Protocolo CNAIM-Algarve, despesas Utilização Espaço e telefone	OUTROS CONTRATOS - VALORES INFERIORES A 100.000 €	35.747,40 €	369 e 448
CTT - Correios de Portugal	2018	Aquisição de serviços de aceitação, tratamento, transporte distribuição de correspondências postais, para o ano de 2018	CONTRATAÇÃO EXCLUÍDA – ART. 5º	10.190,00 €	540
ISISFLOR - COMÉRCIO DE FLORES E PLANTAS	2017 / 2018	Aluguer e manutenção das plantas nos edifícios do CNAI na Rua Álvaro Coutinho e na Rua dos Anjos	Ajuste direto	4.885,41 €	540
JET COOLER, AGUAS E CAFÉS	2017 / 2019	Aluguer de Bebedouros, fornecimento de copos e garrações de água, para Rua Álvaro Coutinho e Rua Anjos em Lisboa, Rua de França no Porto e CNAIM Faro, para o período de 24 meses	Ajuste direto	8.242,86 €	369, 442, 446, 448 e 540

EPAL - EMPRESA PORTUGUESA DAS ÁGUAS LIVRES	2018	Fornecimento Água para CNAIM Lisboa	CONTRATAÇÃO EXCLUÍDA – ART. 5º	11.880,00 €	369, 446 e 540
CMPEA-EMP. AGUAS MUNICÍPIO PORTO	2018	Fornecimento Água para CNAIM Porto	CONTRATAÇÃO EXCLUÍDA – ART. 5º	3.400,00 €	369 e 442
CONDOMÍNIO PRÉDIO SITO RUA ANJOS 66, 66 A E REGUEIRÃO ANJOS 29, 29 A	2018	Condomínio Prédio-Rua dos Anjos	CONTRATAÇÃO EXCLUÍDA – ART. 5º	15.307,44 €	540
CONDOMÍNIO DO CENTRO EMPRESARIAL CAPITÓLIO	2018	Condomínio instalações CNAIM Porto, Edifício Capitólio, prédio na Avenida de França nºs 222; 256; 316; 352; 358 e 366, Bloco A, R/c - Fracções RO e RP (Estabelecimentos 55 e 56) e Fracções RM e RN (Estabelecimentos 57 e 58)	CONTRATAÇÃO EXCLUÍDA – ART. 5º	3.089,80 €	369 e 442
RENTOKIL INITIAL PORTUGAL - SERVIÇOS DE PROTECÇÃO AMBIENTAL	2018	Prestação de serviços de desinfestação nas instalações do CNAIM de Lisboa, sitas na Rua Álvaro Coutinho, 14 e CNAIM Porto.	Regime simplificado / Ajuste direto	1.194,33 €	369, 446 e 540
FATYREST RESTAURAÇÃO UNIPESSOAL	2018	Aquisição de serviços de refeições	Ajuste direto	2.604,53 €	369 e 540
R.C.A.- REFRIGERAÇÃO E CONDICIONAMENTO DE AR	2017 / 2019	Aquisição serviços assistência técnica / manutenção preventiva aos Equipamentos de Ar Condicionado do CNAIM de Lisboa, pelo período de 24 meses	Ajuste direto	2.583,00 €	369, 446 e 540
NORTARCO	2018	Aquisição serviços assistência técnica / manutenção preventiva AVAC Porto	Regime simplificado / Ajuste direto	1.992,60 €	442
ESPAP - ENTIDADE DE SERVIÇOS PARTILHADOS DA ADMINISTRAÇÃO	2018	Contrato Adesão Serviços Gestão Partilhada (GeRFiP)	CONTRATAÇÃO EXCLUÍDA – ART. 5º	39.232,08 €	540
MEO – SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA	2018	Aluguer central Lisboa, Aluguer linha telefónica Porto, Linha SOS	LOCAÇÃO E AQUISIÇÃO DE BENS E OUTROS CONTRATOS - PRESTAÇÃO DE UM OU MAIS SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES	27.699,80 €	369, 442 e 446

HIGIENE PLUS	2017 / 2019	Aquisição Serviços Manutenção Equipamentos Higiene do ACM e fornecimento dos respetivos consumíveis	Ajuste direto	5.990,20 €	369 e 446
GRAND ODEON PROPERTIES	2018	Arrendamento do prédio sito na Rua dos Anjos 66, 1º,3º,4º andares e Sotão	CONTRATOS EXCLUÍDOS – ART. 4º	67.773,96 €	540
ESTAMO - PARTICIPAÇÕES IMOBILIARIAS	2018	Arrendamento Prédio R. Álvaro Coutinho14-16, Lisboa	CONTRATOS EXCLUÍDOS – ART. 4º	265.146,78 €	369 e 442
OVH - HOSTING	2018	Serviço de aluguer SP 16G servers3343875.ovh.net, Alojamento aplicações de suporte Gabinete Emprego, Rede GIP e atendimentos rede CLAI	Regime simplificado	737,85 €	540
INÊS PINTO COELHO REIS	2017 / 2018	Aquisição serviços assessoria Jurídica elaboração protocolos e apoio às equipas em matérias jurídicas	Ajuste direto	11.808,00 €	540
LEASE PLAN PORTUGAL	2013 / 2017	Aluguer Operacional de Viatura para Alto-comissário para o período de 01.01.2015 a 22.10.2017	LOCAÇÃO OU AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS AO ABRIGO DE ACORDOS QUADRO (CONJUGADO COM Nº 1 ART. 259º E ALÍNEA B) DO Nº1 ART. 252º)	31.232,16 €	540
MEO – SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES E MULTIMÉDIA	2014 / 2017	AQ-03AQ-SGPCM/2014-Aquisição serviços comunicações voz dados em local fixo, corresponde Lote 5: serviço de voz-Território Nacional, acordo quadro AQ-14-SCVDLF, para contrato 2 anos, eventualmente renovável por mais 1 ano	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - SERVIÇOS AO ABRIGO DE ACORDOS QUADRO (CONJUGADO COM Nº 1 ART. 259º E ALÍNEA B) DO Nº1 ART. 252º)	41.263,50 €	446, 369, 442
VODAFONE PORTUGAL, COMUNICAÇÕES PESSOAIS	2014 / 2017	Aquisição serviços móvel terrestre, corresponde Lote 3 - Serviço Combinado Móvel de Voz e Dados e Móvel de Dados, ao abrigo do Acordo de Quadro AQ-SMT-2012 da ESPAP, período 2 anos possibilidade renovação 1 ano após data da assinatura do contrato	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - SERVIÇOS AO ABRIGO DE ACORDOS QUADRO (CONJUGADO COM Nº 1 ART. 259º E ALÍNEA B) DO Nº1 ART. 252º)	46.354,13 €	540
PRESTIBEL - EMPRESA DE SEGURANÇA	2016 / 2017	05AQ-SGPCM/2013 - Aquisição de serviços de vigilância e segurança, ao abrigo do Lote nº 24 (Serviço combinado em todo o território nacional) do respetivo acordo de quadro	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - SERVIÇOS AO ABRIGO DE ACORDOS QUADRO (CONJUGADO COM Nº 1 ART. 259º E ALÍNEA B) DO Nº1	364.859,08 €	369, 442, 446

			ART. 252º)		
GOUVEIA PEREIRA COSTA FREITAS & ASSOCIADOS SOC. ADV. RL	2016 / 2018	Aquisição de serviços de assessoria jurídica no âmbito de contratação pública e outras atividades de apoio jurídico no Gabinete Financeiro do ACM, IP., para o período de 2 anos	Ajuste direto	71.317,96 €	369
INTERLIMPE - FACILITY SERVICES	2016 / 2018	06AQ-SGPCM/2015 - Aquisição centralizada serviços Limpeza ao abrigo de acordo quadro, para Lisboa e Porto, para o período de Jun/2016 a Dez/2018	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS - SERVIÇOS AO ABRIGO DE ACORDOS QUADRO (CONJUGADO COM Nº 1 ART. 259º E ALÍNEA B) DO Nº1 ART. 252º)	232.374,77 €	369, 442, 446 e 540
CMVA - MULTISERVIÇOS	2016 / 2019	Concurso de serviços de edição e publicação livros para o ACM, IP	Concurso público	65.159,26 €	369, 482 e 540
SEBASTIÃO & SANTOS - SROC	2015 / 2019	Honorários devidos pela assunção de funções de interesse público, com a designação Fiscal Único por despacho nº 9472/2015		56.944,38 €	540
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO FECHADO IMOREAL	2015 / 2020	Arrendamento 57 e 58, rés-do-chão Bloco A, prédio Av. França, Porto	CONTRATOS EXCLUÍDOS – ART. 4º	27.819,12 €	369 e 442
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO ABERTO IMONEGÓCIOS	2015 / 2020	Arrendamento 55 e 56, rés-do-chão Bloco A, prédio Av. França, Porto	CONTRATOS EXCLUÍDOS – ART. 4º	20.676,60 €	369 e 442
PETRÓLEOS DE PORTUGAL - PETROGAL	2017 / 2019	05AQ-SGPCM/2016 - Aquisição centralizada de combustíveis rodoviários ao abrigo dos Lote 2 e 6 do Acordo de quadro CR-2012 da ESPAP, para os anos de 2017, 2018 e 2019.	Concurso público	42.839,31 €	540
SERVISAN - PRODUTOS DE HIGIENE	2017 / 2019	08AQ-SGPCM/2016 - Aquisição centralizada de consumíveis de casa de banho ao abrigo do Grupo 1 (Lotes 1 a 5 e Lote 8) do AQ-HL-2015 da ESPAP, para os anos de 2017, 2018 e 2019	Concurso público	26.594,57 €	369, 442 e 446
EUROPATRIMONIAL - CONSULTORIA E MEDIAÇÃO DE SEGUROS	2018	Prestação de serviços de seguro automóvel para a viatura do ACM (48-37-OR)	Concurso público	148,35 €	540
IBERDROLA CLIENTES PORTUGAL	2017 / 2019	06AQ-SGPCM/2016 - Aquisição centralizada do fornecimento de electricidade em regime de mercado	Concurso público	189.906,96 €	369, 442, 446, e

UNIPESSOAL		livre, ao abrigo do acordo quadro AQ-ELE-2015, para a Rua Alvaro Coutinho e Rua dos Anjos, em Lisboa, e Rua de França no Porto para os anos de 2017, 2018 e 2019.			540
ESCALATUR, VIAGENS E TURISMO, UNIPESSOAL	2017	Aquisição centralizada de serviços de viagens ao abrigo do lote 1 do acordo quadro de viagens	Concurso público	35.000,00 €	369, 442, 446, 448, 482 e 540
FINLOG ALUGUER E COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS	2016 / 2020	Aluguer Operacional Viatura para um período de 48 meses, ao abrigo do lote 67 do acordo de quadro AQ-VAM da ESPAP	LOCAÇÃO OU AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS AO ABRIGO DE ACORDOS QUADRO (CONJUGADO COM Nº 1 ART. 259º E ALÍNEA B) DO Nº1 ART. 252º)	22.317,12 €	540
IP TELECOM	2018	Aquisição de serviços de renovação de Datacenter Virtual (DCV) portal refugiados.gov.pt, por o período de um ano.	Regime simplificado	2.952,00 €	540
JWM CONSULTING	2017 / 2018	Aquisições de serviços de Estudo de avaliação intercalar do PEM, para o período compreendido entre 2015 e 2016, por uma entidade terceira, imparcial e independente	Ajuste direto	23.061,24 €	540
TORKE STUNT - MARKETING ESTRATÉGICO	2017 / 2018	Aquisição de serviços de renovação do domínio da Plataforma 50/50, gerida pelo GARE, no âmbito de ideias de negócio, para o período de 31/05/2017 a 30/05/2018.	Regime simplificado	18,08 €	540
ESPALHA ESTRELAS	2017 / 2018	Aquisição de serviço de alojamento de Base de Dados (GTAEM) que faz a gestão de acolhimento dos refugiados no território nacional, para o período de 03.08.2017 a 02.08.2018	Regime simplificado	596,55 €	540
OHM TÉCNICA	2017 / 2018	Aquisição centralizada de papel (para fotocópia e impressão) ao abrigo do lote 1 do acordo de quadro (AQ-PECON-2015), nº 25 da ESPAP - 08AQ-SGPCM/2015, para os anos de 2017 e 2018.	LOCAÇÃO OU AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS AO ABRIGO DE ACORDOS QUADRO (CONJUGADO COM Nº 1 ART. 259º E ALÍNEA B) DO Nº1 ART. 252º)	32.573,66 €	369, 446 e 540
OHM TÉCNICA	2017 / 2018	Aquisição centralizada de economato (material de encadernação, material de escritório e suportes digitais) ao abrigo do lote 2 do acordo de quadro de papel e economato AQ-PECON-21015 - 09AQ-SGPCM/2015, para os	LOCAÇÃO OU AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS AO ABRIGO DE ACORDOS QUADRO (CONJUGADO COM	13.062,11 €	369, 442, 446, 448 e 540

		anos de 2017 e 2018.	Nº 1 ART. 259º E ALÍNEA B) DO Nº1 ART. 252º)		
--	--	----------------------	--	--	--

Tabela 3 – Contratação Pública ACM,IP - 2018

VIII - ANEXOS

Plano de Formação 2018

QUAR 2018

Mapa de pessoal 2018

Orçamento 2018

Plano de Atividades Detalhado 2018

Plano Anticorrupção

PLANO DE FORMAÇÃO 2018

ACM,IP



ÍNDICE

NOTA INTRODUTÓRIA.....	3
OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO.....	4
CONCEÇÃO E METODOLOGIA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL.....	4
IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE FORMAÇÃO	5
NECESSIDADES FORMATIVAS <i>VERSUS</i> EVOLUÇÃO DA FORMAÇÃO MINISTRADA	7
FORMAÇÃO MINISTRADA A TERCEIROS	9
MONITORIZAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL	9
AValiação DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO.....	10
PLANO FORMATIVO E PREVISÃO DE ENCARGOS - 2018.....	10
ANEXOS	17

NOTA INTRODUTÓRIA

O ACM. IP, na sua lei orgânica (DL nº. 31/2017, de 27/02) tem como missão primordial o de *“Colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e setoriais em matéria de migrações, relevantes para a atração dos migrantes nos contextos nacional, internacional e lusófono, para a integração dos imigrantes e grupos étnicos, em particular as comunidades ciganas, e para a gestão e valorização da diversidade entre culturas, etnias e religiões.*

Para a boa prossecução de tais objectivos e citando as palavras do preâmbulo do mesmo articulado legal, *“(…) tornam necessária uma adequação institucional que permita responder adequadamente a esses desafios, designadamente pela sua capacidade de articulação de competências e pela experiência adquirida, com reconhecimento internacional e mérito, nos domínios da integração e inclusão dos imigrantes e das práticas de interação positiva entre a sociedade portuguesa e os seus imigrantes.”*, é portanto preocupação deste Instituto valorizar profissionalmente todos os seus funcionários e colaboradores, nomeadamente através de formação, seja ela inicial ou contínua.

Na continuidade do que já foi realizado, o Plano de Formação a implementar no ano de 2018, tem no seu âmago, para além da continuidade, também uma postura de consolidação da estratégia até ao momento desenvolvida, isto é, para além do registo inovador, dinâmico e motivacional que se demonstrou fulcral para o aperfeiçoamento do desempenho de alguns dos nossos quadros, nos anos transactos, 2018 afigura-se como um ano de avaliação e de estabilidade no crescimento.

Neste ano, pretende-se ir mais além no processo de aprendizagem, com uma aquisição e partilha dos saberes, utilizando como recurso o *know-how* já adquirido pelos funcionários e colaboradores em exercício neste Serviço.

Em suma, a nossa atuação em matéria de formação profissional será numa perspectiva de aproveitamento de competências com o intuito de fortalecer a especialização de uns e simultaneamente, permitir a atualização profissional de outros.

A adoção de uma lógica trienal de implementação do Plano de Formação (2016-2018), mostra-se como sendo uma estratégia benéfica, uma vez que este modelo permite partir de uma perspectiva macro, olhar para o micro e auscultando a realidade em que laboramos, promover uma maior eficácia na aferição de impacto e resultados e proporcionando um campo mais alargado para a melhoria que se pretende sempre contínua.

OBJETIVOS E ESTRATÉGIAS DE FORMAÇÃO

<u>DO PONTO DE VISTA DO ACM, IP</u>	<u>DO PONTO DE VISTA DOS COLABORADORES</u>
<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Elevar as competências dos trabalhadores; ➤ Otimizar o desempenho; ➤ Ter Equipas coesas e motivadas. 	<p>Objetivos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Aperfeiçoamento e crescimento profissional; ➤ Partilha dos conhecimentos em novas situações; ➤ Partilha dos saberes adquiridos; ➤ Realização profissional.
<p>Como fazer? Qual a estratégia a seguir?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Colmatar deficientes competências técnicas; ➤ Colmatar deficientes competências comportamentais; ➤ Melhorar a articulação entre equipas de trabalho; ➤ Desenvolvimento de uma orientação para a qualidade e/ou objetivos; ➤ Criar uma cultura organizacional; ➤ Melhoria contínua. 	<p>Como fazer? Qual a estratégia a seguir?</p> <ul style="list-style-type: none"> ➤ Aprendizagem contínua; ➤ Motivação e empenho na aprendizagem; ➤ Vontade em partilhar os saberes; ➤ Eficiência; ➤ Melhoria Contínua.

Tabela 1 – Objetivos e estratégias da formação profissional

CONCEÇÃO E METODOLOGIA DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Uma das estratégias inerentes ao cumprimento dos objectivos traçados pelo ACM, IP, enquanto Organismo Público com intervenção na área social passa, obrigatoriamente, por uma formação profissional que se pretende de excelência e adaptada as necessidades sentidas quer pelos funcionários e colaboradores, como pelos parceiros interventores nesta realidade.

Neste sentido e à semelhança do que já foi realizado no passado, para a construção e implementação do Plano de Formação anual deveremos sempre ter em linha de conta as fases inerentes ao processo, conforme *gráfico -1*, muito embora a Formação Profissional no ACM,IP esteja assente numa estratégia trienal (2016/2018).

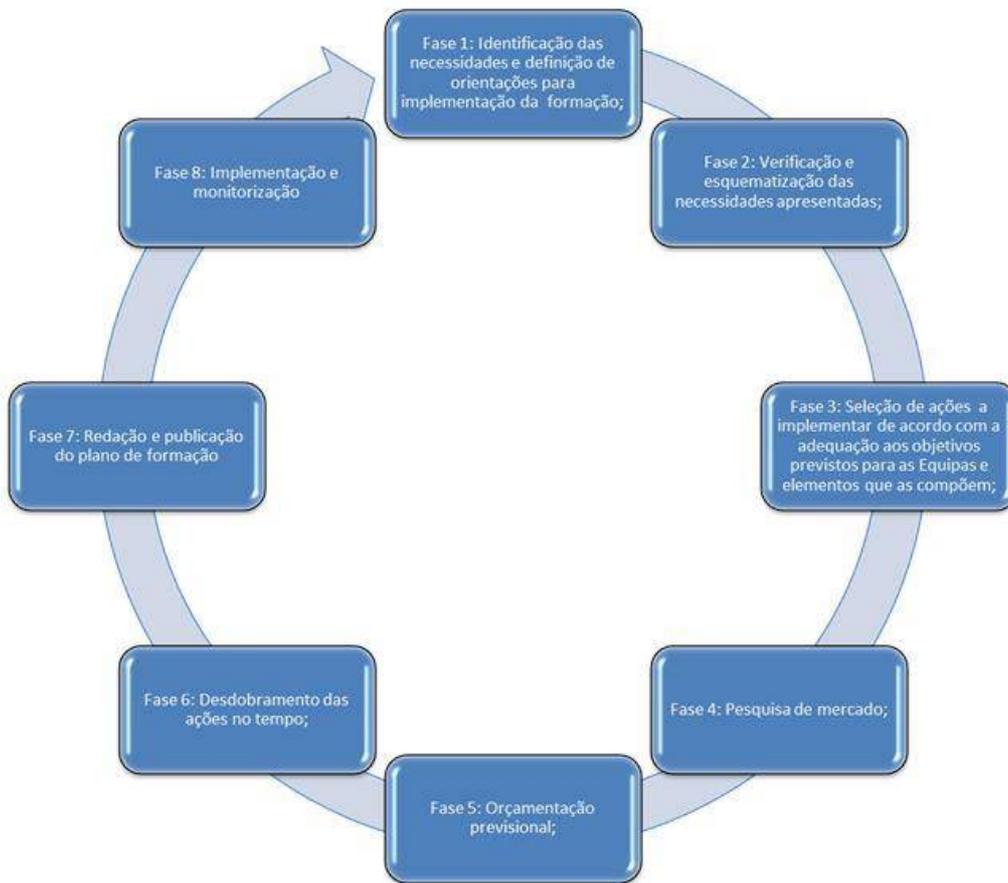


Gráfico 1 – Fases de construção e implementação do plano de formação

O delinear de uma estrutura formativa pensada a três anos que trouxesse mais-valias para o desempenho profissional da estrutura humana que compõe o Organismo, visou ainda o cumprimento dos objetivos definidos em sede de QUAR.

Não obstante o fluxo representado no gráfico supra, o ACM encontra-se preparado para acautelar necessidades formativas imprevistas, resultantes de circunstâncias excecionais.

IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE FORMAÇÃO

O diagnóstico rigoroso das perspectivas e das necessidades formativas de cada Unidade Orgânica foi o ponto de partida em 2016. Verificou-se assim que áreas como Administração Pública, Contabilidade e Finanças e Assuntos

Europeus, representavam as necessidades mais prementes para os funcionários e colaboradores, as quais se procurou colmatar de imediato, para uma melhor prossecução da missão do Serviço.

Em 2017, uma vez delineada a estrutura formativa e aferidas necessidades, a tónica centrou-se na implementação. Assim, o ACM,IP apostou na concretização de mais ações, alargando o espectro formativo e recorrendo à estratégia da “Formação à Medida”, delineando conteúdos programáticos adaptados e criando turmas pré-selecionadas, de acordo com as orientações emanadas do levantamento inicial.

O ano de 2018 perspectiva-se como o fim de um ciclo formativo, sendo um ano de consolidação de procedimentos mas também de avaliação de estratégias, numa perspectiva de inaugurar um novo Plano Formativo.

A tónica do ano será a formação ministrada por recursos internos do ACM, IP, numa lógica de partilha de saberes e experiências, não deixando no entanto de lado, quer a manutenção das parcerias já existentes com entidades externas, como a criação de novas, para reforço de aprendizagens.

Não obstante os constrangimento orçamentais que afectam todos os organismos do Estado, e aos quais o ACM, IP não será obviamente imune, o Plano Formativo previsto para 2018 continuará a ser uma importante aposta.

Nesta leitura, a prossecução do Plano de Formação do ACM, IP que foi delineada para o triénio 2016/2018, durante este último ano, terá o seguinte alinhamento:

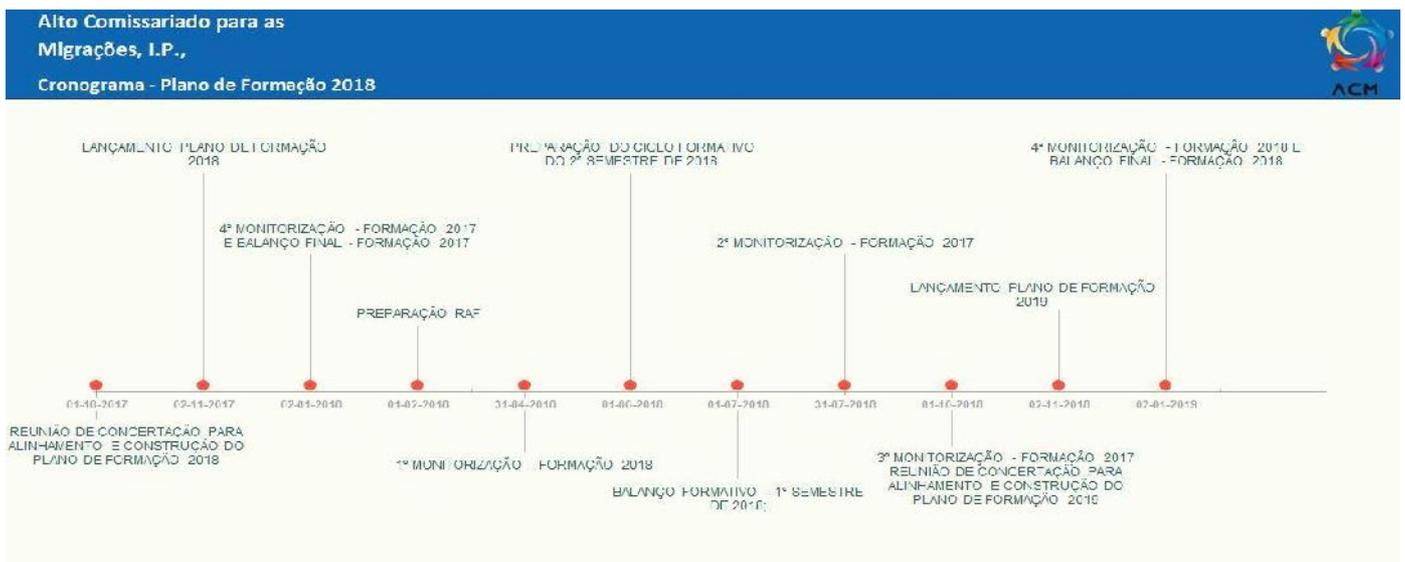


Figura 1 - Cronograma ACM,IP – Plano de Formação 2018

NECESSIDADES FORMATIVAS *VERSUS* EVOLUÇÃO DA FORMAÇÃO MINISTRADA

Entre o ano de 2016 e 2017 concretizou-se e ajustou-se o planeamento, numa perspectiva dialéctica, entre necessidades formativas, exigências técnicas e expectativas pessoais, no sentido de elevar os resultados dos colaboradores, das Unidades Orgânicas e consequentemente do Organismo no seu todo.

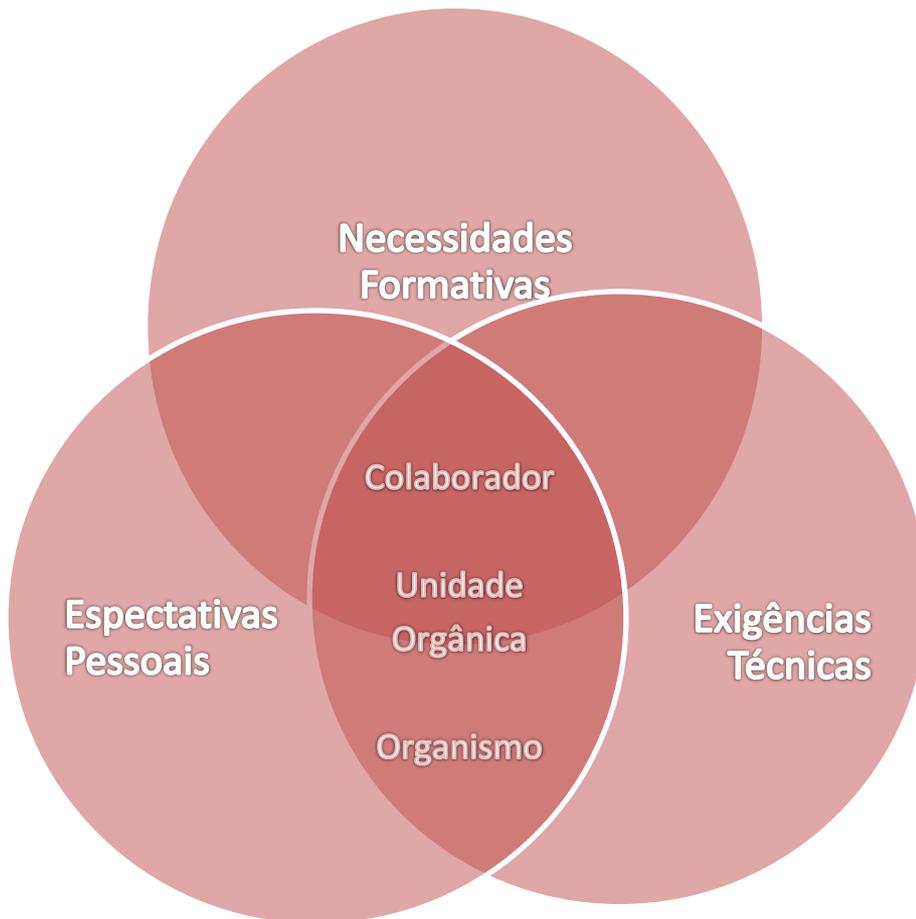


Gráfico 2 - Relação dos parâmetros para a formação

Desta forma torna-se possível determinar as disfunções existentes, individualizar as ações a seleccionar e medir o impacto das soluções formativas implementadas.

Assim, tendo como pano de fundo o passado, mas voltando o nosso olhar para o futuro, mantendo sempre em mente que o próximo ano será de conclusão e avaliação do triénio, as áreas a privilegiar em termos de formação

profissional no ano 2018 serão, conforme gráfico – 3 demonstra, Assuntos Jurídicos, Contabilidade e Finanças, Gestão Organizacional e de Pessoas.

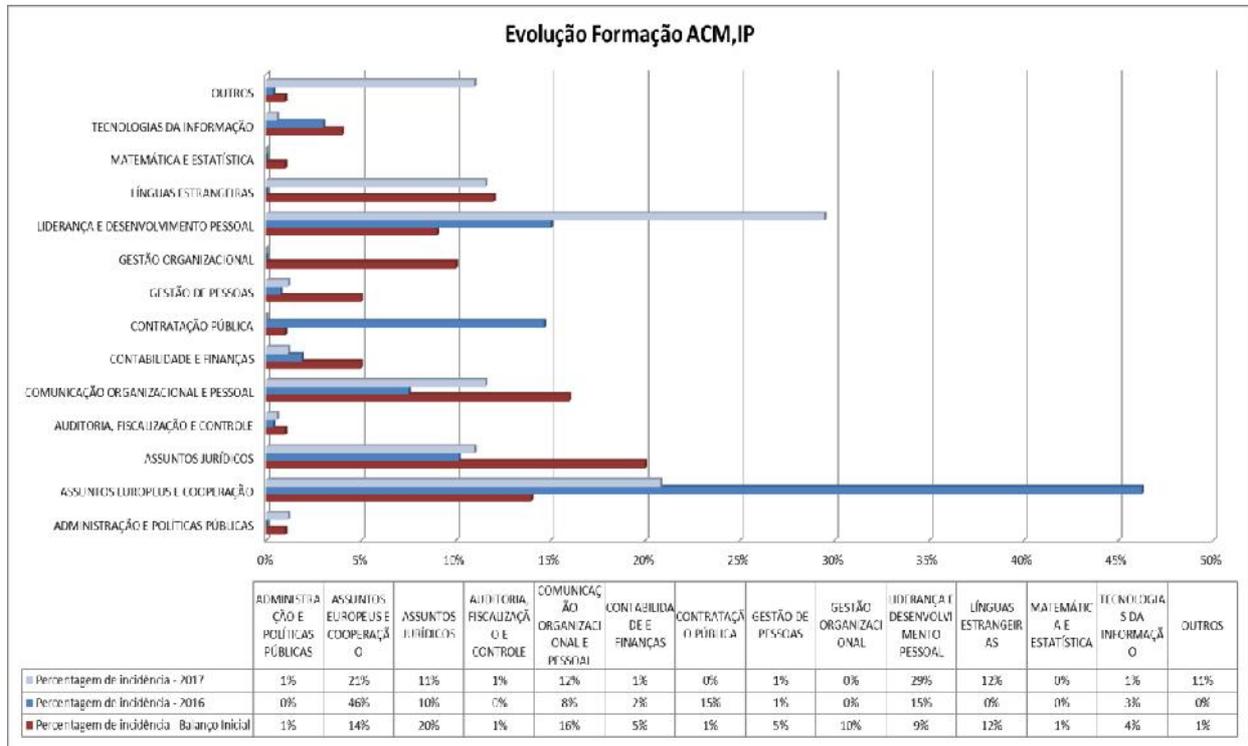


Gráfico 3 - Balanço Intermédio da Evolução da Formação Profissional no ACM,IP – 2016-17

O *follow up* da implementação das ações de formação ministradas tem sido uma preocupação constante do NGARH, com o intuito de aferir a correspondência entre o executado e o planeado, considerando as necessidades aferidas.

O balanço intermédio, explicitado no gráfico acima, proporciona o conhecimento necessário à projeção da atuação futura do ACM,IP nesta matéria.

Conforme é possível constatar, durante 2016 e 2017 houve preocupação em colmatar as necessidades em áreas como Línguas Estrangeiras e Liderança e Desenvolvimento Pessoal, entre outras.

Por sua vez, verificou-se um *superavit* na área dos Assuntos Europeus e Cooperação, justificável com o facto de se considerar este como sendo um dos *core* deste Instituto.

Através da análise do referido gráfico, conclui-se ainda que áreas como Matemática e Estatística e Auditoria, Fiscalização e Controle, apesar de terem surgido no levantamento de necessidades iniciais e contempladas no plano

de formação, por se considerar que não representam, de momento, necessidades imediatas para a prossecução dos objetivos do instituto, não justificam a afetação de recursos humanos e financeiros à sua implementação em 2018

FORMAÇÃO MINISTRADA A TERCEIROS

Pensada numa ótica de aproveitamento de recursos humanos internos com formação académica adequada, nas áreas consideradas pertinentes e alinhadas com a missão do organismo, a implementação de formação externa pelo ACM,IP pressupõe a realização de ações de formação que permitam difundir o *know-how*, ou seja, “fazer sair o saber da casa, para fora”.

Não obstante esta tipologia formativa ser promovida e desenvolvida maioritariamente por recursos internos, a criação de sinergias que considerem parceiros sociais com uma missão alinhada com a do ACM,IP, representa igualmente uma estratégia já utilizada e a ser mantida pelo Serviço.

Em suma a formação ministrada a terceiros representa, simultaneamente, uma forma de trabalhar conhecimentos e competências e uma estratégia de difusão das matérias da competência e responsabilidade do ACM,IP, promovendo a sua imagem e marca, perante a sociedade civil.

MONITORIZAÇÃO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL

A monitorização da formação profissional é, para o ACM,IP, uma ferramenta através da qual se torna possível conferir a implementação e o cumprimento das obrigações e objectivos que fazem parte do Plano de Actividades do ACM, IP bem como do Quadro de Avaliação e Responsabilização – QUAR.

Inicialmente idealizada numa lógica de compilação da informação reportada pelas Chefias trimestralmente, relativamente as ações de formação frequentadas pelos colaboradores das suas respectivas Unidades Orgânicas, com o tempo, a estratégia de monitorização foi alvo de um processo de melhoramento e tornou-se mais abrangente.

Actualmente com recurso a um formulário específico e adaptado (Anexo-1), pretende-se fazer um reconhecimento que nos possibilite aferir não só as ações frequentadas pelos colaboradores, como as que são ministradas a utilizadores externos.

A lógica da monitorização foi alterada já no ano de 2017, tendo em conta as diretrizes emanadas pelo INA, por forma a permitir uma resposta devidamente sistematizada e sintetizada da informação a reportar no âmbito do RAF.

O encerramento deste ciclo e as respetivas monitorizações, dotar-nos-ão de capacidade para a construção de um balanço global que permitirá uma antevisão de estratégias para a edificação de um novo plano de formação profissional.

AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DE FORMAÇÃO

A avaliação das ações de formação profissional, representa a par da monitorização, uma importante ferramenta no âmbito da implementação da formação profissional.

Através da avaliação, é possível conferir níveis de eficácia, eficiência e mais-valias obtidas durante todo o trajecto formativo

Assim, no final de cada ação de formação promovida, é remetido aos formandos um inquérito (Anexo-2) através do qual se torna possível avaliar os conteúdos programáticos, formador, estratégia formativa, entre outros elementos inerentes à respectiva ação.

Em 2018, a ênfase em matéria de avaliação centrar-se-á na criação de um relatório de avaliação final com os dados que foram recolhidos de todas as ações de formação, com o intuito de projectar o futuro numa perspectiva de crescimento e constante melhoramento dos serviços prestados pelo ACM, à sua população alvo.

PLANO FORMATIVO E PREVISÃO DE ENCARGOS - 2018

Os encargos com a Formação Profissional no ACM,IP, são previstos atendendo o somatório das estimativas de custos para as formações planeadas, mas mantendo sempre uma margem para formação não planeada que venha a ser considerada de importância vital.

Assim, em matéria de encargos deste Organismo com a Formação Profissional em 2018, prevê-se uma despesa estimada de 13.320.00€ com formação planeada e um remanescente de 6.680.00€ euros, a contabilizar para a formação profissional não planeada.

Para o ano de referência, conforme disposto no quadro seguinte de forma mais pormenorizada, o ACM,IP., definiu como ações de formação a desenvolver, as de seguida elencadas:

Área Temática	Designação da Ação	Objetivos e Conteúdos	Nº de formandos	Nº Horas	Encargos (Previsão)
Assuntos Europeus e de Cooperação	GESTÃO DE PROJETOS FINANCIADOS	Adquirir conhecimentos e competências sobre o processamento administrativo e de gestão de projetos com fundos comunitários para o período 2014-2020.	5	28:00:00	1200
	CONCEÇÃO, GESTÃO E AVALIAÇÃO DE PROJETOS	Enquadrar a abordagem da gestão do ciclo do projeto, articulando as fases de conceção, implementação e avaliação; Usar a abordagem do Logical Framework na conceção e avaliação de projetos; Definir o planeamento operacional do projeto e o sistema de acompanhamento, com base no Logical Framework e usando métodos ágeis.	5	28:00:00	1200
Assuntos Europeus e de Cooperação	ASILO E REFUGIADOS	Transmitir informação clara e sucinta sobre refugiados, migrações forçadas e asilo; Criar hábitos de reflexão e pensamento crítico sobre os temas abordados; Tornar os participantes mais abertos para a vivência e problemas das sociedades multiculturais;	10	04:00:00	N.A
Assuntos Jurídicos	PARENTALIDADE	Capacitar todos os colaboradores do ACM, IP, relativamente às matérias relacionadas com a parentalidade – deveres e direitos. Regimes jurídicos Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas e Código do	30	03:30:00	N.A

Assuntos Jurídicos		Trabalho: - Conceitos; - Especificidades.			
	ABSENTISMO E ASSIDUIDADE - REGIME DE FÉRIAS FALTAS E LICENÇAS	Capacitar todos os colaboradores do ACM, IP, relativamente às matérias relacionadas com o absentismo e assiduidade – direitos e deveres. Regimes jurídicos Lei Geral de Trabalho em Funções Públicas e Código do Trabalho: - Conceitos de Férias, faltas e licenças	30	03:30:00	N.A
	Lei de Estrangeiros	Aprofundar conhecimentos no âmbito da Lei n.º 63/2015, de 30/06	10	03:00:00	N.A
Comunicação Organizacional e Pessoal	Gestão de Stress e Mediação de Conflito	Compreender a natureza e as causas do stress; Distinguir entre stress positivo e negativo; Reconhecer o impacto do stress na qualidade de vida e na saúde; Conhecer e dominar técnicas práticas de gestão de stress; Desenvolver mecanismos de resposta flexíveis e criativos face a situações difíceis;Aplicar competências de diálogo, escuta, e comunicação na mediação de conflitos;Identificar meios de atuação assertiva face a situações de conflito, assim como, potenciais nos outros comportamentos construtivos.	30	07:00:00	N.E

Comunicação Organizacional e Pessoal	Técnicas de Atendimento Telefónico	<p>Pretende-se com esta acção de formação que os formandos compreendam a importância da qualidade do serviço prestado ao cliente e a imagem da organização. Ficarão igualmente aptos a comunicar de forma assertiva com os clientes, utilizando diferentes técnicas e adequadas a realidades distintas. A capacidade de aplicação de processos de inteligência emocional, serão igualmente abordados no sentido de dotar todos os formandos dos conhecimentos técnicos subjacente à Excelência na Qualidade do Serviço e no desenvolvimento das competências comportamentais que a sustentam.</p>	8	07:00:00	1100
	Design de comunicação ou Representações criativas de alto impacto	<p>Este curso procura estudar, especular e propor novas relações e entendimentos no contexto do design de produtos e serviços digitais como representações criativas com um nível de impacto elevado.</p>	2	N.E	N.E
	Organização de Eventos	<p>Identificar e distinguir os diferentes tipos de eventos e compreender as várias fases da organização de eventos; Reconhecer a importância dos conhecimentos técnicos para uma organização e gestão de eventos de sucesso;</p>	1	21:00:00	200

Formação Dirigentes		<p>Planear um evento com base nos conhecimentos e técnicas adquiridas;</p> <p>Avaliar o seu potencial empreendedor e conhecer diversos aspectos da vida empresarial na actividade de Organização de Eventos.</p>			
	CADAP	<p>Este curso tem por objetivo proporcionar o desenvolvimento de conhecimentos e competências adequados ao exercício de funções dirigentes na Administração Pública, nomeadamente uma formação altamente qualificada nos aspetos cultural, científico, técnico e profissional, que assente numa cultura profissional e tecnologicamente avançada por forma a favorecer a qualidade dos serviços públicos prestados aos utentes.</p>	1	500:00:00	4000
	Assiduidade, Pontualidade e Trabalho Extraordinário Suplementar;	<p>Interpretar e aplicar a legislação em vigor;</p> <p>Conhecer as medidas de gestão, execução e controlo adequadas;</p> <p>Conhecer sistemas de assiduidade e pontualidade;</p> <p>Organizar todo o processo de assiduidade e pontualidade e horas extraordinárias.</p>	2	21:00:00	420
Gestão de Pessoas					

Liderança e Desenvolvimento Pessoal	Coaching	<p>Orientar para a definição e concretização de objetivos, transformando intenções em ações concretas</p> <p>Incentivar à consciência do potencial, utilizá-lo e desenvolvê-lo para chegar onde deseja</p> <p>Desenvolver novas perspectivas, formas de pensar e agir e, assim, conseguir outros resultados</p> <p>Potenciar a comunicação e relações interpessoais positivas</p> <p>Superar limitações, medos e bloqueios, mantendo o foco e a motivação</p> <p>Fortalecer a confiança, autoestima e a inteligência emocional</p>	20	07:00:00	1500
Liderança e Desenvolvimento Pessoal	Liderar equipas para obter resultados	<p>Compreender em que medida e porquê a liderança se tornou indispensável para a geração de equipas eficazes.</p> <p>Conhecer as vantagens e desvantagens da liderança centrada nas pessoas versus liderança centrada na tarefa.</p> <p>Conhecer os diferentes estilos de liderança e a saber adequá-los a diferentes situações.</p> <p>Desenvolver uma relação de confiança com os colaboradores e participar na sua evolução.</p> <p>Desenvolver e manter a motivação da equipa</p> <p>Estabelecer e comunicar objetivos.</p> <p>Compreender a importância do feedback</p>	15	07:00:00	3000

		do líder. Utilizar técnicas de facilitação da criatividade para incentivar a equipa para a inovação.			
Tecnologias da Informação	EXCEL	Conhecer as funcionalidades mais importantes do Excel; Utilizar as funções básicas deste produto. Introdução Excel; modificar uma folha de cálculo; Realizar cálculos; Formatação de células e folhas de cálculo; Personalizar o layout; Impressão de conteúdos de um livro; Criar um livro (workbook), Criação e manipulação de gráficos.	10	07:00:00	N.A
Tecnologias da Informação	SEGURANÇA INFORMÁTICA	Dotar os participantes de conhecimento de boas práticas no âmbito das TIC e segurança informática nas empresas e organizações	10	07:00:00	N.A
Tecnologias da Informação	ADMINISTRAÇÃO DE BASES DE DADOS EM SQL SERVER	No final deste curso, os formandos conseguem criar páginas Web dinâmicas, utilizando a linguagem PHP e a trabalhar com uma base de dados MySQL.	1	35:00:00	400
Tecnologias da Informação	PROGRAMAÇÃO PARA ADMINISTRADORES DE SISTEMAS WINDOWS	Adquirir os conhecimentos necessários para automatizar grande parte das tarefas diárias de administração de sistemas e explorar, monitorizar e validar, de uma forma simplificada, os recursos disponibilizados no sistema	1	30:00:00	300
TOTAIS			191	719:00:00	13320

ANEXOS

Formulário de Reporte

Formulário de Avaliação da Formação

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DA FORMAÇÃO



DESIGNAÇÃO DA AÇÃO:

LOCAL DA AÇÃO:

DATA:

HORÁRIO:

FORMADOR/A:

1. CONHECIMENTOS INICIAS

	Muito Bom	Bom	Suficiente	Fraco	Muito Fraco
Ao apresentar-se neste curso, os seus conhecimentos sobre a temática abordada eram:					

2. EXPECTATIVAS

	Muito Bom	Bom	Suficiente	Fraco	Muito Fraco
A) Este curso correspondeu ao que esperava?					
B) Considera-o adequado às necessidades?					

3. CONTEÚDO DA FORMAÇÃO

	Muito Bom	Bom	Suficiente	Fraco	Muito Fraco
Novidade das matérias abordadas					
Interesse das matérias abordadas					
Nível de detalhe no tratamento dos temas					
Adequação da metodologia aos conteúdos					
Duração da sessão					

4. DESEMPENHO DO/A FORMADOR/A

	Muito Bom	Bom	Suficiente	Fraco	Muito Fraco
Domínio dos assuntos					
Clareza na comunicação					
Motivação suscitada					
Disponibilidade para o esclarecimento de questões					
Adequação dos métodos utilizados					
Relacionamento com os formandos					



5. AVALIAÇÃO GLOBAL

	Muito Bom	Bom	Suficiente	Fraco	Muito Fraco
Grau de satisfação global					

O QUE APRENDEU DE MAIS SIGNIFICATIVO COM ESTA FORMAÇÃO?

QUE ASPECTOS RELATIVOS À FORMAÇÃO DEVIAM SER MELHORADOS?

OBSERVAÇÕES / SUGESTÕES

DATA E ASSINATURA DO/A FORMANDO/A (Facultativa)

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura: _____

Quadro de Avaliação e Responsabilização

ANO:2018

Presidência do Conselho de Ministros

Alto Comissariado para as Migrações, I. P.

MISSÃO: Colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e setoriais em matéria de migrações, relevantes para a atração dos migrantes nos contextos nacional, internacional e lusófono, para a integração dos imigrantes e grupos étnicos, em particular as comunidades ciganas, e para a gestão e valorização da diversidade entre culturas, etnias e religiões. - A missão específica do ACM, I.P. encontra-se consagrada no Decreto-Lei nº 31/2014, de 27 de fevereiro

Objectivos Estratégicos

DESIGNAÇÃO	META 2018	TAXA REALIZAÇÃO
Assegurar serviços acessíveis, humanos, integrados, aliados dos/as imigrantes e capazes de gerir a diversidade.		
Promover as políticas de integração na área das migrações e das comunidades ciganas.		
Consolidar boas práticas no controlo de gestão, nas áreas dos recursos humanos, dos processos e dos procedimentos administrativos.		

Objectivos Operacionais

Eficácia

Peso: 50.0

OO1 Aproximar o ACM das/os suas/seus destinatárias/os.

Peso: 35.0

INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND1 Número de visitas de acompanhamento aos projetos do ACM.	630.0	860.0	640.00	92.00	917.00	100			

OO2 Promover a Diversidade Cultural.

Peso: 65.0

INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND2 Volume de horas de formação/sensibilização ministradas a terceiros	40000.0	35000.0	40000.00	6506.00	65086.00	50			
IND3 Taxa de execução das medidas previstas nos planos e estratégias nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas	100.0	100.0	100.00	12.50	125.00	50			

Eficiência

Peso: 20.0

OO3 Garantir a boa gestão e execução dos recursos.

Peso: 100.0

INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND4 Prazo de pagamentos a fornecedores e projetos (em dias corridos).	14.0	14.0	14.00	1.00	11.00	50			
IND5 Evolução (em percentagem) dos atendimentos médios, por colaborador, nos gabinetes dos CNAIMS, face ao ano anterior	100.0	100.0	105.00	12.50	125.00	50			

Qualidade

Peso: 30.0

OO4 Melhorar o funcionamento da organização e a qualidade do serviço prestado.

Peso: 100.0

INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND6 Número de reclamações com fundamento, da responsabilidade dos CNAIMS, apresentados no livro amarelo.	7.0	7.0	8.00	1.00	6.00	50			
IND7 Tempo médio de espera nos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (em minutos).	19.0	19.0	25.00	2.00	17.50	50			

Quadro de Avaliação e Responsabilização

Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO
Dirigentes - Direcção superior *	20.0	60.0		.0
Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de equipa *	16.0	288.0		.0
Técnico Superior *	12.0	288.0		.0
Assistente Técnico *	8.0	16.0		.0
Assistente Operacional *	5.0	10.0		.0
		662.0		

Número de trabalhadores a exercer funções no serviço:

31/12/2017	31/12/2018
32	50

Recursos Financeiros

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS (EUROS)	EXECUTADOS	DESVIO
Orçamento de Funcionamento	10469324		
Despesas c/Pessoal	1258941		
Aquisições de Bens e Serviços	2185964		
Outras Despesas Correntes	7013919		
PIDDAC			
Outros Valores			
TOTAL (OF + PIDDAC + Outros)	10469324		

NOTA EXPLICATIVA

Para o ano de 2018 a dotação inicial do orçamento do ACM, constante da proposta de Orçamento do Estado, é de 10.469.324€. A ação do ACM é financiada por Esforço financeiro nacional (42%), Financiamento da UE (30%) e por Receita Própria afeta e não afeta a projetos cofinanciados (28%). No que respeita à classificação económica da despesa destaca-se o agrupamento 04 – Transferências Correntes, que representa 67% do total, e inclui, pela primeira vez, 3.767.593€ referentes ao Programa Escolhas. A estrutura da despesa é ainda composta por despesas com aquisições de bens e serviços (21%) despesas com o pessoal (12%).

JUSTIFICAÇÃO DE DESVIOS

Avaliação Final

Eficácia	0.0	
Aproximar o ACM das/os suas/seus destinatárias/os.		Não Atingiu
Promover a Diversidade Cultural.		Não Atingiu
Eficiência	0.0	
Garantir a boa gestão e execução dos recursos.		Não Atingiu
Qualidade	0.0	
Melhorar o funcionamento da organização e a qualidade do serviço prestado.		Não Atingiu

Quadro de Avaliação e Responsabilização

TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL	NOTA FINAL
0.000	

Indicadores	Justificação do Valor Crítico
IND1 Número de visitas de acompanhamento aos projetos do ACM.	A definição do valor crítico para este indicador corresponde ao melhor resultado a que se aspira tendo em conta o comportamento histórico do indicador.
IND2 Volume de horas de formação/sensibilização ministradas a terceiros	A definição do valor crítico para este indicador corresponde ao melhor resultado a que se aspira tendo em conta o comportamento histórico do indicador.
IND3 Taxa de execução das medidas previstas nos planos e estratégias nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas	Considerando a natureza do o indicador o valor foi definido, por convenção, em 125%.
IND4 Prazo de pagamentos a fornecedores e projetos (em dias corridos).	A definição do valor crítico para este indicador corresponde ao melhor resultado a que se aspira tendo em conta o comportamento histórico do indicador.
IND5 Evolução (em percentagem) dos atendimentos médios, por colaborador, nos gabinetes dos CNAIMs, face ao ano anterior	O Alargamento das estruturas do CNAIM Porto e Algarve resultou num aumento exponencial do número de atendimentos, apesar da manutenção do número de trabalhadores. A definição da Meta e do Valor Crítico teve em consideração uma previsão de continuidade desta tendência, procurando-se deste modo, salvar uma execução positiva, sem um aumento do número de colaboradores
IND6 Número de reclamações com fundamento, da responsabilidade dos CNAIMs, apresentados no livro amarelo.	A definição do valor crítico para este indicador corresponde ao melhor resultado a que se aspira tendo em conta o comportamento histórico do indicador.
IND7 Tempo médio de espera nos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (em minutos).	A definição do valor crítico para este indicador corresponde ao melhor resultado a que se aspira tendo em conta o comportamento histórico do indicador.

Indicadores	Fonte de Verificação
IND1 Número de visitas de acompanhamento aos projetos do ACM.	Registo individual das visitas efetuadas e folha de sistematização mensal
IND2 Volume de horas de formação/sensibilização ministradas a terceiros	Documentos de registo
IND3 Taxa de execução das medidas previstas nos planos e estratégias nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas	Ficheiros de monitorização do PEM e da ENICC
IND4 Prazo de pagamentos a fornecedores e projetos (em dias corridos).	GERFIP
IND5 Evolução (em percentagem) dos atendimentos médios, por colaborador, nos gabinetes dos CNAIMs, face ao ano anterior	GESMED e registo de atendimentos partilhado
IND6 Número de reclamações com fundamento, da responsabilidade dos CNAIMs, apresentados no livro amarelo.	Livro de Reclamações
IND7 Tempo médio de espera nos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (em minutos).	Siga - Sistema de Indicadores e desempenho partilhado

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.
ACM - GESTOR do PROGRAMA ESCOLHAS
MAPA DE PESSOAL 2018
ARTIGO 29º DA LEI Nº 35/2014, DE 20 DE JUNHO

Atribuições/competências/atividades	Unidade organizacional ou de competência ou de produtor/área de atividades	Cargos / carreiras / categorias										Área de formação académica e/ou profissional	Nº de postos de trabalho previstos	OBS		
		Alto Comissário (1)	Vogal (1)	Fiscal Único (2)	Dirigente Intermédio de 1º Grau	Dirigente Intermédio de 2º Grau	Equiparado a Dirigente Intermédio 1º Grau	Técnico Superior	Especialista de Informática	Assistente técnico	Assistente Operacional					
Orientar e gerir a atividade do ACM, I.P. Coordenar e presidir ao Conselho para as Migrações; Coordenar e presidir a Comissão contra a Discriminação Racial	Conselho Diretivo	1	1	1											3	a) b) c)
Assessoria técnica ao Conselho Diretivo, Secretariar a Direção, receber e encaminhar chamadas telefónicas, assegurar a agenda da Direção	Assessoria e Secretariado					1					3				2	
Subtotal		1	1	1	0	1	0	1	0	3	0	0	0	2	9	
Assegura a gestão integrada dos Recursos Humanos, Apoio Jurídico, assegura a gestão administrativa das áreas de económico, frota autónoma e tecnologias de Informação e Comunicação	Núcleo de Gestão Administrativa e de Recursos Humanos - NGARH (3)					1				2	1				5	d)
Gestão e controlo dos fundos europeus integrados no Quadro Financeiro Plurianual (QFP) 2014-2020; Assegurar o cumprimento das funções de Organismo Intermédio de FSE, e Autoridade Delegada de FAMI; Acompanhamento de POISE e POR	Equipa de Fundos e Apoio Financeiro - EFAF (4)					2		1		11				1	15	e) f) g)
Subtotal		0	0	0	0	3	0	1	13	1	2	0	0	20		
Contribui para uma gestão coordenada e integrada dos fluxos migratórios e para o enquadramento estratégico dos perfis migratórios de Portugal	Departamento de Relações Internacionais, Políticas Migratórias e Captação de Migrantes - DRIPMCM (5)				1	3			2						6	
Subtotal		0	0	0	1	3	0	0	2	0	0	0	0	6		
Defende e promove os direitos e interesses dos imigrantes, seus descendentes e grupos étnicos, de modo a contribuir para a sua plena integração e inserção	Departamento de Apoio à Integração e Valorização da Diversidade - DAVD (6)				1	2			1						4	
Subtotal		0	0	0	1	2	0	0	1	0	0	0	0	4		
Desenvolve e gere uma rede de âmbito internacional, nacional e local de serviços públicos de integração, atendimento e informação orientada para a satisfação das necessidades dos imigrantes	Departamento de Apoio e Assistência Migratória - DAAAM (7)				1	1			2						4	
Subtotal		0	0	0	1	1	0	0	2	0	0	0	0	4		
Estudo e acompanhamento estratégico e científico das migrações, monitorização da integração de imigrantes e avaliação de políticas para migrantes em Portugal	Observatório para as Migrações - OM (8)							1							1	
Subtotal		0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1		

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.
ACM - GESTOR do PROGRAMA ESCOLHAS
MAPA DE PESSOAL 2018
ARTIGO 29º DA LEI Nº 35/2014, DE 20 DE JUNHO

Promoção da inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, tendo em vista a igualdade de oportunidades e reforço da coesão social.	Programa Escolhas (9)														
	Subtotal														
Total	1	1	1	1	3	10	3	3	0	0	0	0	0	0	6

- 1) art. 5º, n.º 1, Decreto-Lei n.º 31/2014, Lei Orgânica do ACM, IP
2) art. 4º, al. b), Decreto-Lei n.º 31/2014, Lei Orgânica do ACM, IP - Despacho nº 94/22/2015 de 20/8
3) **NGARH** - Deliberação CD n.º 349/2016
4) **EFAF** - Equipa criada pela Deliberação CD nº 1243/2016; Dirigente Intermédio 2º grau - **NGF** - Deliberação CD nº 86/2017, de 6/2 - **NG-FAMI** - aguarda Deliberação
5) **DIRP/MCM** - Dirigente Intermédio de 1º grau - art. 1.º n.º 1 da Portaria 227/2015 - Estatutos do ACM, IP; Dirigente Intermédio 2º grau - **NRI** - Deliberação CD nº 1771/2016, de 17/11 - **NAR** - Deliberação CD nº 82/2017, de 6/2
6) **DAVD** - Dirigente Intermédio de 1º grau - art. 1.º n.º 1 da Portaria 227/2015 - Estatutos do ACM, IP; Dirigente Intermédio 2º - **NDI** - Deliberação CD nº 1772/2016, de 17/11 - **MAI** - Deliberação CD nº 83/2017, de 6/2
7) **DAAM** - Dirigente Intermédio de 1º grau - art. 1.º n.º 1 da Portaria 227/2015 - Estatutos do ACM, IP; Dirigente Intermédio 2º - **MAIM** - Deliberação CD nº 85/2017, de 6/2
8) Observatório para as Migrações - Deliberação 1243/2016, CD
9) Programa Escolhas - Artº 1º nº 3 da Portaria nº 227/2015, de 3 de agosto
a) Núcleo - a criar por deliberação do CD nos termos do nº 2 do artigo 1º dos Estatutos do ACM
b) 1 posto de trabalho de TS em CTFP termo resolutivo incerto
c) 1 posto de trabalho de Assistente Operacional por ocupar
d) 1 posto de trabalho de Assistente Técnico por ocupar
e) 2 postos de trabalho ocupados por CTFP a termo resolutivo por tempo incerto - acompanhamento de projetos cofinanciados enquanto Organismo Intermédio do POISE e Autoridade Delegada do FAMI
f) 1 posto de trabalho de Assistente Técnico por ocupar
g) 2 postos de trabalho de Técnico Superior a aditar CEAGP - artº 39º nº 6 LGTFP conjugado com a Portaria nº 213/2009, de 24/2

ORÇAMENTOS PRIVATIVOS PARA 2018

DESENVOLVIMENTO DAS RECEITAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

Ministério: 02 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
 Secretária: 1 - PCM - ATIVIDADES - SFA
 Capítulo: 03 - OUTROS SERVIÇOS DA GOVERNAÇÃO
 Divisão: 04 - GESTOR DO PROGRAMA ESCOLHAS

PROG	MED	CLASS. ECONOMICA	RECEITA	FONTES DE FINANCIAMENTO							TOTAL RECEITAS (EM EUROS)		
				RECEITAS GERAIS	RECEITA PROPRIA	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA		OUTRAS	
002	001	06	GOVERNAÇÃO SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL										
		06.03	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES: ADMINISTRAÇÃO CENTRAL:										
		06.03.01	ESTADO										
		06.03.01.43	SGPCM			3 767 593							3 767 593
		06.03.01.43.88	SGPCM										
		06.06	SEGURANÇA SOCIAL:										
		06.06.03	FINANCIAMENTO COMUNITÁRIO EM PROLETORES COFINANCIADOS							6 229 401			6 229 401
			Total do capítulo			3 767 593				6 229 401			9 986 994
		17	OPERAÇÕES EXTRAORÇAMENTAIS:										
		17.02	OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA - RETENÇÃO DE RECEITAS DO ESTADO			25 588				55 273			80 841
		17.02.00	OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA - RETENÇÃO DE RECEITAS DO ESTADO			25 588				55 273			80 841
			Total das operações extra-orçamentais			3 767 593				6 229 401			9 986 994
			Total da medida			3 767 593				6 229 401			9 986 994
			Total do programa			3 767 593				6 229 401			9 986 994
			Total das Atividades			3 767 593				6 229 401			9 986 994
			Total do organismo			3 767 593				6 229 401			9 986 994

ORÇAMENTOS PRIVATIVOS PARA 2018

Mapa Final do Projecto de Orçamento do Serviço

MAPA OP-01

DESENVOLVIMENTO DAS DESPESAS DOS SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS

Pág. 4

Ministério: 02 - PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Secretaria: 1 - PCM - ATIVIDADES - SFA

Capítulo: 03 - OUTROS SERVIÇOS DA GOVERNAÇÃO

Divisão: 04 - GESTOR DO PROGRAMA ESCOLHAS

PROG	MED	FUNC	CLASS. ECONOMICA	DESPESA	FONTES DE FINANCIAMENTO							TOTAL DESPESAS (EM EUROS)							
					RECEITAS GERAIS	RECEITA PROPRIA	TRANSFERÊNCIAS AP	FEDER	FUNDO COESÃO	FSE	FEOGA		OUTRAS						
002		001	07.01	GOVERNAÇÃO SERV. GERAIS DA A.P. - ADMINISTRAÇÃO GERAL															
			07.01.07	INVESTIMENTOS															
			07.01.07.B0	EQUIPAMENTO DE INFORMÁTICA															
			07.01.07.B0.C0	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS															
			07.01.09	OUTROS															
			07.01.09.B0	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO															
			07.01.09.B0	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS															
			07.01.10	OUTROS															
			07.01.10.B0	EQUIPAMENTO BÁSICO															
			07.01.10.B0	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL - SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS															
			07.01.10.B0.B0	OUTROS															
				Total do agrupamento				20 000											20 000
								27 500											27 500
			12	OPERAÇÕES EXTRAORÇAMENTAIS															
			12.02	OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA															
			12.02.00	OUTRAS OPERAÇÕES DE TESOURARIA															
				Total das operações extra-orçamentais				25 588											25 588
				Total da medida				3 767 593											55 273
				Total do programa				3 767 593											6 229 401
				Total das Atividades				3 767 593											9 996 994
				Total do organismo				3 767 593											6 229 401
				Total do ministério - receita				3 767 593											9 996 994
				Total do ministério - despesa				3 767 593											6 229 401
																			9 996 994



ACM

Plano de Atividades Detalhado



ACM

OM



ACM

CICDR

PLANO DE ATIVIDADES 2018



Unidade Orgânica

TAREFAS	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
CICDR												
Receção e análise de queixas de discriminação racial (notificações, elaboração de propostas de abertura de processos de contraordenação, inquirição de partes, elaboração de relatórios finais e propostas de decisão)												
Submissão de Queixas e PCO's à CP da CICDR												
Reuniões Ordinárias da CICDR												
Elaboração Relatório de Atividades Anual												
Recolha e sistematização de dados estatísticos												
Atendimento presencial de vítimas de discriminação racial ou étnica												
Comunicação e sensibilização												
Redação de Comunicados												
Site da CICDR alimentação e gestão de conteúdos												
Organização de conferência e eventos												
Elaboração e Publicação de desdobráveis com informação atualizada face ao novo regime jurídico de combate à discriminação racial												
Workshop's (formação não certificada) direcionada a técnicos nomeadamente CNAI's, Agentes e operacionais de forças de segurança, P.E. 6ª Geração, Órgãos de Comunicação Social												
Dinamização de Parcerias (KidFun da Fundação Benfica) e Protocolos de cooperação (Provedor de Justiça)												
Acompanhamento de Diplomas Legais												
Elaboração e aprovação da proposta do Regulamento Interno da CICDR em conformidade com o novo regime jurídico												
Acompanhamento dos trabalhos de elaboração da Diretiva Horizontal - implementa a igualdade de tratamento independentemente da religião, crença, idade ou orientação sexual.												
Acompanhamento de Redes/Grupos de Trabalho Internacionais												
ECRI - Conselho da Europa/EQUINET - Equity Law Working Group/FRA-Fundamental Rights Agency - participação em reuniões e elaboração de contributos par relatórios internacionais												
RIOOD - Rede Iberoamericana de Organismos e Organizações contra a Discriminação												
Gestão de pessoal com vínculo de emprego público												



ACM

EFAF



ACM

NGARH



ACM

**PROGRAMA
ESCOLHAS**



ACHPR

GECI



ACM

NRI



ACM

NPM



ACHPR

NAIR



ACHPR

NDI



ACU

NACU



ACM

NAIM



ACM

Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM, IP

Março de 2017

ÍNDICE

PARTE I – Caracterização do ACM, IP – Alto Comissariado para as Migrações

Natureza Jurídica do ACM, IP.....	pg.3
Missão do ACM, IP.....	pg.3
Atribuições do ACM, IP.....	pg.3
Organograma.....	pg.6

PARTE II - Enquadramento Legal, Âmbito, Objetivos e Metodologia

Enquadramento Legal... ..	pg.8
Âmbito e Objetivos do Plano.....	pg.8
Metodologia de Elaboração, Acompanhamento e Avaliação de Execução do Plano.....	pg.9

PARTE III - Identificação de Riscos de Gestão, Corrupção e Infrações Conexas, Medidas Preventivas e Estratégias de Aferição de Eficácia e Correção

Identificação e Gestão de Riscos.....	pg.11
Estrutura Metodológica do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção.....	pg.13
Identificação de Riscos em Procedimentos de Contratação Pública.....	pg.15
Medidas Preventivas e Estratégias de Aferição de Eficácia e Correção.....	pg.16
Identificação de Riscos e Prevenção de Corrupção e Infrações Conexas na actividade do ACM,IP, como Organismo Intermédio do PO ISE.....	pg.18
Anexos	pg.20
Índice de Anexos	pg.21
Anexo I – Matriz de Riscos Gerais por Unidade Orgânica.....	pg. 22
Anexo II – Matrizes de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção por Unidade Orgânica.....	pg. 23
Anexo III – Matrizes de Riscos e Prevenção Antifraude em Operações Financeiras por Unidade Orgânica	pg.82
Anexo IV – EGESIF 14-0021-00 – “ORIENTAÇÕES PARA OS ESTADOS-MEMBROS E AS AUTORIDADES DO PROGRAMA – AVALIAÇÃO DO RISCO DE FRAUDE E MEDIDAS ANTIFRAUDE EFICAZES E PROPORCIONAIS”	pg.96
Anexo V – MATRIZ DE RISCO (modelo conforme à ferramenta da CE detalhada na EGESIF 14-0021-00.).....	pg.97

PARTE I – Caracterização do ACM, IP – Alto Comissariado para as Migrações

1.1. Natureza Jurídica

O Alto Comissariado para as Migrações é um instituto público integrado na administração indireta do Estado, dotado de autonomia administrativa e financeira e património próprio. Criado pelo Decreto-Lei n.º 31/2014 de 27 de fevereiro, prossegue, nos termos do nº2 do artigo 1º deste diploma, atribuições da Presidência do Conselho de Ministros (PCM) nas áreas da integração e migrações, sob superintendência e tutela do Primeiro-Ministro ou de outro membro do Governo integrado na PCM.

1.2. Missão do ACM, IP

O ACM, I.P. tem por missão, nos termos do nº1 do artigo 3º, do mesmo diploma, colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e setoriais em matéria de migrações, relevantes para a atração dos migrantes nos contextos nacional, internacional e lusófono, bem como para a integração dos imigrantes e grupos étnicos, em particular as comunidades ciganas, e para a gestão e valorização da diversidade entre culturas, etnias e religiões.

1.3. Atribuições do ACM, IP

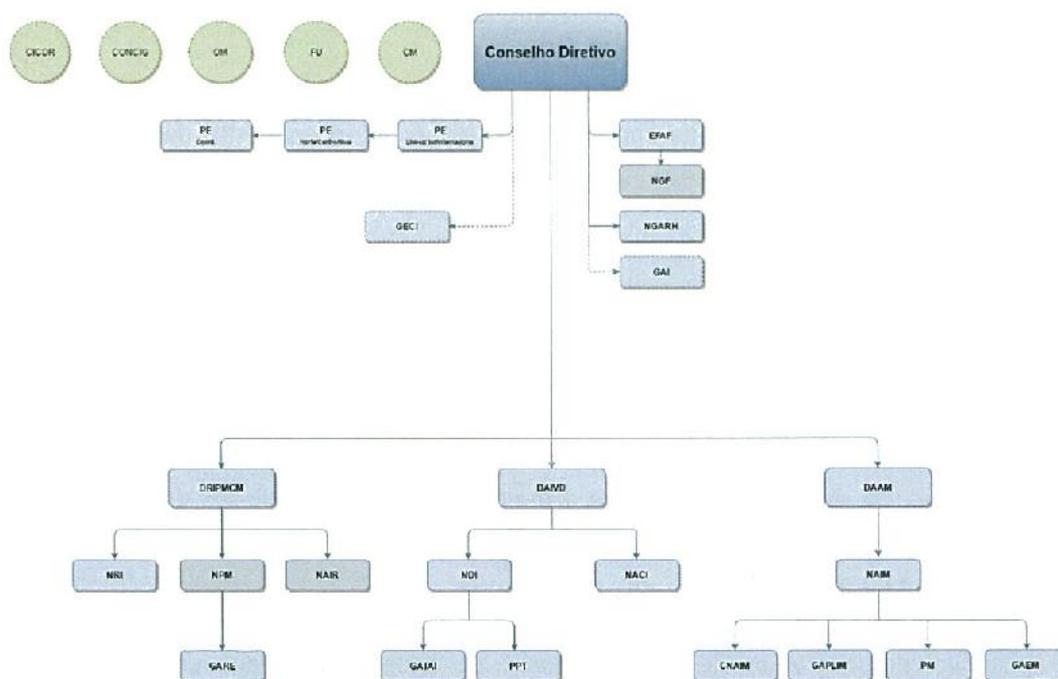
Conforme definição decorrente do nº2 do já referido artigo 3º do diploma em epígrafe, são atribuições do ACM, I.P.:

- a) Promover a imagem internacional de Portugal enquanto destino de migrações;
- b) Promover e dinamizar o acolhimento, a integração, a participação e a formação profissional e cívica dos imigrantes e seus descendentes, nomeadamente através do desenvolvimento de políticas transversais, de centros e gabinetes de apoio aos imigrantes que proporcionem uma resposta integrada dos serviços públicos, e de parcerias com a sociedade civil, as autarquias locais e as associações de imigrantes, tendo em vista a promoção da coesão e solidariedade social, do acesso à cidadania e o reforço das redes sociais de integração e participação pública;

- c) Colaborar, em articulação com outras entidades públicas competentes, na conceção e desenvolvimento das prioridades da política migratória;
- d) Cooperar com todas as entidades competentes na execução da política migratória, designadamente através de ações, nacionais e internacionais, de captação de imigrantes de elevado potencial;
- e) Exercer funções de interlocução junto de atuais e potenciais imigrantes em procedimentos administrativos ou fora deles, sem prejuízo das competências próprias dos organismos envolvidos, por via do aconselhamento daqueles imigrantes, do contacto com outras entidades públicas e privadas, do recurso a meios eletrónicos e da preparação da documentação pertinente;
- f) Gerir, quando a competência lhe for delegada, as iniciativas, fundos e planos de ação da União Europeia em matéria de migrações;
- g) Cooperar com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, através de uma abordagem integrada às dinâmicas de emigração e imigração e respetivas diásporas, designadamente em ações que apoiem, incentivem e acompanhem o retorno de cidadãos nacionais emigrantes no estrangeiro ou reforcem os seus laços de vínculo a Portugal;
- h) Garantir o acesso dos imigrantes, suas associações e outras comunidades a toda a informação relevante para o exercício dos seus direitos e deveres de cidadania;
- i) Contribuir para a melhoria da recolha e divulgação de dados estatísticos oficiais sobre fluxos migratórios, através da consolidação da recolha de dados ou de informações complementares que não se encontrem diretamente acessíveis em fontes primárias;
- j) Celebrar protocolos com entidades públicas ou privadas em todas as matérias com relevo para a captação, fixação e integração de migrantes, designadamente no que respeita ao emprego, à formação e inserção profissional, ao empreendedorismo, à mobilidade migratória, à mediação sociocultural, à habitação, saúde e educação, tendo em vista o codesenvolvimento local e regional, a mobilização de competências e a inclusão económica e social;
- k) Promover o diálogo, a inovação e a educação intercultural e inter-religiosa, designadamente através do apoio ao associativismo e de ações de valorização da interação positiva e da diversidade cultural, num quadro de consideração mútua e de respeito pelas normas legais e constitucionais;

- l) Combater todas as formas de discriminação em função da cor, nacionalidade, origem étnica ou religião, independentemente do meio em que ocorram, através de ações, campanhas ou eventos de sensibilização da opinião pública, bem como através do processamento das contraordenações previstas na lei;
- m) Favorecer a aprendizagem da língua portuguesa e o conhecimento da cultura portuguesa por parte dos imigrantes, tendo em vista a sua melhor integração social, profissional e cívica;
- n) Fomentar a investigação, inquéritos e a observação dos fenómenos migratórios, em articulação com centros de estudo universitários e organizações internacionais, com vista a contribuir para a definição e avaliação de políticas públicas ou de iniciativas legislativas;
- o) Desenvolver programas e ações de inclusão e capacitação económica dos atuais imigrantes e seus descendentes, de modo contribuir para a melhoria das suas condições de vida e trabalho, para a igualdade de oportunidades e para o melhor reconhecimento e aproveitamento das suas qualificações e do seu potencial;
- p) Desenvolver programas de inclusão social de crianças e jovens provenientes de contextos socioeconómicos mais vulneráveis, particularmente dos descendentes de imigrantes e grupos étnicos, tendo em vista, entre outros objetivos, a inclusão escolar e a educação, a formação profissional, o reforço da empregabilidade e a dinamização comunitária e cidadania.

1.4. Organograma¹



Legenda:

- CIGUR - Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial
 - CM - Conselho para as Migrações
 - CNAM - Centro Nacional de Apoio à Integração de Migrantes
 - CONCIJ - Grupo Consultivo para a Integração de Comunidades Ciganas
 - DAAM - Departamento de Apoio e Assistência Migratória
 - DAVID - Departamento de Apoio à Integração e Valorização da Diversidade
 - DRPMCM - Departamento de Relações Internacionais, Política Migratória e Criação de Migrantes
 - EFAF - Equipa de Fundos e Apoio Financeiro
 - FU - Fiscal única
 - GAEI - Gabinete de Apoio ao Empreendedor Migrante
 - GAJ - Gabinete de Auditoria Interna
 - GAPLM - Gabinete de Apoio às Políticas Locais de Integração de Migrantes
 - GAPLE - Gabinete de Apoio ao Regresso Emigrante
 - GARE - Gabinete de Apoio Técnico às Associações de Imigrantes
 - GECI - Gabinete de Eventos, Comunicação e Informação
 - NACI - Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas
 - NAM - Núcleo de Apoio à Integração de Migrantes
 - NAR - Núcleo de Apoio à Integração de Refugiados
 - NOI - Núcleo para o Diálogo Inter-cultural
 - NGF - Núcleo de Gestão Financeira
 - NPM - Núcleo de Políticas Migratórias
 - NRI - Núcleo de Relações Internacionais
 - CM - Observatório das Migrações
 - PM - Programa Manteras
 - PPT - Portugal Para Todos
- Núcleos em processo de estruturação/elaboração
 Independentes

¹ No momento em que se procede à revisão do presente Plano ainda não se encontra concluído o processo de nomeação dos dirigentes responsáveis pelas unidades orgânicas, definidas no âmbito dos Estatutos do ACM,IP., aprovados pela Portaria nº227/2015 de 3 de agosto

Permanece constituída, tal como à data da versão inicial deste Plano, a Equipa de projecto para a gestão do Programa Escolhas que, apesar de ter prevista a sua plena integração no ACM, continua a ser gerido por diploma próprio, constituindo-se, por essa razão, como Organismo Beneficiário Responsável pela Execução de Políticas Públicas (OBREPP).

O presente organograma representa a actual estrutura organizacional deste IP, definida em conformidade com os respectivos Estatutos, aprovados pela Portaria nº227/2015 de 3 de agosto e no âmbito dos quais estão previstas outras unidades orgânicas, susceptíveis de, em caso de necessidade, serem introduzidas na estrutura orgânica do ACM, IP.

Parte II – Enquadramento Legal, Âmbito, Objetivos e Metodologia

2.1. Enquadramento Legal

O Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), entidade independente que funciona junto do Tribunal de Contas, aprovou a Recomendação nº 1/2009 do Conselho para a Prevenção da Corrupção (CPC), publicada no DR, II Serie, nº 140 de 22 de julho, através da qual, nos termos do respectivo nº1.1, todos os dirigentes máximos de entidades gestoras de dinheiro, valores e património públicos, devem elaborar **Planos de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas**, bem como relatórios anuais sobre a execução dos mesmos. Considerando que o referido Plano elaborado pelo ACM, IP data de outubro de 2014, a entidade procedeu à sua revisão, com vista à vigência da nova versão, para o período 2016-2018. A revisão deste documento atendeu, também, ao conjunto de orientações que constam na Recomendação do CPC referente à “Gestão de Conflitos de Interesses no Setor Público”, datada de 07 de novembro de 2012, bem como à Recomendação sobre “Prevenção de riscos de corrupção na contratação pública”, datada de 07 de janeiro de 2015 e à Recomendação, datada de 01 de julho de 2015, relativa a “Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas”. Após aprovação desta revisão sob a designação “Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP – 2016-2018”, este documento será enviado para a Tutela e para o próprio CPC, para efeitos de análise e posterior divulgação no site do ACM,IP.

2.2. Âmbito e Objetivos do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas

Fator de gestão fundamental, este Plano visa, por um lado, promover a transparência pública nos processos e procedimentos que integra no seu funcionamento institucional, garantindo credibilidade e confiança aos métodos a que recorre e aos objetivos que pretende alcançar. Por outro, o Plano pretende, também, de forma muito clara e incisiva, elucidar a própria estrutura organizacional da entidade sobre a natureza, o nível, o impacto e a probabilidade de ocorrência de riscos de gestão, associados, recorrentemente, ao próprio funcionamento institucional, permitindo-lhe a definição e aplicação de medidas preventivas, cuja adequação à natureza e nível de risco, garante a diminuição da probabilidade da sua ocorrência e, naturalmente, a dimensão do seu impacto. Neste contexto, o Plano permite ao ACM:

- Identificar os principais riscos de gestão, nomeadamente, de corrupção e infrações conexas, relativamente a cada unidade orgânica (departamentos, núcleos ou equipas);
- Verificar, com base num processo regular de acompanhamento e avaliação de riscos, o grau de adequação das medidas adotadas para efeitos de prevenção da sua ocorrência;
- Propôr, designadamente, através da revisão anual do Plano, decorrente da avaliação resultante do seu Relatório Anual de Execução e sempre que se justifique, a adoção de novas medidas preventivas, a título de resposta para a ocorrência de riscos potencialmente emergentes, em termos de previsibilidade.

O Plano foi elaborado, no âmbito da presente revisão da versão original, seguindo a estrutura atual do ACM, IP, atendendo a que o Instituto se encontra em fase de definição constitutiva do seu Mapa de Pessoal, nos termos da orgânica estrutural interna, decorrente dos respectivos Estatutos, aprovados em anexo à Portaria nº227/2015 de 3 de agosto, publicada no DR, 1ª Série, nº149 de 3 de agosto.

2.3. Metodologia de Elaboração, Acompanhamento e Avaliação de Execução do Plano

Em outubro de 2014, o Plano inicial, construído com o objectivo de dar resposta à solicitação da Recomendação nº1/2009 do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), publicada no DR, II Serie, nº 140 de 22 de julho, intitulou-se “Plano de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.”. Para a sua elaboração, o ACM, IP., contou com a colaboração de todos os Coordenadores dos Gabinetes que se constituíam, à data, como unidades orgânicas da entidade e que, para efeitos de identificação e análise de uma série de potenciais riscos de corrupção e infracções em função da especificidade do trabalho de cada um desses Gabinetes, responderam a um inquérito distribuído com essa finalidade, onde se solicitava aos referidos Coordenadores, não só a identificação das principais atividades desempenhadas pelo seu Gabinete, como também a enumeração dos respetivos riscos de corrupção e as medidas existentes ou a implementar para reduzir a possibilidade da sua efetiva ocorrência.

A execução do Plano deve ser regularmente acompanhada, devendo a sistematização da análise e avaliação deste acompanhamento, ser apresentada sob a forma de Relatório Anual de Execução. Registe-se que, em sede de elaboração da versão inicial deste Plano foi prevista a sua reestruturação, designadamente, após a publicação dos novos Estatutos do ACM, IP e da constituição do respetivo Mapa de Pessoal.

A presente revisão do Plano de Gestão de Riscos e de Prevenção da corrupção e Infrações Conexas, datado de 2014, integra-se na supra-referida actualização, prevista para data posterior à da aprovação dos Estatutos do ACM, IP (cuja publicação decorre da Portaria nº227/2015 de 3 de agosto) e apresenta-se estruturado em conformidade com as indicações constantes no “Guião para a Elaboração de Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas” publicado pelo CPC, em concordância com a Recomendação nº1/2009.

De acordo com a metodologia definida originalmente, o acompanhamento da execução deste Plano que passará a intitular-se “Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM, IP.”, procederá através do preenchimento anual da sua Matriz de Risco (Anexo I) pelos dirigentes responsáveis por cada uma das unidades orgânicas do ACM, IP (Diretores de Departamento e Coordenadores de Núcleos e de Equipas) reunidos em sede de Grupo de Avaliação de Risco (figura orgânica criada para o efeito, no âmbito da Unidade de Auditoria Interna do ACM, IP), cujas funções implicam, recorrentemente, não apenas o acompanhamento da execução do Plano mas, também a análise e execução das medidas propostas no âmbito do seu Relatório Anual de Execução, a apresentar, pela responsável pela Unidade de Auditoria Interna do ACM,IP. ao Grupo de Avaliação de Risco no mês de Junho, para efeitos de avaliação durante o mês de Julho e posterior aprovação pelo Conselho Directivo do ACM,IP. Neste sentido, o Plano de Gestão de Riscos e de

Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM, IP resulta de um processo consultivo e participado, com o objectivo de, por um lado, nele serem claramente identificados, por unidade orgânica e no computo geral da instituição, os riscos associados à respectiva gestão, bem como os recursos, as acções e as responsabilidades associadas à sua prevenção e efectiva ou potencial ocorrência e de, por outro lado, ser conhecido com transparência o respectivo processo de implementação, acompanhamento e avaliação, designadamente através do seu envio, via e-mail, a todos os colaboradores da instituição e da sua publicação no site do ACM,IP..

Parte III – Identificação de Riscos de Gestão, Corrupção e Infrações Conexas, Medidas Preventivas e Estratégias de Aferição de Eficácia e Correção

3.1. Identificação e Gestão de Riscos

Em 2006, a Association for Project Management definiu o risco como: “a combinação da probabilidade ou frequência da ocorrência de uma ameaça ou de uma oportunidade e a magnitude das consequências da sua ocorrência”. Dito de outro modo, os riscos consistem em acontecimentos cujo impacto negativo ou positivo (registre-se que, nesta fase, o enfoque incide na dimensão negativa de riscos), decorre de um conjunto de consequências possíveis, ditado pela concretização de uma determinada acção quase sempre definida no âmbito dos processos de escolha e decisão inerentes ao quotidiano das organizações.

A gestão do risco é, por esta razão, uma dimensão crucial do funcionamento organizacional das instituições que justifica a existência de um instrumento estratégico de prevenção da ocorrência de potenciais danos e prejuízos previsíveis, ou seja, um Plano de Gestão de Riscos. Entendemos por instrumento de gestão de riscos “(...) uma forma organizada de identificar e medir os riscos de desenvolver, seleccionar e gerir as opções disponíveis para o seu controle (...)”² e, consideramos a sua gestão como “(...) um processo desenvolvido pela administração, gestão e outras pessoas, aplicado na definição estratégica da organização, que foi desenhado para identificar potenciais eventos que podem afetar a entidade e para gerir os riscos para níveis aceitáveis, fornecendo uma garantia razoável de que os objectivos da organização serão alcançados.(...)”³ uma vez que, de facto, o risco deve ser entendido como “(...) uma variação relativamente ao que foi inicialmente planeado, a possibilidade de que algo não venha a dar certo devido à ocorrência de situações desfavoráveis ou de não conformidades. Envolve aspectos qualitativos e quantitativos das incertezas em relação às perdas/ganhos e aos rumos dos acontecimentos planeados. Desta forma, o foco na gestão de riscos está relacionado, por um lado, com eventos que podem afetar o alcance dos objetivos organizacionais e, por outro lado, com a parte preventiva que reside na modelagem de sistemas de controlos internos.(...)”⁴

Considerando que os riscos consistem na probabilidade de ocorrência de acontecimentos que podem estar (ou não), eventualmente, associados a escolhas e decisões e que, não tendo sido previstos em sede de planeamento, podem conduzir a consequências com impacto negativo nos objectivos das organizações, releva, para efeitos de segurança e consolidação da actividade organizacional, a definição de um plano de gestão de

² Kerzner, Harold (2006) Project Management – A Systems Approach to Planning, Scheduling and Control, ed. McGraw-Hill, New York.

³ COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION. **Internal control: integrated framework.** 1994. (Two-volume edition). Disponível em: <<http://www.snai.edu/cn/service/library/book/0-Framework-final.pdf>>.

⁴ Idem

riscos estrutural, com destaque para a problemática da corrupção e infrações conexas que urge prever, a título preventivo, no sentido de evitar ou, pelo menos, de reduzir a probabilidade da sua ocorrência, garantindo, na medida do possível, o controle de danos potencialmente associados à sua eventual concretização.

Neste sentido, as orientações plasmadas no “Guião para a Elaboração de Planos de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas” publicado pelo CPC, em concordância com a Recomendação nº1/2009, procedem no sentido de ilustrar a elaboração estrutural destes Planos, esclarecendo objetivos explícitos que deles devem constar, sendo que, a estas orientações associamos, no actual “Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da corrupção e Infrações Conexas do ACM,IP.”, a metodologia conforme aos requisitos da legislação europeia para efeitos de gestão de fundos comunitários, dado o estatuto de Organismo Intermédio que o ACM,IP detém no Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020⁵, designadamente:

- a) identificar e caracterização os potenciais riscos de corrupção e infrações conexas, atendendo às funções da entidade e à sua estrutura orgânica;
 - b) determinar a probabilidade de ocorrência dos riscos identificados numa escala de 1 a 4;
 - c) determinar o impacto de tal ocorrência numa escala de 1 a 4;
 - d) determinar o nível de cada risco pelo cruzamento das variáveis supra-referidas (probabilidade e impacto), classificando de acordo com a seguinte tipologia: “tolerável”, “significativo” e “crítico”;
 - e) indicar as medidas preventivas consideradas adequadas para efeitos de redução do grau de probabilidade de ocorrência dos riscos identificados (por exemplo: mecanismos de controlo interno, segregação de funções, declarações de efectivos e/ou potenciais conflitos de interesse, controlo efectivo de acumulação de funções públicas com actividades privadas, definição de critérios gerais e abstractos de concessão de benefícios públicos, gabinetes de auditoria interna e outras - tais como a definição de normas e procedimentos integrantes do Código de Ética e de Conduta da entidade e a existência de um Grupo de Avaliação de Risco);
- f) acompanhar a execução do Plano, sistematizando os resultados dessa monitorização através da produção de um Relatório Anual de Execução que pretende confirmar a sua actualidade ou dar visibilidade à necessidade da sua revisão.

No nº1 e no parágrafo 2 do nº2 das suas “Observações”, o CPC explicita a questão da responsabilidade inerente à gestão pública que se pretende salvaguardar com a elaboração dos Planos em epígrafe, considerando que os Planos de Prevenção de Riscos: “(...) são, em primeira linha, da responsabilidade dos órgãos máximos das entidades. No entanto, os dirigentes de cada unidade orgânica devem ser responsabilizados pelas propostas de

⁵ a matriz de cálculo que operacionaliza esta metodologia (conforme às indicações para o efeito do Programa Operacional Inclusão Social e Emprego, relativamente ao qual o ACM,IP. desenvolve a actividade de Organismo Intermédio), encontra-se na página 16 deste documento, no âmbito do item referente a esta actividade, constando a título de Anexo III, a respetiva matriz de risco

planos dos seus departamentos e pela sua execução efectiva. (...)", daí concluindo que: "(...) os Planos de Prevenção de Risco são, além de um factor de gestão fundamental, um instrumento que permitirá aferir a eventual responsabilidade que ocorra na gestão de recursos públicos. (...)".

Desta abordagem decorre, no contexto da revisão e atualização do "Plano de Prevenção da Corrupção e Infrações conexas do ACM, IP", datado de outubro de 2014, a consideração de um âmbito mais vasto de reflexão sobre a natureza da gestão de riscos em que se incluem, além da problemática da corrupção e infracções conexas que é indispensável prevenir, outros riscos de gestão sobre os quais se justifica reflectir, identificando-os e prevenindo-os através da definição de medidas preventivas que visam salvaguardar a natureza institucional do ACM, IP..

3.2. Estrutura Metodológica do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção

Com esta revisão e com o objectivo de funcionar como instrumento de controlo interno direccionado para o reforço da salvaguarda institucional, o Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM, IP configura-se em função de quatro áreas estruturais, atendendo aos mais significativos riscos previstos em matéria de gestão de risco:

- a) **ambiente externo** (contexto geopolítico, económico e social, decisões sobre prioridades políticas, legislação e parcerias externas);
- b) **planeamento, processos e sistemas** (problemas que afetem a estratégia reflectida na planificação anual, condicionalismos imprevistos nos procedimentos operacionais, problemas de articulação e comunicação interna e externa);
- c) **pessoas e organização** (problemas com recursos humanos e problemas éticos e comportamento organizacional – onde se integram os riscos de corrupção e infracções conexas tais como favorecimento, conflito de interesses e afins);
- d) **segurança e equipamentos** (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação) .

Para a identificação dos riscos da organização nas áreas temáticas enunciadas, este Plano apresenta uma Matriz de registo, facilitadora da gestão, acompanhamento e avaliação da execução do Plano na qual os dirigentes das unidades orgânicas fazem constar, relativamente a cada área estrutural:

1 –identificação e descrição dos riscos potenciais de cada unidade orgânica (com identificação da sua causa e fundamento);

2 – classificação dos riscos identificados:

- quantificação do impacto previsto em função da probabilidade de ocorrência de cada risco (1 a 4)⁶;
- quantificação do grau de probabilidade de ocorrência de cada risco identificado (1 a 4)⁷;
- qualificação do nível de risco em função do cruzamento das variáveis “probabilidade” e “impacto” de acordo com a tipologia: “tolerável”, “significativo” e “crítico”;

3 – descrição das actividades a que cada risco identificado se encontram associado;

4 – medidas previstas para efeitos de prevenção e de acompanhamento da sua execução para cada risco identificado;

5 – as fases do grau de implementação de cada medida prevista por risco identificado (em preparação, em implementação ou implementada);

6 – indicação das unidades orgânicas ameaçadas por cada risco identificado.

O preenchimento inicial da Matriz Geral de Gestão de Risco e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas, constante neste documento a título de Anexo I, decorrerá, no âmbito dos trabalhos da Unidade de Auditoria Interna do ACM, IP., em sede de Grupo de Avaliação de Risco, na sequência do preenchimento das Matrizes Setoriais por Unidade Orgânica (Anexos I e II); cabe também a este grupo de trabalho acompanhar a execução do Plano e analisar o respectivo Relatório Anual de Execução para efeitos de avaliação da necessidade da sua revisão.

Relativamente à actividade delegada do ACM,IP enquanto Organismo Intermédio, as áreas estruturais deste Plano integram as três fases do ciclo de vida das operações com maior incidência de riscos de fraude, a saber: selecção e análise de candidaturas, execução e verificação das operações e validação de despesa e pagamentos. Neste contexto, para efeitos de registo da avaliação de risco, recorrer-se-á, em conformidade com as orientações comunitárias constantes no Anexo IV (EGESIG 14_0021-00), à Matriz cujo modelo por preencher, consta do Anexo IV deste documento.

⁶ *Legenda classificatória:* 1- Muito limitado; 2- Reduzido; 3- Significativo; 4- Crítico;

⁷ *Legenda classificatória:* 1- Quase nunca ocorrerá; 2- Ocorrerá poucas vezes; 3- Ocorrerá algumas vezes; 4- Ocorrerá com frequência;

3.3. Identificação de Riscos em Procedimentos de Contratação Pública

A área da contratação pública, identificada como área de risco pelo Conselho de Prevenção da Corrupção, no seu levantamento inicial, é uma área transversal a todo o ACM, que muito embora esteja centralizada na EFAP (Equipa de Fundos e Apoio Financeiro), envolve todas as equipas técnicas do Instituto, pelo que merece ser tratada em ponto específico.

As equipas técnicas do ACM intervêm diretamente nos processos de aquisição de bens e serviços, desencadeando os processos de contratação em função das necessidades inerentes às suas atividades internas, que devem ser devidamente justificadas, nomeadamente através do preenchimento de um formulário de abertura do procedimento, no qual, além da descrição da necessidade a contratar, as equipas definem a contraparte, as obrigações do ACM e do prestador de serviços e montante da despesa.

Segue-se a cabimentação da despesa, que antecede a decisão de contratar e de autorização da despesa por parte do dirigente máximo, bem como a escolha do tipo de procedimento. Desta forma, foram normalizados alguns documentos que servem de base aos procedimentos de contratação, designadamente de justificação da despesa e de escolha do tipo de procedimento, considerando as seguintes medidas:

- Planificação adequada das atividades adjacentes aos processos de contratação pública a realizar;
- Promoção de uma rotatividade, sempre que possível, nos elementos que constituem o Júri dos processos de contratação;
- Promoção de uma rotatividade, sempre que possível, nos fornecedores de bens e prestadores de serviços;
- Verificação, através de controlos internos ou externos, do cumprimento das normas de procedimentos internos vigentes;
- Reavaliação e eventual revisão nas normas de procedimentos internos existentes, caso necessário, de modo a reforçar as medidas de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas.

Neste contexto, atendendo ao cumprimento da legislação nacional e comunitária e nos termos no nº4 do artigo 1º do CCP, ao respeito pelos princípios da Transparência, da Igualdade e da Concorrência, os procedimentos de aquisição, designadamente, a escolha do procedimento, os procedimentos pré-contratuais e a integralidade das peças procedimentais associadas à natureza do procedimento, são objecto de atento escrutínio no que se refere a riscos prementes relativos quer a eventuais limites à emissão de convite, quer ao eventual fraccionamento de despesa, através do preenchimento obrigatório, por procedimento, de uma check-list que confere visibilidade a eventuais incumprimentos processuais susceptíveis de correcções financeiras no âmbito da COCOF (ver Anexo

III).

3.4. Medidas Preventivas e Aferição de Estratégias de Eficácia e Correção

As medidas preventivas adoptadas e em actualização dinâmica por reflexo da revisão anual do Plano, procedem por risco identificado e por unidade orgânica, decorrendo de uma avaliação sistémica, extraída da análise da Matriz e resultante da consideração da natureza do risco e das suas qualificações em termos de nível, impacto e probabilidade de ocorrência. Neste sentido, estas medidas culminam o exercício de aferição das estratégias de eficácia e correcção relativas à gestão do risco e à prevenção da corrupção e infracções conexas, cuja arquitectura integra vários instrumentos e mecanismos de controlo interno, que, em seguida, passamos a enumerar e explicitar, no que se refere ao respetivo papel em termos de consolidação da estratégia preventiva de riscos, corrupção e infracções conexas do ACM, IP..

No que respeita à existência de estratégias de eficácia e correcção em termos de Gestão e Avaliação de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infracções Conexas, o ACM, IP. rege-se pela Carta Ética da Administração Pública, reitera o compromisso de cumprimento dos 10 princípios que constituem este documento enquadrador, em particular com a aprovação e vigência da Carta de Missão e Valores do ACM,IP. e do Código de Ética e de Conduta do ACM, IP. aprovados em Agosto de 2016.

Para além da obrigatoriedade do seu cumprimento, extensível a todos os colaboradores da entidade (independentemente da respectiva função, vínculo contratual ou posição hierárquica), o Código de Ética e de Conduta do ACM, IP. estabelece normas de conduta, relativamente à salvaguarda, por um lado, dos princípios de “isenção e independência”, “conflito de interesses”, “dever de denúncia de irregularidades no âmbito da prevenção da corrupção e infracções conexas” e, por outro lado, dos valores de “honestidade, respeito mútuo e entreajuda” relativamente ao relacionamento interno e de “isenção, equidade e profissionalismo” em termos de relacionamento externo. Na qualidade de instrumento estratégico de eficácia e correcção, este Código consiste num duplo compromisso ético que, no plano interno, se caracteriza pela responsabilidade decorrente do facto de todos os colaboradores do ACM,IP. o assinarem e que, do ponto de vista externo, cauciona os princípios da confiança e da transparência, inerentes à defesa do interesse público. O referido Código prevê a sua revisão em caso de necessidade de reforço dos seus conteúdos, sob parecer e aprovação do Conselho Directivo, bem como a sua publicitação, para efeitos de transparência.

Associado a este Código, o ACM, IP. dispõe de uma Declaração de Conflito de Interesses cujo conhecimento e assinatura é de natureza obrigatória e vinculativa por parte de todos os colaboradores do ACM, IP. envolvidos em procedimentos decorrentes e recorrentes da gestão do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020. Esta Declaração, susceptível de ser actualizada, sempre que necessário, pretende cobrir todas as áreas em que, de forma efectiva e/ou potencial, esse conflito se possa manifestar, responsabilizando os colaboradores por eventuais práticas danosas, designadamente, de favorecimento ou riscos de corrupção e infracções conexas associadas, resultantes do não cumprimento escrupuloso dos termos da referida Declaração.

Para efeitos de reforço dos mecanismos internos de controlo, o ACM, IP. criou a Unidade de Auditoria Interna que, com particular ênfase nos processos e procedimentos inerentes aos processos de análise, aprovação e acompanhamento técnico e financeiro dos projectos co-financiados no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020, procurará reduzir a dimensão e o impacto inerentes ao grau de probabilidade de ocorrência de riscos relativamente às seguintes áreas:

- a) prevenção da corrupção e infracções conexas;
- b) cumprimento das normas, regras e requisitos de elegibilidade técnico-financeira previstos na legislação e nos Manuais de Procedimentos dos instrumentos de co-financiamento de que se destacam, o Programa Operacional para a Inclusão Social e o emprego - PO ISE e o Fundo Asilo, Migrações e Integração - FAMI);
- c) identificação e aferição de outros erros de forma e substância susceptíveis de correcção legal em tempo útil.

Para além das funções inerentes aos desempenhos que a designação indica, a saber, coordenar a auditoria interna das três áreas do ciclo de vida das operações (selecção e análise de candidaturas, execução e verificação das operações e validação de despesa e pagamentos), a Unidade de Auditoria Interna do ACM,IP., após ter procedido à actualização do “Plano de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infracções Conexas”, irá coordenar o trabalho de acompanhamento e avaliação da execução deste Plano.

Com esse objectivo, dando continuidade e reforço à metodologia originalmente adoptada no que se refere à gestão e acompanhamento da execução deste Plano, a Unidade de auditoria Interna do ACM,IP., reunirá, pelo menos, duas vezes por ano, o Grupo de Avaliação de Risco (constituído pelos dirigentes responsáveis por cada unidade orgânica), com o objectivo de analisar, através do Relatório Anual de Execução, os resultados apurados por cada uma destas unidades relativamente à Matriz de Risco e avaliar da justeza e adequação das medidas preventivas em vigor e/ou da necessidade do seu reajustamento e correcção. Neste contexto de estratégias de aferição de eficácia e correcção, o próprio “Plano de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infracções Conexas” emerge como um instrumento particularmente dinâmico dada, designadamente, a regularidade anual da sua revisão e actualização.

3.5. Identificação de Riscos e Prevenção de Corrupção e Infrações Conexas na actividade do ACM,IP. como Organismo Intermédio do PO ISE

No âmbito da sua actividade como Organismo Intermédio (OI) do Programa Operacional de Inclusão Social e Emprego (PO ISE), no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual 2014-2020, o ACM, IP. procedeu, no âmbito da presente actualização do “Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas”, à consideração das orientações da Comissão Europeia no documento enviado aos Estados-membros, intitulado “Avaliação do Risco de Fraude e Medidas Anti-Fraude Eficazes e Proporcionadas” (EGESIF_14-0021-00, de 16.06.2014), bem como às que, no que a esta matéria respeita, se encontram plasmadas em sede de Manual de Procedimentos do próprio Programa Operacional.

Consequentemente, este Plano recorreu e adoptou a terminologia e a metodologia propostas na documentação supra-citada, quer para efeitos de cálculo do nível de risco, quer para a respectiva classificação enquanto tal.

No que respeita à caracterização da natureza dos riscos como “risco bruto”, “risco residual” e “risco alvo”, o Grupo de Avaliação de Risco, procederá em conformidade com as orientações metodológicas constantes na EGESIF 14_-0021-00⁸, para efeitos de acompanhamento da execução e avaliação da actividade delegada no que se refere ao “Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM, IP.”.

No que se refere à metodologia, para efeitos de apresentação da “matriz de cálculo do nível de risco” e também de explicação da apresentação do modelo da própria “matriz de risco” que integra este Plano (a título de Anexo III), registre-se a referência feita nos itens 3.1 e 3.2 deste documento e nas notas de rodapé que lhes correspondem (nº5 e nº6), por um lado, relativamente às áreas de incidência deste Plano, no que se refere à actividade da entidade como Organismo Intermédio (ou seja as 3 áreas do ciclo de vida das operações com maior incidência de riscos de fraude, a saber: selecção e análise de candidaturas, execução e verificação das operações e validação de despesa e pagamentos) e, por outro lado, no que respeita à metodologia de cálculo e classificação de risco em matéria de combate à fraude e prevenção da corrupção (determinar a probabilidade de ocorrência dos riscos identificados numa escala de 1 a 4; determinar o impacto de tal ocorrência numa escala de 1 a 4; determinar o nível de cada risco pelo cruzamento das variáveis “probabilidade” e “impacto”, classificando-o de acordo com a seguinte tipologia: “tolerável”, “significativo” e “crítico”).

Com o recurso à “matriz de cálculo do nível de risco” que, utilizada e recomendada pela CE, será também utilizada pelo ACM,IP. no âmbito da execução do seu Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e

⁸ Ver Anexo V

Infrações Conexas, obtemos a quantificação de cada risco a partir da combinação da sua “probabilidade” (probabilidade do risco ou do acontecimento ocorrer) com o respectivo “impacto” (consequências do acontecimento ou do risco, do ponto de vista financeiro e não financeiro).

Quanto à classificação total do nível de cada risco, é obtida com base no cruzamento das supra-referidas variáveis, a saber, “probabilidade” e “impacto”, daí resultando, sobre a matriz abaixo ilustra, um nível de risco com a graduação de “tolerável” (cor verde), “significativo” (cor laranja) e “crítico” (cor vermelha):

		PROBABILIDADE			
		1	2	3	4
IMPACTO	1	1	2	3	4
	2	2	4	6	8
	3	3	6	9	12
	4	4	8	12	16

Conforme já referimos, a identificação, descrição e classificação dos riscos surge sistematizada, juntamente com as respetivas medidas de prevenção e de mitigação e ainda com eventuais medidas adicionais, em sede de MATRIZES de Riscos Gerais (Anexo I), de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção por Unidade Orgânica (Anexo II) e de PREVENÇÃO ANTIFRAUDE em OPERAÇÕES FINANCEIRAS por UNIDADE ORGÂNICA (Anexo III).

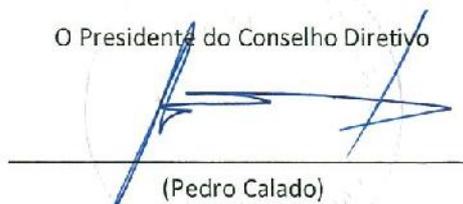
A avaliação de risco será transversal a toda a actividade do ACM,IP., estando prevista a apresentação, por parte das diversas unidades orgânicas, dos primeiros resultados da sua implementação no que se refere à actividade principal deste IP., no final do mês de Dezembro de 2016, em reunião do Grupo de Avaliação de Risco, agendada para o efeito.

Atendendo a que a actividade delegada do ACM,IP., enquanto Organismo Intermédio do PO ISE, não apresenta execução física ou financeira até à presente data, prevê-se a primeira avaliação desta actividade, em matéria de gestão de risco e prevenção da corrupção, em Abril de 2017, de acordo com as orientações e os instrumentos identificados em sede de Anexo IV e Anexo V..

Neste contexto, durante o mês de Junho de 2017 será elaborado o Relatório Anual de Execução deste instrumento de gestão de riscos, na sequência de cuja apresentação ao Grupo de Avaliação de Risco, resultará a respetiva avaliação, através da qual se apurará da eventual necessidade de revisão das medidas preventivas adotadas e decidirá da necessidade de adoção de medidas adicionais.

Lisboa, 31 de Março de 2017

O Presidente do Conselho Diretivo



(Pedro Calado)

**Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e
Infrações Conexas do ACM,IP.**

Anexos

ÍNDICE DE ANEXOS:

Anexo I

MATRIZ de Riscos Gerais por UNIDADE ORGÂNICA (UO).....pg.22

Anexo II

MATRIZES de GESTÃO DE RISCOS E Prevenção da corrupção por UO.....pg.23

Anexo III

MATRIZES de PREVENÇÃO ANTIFRAUDE EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS por UO.....pg.88

Anexo IV:

MATRIZ DE RISCO (*conforme à ferramenta da CE detalhada na EGESIF 14-0021-00*).....pg.102

Anexo V:

EGESIF 14-0021-00 – “ORIENTAÇÕES PARA OS ESTADOS-MEMBROS E AS AUTORIDADES DO PROGRAMA – AVALIAÇÃO DO RISCO DE FRAUDE E MEDIDAS ANTIFRAUDE EFICAZES E PROPORCIONAIS”pg.103

Anexo - Matriz de Riscos Gerais										
Designação das Unidades Orgânicas, Caracterização da Atividade, Sigla e nº da ACM, P. - Município/Rio:										
Unidades Orgânicas	Riscos Identificados (com indicação da natureza do risco e fundamento)	Classificação do Risco			Previdência Preventiva (de acordo com a natureza e características do risco identificado)	Grau de Implementação: (em preparação, em implementação, implementado)	Atualização	Medidas Adicionais		
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Perigo, Significativo, Crítico)						
Responsável pela Atividade Sigla e nº da ACM, P.	Ocorrência de situações de risco de natureza física nos Planos de Intervenção da Unidade	1	3	Medio	Plano de emergência	Implementado	Ser atualizada a regular			
		2	3	Medio	Revisão de vestes para alisar o impacto do risco.	Implementado	Ser atualizada a regular			
		2	3	Medio	Combustível dos planos de emergência, conhecimento de manuseio em caso de uso, conhecimento dos procedimentos relativos a registros e substituição de cilindros, comido em pontos fixos.	Implementado	Ser atualizada a regular			
	3	4	Significativo	Ocorrência de problemas de instalação de equipamentos em pontos de instalação de equipamentos, com utilização de materiais.	Em preparação					

Anexo 1 - Matriz de Gestão de Risco e de Prevenção da Corrupção e Infrações Correlatas do OIP

Designação de Unidade Organizacional: Conselho para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial

- Risco: Relacionado com o ambiente externo (contexto geopolítico, prioridades políticas, legislação e proceder externa)

Funções da Unidade Organizacional	Riscos Identificados (com indicação da natureza crua e da área de risco)	Classificação de Risco			Medidas Preventivas (quanto a natureza e classificação dos riscos manifestados)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em termos de implementação, implementação)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Operativo, Significativo, Crítico)				
Promoção de revisão de Registo Único de Acesso à Discriminação Racial, para prevenir a prática de discriminação por motivos baseados na raça, cor, nacionalidade ou origem étnica	Dependência de elevado número de entidades externas, dado o regime jurídico da renovação dos processos;	2	3	Significativo	Articulação estreita com as entidades competentes, contribuir de forma eficaz e adequada da proposta;	Implementada	Não existem previstas no plano anterior, foram criadas implementadas	
	ausência de rigoroso cumprimento de prazos/renovação;	1	4	Significativo				
Promover Campanhas de sensibilização de entidades públicas e sociedade civil para a discriminação	Restrições substantivas na dotação orçamental;	1	2	Insuficiente	Sensibilizar para a importância das campanhas, na presença e combate a discriminação por a um contexto nacional;	Em implementação		

2. Riscos Relacionados com o Planejamento, Processos e Sistemas «Sistemas» (mitigação ou a condicionalmente aos procedimentos operacionais, problemas de articulação orgânica e de comunicação interna e externa)						
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza, causa e impacto)	Classificação do Risco			Medidas Alternativas	Avaliação
		Probabilidade (1-3)	Impacto (1-3)	Nível (tolerável, Significativo, Crítico)		
Transição de processos	Dependência de atores externos de entidades externas que afeta o regime jurídico, em face, em particular, a indivíduos e processos que cabem a instituições, de acordo com o artigo 127.º da Lei 18/2004, de 11 de maio;	2	3	Significativo	Em implementação (evento regulativa em curso)	
Recrutamento e acompanhamento	Exatidão	1	2	Tolerável	Em preparação	Estado previsto no plano anterior, tal como um site novo que altera o procedimento
	Transição de Princípios Éticos na análise de denúncias	1	2	Tolerável	Em preparação	* Sem ocorrência a registar

<p>Garantir cumprimento e aplicação dos mecanismos internacionais assumidos por Portugal no âmbito do Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos das NU, Pacto Internacional de Direitos Económicos, Sociais e Culturais das NU e Carta Europeia para a Protecção dos Direitos do Homem e das Liberdade e Garantia.</p>	<p>Ingratidão no cumprimento das Medidas e compromissos acordados nos fóruns internacionais relacionados com a temática</p>	<p>1</p>	<p>4</p>	<p>Significativo</p>	<p>Estabelecimento de sinergias estratégicas (ex. OM, CMA) Criação de grupos de trabalho transversal de natureza interministerial, que englobe todas as entidades que trabalham a temática, com reuniões periódicas para um propósito de desenvolvimento da temática.</p>	<p>Em preparação</p>		
<p>Realização de Estudos - Lei 33/79 de 26 de agosto</p>	<p>Inexistência de dados técnicos/financeiros</p>	<p>3</p>	<p>2</p>	<p>Técnico</p>	<p>Criação de Sinergias com Observatório das Migrações do ACM, a integrar Plano de Atividades conjunto;</p>	<p>Em preparação</p>		
<p>Elaboração de Relatório Anual que reflita o combate a discriminação racial no institucional (Art. 11 do n.º 1 do art. 3.º da Lei 194/1999)</p>	<p>Dependência de informação de entidades terceiros para a execução</p>	<p>2</p>	<p>3</p>	<p>Significativo</p>	<p>Estabelecimento de sinergias estratégicas com outras UO de ACM e entidades externas (ex. OM, CMA) Criação de grupo de trabalho transversal, interministerial, que englobe as entidades que trabalham a temática para monitorização regular do desenvolvimento da temática.</p>	<p>Em preparação</p>		

Função de Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza e localização)	Classificação de Risco			Medidas Preventivas (quando a natureza e classificação do risco identificados)	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível de risco (Significativo, Critico)		
Tratamento de Promocion	Avaliação de conhecimentos dos Recursos Humanos	2	3	Significativo	Em "previsão" (em elaboração)	
	Existência de Conselho de Interesses					
	Sucesso/inócuo de Entidades					
	Quarta reserva de confiança, validade	1	4	Significativo	Em preparação	
	Organização dos processos	2	2	Significativo		
Receção de quebra em matéria de determinação da ajuda suportada informático, e papel	ENTAVO	1	2	Critico	Apesar de implementação no plano anterior, por ter sido implementado um novo ato, é verificado que não se materializa	Em implementação por se verificar a necessidade de retroceder a utilização do novo Ato
Receção de colinas decorrentes de condenações no âmbito dos processos de contratação em matéria de acesso à rede de acesso	Exatidão dos verbais, decisão das autoridades conforme ao TCM, Estado e entidades inspetivas, e TCM de 11 de Junho	1	2	Critico	Identificação de risco de erro na avaliação das colinas decorrentes de condenações no âmbito dos processos de contratação em matéria de acesso à rede de acesso	Em implementação por se verificar a necessidade de retroceder a utilização do novo Ato

4. FICOR Relacionadas com Segurança e Equipamentos (problemas com softwares, equipamentos e tecnologias de informação)

Funções da Unidade Organizativa	Riscos Identificados (com indicação da natureza, causa e fundamento)	Classificação de Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação de risco atribuídas)	Grau de Inovação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adotadas
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Trivial, Significativo, Crítico)				
Credite e acompanhamento de processos de Contabilização	Utilização de tecnologias fora das normas estabelecidas e/ou equipamentos desadequados	1	2	Trivial				
	Deficiências no sistema de segurança ao nível dos servidores e infraestrutura de	1	2	Trivial	Implementação de sistema de segurança com a atribuição de plataformas de gestão documental e redução de malwares (mal/fishing)	Em preparação		
	Fragilidade nos sistemas de segurança com o uso de grandes volumes de dados de informação (dados e cópias de segurança)	1	2	Trivial				
	Arquivo de documentos de natureza vulnerável / crítico	1	2	Trivial	Reforço de área física para arquivo dos dados de CIGIR	Em preparação		

2. Riscos Relacionados com o Planejamento, Processos e Sistemas (estratégia organizacional, planificação e/ou condicionais nos procedimentos operacionais, problemas de articulação orgânica e de comunicação interna e externa)								
Funções da Unidade Organizativa	Riscos identificados (com indicação de natureza, causa e enunciamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e a área afetada e a sua identificação)	Grau de implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementada)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1-4)	Impacto (1-4)	Nível (T=baixa, S=significativo, C=crítico)				
Escritório, administração e análise de informação estatística e registar-se no formulário de registo nacional, o internado nos indicadores e integração de em grupos e organizações (alinea a) do artigo 2.º do Regulamento nº 124/2016)	DF - Cuidade em exceder a informação estatística e a anotar as fontes de dados, verificando-se uma dependência excessiva nestes dados estatísticos do OMI para se poder conhecer esta função OMI	2	3	Significativo	O OMI planeia uma articulação estreita com o BIF (também intervenções da medida 6 do PLO) para se agilizar a recolha e sistematização de dados de todas as instituições que dispõem de informação acerca de estrangeiros residentes em Portugal.	Em preparação		
	Informação estatística e administrativa das fontes de dados não serem disponíveis para o OMI com a integração necessária ou com as variáveis requeridas	3	2	Significativo	O OMI promover reuniões de trabalho com todos os serviços institucionais fontes de dados para melhor informar e sensibilizar quanto aos objetivos e necessidades de informação e melhor conhecer as possibilidades de bases de dados das instituições.	Em implementação		
	Risco do trabalho do OMI ser desconhecido ou as suas necessidades e análises não chegarem a públicos abrangentes, como decisores políticos, comunicação social, secretariado, técnicos que trabalham com migrantes, académicos, etc.	1	3	Crítico	Divulgação da Navegator OMI com incentivo à inscrição de novos utilizadores	Em preparação		

<p>Informar e sensibilizar a opinião pública, nomeadamente através de cartazes e mídias e em brevíssimos artigos de migrações (álbumes) do artigo 2º)</p>	<p>Risco de má interpretação dos dados e da informação disseminada pelo público e instituições OM</p>	<p>3</p>	<p>2</p>	<p>Significativo</p>	<p>Lançamento e disseminação do <i>Projetos sobre zirc...</i> com dados e estatísticas do OM em formatos simples, de rápida interpretação, e disponibilizadas através de formatos acessíveis em português</p>	<p>Em preparação</p>	<p>Disponibilizar o motor de busca do Arquivo Documental do Centro de Documentação do OM para os utilizadores, por meio de uma interface digitalmente acessível e disponibilizar a informação de acordo com o plano de trabalho do Centro.</p>	<p></p>
<p>Gerir e dinamizar o Centro de Documentação do ACM (D), nomeadamente o seu acesso documental às várias línguas e migrações, promovendo o acesso documental às línguas (Espanhol) do artigo 2º).</p>	<p>Baixa visibilidade dos dados e estatísticas e estatísticas do Arquivo Documental do Centro de Documentação</p>	<p>3</p>	<p>1</p>	<p>Significativo</p>	<p>Promoção de Semanas Temáticas e envio de convites para a mailing list interna e externa para promover a participação. Oferta de livros OM a utilizadores do Centro de Documentação</p>	<p>Implementado</p>	<p>As semanas temáticas e a oferta de livros temáticos mais úteis ao Centro de Documentação, embora possa ser uma primeira etapa que é transmitida a outras bibliotecas e centros de recursos nacionais.</p>	<p></p>
<p>Promover publicações através dos diversos livros científicos do OM, em suporte físico e digital, relativos aos estudos e demais atividades de produção científica do OM (álbumes) do artigo 2º)</p>	<p>Redução da disponibilidade de informação que permita continuar a alimentar o livro científico OM em português físico e digital.</p>	<p>1</p>	<p>3</p>	<p>Significativo</p>	<p>Caracterização a todos os membros que constituem os estudos e as publicações do OM.</p>	<p>Implementado</p>	<p>Foram publicados livros científicos e livros comemorativos (COEN/COPE, FEMPT, TAM) que permitiu ao utilizador a investigação e a publicação dos estudos OM e assim, manter a produção científica do OM.</p>	<p></p>
<p>Promover publicações através dos diversos livros científicos do OM, em suporte físico e digital, relativos aos estudos e demais atividades de produção científica do OM (álbumes) do artigo 2º)</p>	<p>Que os estudos e artigos propostos pelos autores não sejam analisados no âmbito da atividade científica para publicação nas mídias eletrônicas do OM.</p>	<p>1</p>	<p>3</p>	<p>Significativo</p>	<p>Resolução de estudos de acordo com o previsto no artigo 2º do Regulamento OM (última versão) e (2013/2019), nomeadamente com a possibilidade de venda de livros eletrônicos.</p>	<p>Em preparação</p>	<p>Clarear fontes de pesquisa de acordo com o previsto no artigo 2º do Regulamento OM (última versão) e (2013/2019), nomeadamente com a possibilidade de venda de livros eletrônicos.</p>	<p></p>
<p>Promover publicações através dos diversos livros científicos do OM, em suporte físico e digital, relativos aos estudos e demais atividades de produção científica do OM (álbumes) do artigo 2º)</p>	<p>Que os estudos e artigos propostos pelos autores não sejam analisados no âmbito da atividade científica para publicação nas mídias eletrônicas do OM.</p>	<p>1</p>	<p>3</p>	<p>Significativo</p>	<p>Resolução de estudos de acordo com o previsto no artigo 2º do Regulamento OM (última versão) e (2013/2019), nomeadamente com a possibilidade de venda de livros eletrônicos.</p>	<p>Implementado</p>	<p>Manter em linha, em complemento com o trabalho científico com o Conselho de Estudos do OM e a produção científica de acordo com o plano de trabalho do Centro.</p>	<p></p>



3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - integridade do currículo e afins)									
Funções da Unidade Orgânica	Semi-Identificação (com indicação da natureza causa e fundamento)	Classificação de Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificados)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em proporcão em implementação)	Avaliação	Medidas Adicionais	
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível de risco, Significativo, Crítico					
<p>Compartilhar com outras entidades públicas e privadas, nacionais e internacionais, designadamente universidades, observatórios, entidades estatísticas e centros de investigação (artigo 1) do artigo 29).</p> <p>Acompanhar e cooperar com redes de investigação e escolas nacionais e internacionais, na vertente das migrações (artigo 6) do artigo 25).</p>	Atendimento a que a equipa OM é contribuída por investigações, com necessidades de mobilidades nacionais e com trabalho em centros de investigação, podem verificar-se condições de interesse.	4	2	Significativo	(Identificar os perfis de interesses existentes e concertar com os membros da equipa an anfitrião de propostas ao OM (a sua lista de entidades parceiras do passado ou presentes).	Em implementação			
	Quarta-feira de consulta de ideias: face a algumas instituições de relação investigada de alguns membros da equipa OM	2	2	Significativo	Membros da equipa assistem e declarada do dever de confidencialidade.	Em implementação			
	Hierarquização de propostas de estudos, incluindo o plano de acompanhamento na aplicação dos regimes de financiamento comunitário ou de contratação pública.	2	3	Significativo	Formação dos membros da equipa na verificação de requisitos e registo dos fundos e de pagamentos de contratação pública.	Em implementação			
4. Riscos Relacionados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologia de informação)									
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza causa e fundamento)	Classificação de Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificados)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em proporcão em implementação)	Avaliação	Medidas Adicionais	
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível de risco, Significativo, Crítico					
Recolher, sistematizar, e analisar informação estatística e administrativa do formulário de Inquirição (artigo 1) do artigo 2º da Diretiva n.º 3333/2016;	Necessidade de recolher informações, mapas e gráficos com a utilização de ferramentas, formatos e formatos informáticos. (ver estado de desenvolvimento)	1	2	Insuficiente	Instalação de programas informáticos (com o objetivo de acesso livre e gratuito) nos computadores dos membros da equipa OM. (ex: programas de tratamento de dados, de produção de mapas).	Em implementação			

Anexo II - Mapa de Avaliação de Riscos de Integridade e Eficácia (Versão do ADM-F)										
Descrição da Unidade Orgânica: 1041 - Núcleo de Gestão Financeira										
2. Riscos Relacionados com o Ambiente Externo (riscos e oportunidades políticos, legais, regulatórios e sociais externos)										
Riscos da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação de natureza causal e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, não implementado)	Avaliação	Medidas Adicionais		
		Probabilidade (1 a 5)	Impacto (1 a 5)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)						
Associação de Risco com Agência de Gestão de Recursos da Prefeitura Pública - ECF, E.F.E., e com a Direção Geral do Departamento	1. Atrasos na comunicação entre a mesa e a mesa de análise representativa, bloqueio, atraso no envio de documentação	1	4	Significativo	Complementarização por meio de envio de e-mails; Medidas preventivas com nível de 2 a 3 em; Combinação e controle por meio da utilização de ferramentas de trabalho na criação e atualização de arquivos.	Implementado	Sem ocorrência			
3. Riscos relacionados com o Planejamento, execução e controle das operações, processos de eficiência operacional e de conformidade interna e externa										
Riscos da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação de natureza causal e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, não implementado)	Avaliação	Medidas Adicionais		
	Probabilidade (1 a 5)	Impacto (1 a 5)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)							
Associação de Risco com Agência de Gestão de Recursos da Prefeitura Pública - ECF, E.F.E., e com a Direção Geral do Departamento	1. Deficiência quanto à qualidade da informação	3	4	Significativo	Conferência da informação antes de enviar; Medidas preventivas com nível de 2 a 3; Acompanhamento e supervisão de atividades por meio de reuniões	Implementado	Sem ocorrência			
	2. Dificuldade de acompanhamento e controle da execução operacional	3	4	Significativo	Acompanhamento e supervisão em todos os processos operacionais	Implementado	Sem ocorrência			

Processos de Trabalho de Controle	Ítem a ser auditado (com referência ao manual, caso o houver)	Classificação do risco			Medidas Adicionais		
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Risco) Significativo (CRS)			
<p>Diagnóstico preliminar: se aplicável, avaliar se o risco é público ou privado, se o risco é de natureza pública ou privada, se o risco é de natureza pública ou privada, se o risco é de natureza pública ou privada.</p> <p>Identificar e avaliar o risco de controle de recursos financeiros, incluindo a possibilidade de perda de recursos financeiros, incluindo a possibilidade de perda de recursos financeiros, incluindo a possibilidade de perda de recursos financeiros.</p> <p>Proceder à avaliação do risco de controle de recursos financeiros, incluindo a possibilidade de perda de recursos financeiros, incluindo a possibilidade de perda de recursos financeiros, incluindo a possibilidade de perda de recursos financeiros.</p> <p>Proceder à avaliação do risco de controle de recursos financeiros, incluindo a possibilidade de perda de recursos financeiros, incluindo a possibilidade de perda de recursos financeiros, incluindo a possibilidade de perda de recursos financeiros.</p>	1. Registros financeiros	1	3	Alto	<p>Objetivo: avaliar se os registros financeiros são corretos e completos.</p> <p>Sequência de trabalho: obter acesso aos registros financeiros, verificar se os registros financeiros são corretos e completos, verificar se os registros financeiros são corretos e completos.</p> <p>Atividade: obter acesso aos registros financeiros, verificar se os registros financeiros são corretos e completos, verificar se os registros financeiros são corretos e completos.</p> <p>Procedimento de trabalho: obter acesso aos registros financeiros, verificar se os registros financeiros são corretos e completos, verificar se os registros financeiros são corretos e completos.</p> <p>Controle interno: obter acesso aos registros financeiros, verificar se os registros financeiros são corretos e completos, verificar se os registros financeiros são corretos e completos.</p>	<p>Implementado</p> <p>Sem ocorrências</p>	<p>Medidas Adicionais</p>
	2. Gestão Orçamentária e financeira, especialmente em relação a contratos de prestação de serviços	1	3	Alto	<p>Objetivo: avaliar se a gestão orçamentária e financeira é adequada e eficiente.</p> <p>Sequência de trabalho: obter acesso aos registros orçamentários e financeiros, verificar se os registros orçamentários e financeiros são corretos e completos, verificar se os registros orçamentários e financeiros são corretos e completos.</p> <p>Atividade: obter acesso aos registros orçamentários e financeiros, verificar se os registros orçamentários e financeiros são corretos e completos, verificar se os registros orçamentários e financeiros são corretos e completos.</p> <p>Procedimento de trabalho: obter acesso aos registros orçamentários e financeiros, verificar se os registros orçamentários e financeiros são corretos e completos, verificar se os registros orçamentários e financeiros são corretos e completos.</p> <p>Controle interno: obter acesso aos registros orçamentários e financeiros, verificar se os registros orçamentários e financeiros são corretos e completos, verificar se os registros orçamentários e financeiros são corretos e completos.</p>	<p>Implementado</p> <p>Sem ocorrências</p>	<p>Medidas Adicionais</p>
	3. Controle de despesas operacionais, com destaque para despesas com pessoal	1	3	Alto	<p>Objetivo: avaliar se o controle de despesas operacionais é adequado e eficiente.</p> <p>Sequência de trabalho: obter acesso aos registros de despesas operacionais, verificar se os registros de despesas operacionais são corretos e completos, verificar se os registros de despesas operacionais são corretos e completos.</p> <p>Atividade: obter acesso aos registros de despesas operacionais, verificar se os registros de despesas operacionais são corretos e completos, verificar se os registros de despesas operacionais são corretos e completos.</p> <p>Procedimento de trabalho: obter acesso aos registros de despesas operacionais, verificar se os registros de despesas operacionais são corretos e completos, verificar se os registros de despesas operacionais são corretos e completos.</p> <p>Controle interno: obter acesso aos registros de despesas operacionais, verificar se os registros de despesas operacionais são corretos e completos, verificar se os registros de despesas operacionais são corretos e completos.</p>	<p>Implementado</p> <p>Sem ocorrências</p>	<p>Medidas Adicionais</p>
	4. Gestão de recursos humanos	1	3	Alto	<p>Objetivo: avaliar se a gestão de recursos humanos é adequada e eficiente.</p> <p>Sequência de trabalho: obter acesso aos registros de recursos humanos, verificar se os registros de recursos humanos são corretos e completos, verificar se os registros de recursos humanos são corretos e completos.</p> <p>Atividade: obter acesso aos registros de recursos humanos, verificar se os registros de recursos humanos são corretos e completos, verificar se os registros de recursos humanos são corretos e completos.</p> <p>Procedimento de trabalho: obter acesso aos registros de recursos humanos, verificar se os registros de recursos humanos são corretos e completos, verificar se os registros de recursos humanos são corretos e completos.</p> <p>Controle interno: obter acesso aos registros de recursos humanos, verificar se os registros de recursos humanos são corretos e completos, verificar se os registros de recursos humanos são corretos e completos.</p>	<p>Implementado</p> <p>Sem ocorrências</p>	<p>Medidas Adicionais</p>
	5. Cobrança e liquidação de receitas tributárias e devedoras	1	3	Alto	<p>Objetivo: avaliar se a cobrança e liquidação de receitas tributárias e devedoras é adequada e eficiente.</p> <p>Sequência de trabalho: obter acesso aos registros de receitas tributárias e devedoras, verificar se os registros de receitas tributárias e devedoras são corretos e completos, verificar se os registros de receitas tributárias e devedoras são corretos e completos.</p> <p>Atividade: obter acesso aos registros de receitas tributárias e devedoras, verificar se os registros de receitas tributárias e devedoras são corretos e completos, verificar se os registros de receitas tributárias e devedoras são corretos e completos.</p> <p>Procedimento de trabalho: obter acesso aos registros de receitas tributárias e devedoras, verificar se os registros de receitas tributárias e devedoras são corretos e completos, verificar se os registros de receitas tributárias e devedoras são corretos e completos.</p> <p>Controle interno: obter acesso aos registros de receitas tributárias e devedoras, verificar se os registros de receitas tributárias e devedoras são corretos e completos, verificar se os registros de receitas tributárias e devedoras são corretos e completos.</p>	<p>Implementado</p> <p>Sem ocorrências</p>	<p>Medidas Adicionais</p>

4. Riscos relacionados com Segurança e Equidade nos (problemas com efeitos, equidade e vulnerabilidades - Inovação)

Pontos de União-Originais	Riscos identificados (com indicação da natureza, área e impacto)	Classificação do Risco			Medidas de mitigação (capacidade natural e construção do novo resultado)	Escala de implementação das medidas preventivas em proporção com a magnitude, importância)	Avaliação	Medidas Alternativas
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 3)	Risco (produto da multiplicação)				
<p>Assegurar o pagamento de apoios adicionais a entidades públicas e privadas através do pagamento de contribuições e das comissões, permitindo a contratação e a implementação de projetos de inovação e desenvolvimento de produtos e serviços inovadores.</p> <p>Intervenção em áreas de risco (Código de Resposta de Risco)</p> <p>Haverá uma participação</p>	<p>Utilização de recursos financeiros, humanos, tecnológicos e equipamentos dos dequais</p>	1	2	Baixo	<p>Medidas de controlo de riscos e programas de formação e atualização;</p> <p>Medidas de mitigação em áreas de risco;</p>	Implementada	Sem relevância	



Designação: 1. Unidade Operacional: FAB - PT 2008

Finalidade da Unidade Organizacional	Riscos identificados (com a descrição da natureza e fundamento)	Classificação do Risco		Medidas Preventivas (segundo a natureza e complexidade da ocorrência) (R-R-D)	Causa da Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação)	Anexo 230	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)				
Estrutura, subsistema e acompanhamento de atividades SORCEM de unidade operacional com o objetivo de apoiar as atividades de ACP e de prevenção do RORCE e do RORLHOB	Ações na abertura de processos de candidatura (Práticas de Inspecção de Qualidade e de Gestão por Decisão) e de acompanhamento de processos, para além do apoio logístico, etc)	3	2	Significativo	Sequência dos vários estágios do Programa Operacional, tendo em consideração os pontos de funcionamento dos serviços		
Estrutura, subsistema e acompanhamento de atividades SORCEM de unidade operacional com o objetivo de apoiar as atividades de ACP e de prevenção do RORCE e do RORLHOB	Riscos relacionados com o funcionamento, processos e sistemas (estruturas organizacionais, classificação de risco, avaliação de riscos, procedimentos que afetam o processo de avaliação regular e externa)	Classificação do Risco		Medidas Preventivas (segundo a natureza e complexidade da ocorrência) (R-R-D)	Causa da Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação)	Anexo 230	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)				
Acompanhamento financeiro de atividades SORCEM de unidade operacional com o objetivo de apoiar as atividades de ACP e de prevenção do RORCE e do RORLHOB	Fragilidade de articulação com a unidade operacional para o apoio logístico e de acompanhamento de atividades	2	1	Significativo	Articulação regular entre a equipa financeira e as equipas técnicas que analisam, aprovam e gerem o acompanhamento técnico, financeiro, jurídico e administrativo (técnicos e financeiros), de modo a assegurar a integração de todos os aspetos, não deixando de verificar os procedimentos de acompanhamento de atividades e de apoio logístico e de acompanhamento de atividades (segundo o artigo 10.º do Regulamento Interno da FAB)		



3. Procesos Finalizados con Puntos o Opciones del Resultado de Números, Actos, Compromisos Organizacionales, Ingresos, Recursos, Conexión, y Otros

Función de la Unidad Organizacional	Recursos Identificados (con indicación de naturaleza, cargo y formación)	Calificación de Riesgo			Modelos Previos y/o (segundo a tercera o clasificación de riesgo del riesgo)	Uso de implementación de medidas preventivas (en preparación, en implementación, o implementada)	Evaluación	Medidas Adicionales
		Frecuencia (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nivel (Categoría, Significativo, Crítico)				
Elaboración, desarrollo y acompañamiento de candidatura de ACM en cuarto electoral beneficiado de Ley 2020 acompañando a los actores de registro ac dentro de la Unidad de ACM en el caso de FOR y de FOR Libre	Instituciones formadas y especializadas de Recursos Humanos	2	1	Alto	Identificación de los recursos humanos y equipos de trabajo de formación de los recursos humanos de ACM, en caso de recursos humanos de entidades parteras, comités organizadores de candidatura para capacitación de recursos humanos de las parteras, organizaciones relativas a la implementación y gestión de los recursos humanos.	En implementación		
Elaboración, desarrollo y acompañamiento de candidatura de ACM en cuarto electoral beneficiado de Ley 2020 acompañando a los actores de registro ac dentro de la Unidad de ACM en el caso de FOR y de FOR Libre	Entidades de Conflicto de Intereses	1	1	Alto	Conocimiento y asistencia por parte de las colaboradoras de la Dirección de Atención de Gestión de Ética y de Conflictos de Intereses de las Unidades de ACM.	Implementada		
Elaboración, desarrollo y acompañamiento de candidatura de ACM en cuarto electoral beneficiado de Ley 2020 acompañando a los actores de registro ac dentro de la Unidad de ACM en el caso de FOR y de FOR Libre	Favorecimiento de Entidades	1	2	Alto	Análisis de los dispositivos aprobados con base en la legislación de apoyo a las unidades de FOR y de FOR Libre, en el marco de la Ley 2020, para la implementación de los recursos humanos y equipos de trabajo de formación de los recursos humanos de ACM, en caso de recursos humanos de entidades parteras, comités organizadores de candidatura para capacitación de recursos humanos de las parteras, organizaciones relativas a la implementación y gestión de los recursos humanos.	Implementado	Se han realizado y se realizarán actividades de monitoreo y evaluación de los recursos humanos y equipos de trabajo de formación de los recursos humanos de ACM, en caso de recursos humanos de entidades parteras, comités organizadores de candidatura para capacitación de recursos humanos de las parteras, organizaciones relativas a la implementación y gestión de los recursos humanos.	
Elaboración, desarrollo y acompañamiento de candidatura de ACM en cuarto electoral beneficiado de Ley 2020 acompañando a los actores de registro ac dentro de la Unidad de ACM en el caso de FOR y de FOR Libre	Formación de	2	1	Alto	Coordinación de las candidaturas entre una unidad de ACM (que elabora el proyecto técnico) y la Unidad de ACM, que elabora el proyecto con base en la legislación actual y normativa, en el marco de la Ley 2020, para la implementación de los recursos humanos y equipos de trabajo de formación de los recursos humanos de ACM, en caso de recursos humanos de entidades parteras, comités organizadores de candidatura para capacitación de recursos humanos de las parteras, organizaciones relativas a la implementación y gestión de los recursos humanos.	Implementado	Se han realizado y se realizarán actividades de monitoreo y evaluación de los recursos humanos y equipos de trabajo de formación de los recursos humanos de ACM, en caso de recursos humanos de entidades parteras, comités organizadores de candidatura para capacitación de recursos humanos de las parteras, organizaciones relativas a la implementación y gestión de los recursos humanos.	
Verificación de los datos de ACM en el cuarto de FOR	Facilitador de cumplimiento de legislación de implementación de FOR	1	1	Alto	Proceso de verificación de los datos de ACM en el cuarto de FOR, en el marco de la Ley 2020, para la implementación de los recursos humanos y equipos de trabajo de formación de los recursos humanos de ACM, en caso de recursos humanos de entidades parteras, comités organizadores de candidatura para capacitación de recursos humanos de las parteras, organizaciones relativas a la implementación y gestión de los recursos humanos.	Implementado	Se han realizado y se realizarán actividades de monitoreo y evaluación de los recursos humanos y equipos de trabajo de formación de los recursos humanos de ACM, en caso de recursos humanos de entidades parteras, comités organizadores de candidatura para capacitación de recursos humanos de las parteras, organizaciones relativas a la implementación y gestión de los recursos humanos.	

4. Pilares Relacionais com Segurança e Equipamento (produtos, serviços, equipamentos, e tecnologias de informática)

Função da Unidade Organizacional	Sistemas Identificados (com indicação de áreas e níveis de fundamentação)	Classificação do Nível		Medidas Preventivas (legislação, normas e classificações técnicas, procedimentos, etc)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Previsibilidade (1 a 4)	Nível (valorativo, qualitativo, etc)			
<p>Liberação, liberação e atualização de produtos de acordo com a legislação vigente, com o objetivo de garantir a segurança dos produtos e a qualidade dos serviços prestados.</p> <p>Atualização de produtos e serviços de acordo com a legislação vigente, com o objetivo de garantir a segurança dos produtos e a qualidade dos serviços prestados.</p> <p>Atualização de produtos e serviços de acordo com a legislação vigente, com o objetivo de garantir a segurança dos produtos e a qualidade dos serviços prestados.</p>	<p>Projeto de sistemas de segurança com risco de gravidade reduzida a moderada, com o objetivo de garantir a segurança dos produtos e a qualidade dos serviços prestados.</p> <p>Projeto de sistemas de segurança com risco de gravidade moderada a alta, com o objetivo de garantir a segurança dos produtos e a qualidade dos serviços prestados.</p> <p>Projeto de sistemas de segurança com risco de gravidade alta a crítica, com o objetivo de garantir a segurança dos produtos e a qualidade dos serviços prestados.</p>	2	Significativo	Exercício regular de formação		



Funções da Unidade Orgânica		Riscos (Análise de risco, considerando a natureza e a frequência)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (ações a serem adotadas e identificação dos responsáveis)	Status de Implementação das Medidas Preventivas (em execução, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
			Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Alto, Médio, Significativo, Crítico)				
Assessoria gerencial, técnica, administrativa, financeira e jurídica do gestor do FOM		Ineficiente formação e prestação dos Recursos Humanos da equipe do FOM	1	3	Alto	Revisar a atribuição das funções de compatibilizar e desdobrar: Definir plano de formação de acordo com o gestor e a gestão de necessidades.	Em implementação		
Assegurar que não existam conflitos de interesses nas verificações administrativas (acompanhamento técnico e financeiro) e no local dos projetos.		Existência de Conflito de Interesses	1	3	Alto	Ao realizar atividades de fiscalização de conflitos de interesses do ACM, IP, verificar a existência de conflitos de interesses de acordo com o Manual de Convênios e Contratos nº 001/2014 do FOM; Confiar no e comprometer-se com o Manual de Convênios e Contratos nº 001/2014 do FOM, IP.	Em implementação		
Assegurar o cumprimento das regras de fiscalização e controle financeiro e administrativo (acompanhamento técnico e financeiro) e no local dos projetos.		Favorecimento de Entidades	1	3	Alto	Assegurar a obrigação de declaração de conflitos de interesses do ACM, IP, verificar a existência de conflitos de interesses de acordo com o Manual de Convênios e Contratos nº 001/2014 do FOM; Confiar no e comprometer-se com o Manual de Convênios e Contratos nº 001/2014 do FOM, IP.	Em implementação		
Assegurar o cumprimento das regras de fiscalização e controle financeiro e administrativo (acompanhamento técnico e financeiro) e no local dos projetos.		Incumprimento e aplicação das regras de funcionamento comunitário no âmbito do FOM	2	3	Significativo	Verificar o cumprimento das regras de funcionamento comunitário no âmbito do FOM, IP, verificar a existência de conflitos de interesses de acordo com o Manual de Convênios e Contratos nº 001/2014 do FOM; Confiar no e comprometer-se com o Manual de Convênios e Contratos nº 001/2014 do FOM, IP.	Em implementação		
Assegurar o cumprimento das regras e procedimentos de controle financeiro, técnico e administrativo (acompanhamento técnico e financeiro) e no local dos projetos.		Incumprimento de regras e procedimentos de funcionamento comunitário no âmbito do FOM	2	3	Significativo	Realização de ações de fiscalização sobre os procedimentos de funcionamento comunitário do FOM, IP, verificar a existência de conflitos de interesses de acordo com o Manual de Convênios e Contratos nº 001/2014 do FOM; Confiar no e comprometer-se com o Manual de Convênios e Contratos nº 001/2014 do FOM, IP.	Em implementação		



4. Riscos Relacionados com Segurança e Equilíbrio (Problemas com softwares, equipamentos e tecnologias de informação)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação de natureza e causa e fundamento)	Classificação de Risco			Medidas Preventivas (prevendo a estrutura e características dos identificadas)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adoçadas
		Frequência (1-4)	Impacto (1-4)	Nível (Crítico, Significativo, Baixo)				
<p>Assessoria jurídica, administração, finanças e avaliação dos projetos da IAMI</p>	<p>Dificuldade de encontrar, implementar e manter os sistemas de informação e equipamentos adequados. Paralelamente, o sistema de informação e o sistema de finanças, com o risco de não implementação dos projetos de informática, enquanto a administração não for implementada pelo A.M.A. II, enquanto a administração não for implementada.</p>	2	3	Significativo	<p>Identificação de novos equipamentos para a administração e de SIGTE (baseado a administração), implementação no âmbito do projeto de validação e apresentação dos projetos a SCMM - Autoridade de Investimentos.</p>	Em implementação		

Anexo 11. Plano de Gestão de Riscos - Regulação de Saúde de São Paulo e do Estado de São Paulo e do Estado de São Paulo										
Departamento de Saúde - Diretoria de Gestão de Recursos Humanos - DGRH										
Objetivo Estratégico	Risco Estratégico (consequência da ocorrência do risco)	Classificação do Risco			Medidas de Controle (prevenção, mitigação, transferência)	Impacto (qualitativo)	Probabilidade (qualitativa)	Nível de Risco (antes da implementação das medidas de controle)	Nível de Risco (depois da implementação das medidas de controle)	Medidas de Controle (prevenção, mitigação, transferência)
		Impacto (quantitativo)	Probabilidade (quantitativa)	Nível de Risco (antes da implementação das medidas de controle)						
Promover o desenvolvimento profissional e técnico dos servidores públicos	Risco de não atingir os objetivos de desenvolvimento profissional e técnico dos servidores públicos	1	1	1	Elaboração de planos de carreira	1	1	1	1	Elaboração de planos de carreira
Realizar o Planejamento Estratégico	Risco de não atingir os objetivos de planejamento estratégico	1	1	1	Elaboração de planos estratégicos	1	1	1	1	Elaboração de planos estratégicos
Coordenar a implementação das ações de planejamento estratégico	Risco de não atingir os objetivos de implementação das ações de planejamento estratégico	1	1	1	Elaboração de planos de implementação das ações de planejamento estratégico	1	1	1	1	Elaboração de planos de implementação das ações de planejamento estratégico
2. Riscos relacionados com o funcionamento, manutenção e melhoria dos serviços de saúde										
Fornece o atendimento ao usuário	Risco de não atingir os objetivos de atendimento ao usuário	1	1	1	Elaboração de planos de atendimento ao usuário	1	1	1	1	Elaboração de planos de atendimento ao usuário
Implantar o sistema de gestão de recursos humanos	Risco de não atingir os objetivos de implantação do sistema de gestão de recursos humanos	1	1	1	Elaboração de planos de implantação do sistema de gestão de recursos humanos	1	1	1	1	Elaboração de planos de implantação do sistema de gestão de recursos humanos

A. Nueva Biblioteca con Tecnología e Internet en los Centros Educativos (NUEVA BIBLIOTECA CON TECNOLOGÍA E INTERNET)

Unidad Organizativa	Nueva Biblioteca (entregada de manera física o virtual); El medio de tecnología, el formato de entrega (dispositivos electrónicos o físicos)	Cantidad de URs:			Medios de entrega (entregados físicamente o virtualmente)	Criterio de asignación de recursos (en función de prioridades, disponibilidad)	Medida	Medidas Adicionales
		Problema (E-1)	Resolución (E-2)	Valor (E-3) (E-4) (E-5)				
Sistema de Bibliotecas de la Red de Escuelas de Educación Superior	El medio de tecnología, el formato de entrega (dispositivos electrónicos o físicos)	1	1	1	Dispositivos de entrega (entregados físicamente o virtualmente)	Entrega de dispositivos de entrega de recursos	Entrega de dispositivos de entrega de recursos	
Servicios de Internet para la Red de Escuelas de Educación Superior	Dispositivos de entrega de recursos (entregados físicamente o virtualmente)	1	1	1	Dispositivos de entrega (entregados físicamente o virtualmente)	Entrega de dispositivos de entrega de recursos	Entrega de dispositivos de entrega de recursos	
Medios de entrega de recursos (entregados físicamente o virtualmente)	Dispositivos de entrega de recursos (entregados físicamente o virtualmente)	1	1	1	Dispositivos de entrega (entregados físicamente o virtualmente)	Entrega de dispositivos de entrega de recursos	Entrega de dispositivos de entrega de recursos	

Anexo II - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infracções Conexas do ACMJP								
Designação da Unidade Orgânica: Gabinete de Auditoria Interna - GAI								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação de natureza, causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco (centradas))	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Total ou, Significativo, Crítico)				
<p>Verificação de projetos financeiros e financeiros cofinanciados; Acompanhamento da implementação e avaliação do Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infracções Conexas do ACMJP; Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco</p>	<p>Debilidade no acompanhamento e planeamento da execução de projectos e deficiências metodológicas das suas avaliações</p>	1	2	Tolerável	<p>Chequeio de procedimentos e solicitação de esclarecimentos, sempre que se justificar, de outros responsáveis pelo acompanhamento de projectos financeiros</p>	Em preparação		
	<p>Percepção pouco clara da implementação estratégica e da análise da planificação anual de verificações e de criação de normativos internos</p>	1	2	Tolerável	<p>Levantamento de necessidades anuais com revisão semestral junto dos vários LO do ACMJP.</p>	Em preparação		
	<p>Articulação e comunicação interna para a conexão de organização e acompanhamento da execução</p>	1	2	Tolerável	<p>Articulação regular com superiores hierárquicos no sentido de acompanhar as prioridades de verificação de conformidade de projectos de análise de projectos, face a prioridades pertinentes e prioritárias</p>	Em preparação		

Funções da Unidade Orgânica	Riscos identificados (com indicação da natureza, causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de implementação das Medidas preventivas (em preparação, implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Alternativas
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Crisível, Significativo, Crítico)				
<p>Verificação de projetos técnicos e financeiros com finalidade, acompanhamento da implementação e sua ligação de Plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações; Condições do ACM/IP; Cobertura do Grupo de Trabalho na Avaliação de Risco</p>	Atualização de Formação Especializada em A.	1	2	Crisível	Idoneidade da formação especializada AI	Em preparação		
	Existência de conflito de interesses identificada em projetos objeto de auditoria interna	2	2	Significativo	Dedicação de Conflito de Interesses; Declaração de Avaliação do Código de Ética e de Conduta do ACM/IP; Verificação no cumprimento do princípio da separação de funções	Implementadas;		
	Favorecimento de Entidades Identificadas em projetos objeto de auditoria interna	2	2	Significativo				
	Incumprimento na aplicação das regras do financiamento contábil nos projetos objeto de auditoria interna	1	3	Crisível	Verificação de cumprimento de checklist de auditoria para aferição de conformidade documental a regras e procedimentos decorrentes dos normativos com relação aos cada programa operacional e para o FEB, de forma geral.	Em implementação		
	Incumprimento de regras e procedimentos de contratação pública nos projetos objeto de auditoria interna	1	3	Crisível	Verificação de cumprimento de checklist de contratação pública para cada aquisição; Ausência no âmbito dos projetos financeiros e conformidade com checklist de auditoria para aferição de conformidade documental a regras e procedimentos e para identificação de erros, após respectivos assentados, verificação de checklist de contratação, fatura, recibo e conformidade do pagamento	Em implementação		

<p>Verificação de projetos técnicos e financeiros, de entidades; Acompanhamento e implementação e avaliação do plano de Gestão de Riscos e Prevenção de Corrupção e Infrações Conexas do ACM (PCC); Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco</p>	<p>Transmissão do princípio de qualidade de auditoria interna</p>	<p>1</p>	<p>3</p>	<p>Insuficiente</p>	<p>Verificação do cumprimento das regras de CPF e de utilização dos princípios da qualidade, da transparência e do concordância;</p>	<p>Em Implementação</p>		
	<p>Duplo financiamento, nos projetos objeto de auditoria interna</p>	<p>1</p>	<p>4</p>	<p>Significativo</p>	<p>Declaração de Conflito de Interesses; Declaração de Anulação do Código de Ética e de Conduta do ACM (P); Verificação do cumprimento do princípio de segregação de funções; Verificação do Caso de taxa de Impulsão por RH na totalidade do tempo prestado na entidade, em todos os projetos a auditar*</p>	<p>Em Implementação*</p>		
	<p>Pagamentos indevidos, nos projetos objeto de auditoria interna</p>	<p>1</p>	<p>4</p>	<p>Significativo</p>	<p>Verificação de cumprimento de checklist de auditoria para aferição de conformidade documental a regras e procedimentos para identificação de erros; Apoiar os procedimentos; Verificação de checklist de contratação, fatura, recibo e conformidade do pagamento à execução física da requisição de gastos, previstos e aprovada.</p>	<p>Em Implementação</p>		
	<p>Cobrança de reserva de confiabilidade, relativamente a projetos objeto de auditoria interna</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>Insuficiente</p>	<p>Ocorrência de Acatamento do Código de Ética e de Conduta do ACM (P).</p>	<p>Implementada</p>		

4. Riscos Relacionados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e ferramentas de informação)

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (em indicação de natureza, causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e distinção do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementada)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (L a 4)	Impacto (L a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Funções da Unidade Orgânica Verificação de projetos técnicos e financeiros concluídos; Acompanhamento da implementação e avaliação do plano de Gestão de Riscos e Prevenção da Corrupção e Infrações; Tempos em ACM (P); Coordenação do Grupo de Trabalho de Avaliação de Risco	Utilização de tecnologias, ferramentas informáticas e/ou equipamentos desatualizados	2	2	Significativo	Em preparação			
	Deficiências no sistema de segurança ao nível dos Sanitários e Infraestruturas	1	1	Tolerável	Autorização e reforço do acesso à rede e respetiva segurança.	Em preparação		
	Fragilidade dos sistemas de segurança com risco de garantia relativa à integridade da informação (dados e cópias de segurança)	1	2	Tolerável	Regularidade de backups sistemáticos automáticos.	Implementada		

Anexo II - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção de Corrupção e Infrações Conexas do ACM/JP.

Designação da Unidade Orgânica: GECL

1. Riscos Relacionados com o Ambiente Externo (contexto geopolítico, prioridades políticas, legislação e parcerias externas)

Funções da Unidade Orgânica	Riscos identificados (com indicação da natureza, causa e fundamento)	Classificação do risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Gestão do site	Contrangimentos técnicos com a empresa que gere tecnicamente o site - Dependência excessiva para execução de intervenções de fundo	1	3	Tolerável	Plano de formação para mais autonomia	A Implementar		
Produção de materiais, publicações, vídeos/spots	Contratação externa; contratações por procedimentos muito morosos	1	2	Tolerável	Plano de comunicação este mas criação de gabinete especializado em contratação pública; plano de articulação com parceria	Em implementação		

Anexo II - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM/IP.

Designação da Unidade Orgânica: Núcleo de Relações Internacionais - NRI								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza, causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Participação em Conferências Internacionais	Reduções substanciais na dotação orçamental	1	3	Tolerável	Adequar a participação internacional face ao orçamento disponível	Em implementação		
Preparação de relatórios e pareceres em diversas áreas	Articulação e comunicação interna e externa para coesão de programação e acompanhamento da execução	1	2	Tolerável	Reforço da comunicação interna	Em Implementação		

2. Riscos Relacionados com o Planeamento, Processos e Sistemas (estratégia organizacional, planificação anual, condicionalismos nos procedimentos operacionais, problemas de articulação orgânica e de comunicação interna e externa)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza, causa e funcionamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Preparação de reportes e pareceres em diversas áreas	Perceção pouco clara da implementação estratégica transversal da planificação anual e desatualização de estratégias sectoriais	1	2	Tolerável	Reforço da comunicação interna	Em implementação		
	Fragilidade de articulação e comunicação interna e externa para coesão da programação e acompanhamento da execução	1	3	Tolerável	Reforço da comunicação interna	Em implementação		

3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - Integra riscos de corrupção e afins)									
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza, causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais	
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)					
Preparação de vistas de Alto-Nível	Insuficiente formação especializada dos Recursos Humanos	1	3	Tolerável	Formação contínua	Em implementação			
		1	2	Tolerável	Adequar a participação ao nível da exigência da representação; Assinatura da Declaração de Aceitação do Código de Ética e de Conduta do ACM/IP.; Assinatura da Declaração de Conflito de Interesses;	Em implementação			
Representação do ACM em instâncias nacionais e internacionais	Favorecimento de Entidades	1	2	Tolerável	Formação contínua; Assinatura da Declaração de Aceitação do Código de Ética e de Conduta do ACM/IP.; Assinatura da Declaração de Conflito de Interesses	Em implementação			
		1	2	Tolerável	Análise cuidada às regras da entidade que convida à deslocação/participação	Em implementação			
Deslocações internacionais apoiadas pela UE	Duplo financiamento	1	3	Tolerável	Análise cuidada às regras da entidade que convida à deslocação/participação	Em implementação			
		1	4	Significativo	Formação contínua	Em implementação			

4. Riscos Relacionados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação)

Funções da Unidade Organizacional	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Preparação de reportes e pareceres em diversas áreas	Utilização de tecnologias, ferramentas informáticas e/ou equipamentos desadequados	1	2	Tolerável	Acompanhamento e apoio do Serviço NGARH	Em implementação		
Compilação de informação interna para resposta a Organizações Internacionais	Deficiências no sistema de segurança ao nível dos Servidores e Infraestruturas	1	2	Tolerável	Acompanhamento e apoio do Serviço NGARH	Em implementação		
	Fragilidade dos sistemas de segurança com risco de garantia relativa à integridade da informação (dados e cópias de segurança)	1	2	Tolerável	Preparação de cópias de segurança	Em implementação		

Anexo II - Matriz de Gestão de Riscos 2 de Prevenção da Corrupção e Infração de Valores do ACM/PJ										
Designação da Unidade Organizativa: Núcleo de Apoio aos Migrantes										
1. Missão: Colaborar, em conjunto com o Ambiente Externo (com o setor regulatório, parceiros políticos, sociedade civil e outras entidades)										
Funções da Unidade Organizativa	Riscos Identificados (em medição de natureza: causa e fundamento)	Classificação de Risco			Nível (Indicador Qualitativo, Critico)	Medidas/Prevenções (Logística e Financeira a classificar de risco identificado)	Grau de implementação das Medidas (Preparação em preparação, em implementação, implementada)	Avaliação	Medidas Adicionais	
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Intensidade (1 a 4)						
<p>Funções da Unidade Organizativa</p> <p>Em 2020, foram atribuídas as seguintes funções: acompanhar o plano estratégico para 2020-2023; prestar assessoria técnica, administrativa e financeira ao funcionamento do Conselho para a Migração; contribuir para a sensibilização das comunidades emigrantes portuguesas e da diáspora em geral para os oportunidades decorrentes a Portugal; executar as medidas de apoio ao regresso e integração de cidadãos emigrantes; apoiar, em articulação com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o exterior de emigrantes portugueses que desejem regressar ao país; colaborar para os juízos de equidade no quadro das atividades do ACM; P. e executar as atividades legais e regulamentares comuns às atividades do ACM e do Parlamento das regiões autónomas, nos quais se encontra envolvido.</p>	2 - Geração de alterações no contexto internacional e políticas (na nível dos países emigrantes) com impacto na diáspora portuguesa.	3	3	3	Critico	Adoptar um plano de prevenção de riscos que inclua medidas no âmbito da comunicação de risco e da formação de recursos humanos.	Em preparação			
	4 - Tempo de resposta lento dos decisores políticos e possibilidade de rejeição de propostas, no âmbito das políticas sociais e, em particular, de políticas sobre migrações.	3	4	4	Significativa	Realização de reuniões de ACM para a discutir, com as prioridades de implementação nas áreas, com as, por via da nacionalidade das atividades, a nível de implementação de medidas.	Implementação			
	5 - Deterioração das relações (por exemplo: cumprimento de prazos, prazos de entrega emissores)	2	3	3	Significativa	Trabalho de acompanhamento interno das atividades (PDM, CM e Planos); para o cumprimento das atividades e projetos; sensibilização para a importância do papel das áreas envolvidas nos processos e a necessidade de trabalho em conjunto.	Implementação			

Anexo I- Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Intrações Conexas do ACM/IP								
Designação de Unidade Orgânica: Núcleo de Apoio à Integração de Refugiados - NAR								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza, causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Mapear as disponibilidades locais de acolhimento de pessoas refugiadas	Através do desbloqueio do apoio financeiro as entidades de acolhimento	2	3	Significativo	Criação de mecanismos de informação e articulação mais profícuos na disponibilização financeira imediata aquando da celebração dos respetivos protocolos com entidades de acolhimento	Em implementação		
3. Riscos relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - integra riscos de corrupção e afins)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza, causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Coordinar o processo de recrutamento e integração de pessoas refugiadas e beneficiárias de proteção internacional em Portugal	Necessidade de formação especializada dos recursos humanos no âmbito de Apoio à Integração de Refugiados do ACM, IP das matérias referentes a pessoas refugiadas	2	3	Significativo	Definir planos de formação de acordo com o diagnóstico de necessidades dos técnicos	Em implementação		
4. Riscos relacionados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza, causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Coordinar o processo de acolhimento e integração de pessoas refugiadas e beneficiárias de proteção internacional em Portugal	Plataforma eletrónica - GTAIM permite a gestão atualizada da informação do acompanhamento das disponibilidades locais mas apresenta limitações na aferição de alguns dados	1	2	Tolerável	Realizar um upgrade a plataforma construída para o efeito, através da inserção de outras componentes identificadas como necessárias na estação de dados automática	Em preparação		
Coordinar o processo de acolhimento e integração de pessoas refugiadas e beneficiárias de proteção internacional em Portugal	Definição do sistema de segurança no nível dos servidores e infraestruturas	1	1	Tolerável	Manter assistência técnica adequada e regular ao sistema informático	Em preparação		
Coordinar o processo de acolhimento e integração de pessoas refugiadas e beneficiárias de proteção internacional em Portugal	Fragilidade dos sistemas de segurança com risco de garantia relativa à integridade da informação (fóruns e cópias de segurança)	1	2	Tolerável	Manter cópias de segurança regulares, implementando regras e procedimentos para a instalação de software	Em preparação		

Anexo II - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM/IP.										
Designação da Unidade Orgânica: Núcleo para o Diálogo Intercultural (NDI)										
Funções da Unidade Orgânica/Núcleo para o Diálogo Intercultural (NDI)	Riscos Identificados (com indicação da natureza, causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais	1. Riscos Relacionados com o Ambiente Externo (contexto geopolítico, prioridades políticas, legislação e parcerias externas)	
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)						
Assumir a monitorização e atribuição de fundos comunitários no âmbito da missão conferida ao ACM, I, P	Articulação e comunicação interna e externa para acesso de programação e acompanhamento da execução	2	3	Significativo	Articulação regular com as unidades orgânicas ACM associadas ao financiamento comunitário (PO SE ou FAM); Adoção de um Normativo de Procedimentos, regulador da articulação entre unidades orgânicas ACM, designadamente para mitigar o impacto decisivo para a relação desta UO e do ACM com fornecedores.	Em preparação				
2. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - integra riscos de corrupção e fraude)										
Funções da Unidade Orgânica: Núcleo para o Diálogo Intercultural (NDI)	Riscos Identificados (com indicação da natureza, causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais	2. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - integra riscos de corrupção e fraude)	
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)						
Avaliação de Tarefas e riscos apresentados em 2014 Ação 2 do FEINPT - seleção e acompanhamento de 6 projetos de Equipas Municipais de Mediação Intercultural	Na análise de candidaturas, beneficiar ou prejudicar alguma entidade no que respeita à pontuação atribuída	1	1	Tolerável	Definição de critérios de análise objetivos e fundamentação das opções de avaliação. Segregação de funções e Assinatura da Declaração de Aceitação do Código de Ética e de Conduta do ACM, IP. Segregação de funções	Implementada	Sem ocorrência a registar			
	No acompanhamento técnico e financeiro dos projetos, beneficiar ou prejudicar alguma entidade no que respeita a avaliação técnica e financeira da execução	1	1	Tolerável	Segregação de funções entre técnico de análise da candidatura e técnico responsável pelo acompanhamento dos projetos. Assinatura da Declaração do Código de Ética e Conduta do ACM, IP.	Implementada	Sem ocorrência a registar			
	Na análise de candidaturas, beneficiar ou prejudicar alguma entidade no que respeita à pontuação atribuída	1	1	Tolerável	Definição e critérios de análise objetivos e fundamentação das opções de avaliação. Segregação de funções e Assinatura da Declaração de Aceitação do Código de Ética e Conduta do ACM, IP.	Implementada	Sem ocorrência a registar			

Funções da Unidade Organizacional - Núcleo para o Dia-a-dia Interdisciplinar (NDI)	Riscos Identificados (com indicação da natureza, causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grupo de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Assegurar as demais funções que lhe sejam atribuídas pelo Conselho diretivo	Os colaboradores do NDI têm conhecimentos especializados nas áreas onde estão afeitos, desconhecendo matérias de outras áreas/programas do mesmo núcleo	1	1	Tolerável	Rotatividade dos colaboradores da equipa nas tarefas do projeto ou área em que estão integrados. Conhecimento dos procedimentos financeiros, técnicos e metodológicos envolvidos nas tarefas que desempenham.	Em preparação		
	Assumir a monitorização e atribuição de fundos comunitários no âmbito da missão conferida ao ACM, L.P.	Fragilidade de articulação e comunicação interna e externa para apoio da programação e acompanhamento da execução	1	2	Tolerável	Criação de Normativo para Projetos financiados pelo PO SE e FAMI e acesso a documentos normativos de outras unidades orgânicas ACM com quem o NDI atua, no sentido de regularizar e facilitar procedimentos.	Em preparação	
Assumir a monitorização e atribuição de fundos comunitários no âmbito da missão conferida ao ACM, L.P. no âmbito do FAMI e do PO SE	Insuficiente formação especializada dos Recursos humanos	1	3	Tolerável	Reforço de formação nas áreas de trabalho da unidade orgânica.	Em preparação		
	Existência de Conflito de Interesses	1	1	Tolerável	A segregação de funções. Assinatura de declaração de conflito de interesses.	Em implementação		
	Favorecimento de Entidades	1	1	Tolerável	A segregação de funções. Assinatura de declaração de conflito de interesses.	Em implementação		
	Incumprimento na aplicação das regras do financiamento comunitário	1	3	Tolerável	Todos os colaboradores do NDI que tenham tarefas/projetos com financiamento comunitário devem ter acesso a formação específica.	Em preparação		
	Incumprimento de regras e procedimentos de contratação pública	1	1	Tolerável	Todos os colaboradores do NDI que efetuem procedimentos de aquisição de serviços/processos financeiros devem ter acesso a formação específica	Em preparação		

3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - Integra riscos de corrupção e afins)

4. Risco: Relacionados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação)								
Funções da Unidade Organizativa: Núcleo para o Diálogo Intercultural (NDI)	Riscos Identificados (com indicação de natureza, causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
Fundamento geral da UC	Deficiências no sistema de segurança ao nível dos Servidores e infraestruturas	1	1	Tolerável	Reporte de situação aos responsáveis do ACM	Em preparação		
	Fragilidade dos sistemas de segurança com risco de garantir relativa à integridade da informação (dados e cópias de segurança)	1	2	Tolerável	Reporte de situação aos responsáveis do ACM	Em preparação		

Anexo II - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Ineficiências - OCEMS - 30 ANOS - IP										
Designação da Unidade Orgânica: RUC de Gestão do Alvo Interdisciplinar - OGTAI										
Funções da Unidade Orgânica	Riscos (identificados, com indicação da natureza e causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em percentagem, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais		
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Categoriz. Significativo, Crítico)						
Funcionamento geral do GATA	Perceção ou ocorrência da implementação da estratégia transversal da planificação e avaliação dos resultados de estratégias sectoriais	2	1	Insuficiente	Criação de mecanismos eficazes de Partilha de Informação (reunões, emails, fóruns, reuniões, encontros)	Em implementação				
Funcionamento geral do GATA	Fragilidade de articulação e comunicação interna e externa para com as entidades e acompanhamento da execução	1	2	Insuficiente	Criação de mecanismos eficazes de Partilha de Informação (reunões, emails, fóruns, reuniões, encontros)	Em implementação				
3. Riscos relacionados com Pessoas e Organização (casos humanos, ética, comportamento organizacional - Integre riscos de corrupção e afins)										
Funções da Unidade Orgânica	Riscos (identificados, com indicação da natureza e causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em percentagem, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais		
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Categoriz. Significativo, Crítico)						
Funcionamento geral do GATA	Insuficiente formação especializada dos Recursos Humanos	1	2	Insuficiente	Reforço de formação	Em preparação				
Funcionamento geral do GATA	Existência de conflito de interesses	7	1	Insuficiente	Declaração de conflito de interesses, segregação de funções	Em preparação				
Funcionamento geral do GATA	Suavemente de entidades	1	2	Insuficiente	Definição prévia das regras de funcionamento (critérios de análise, critérios de admitibilidade das entidades, critérios de amabilidade dos processos), análise dos pedidos de apoio por 2 técnicos, aprovação dos pedidos de financiamento extremo a geral, candidatura de própria entidade potencializado e analisada pelo respectivo técnico, segregação de funções	Implementada			Sem ocorrência a registar	
Apoio ao arcebispo	Incumprimento de regras e procedimentos de contratação pública	2	2	Insuficiente	Articulação com EAF e HSOAR; formação em OCEMS das técnicas e as entidades	Em preparação				
Funcionamento geral do GATA	Transgressão do princípio de igualdade de oportunidades	1	2	Insuficiente	Relatório da formação em igualdade de oportunidades	Em preparação				

Atividade	Duplo (manuseio)	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100	101	102	103	104	105	106	107	108	109	110	111	112	113	114	115	116	117	118	119	120	121	122	123	124	125	126	127	128	129	130	131	132	133	134	135	136	137	138	139	140	141	142	143	144	145	146	147	148	149	150	151	152	153	154	155	156	157	158	159	160	161	162	163	164	165	166	167	168	169	170	171	172	173	174	175	176	177	178	179	180	181	182	183	184	185	186	187	188	189	190	191	192	193	194	195	196	197	198	199	200	201	202	203	204	205	206	207	208	209	210	211	212	213	214	215	216	217	218	219	220	221	222	223	224	225	226	227	228	229	230	231	232	233	234	235	236	237	238	239	240	241	242	243	244	245	246	247	248	249	250	251	252	253	254	255	256	257	258	259	260	261	262	263	264	265	266	267	268	269	270	271	272	273	274	275	276	277	278	279	280	281	282	283	284	285	286	287	288	289	290	291	292	293	294	295	296	297	298	299	300	301	302	303	304	305	306	307	308	309	310	311	312	313	314	315	316	317	318	319	320	321	322	323	324	325	326	327	328	329	330	331	332	333	334	335	336	337	338	339	340	341	342	343	344	345	346	347	348	349	350	351	352	353	354	355	356	357	358	359	360	361	362	363	364	365	366	367	368	369	370	371	372	373	374	375	376	377	378	379	380	381	382	383	384	385	386	387	388	389	390	391	392	393	394	395	396	397	398	399	400	401	402	403	404	405	406	407	408	409	410	411	412	413	414	415	416	417	418	419	420	421	422	423	424	425	426	427	428	429	430	431	432	433	434	435	436	437	438	439	440	441	442	443	444	445	446	447	448	449	450	451	452	453	454	455	456	457	458	459	460	461	462	463	464	465	466	467	468	469	470	471	472	473	474	475	476	477	478	479	480	481	482	483	484	485	486	487	488	489	490	491	492	493	494	495	496	497	498	499	500	501	502	503	504	505	506	507	508	509	510	511	512	513	514	515	516	517	518	519	520	521	522	523	524	525	526	527	528	529	530	531	532	533	534	535	536	537	538	539	540	541	542	543	544	545	546	547	548	549	550	551	552	553	554	555	556	557	558	559	560	561	562	563	564	565	566	567	568	569	570	571	572	573	574	575	576	577	578	579	580	581	582	583	584	585	586	587	588	589	590	591	592	593	594	595	596	597	598	599	600	601	602	603	604	605	606	607	608	609	610	611	612	613	614	615	616	617	618	619	620	621	622	623	624	625	626	627	628	629	630	631	632	633	634	635	636	637	638	639	640	641	642	643	644	645	646	647	648	649	650	651	652	653	654	655	656	657	658	659	660	661	662	663	664	665	666	667	668	669	670	671	672	673	674	675	676	677	678	679	680	681	682	683	684	685	686	687	688	689	690	691	692	693	694	695	696	697	698	699	700	701	702	703	704	705	706	707	708	709	710	711	712	713	714	715	716	717	718	719	720	721	722	723	724	725	726	727	728	729	730	731	732	733	734	735	736	737	738	739	740	741	742	743	744	745	746	747	748	749	750	751	752	753	754	755	756	757	758	759	760	761	762	763	764	765	766	767	768	769	770	771	772	773	774	775	776	777	778	779	780	781	782	783	784	785	786	787	788	789	790	791	792	793	794	795	796	797	798	799	800	801	802	803	804	805	806	807	808	809	810	811	812	813	814	815	816	817	818	819	820	821	822	823	824	825	826	827	828	829	830	831	832	833	834	835	836	837	838	839	840	841	842	843	844	845	846	847	848	849	850	851	852	853	854	855	856	857	858	859	860	861	862	863	864	865	866	867	868	869	870	871	872	873	874	875	876	877	878	879	880	881	882	883	884	885	886	887	888	889	890	891	892	893	894	895	896	897	898	899	900	901	902	903	904	905	906	907	908	909	910	911	912	913	914	915	916	917	918	919	920	921	922	923	924	925	926	927	928	929	930	931	932	933	934	935	936	937	938	939	940	941	942	943	944	945	946	947	948	949	950	951	952	953	954	955	956	957	958	959	960	961	962	963	964	965	966	967	968	969	970	971	972	973	974	975	976	977	978	979	980	981	982	983	984	985	986	987	988	989	990	991	992	993	994	995	996	997	998	999	1000	1001	1002	1003	1004	1005	1006	1007	1008	1009	1010	1011	1012	1013	1014	1015	1016	1017	1018	1019	1020	1021	1022	1023	1024	1025	1026	1027	1028
-----------	------------------	---	---	---	---	---	---	---	---	---	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

Anexo 1 - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Censuráveis do ADMIP								
Designação da Unidade Organizativa: Núcleo para o Diálogo Inter-cultural - Programa PPT - Portugal para Todos								
2. Riscos relacionados com o planeamento, processos e sistemas, incluindo a organização, a participação ou a coordenação de procedimentos operacionais, problemas de articulação orgânica e de comunicação interna e externa								
Funções da Unidade Organizativa	Riscos identificados (com indicações de natureza e âmbito)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementada)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Qualitativo, Significativo, Crítico)				
Fundamentação Geral	Fragilidade de articulação e comunicação interna e externa para condução da programação e acompanhamento da execução	1	2	Intermediário	Criação de momentos de preparação, acompanhamento e avaliação dos processos envolvendo técnicos e estímulos.	Em preparação		
	Perceção pouco clara da implementação ou aplicação transversal da identificação de riscos e de atualização de estratégias sectoriais	1	2	Intermediário	Obtatação de mecanismos eficazes de partilha de informação (reuniões, reuniões, encontros, etc.).	Em preparação		

3. Riscos: Ineficiências com Pessoas e Organização (Recursos Humanos, ética, comportamento, integridade, desempenho e fins)										
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamental)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificados)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementada)	Avaliação	Medidas Adicionais		
		Probabilidade (1 a 3)	Impacto (1 a 4)	Nível ("Insuficiente", "Significativo", "Crítico")						
Análise e execução de projetos	Ineficiência na formação especializada dos Recursos Humanos	2	1	Insuficiente	Reforço na formação nos áreas específicas.	Em preparação	Sem ocorrência e registrar			
	Existência de Conflito de Interesses	1	1	Insuficiente	Aclarar de declaração de conflito de interesses. / Segregação de funções. / ADOs de auditoria interna.	Implementada / Implementada / Em preparação	Implementada	Propõe-se a substituição das medidas anteriormente identificadas por: Assinatura da declaração de conflito de interesses. / Segregação de funções. / Validação/Aprovação a vários níveis hierárquicos.		
	Favorecimento de entidades	1	1	Insuficiente	Procedimento de gestão de conflitos de interesses, com criação de procedimentos específicos de análise. / Validação para gestão de projetos e pedido de comissão (ACM). / Segregação de funções entre o responsável e quem aprova as candidaturas.	Implementada	Implementada			
	Incumprimento na aplicação das regras do licenciamento comunitário	1	1	Insuficiente	Ferramentas de verificação do licenciamento comunitário / Criação e implementação de uma checklist.	Em preparação				
	Incumprimento de regras e procedimentos de contratação pública	2	1	Insuficiente	Articulação dos procedimentos de contratação pública com os juristas de ACM.	Implementada				
	Transgressão do princípio de igualdade de oportunidades	1	1	Insuficiente	Federação na formação em igualdade de oportunidades.	Em preparação				
	Duplo licenciamento	2	2	Significativo	Articulação com outros gabinetes para comparação de projetos.	Em preparação				
	Favorecimento de entidades	1	1	Insuficiente	Análise das decisões anteriores com base na legislação de enquadramento de IS, orientações internas do ACM e circulares normativas do PDPTL. / Validação pelo Alto Comissário. / Segregação de funções entre quem analisa e quem aprova os resultados/suados.	Implementada	Sem ocorrência e registrar	Função transferida para a STAF.		
	Existência de conflito de interesses	1	1	Insuficiente	Assinatura da declaração de conflito de interesses. / Segregação de funções.	Implementada				
	Flexibilidade no cumprimento da legislação de enquadramento do SE	1	1	Insuficiente	Realização de verificação local por equipas mistas em parceria com o PDPTL.	Implementada	Sem ocorrência e registrar	Função transferida para a STAF.		
Fundamentação Geral	Quase de reserva do confidencialidade	1	1	Insuficiente	Reforço na formação em ética no trabalho. / Assinatura e reforço na divulgação do código de ética e conduta.	Em preparação / Implementada				

4) Riscos relacionados com Segurança e Equipamentos (relacionados com edifícios, equipamentos, e tecnologias de informação)

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza, causa e (consequência))	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em progressão, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Gravidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível de Crise, Significativo, Crítico				
Funcionamento Geral	Utilização de tecnologias, ferramentas informáticas e/ou equipamentos desadequados.	2	1	Alto	Verificação periódica do hardware e software.	Em progressão		
	Fragilidade dos sistemas de segurança com risco de perda de dados e cópias de segurança.	2	1	Alto	Realização periódica de testes de segurança / Aumento da capacidade de backup.	Em progressão		
	Fragilidade de rede interna e fraca estrutura e comunicação.	3	1	Alto	Revisão do nível de infraestrutura de comunicação.	Em progressão		

Desafios da Unidade Orgânica

1. Riscos Relacionados com o Ambiente externo (contexto geopolítico, prioridades políticas, legislação e parcerias externas)

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (em relação à natureza causal fundamental)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e distorção do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 7)	Nível de Avaliação (Significativo, Crítico)				
Colaborar nos processos de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas relacionadas com as comunidades ciganas, no plano nacional e internacional	Desempenho das entidades parceiras (cumprimento de tarefas, prazos e/ou compromissos); Desenvolvimento da execução técnica e financeira de projetos, realocação de avaliação de projetos/programas	2	2	Significativo	Reforço do acompanhamento interno, em sede e no terreno, para o cumprimento das condições e prazos estipulados;	Em preparação		
Colaborar nos processos de elaboração, implementação, monitoramento e avaliação das políticas públicas relacionadas com as comunidades ciganas, no plano nacional e internacional	Tempo de processamento das decisões políticas e possível falha de redefinição das prioridades ao nível das políticas sociais e, em particular, da política de integração das comunidades ciganas; O tempo de processamento de dados pode causar atrasos na aprovação e execução das intervenções. A redefinição de prioridades pode afetar o trabalho de articulação com entidades parceiras e afetar o seu grau de envolvimento e confiança nos compromissos assumidos	1	3	Crítico	Antecipação de fases do procedimento, agilizar procedimentos de comunicação, influenciar a reflexão sobre as prioridades na matéria que integra a sua missão e atribuições	Em preparação		

2. Riscos relacionados com o Planeamento, Processos e Sistemas (estratégia organizacional, planificação anual, condicionamentos nos procedimentos operacionais, problemas de articulação orgânica e de comunicação interna e externa)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza, causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 5)	Nível (Qualitativo, Significativo, Crítico)				
Assumir a criação e monitorização de financiamento a programas/projetos/iniciativas que promovam a integração das comunidades ciganas	Dependência excessiva de um número restrito de parceiros para a execução das intervenções	1	2	Favorável	Reforçar a sensibilização das parcerias para a responsabilidade social.	Em preparação		
3. Riscos relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, clima, comportamento organizacional, fugas a riscos de corrupção e afins)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza, causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 5)	Nível (Qualitativo, Significativo, Crítico)				
Assumir a criação e monitorização de financiamento a programas/projetos/iniciativas que promovam a integração das comunidades ciganas	Existência de conflito de interesses	1	2	Favorável	Estabelecimento de regulamentos de ativação de financiamento a associações/organizações	Implementada	Sem ocorrências a registar	
Assumir a criação e monitorização de financiamento a programas/projetos/iniciativas que promovam a integração das comunidades ciganas	Favorecimento de Entidades	1	3	Favorável	Segregação de funções entre quem elabora as propostas técnicas e a decisão	Implementada	Sem ocorrências a registar	

Anexo II - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM, I.P.										
Designação da Unidade Orgânica: NAIM – CNAIM										
1. Riscos Relacionados com o Ambiente Externo (contexto geopolítico, prioridades políticas, legislação e parcerias externas)										
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza, causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais		
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)						
CNAIM: dar resposta a diferentes dificuldades sentidas pelos imigrantes, no seu processo de integração em Portugal, num mesmo espaço, através de diferentes serviços, instituições e Gabinetes de Apoio ao Imigrante;	Occorência de situações de catástrofe natural e/ou resultantes de intervenção humana	1	3	Tolerável	Conhecimento das planas de emergência. Conhecimento dos procedimentos relativos aos seguros e acidentes de trabalho. Formação em primeiros socorros.	Implementadas	Sem ocorrências a registar			
	Tríagem para outras instituições. Atendimento, apoio em diversas áreas, favorecimento do cliente.	1	1	Tolerável	Sistema informático onde é registada toda a atividade sabendo-se quem faz os atendimentos.	Implementadas	Sem ocorrências a registar			
3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - integra riscos de corrupção e afins)										
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza, causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais		
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)						
Funções da Unidade Orgânica	Existência de Conflito de Interesses	1	2	Tolerável	Declaração individual de conflito de Interesses, Conhecimento e declaração de aceitação do código de ética e de conduta do ACM, I.P..	Implementadas	Sem ocorrências a registar			
	Transgressão do princípio de igualdade de oportunidades	1	1	Tolerável	Declaração de Conflito de Interesses e de aceitação do código de ética.	Implementadas	Sem ocorrências a registar			
	Quebra de reserva de confidencialidade	1	1	Tolerável	Declaração de Conflito de Interesses e de aceitação do código de ética.	Implementadas	Sem ocorrências a registar			

4. Riscos Relacionados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza, causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
<p>CNAIM: dar resposta a diferentes dificuldades sentidas pelos imigrantes, no seu processo de integração em Portugal, num mesmo espaço, através de diferentes serviços, instituições e Gabinetes de Apoio ao Imigrante;</p>	<p>Utilização de tecnologias, ferramentas informáticas e/ou equipamentos desadequados</p>	1	2	Tolerável	<p>Conhecimento das tecnologias, ferramentas e equipamentos disponíveis; identificação das necessidades junto da equipa de gestão das TIC; Boa utilização e manutenção dos equipamentos.</p>	<p>Em implementação</p>		
	<p>Fragilidade dos sistemas de segurança com risco de garantia relativa à integridade da informação (dados e cópias de segurança)</p>	1	2	Tolerável	<p>Reporte de situação aos responsáveis do ACM</p>	<p>Em preparação</p>		

Anexo II - Matriz de Cálculo e Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM/IP.

Designação da Unidade Orgânica: NAMA - Núcleo de Apoio à Integração de Migrantes - DA 11, M

1. Riscos Relacionados com o Ambiente Externo (contexto geopolítico, prioridades políticas, legislação e parcerias externas)

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: externa e funcionamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco (Estatístico))	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, (in implementação))	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Término, Significativo, Crítico)				
<p>GEPIM: promover o incentivo à contratação de polícias de integração de migrantes e locais para sensibilizando os diferentes atores sociais locais para as questões do abajonito e integrado, da validação da diversidade, proporcionando ferramentas que garantam o fortalecimento do comprometimento das polícias locais nos diferentes territórios.</p>	<p>Articulação e comunicação interna e externa para o envio de programação e acompanhamento da execução.</p>	2	3	Tolerável	Realização de reuniões mensais (gerais de núcleo e por equipa)	Em implementação		
	<p>Execução de tarefas com concisão e dependência de entidades externas</p>	1	2	Significativo	Promover meios de articulação e comunicação mais eficazes com essas entidades. Reportar sistematicamente e quando necessário as dificuldades sentidas.	Em implementação		

2. Níveis de conexões com o Planejamento, Processos e Sistemas; (através da organização, planejamento anual, condições dos meios de articulação orgânica e de comunicação interna e externa)							
Função da Unidade Orgânica	Riscos identificados (com indicação da natureza, causa e fundamento)	Classificação do Risco		Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)				
<p>CA/MI: Promover o incentivo à construção de políticas de integração migrantes ao nível local, sensibilizando os diferentes atores sociais locais para as questões do acolhimento e integração, do valorizado da diversidade, proporcionar o desenvolvimento de ferramentas que garantam o aprofundamento do conhecimento das políticas locais nos diferentes territórios.</p>	Perceção pouco clara da implementação estratégica transversal da planificação anual e desatualização de estratégias sectoriais	1	2	Tolerável	Realização de reuniões mensais (gerais, por núcleo e por equipa); Definição de planos de actividades anuais (gerais, por núcleo e por equipa) de forma integrada.	Em implementação	
	Dependência excessiva de um número restrito de parceiros para a execução das estratégias	2	1	Tolerável	Determinação e Apresentação do programa com vistas ao alargamento a novos parceiros.	Em implementação	
	Fragilidade de articulação e comunicação interna e externa para coesão da programação e acompanhamento da execução	2	1	Tolerável	Realização de reuniões mensais (gerais, por núcleo e por equipa); Elaboração de planos de actividades anuais (gerais, por núcleo e por equipa) de forma integrada.	Em implementação	

3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizado* al. Integro riscos de corrupção e afins)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos identificados (com indicação da natureza, causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de implementação das Medidas preventivas (em preparação, implementação, implementadas)	Atualização	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Límite)				
<p>CAPITAL: promover o incentivo à construção de políticas de integração de migrantes ao nível local, sendo baseado os diferentes atores sociais locais para as questões de acolhimento e integração, da via orçamental da diversidade, proporcionando ferramentas que garantam o aprofundamento do conhecimento das políticas locais nos diferentes territórios.</p>	Injustificação e formação baseada nos Recursos Humanos	1	3	Tolerável	Conhecimento ao plano de formação anual para colaboradores; Procura e proposta de atividades formativas especializadas.	Em implementação		
	Existência de Conflito de Interesses	1	2	Tolerável	Dedicação individual de conflito de interesses; Declaração de deteção do código de ética.	Implementado	sem ocorrências a registar	
	Favorecimento de Entidades	1	2	Tolerável	Dedicação individual de conflito de interesses; Conhecimento e deteção do código de ética.	Implementado	sem ocorrências a registar	
	Transgressão ao princípio de igualdade de oportunidades	1	1	Tolerável	Dedicação individual de conflito de interesses; Conhecimento e deteção do código de ética.	Implementado	sem ocorrências a registar	

4. Riscos relacionados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação)

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação de natureza, causa e funcionamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de implementação das Medidas preventivas (em preparação, implementação, implementada)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível Tolerável Significativo, Crítico)				
<p>GOPIUM promoverá e incentiva a construção de políticas de integração de migrantes ao nível local, sensibilizando os diferentes atores sociais locais para as questões do acolhimento e integração, da valorização da diversidade, propondo instrumentos que garantam o aprofundamento do conhecimento das políticas locais nos diferentes territórios.</p>	Utilização de tecnologias, ferramentas informáticas e/ou equipamentos obsoletos	1	1	Alto	Conhecimento das tecnologias, ferramentas e equipamentos disponíveis; Identificação das necessidades junto do ACARH; boa utilização e manutenção dos equipamentos.	Em implementação		
	Deficiências no sistema de segurança ao nível dos Serviços e Infraestruturas	1	1	Alto	Adequação dos procedimentos e atividades à gestão dos sistemas de forma centralizada através do Instituto competente	Em implementação		
	Fragilidade dos sistemas de segurança com risco de garantia relativa à integridade da informação (dados e cópias de segurança)	1	1	Alto	Adequação dos procedimentos e atividades à gestão dos sistemas de forma centralizada através do Instituto competente	Em implementação		

Anexo II - Matriz de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas do ACM, IP.									
Designação da Unidade Orgânica: NAIM - Núcleo de Apoio à Integração de Migrantes - Programa Mentores para Migrantes									
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza, causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais	
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)					
<p>Coordenar a rede de entidades constituída para a implementação do "Programa Mentores para Migrantes" com vista a promover a integração na sociedade portuguesa de migrantes e refugiados, proporcionar apoio, acompanhamento, orientação para a resolução das suas dificuldades e também promover a igualdade de oportunidades, sensibilizar para a riqueza da diversidade e do voluntariado. Principais actividades / Funções: 1. Comunicação, divulgação, disseminação; 2. Acompanhamento e monitorização; 3. Actividades formativas).</p>	Reduções substanciais na dotação orçamental	1	2	Tolerável	Redução do orçamento do programa.	Em implementação			
	Articulação e comunicação interna e externa para coesão de programação e acompanhamento da execução	2	3	Significativo	Realização de reuniões mensais (gerais de núcleo e por equipa)	Em implementação			

2. Riscos Relacionados com o Planeamento, Processos e Sistemas (estratégia organizacional, planificação anual, condicionalismos nos procedimentos operacionais, problemas de articulação orgânica e de comunicação interna e externa)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza, causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
<p>Coordenar a rede de entidades constituída para a implementação do "Programa Mentores para Migrantes", com vista a promover a integração na sociedade portuguesa de migrantes e refugiados, proporcionando apoio, acompanhamento, orientação para a resolução das suas dificuldades e também promover a igualdade de oportunidades, sensibilizar para a riqueza da diversidade e do voluntariado. Principais actividades / funções: 1.- Comunicação, divulgação, disseminação; 2. Acompanhamento e monitorização; 3. Actividades formativas).</p>	<p>Percepção pouco clara da implementação e estratégia transversal da planificação anual e desactualização de estratégias sectoriais.</p>	1	4	Significativo	<p>Realização de reuniões mensais (gerais, por núcleo e por equipa); Definição de planos de actividades anuais (gerais, por núcleo e por equipa) de forma integrada.</p>	<p>Em implementação</p>		
	<p>Dependência excessiva de um número restrito de parceiros para a execução das intervenções</p>	1	2	Tolerável	<p>Disseminação e apresentação do programa com vista ao alargamento a novos parceiros; Criar formas de não dependência financeira (modelo actual); Articulação com outras medidas financiadas.</p>	<p>Em implementação</p>		
	<p>Fragilidade de articulação e comunicação interna e externa para coesão da programação e acompanhamento da execução</p>	1	3	Tolerável	<p>Realização de reuniões mensais (gerais, por núcleo e por equipa); Definição de planos de actividades anuais (gerais, por núcleo e por equipa) de forma integrada.</p>	<p>Em implementação</p>		

3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - integra riscos de corrupção e afins)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza, causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
<p>Coordenar a rede de entidades constituída para a implementação do "Programa Mentores para Migrantes" com vista a promover a integração na sociedade portuguesa de migrantes e refugiados, proporcionando apoio, acompanhamento, orientação para a resolução das suas dificuldades e também promover a igualdade de oportunidades, sensibilizar para a riqueza da diversidade e do voluntariado. Principais actividades / funções: 1. Comunicação, divulgação, disseminação; 2. Acompanhamento e monitorização; 3. Actividades formativas).</p>	Ineficiente formação especializada dos Recursos Humanos	1	3	Tolerável	Conhecimento do plano de formação anual para colaboradores; procura e proposta de actividades formativas especializadas.	Em implementação		
	Existência de Conflito de Interesses	1	2	Tolerável	Declaração individual de conflito de interesses; conhecimento e aceitação do código de ética.	Em implementação		
	Favorecimento de Entidades	1	2	Tolerável	Declaração individual de conflito de interesses; conhecimento e aceitação do código de ética.	Em implementação		
	Transgressão do princípio de igualdade de oportunidades	1	1	Tolerável	Conhecimento e aceitação do código de ética.	Em implementação		
	Quebra de reserva de confidencialidade	1	1	Tolerável	Conhecimento e aceitação do código de ética.	Em implementação		

4. Riscos relacionados com Segurança e Equipamentos: (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza, causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco verificado)	Grau de implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
<p>Coordenar a rede de entidades constituída para a implementação do "Programa Mentores para Migrantes" com vista a promover a integração na sociedade portuguesa de migrantes e refugiados, proporcionando apoio, acompanhamento, orientação para a resolução das suas dificuldades e também promover a igualdade de oportunidades, sensibilizar para a riqueza da diversidade e do voluntariado. Principais actividades / funções: 1. Comunicação, divulgação, disseminação; 2. Acompanhamento e monitorização; 3. Actividades formativas).</p>	Utilização de tecnologias, ferramentas informáticas e/ou equipamentos desadequados	1	2	Tolerável	Conhecimento das tecnologias, ferramentas e equipamentos disponíveis; Identificação das necessidades junto da equipa de gestão das TIC; Boa utilização e manutenção dos equipamentos.	Em implementação		
	Deficiências no sistema de segurança ao nível dos Servidores e Infraestruturas	1	2	Tolerável	Adequação dos procedimentos e actividades à gestão dos sistemas de forma centralizada através do instituto competente	Em implementação		
	Fragilidade dos sistemas de segurança com risco de garantia relativa à integridade da informação (dúbia e cópias de segurança)	1	2	Tolerável	Adequação dos procedimentos e actividades à gestão dos sistemas de forma centralizada através do instituto competente	Em implementação		

1. Riscos Relacionados com o Ambiente Externo (contexto geopolítico, prioridades políticas, legislação e parcerias externas)

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza: causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
GAEM - apoio técnico e atividades de capacitação no processo de criação de negócios; promoção das iniciativas empreendedoras	Reduções substantivas na dotação orçamental	2	1	Tolerável	Clair parcerias; Otimizar recursos.	Em preparação		
	Projetos no terreno com débil execução física e financeira	2	1	Tolerável	Realizar visitas de acompanhamento aos projetos; Disponibilizar informação escrita ou por outras vias sobre a execução das atividades	Em preparação		
	Fragil articulação e comunicação interna e externa para coesão de programação da execução	1	2	Tolerável	Realização de reuniões regulares (na equipa de trabalho e com as chefias). Verter Informação clara e precisa sobre as atividades nos meios de comunicação ao dispor da organização e junto dos parceiros.	Em implementação		
GAEM/FEI - capacitação e apoio técnico no processo de criação de negócios	Falta de rigor e transparência na triagem de participantes	1	1	Tolerável	Listar critérios de triagem/aspectos impeditivos da participação na ação; utilizar um guião de entrevista comum a todos os candidatos.	Implementadas	Sem ocorrências a registar.	

2. Riscos Relacionados com o Planeamento, Processos e Sistemas (estratégia organizacional, planificação anual, conditionalismos nos procedimentos operacionais, problemas de articulação orgânica e de comunicação interna e externa)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos identificados (com indicação da natureza, causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de implementação das Medidas Preventivas (em preparação, implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
<p>GAEM - apoio técnico e actividades de capacitação no processo de criação de negócios; promoção das iniciativas empreendidas</p>	<p>Perceção pouco clara da implementação estratégica transversal de planificação anual e desatualização de estratégias sectoriais</p>	1	1	Tolerável	<p>Ter conhecimento do plano de actividades da organização</p>	<p>implementadas</p>	<p>Sem ocorrências a registar</p>	
	<p>Dependência excessiva de um número restrito de parceiros para a execução das intervenções</p>	1	1	Tolerável	<p>Estimular a emergência de novos parceiros e/ou novas redes de parceiros.</p>	<p>Em preparação</p>		
	<p>Débil acompanhamento técnico e financeiro da execução de projectos no terreno e deficiências metodológicas das suas avaliações</p>	1	2	Tolerável	<p>Fortalecer os mecanismos de coordenação entre equipas técnicas e financeiras.</p>	<p>Em preparação</p>		

3. Riscos Relacionados com Pessoas e Organização (recursos humanos, ética, comportamento organizacional - integra riscos de corrupção e afins)								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza; causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
GAEM - apoio técnico e atividades de capacitação no processo de criação de negócios; promoção das iniciativas empreendedoras	Existência de Conflito de Interesses	1	1	Tolerável	Assinatura da Declaração de Conflitos de Interesses; Segregação de funções; Declaração de Aceitação do Código de Ética e de Conduta do ACM, IP.	Implementadas	Sem ocorrências a registrar	
	Favorecimento de Entidades	1	1	Tolerável	Segregação de funções	Em implementação		
	Procedimentos de contratação	1	1	Tolerável	Articulação direta com a Jurista do ACM e com a EFAP e averiguação de documentos e procedimentos com estas unidades orgânicas.	Implementadas	Sem ocorrências a registrar	

4. Riscos Relacionados com Segurança e Equipamentos (problemas com edifícios, equipamentos e tecnologias de informação)

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados (com indicação da natureza, causa e fundamento)	Classificação do Risco			Medidas Preventivas (segundo a natureza e classificação do risco identificado)	Grau de Implementação das Medidas Preventivas (em preparação, em implementação, implementadas)	Avaliação	Medidas Adicionais
		Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)				
GAEM - apoio técnico e atividades de capacitação no processo de criação de negócios; promoção das iniciativas empreendedoras	Utilização de tecnologias, ferramentas informáticas e/ou equipamentos desadequados	1	1	Tolerável	Descontinuar o equipamento obsoleto	Em preparação		
	Deficiências no sistema de segurança ao nível dos Servidores e Infraestruturas	1	1	Tolerável	Manter assistência técnica adequada.	Em implementação		
	Fragilidade dos sistemas de segurança com risco de garantia relativa à integridade da informação (dados e cópias de segurança)	1	2	Tolerável	Fazer cópias de segurança diárias; implementar regras e procedimentos para instalação de software.	Em implementação		



Anexo II - Matriz Setorial de Gestão e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas de ACM/P2 - Operações Financeiras por Unidade Orgânica

Designação da Unidade Orgânica: Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial

Matriz Setorial de Gestão e de Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas de ACM/P2 - Operações Financeiras por Unidade Orgânica

Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados	Descrição dos Riscos	Classificação do Risco			Principais Medidas de Prevenção e Mitigação Identificadas	Medidas Adicionais Propostas	Responsáveis		
			Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tolerável, Significativo, Crítico)					
Campanhas de Sensibilização da sociedade civil para o combate à discriminação racial e mecanismos de reação - OCCR	Conflito de interesses	Existência de Conflitos de Interesses (acumulação de funções)	1	3	Tolerável	Assinatura da Declaração de Aceitação do Código de Ética e Conduta de ACM/P2 e da Declaração de Conflito de Interesses		DODP - Célia Almeida		
		Existência de Conflitos de Interesses dos colaboradores (ordenação de cargos em entidades públicas abrangidas por decisões em que participaram no exercício de cargos públicos)	1	3	Tolerável					
	Procedimentos de contratação pública	Irregularidades no cumprimento com procedimentos de contratação pública na formação e execução de contratos	2	3	Significativo	Contratação dos Procedimentos no serviço Jurídico do ACM/P2 - Criação e divulgação de manual de normas internas com ênfase na verificação de procedimentos em CCP				
		Irregularidade no cumprimento de regras e procedimentos de contratação pública na escolha de adjudicatário	2	3	Significativo					
		Irregularidade no cumprimento dos procedimentos de contratação pública (convite, programa de concurso e caderno de encargos)	2	3	Significativo					
		Alterações contratuais e/ou alterações, bens e/ou serviços não fornecidos ou substituídos sem fundamentação e procedimentos adequados	2	3	Significativo					
	Transgressão de princípios de Ética e Conduta na Sfeção, Análise e Acompanhamento de Operações	Conflito de reserva de confidencialidade	Irregularidade no cumprimento do princípio da confidencialidade, pelo recurso abusivo a esse direito	2	3	Significativo	Parer, Juridico de apreciação e validação prévia do acordo com o princípio de segregação de funções			
			Conflito de reserva de confidencialidade	1	4	Significativo			Assinatura da Declaração de Aceitação do Código de Ética e de Conduta de ACM/P2	
		Transgressão de princípios de Ética e Conduta na Sfeção, Análise e Acompanhamento de Operações	Favorecimento de Entidades		2	3	Significativo		Declaração de Aceitação do Código de Ética e de Conduta de ACM/P2, Declaração de Conflito de Interesses,	



Anexo III - Manual Sectorial de Función de Rectoría y de Prevención de Corrupción e Integridad Generales de ACM S.P. - Operaciones Financieras por Unidad Organizativa								
Designación de Unidades Organizativas - F/2020								
Función de Unidad Organizativa	Necesidad Identificada	Descripción de Rectoría	Clasificación de Risco			Medidas Administrativas Preventivas	Responsables	
			Hechabilidad (1 a 9)	Impacto (1 a 9)	Nivel (Categoría) Significativo (Criterio)			
<p>Elaboración, actualización e implementación de estadísticas de ACM con respecto a dicho indicador de integridad 2020, acompañamiento financiero y de proyectos en ámbito de actividad de ACM en cuanto al de FOREI © de PUN LERMA</p>	<p>Existencia de Conflictos de Intereses (cumulación de funciones)</p>	<p>Existencia de Conflictos de Intereses de colaboración (sección de Logos en Imágenes, Publicidad, Arrendamiento de espacios en que participan en mercado de cargos públicos)</p>	1	7	Alto (Categoría) Significativo (Criterio)	<p>No es de colaboradores que ejercen funciones públicas, a lo que dispone la necesidad de pedido de autorización previa para adelantar de funciones, no caso de otras entidades, aseguratura de declaración de conflicto de intereses e pedido de licencia de interacción en proyectos, en que tal se pueda verificar</p>		
			1	2	Bajo (Categoría) Significativo (Criterio)			<p>No caso de colaboradores que ejercen funciones públicas, a lo que dispone la necesidad de pedido de autorización previa para adelantar de funciones, no caso de otras entidades, aseguratura de declaración de conflicto de intereses e pedido de licencia de interacción en proyectos, en que tal se pueda verificar</p>
			1	2	Alto (Categoría) Significativo (Criterio)			

<p>Elaboração, supervisão e acompanhamento da candidatura da ACM ao cargo de entidade executora do Projeto 2009, acompanhamento financeiro e operacional, análise e atualização da ACM, relatório de PDEU e do PDA Lisboa</p>		<p>Incorporação de procedimentos de contratação pública na formação e renovação de contratos por parte de entidades beneficiárias em projetos em que a ACM é Organismo Intermediário</p>	3	2	<p>Significativo</p>	<p>Preenchimento de checklist de conformação pública por parte de entidades beneficiárias relativamente a quais a ACM é OI</p>
		<p>Manipulação de procedimentos sancionados por parte de entidades beneficiárias em projetos em que a ACM é Organismo Intermediário</p>	3	2	<p>Significativo</p>	<p>Preenchimento de checklist de conformação pública por parte de entidades beneficiárias relativamente a quais a ACM é OI</p>
	<p>Procedimentos de Contratação Pública</p>	<p>Incumprimento com regras e procedimentos de contratação pública na escolha de adjudicatário por parte de entidades beneficiárias em projetos em que a ACM é Organismo Intermediário</p>	3	2	<p>Significativo</p>	<p>Preenchimento de checklist de conformação pública por parte de entidades beneficiárias relativamente a quais a ACM é OI</p>
		<p>Incumprimento com procedimentos de contratação pública (desvios, programa de controle e caderno de encargos) por parte de entidades beneficiárias em projetos em que a ACM é Organismo Intermediário</p>	3	2	<p>Significativo</p>	<p>Preenchimento de checklist de conformação pública por parte de entidades beneficiárias relativamente a quais a ACM é OI</p>

Verificação de preenchimento de checklist para conformação de procedimentos e identificação das que não estiverem cumpridas? Referência aos procedimentos realizados.

EFM - Talassoluz

<p> Laboratório Jurídico e Nome do Advogado ACM e/ou o estúdio jurídico Portugal 2015: acompanhamento Financeiro de projetos no âmbito da 4074/468 do ACM enquanto O. G. INCE e do FOR Lisboa </p>	<p> Incurpamento de Principios Fundamentais do Direito, emulativo </p>	<p> Incumprimento do princípio da consuetudo, designadamente em relação ao acesso à justiça civil, por parte da entidade beneficiária, verificado em que estado de cumprimento do princípio da consuetudo, designadamente em relação ao acesso à justiça civil, por parte da entidade beneficiária, verificado em que estado de </p>	<p>3</p>	<p>2</p>	<p>Aplicativo</p>	<p> Fomento de medidas de conciliação judicial por parte das entidades beneficiárias relativamente às questões INCE </p>	
		<p> Incumprimento na aplicação das regras de funcionamento como eletrónico aplicação da tabela de COCI </p>	<p>1</p>	<p>2</p>	<p> Desconhecimento do processo de acompanhamento financeiro dos projetos da tabela COCI, validação de anotações e/ou por exemplo, a hierarquia </p>		
	<p> Queira a sua empresa a sua confidencialidade, verificar informação de ACM de acesso restrito </p>		<p>1</p>	<p>2</p>	<p> Conhecimento por parte das entidades beneficiárias do Código de Ética e de Conduta, verificado em relação ao Código de procedimentos a ser aplicado </p>		
	<p> Transgressão de Principios de Ética e Deontologia 1 a 4.ª, 5.ª, 6.ª e 7.ª e Acompanhamento de Obrigações </p>	<p> Não deteção das situações de irregularidade no Estado </p>	<p>1</p>	<p>2</p>	<p> Conhecimento por parte das entidades beneficiárias do Código de Ética e de Conduta, verificado em relação ao Código de procedimentos a ser aplicado, em relação aos procedimentos, as 1.ª, 2.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª, 6.ª e 7.ª 1.ª, 2.ª, 3.ª, 4.ª, 5.ª, 6.ª e 7.ª </p>		<p> INCE - Fomento de medidas de conciliação judicial por parte das entidades beneficiárias relativamente às questões INCE </p>

Gestão Financeira	Indicador	1	2	3	4	5	6
<p>Elaboração, atualização e acompanhamento de candidaturas de ACM enquanto em dados beneficiários no Portal ACM, sempre que solicitado pela entidade do ACM ou quando de interesse do FUNDACOM e do FOCULTECA</p>	<p>Reconhecimento imediato de custos de despesas confirmadas para a função de fomento</p>	1	2	3	4	5	6
	<p>Fórmula de cálculo de custos hora para projetos nacionais e internacionais, a ser publicada em sites no Portal de Acesso Aberto</p>	2	1	3	4	5	6
	<p>Custos com pessoal afetos, necessariamente projetos especiais, em viagens e para BR e outros países, a ser lançado no projeto</p>	2	3	1	4	5	6
<p>Inscrição e validade de despesas</p>	<p>Prazo de inscrição de despesas de complexo no sistema de gestão de despesas</p>	3	2	1	4	5	6
	<p>Prazo de validação de despesas confirmadas em sistema de gestão de despesas</p>	2	1	3	4	5	6
	<p>Prazo de validação de despesas confirmadas em sistema de gestão de despesas</p>	2	1	3	4	5	6
<p>Atualização de dados de despesas confirmadas em sistema de gestão de despesas</p>	<p>Atualização de dados de despesas confirmadas em sistema de gestão de despesas</p>	2	1	3	4	5	6
	<p>Atualização de dados de despesas confirmadas em sistema de gestão de despesas</p>	2	1	3	4	5	6
	<p>Atualização de dados de despesas confirmadas em sistema de gestão de despesas</p>	2	1	3	4	5	6
<p>Atualização de dados de despesas confirmadas em sistema de gestão de despesas</p>	<p>Atualização de dados de despesas confirmadas em sistema de gestão de despesas</p>	2	1	3	4	5	6
	<p>Atualização de dados de despesas confirmadas em sistema de gestão de despesas</p>	2	1	3	4	5	6
	<p>Atualização de dados de despesas confirmadas em sistema de gestão de despesas</p>	2	1	3	4	5	6

FAP - Talana Barreto

<p>ANEXO III. MÓDULO DE CALIFICACIÓN DE RESULTADOS DE LA PRUEBA DE CALIFICACIÓN DE LOS CANDIDATOS A LOS PUESTOS DE TRABAJO DE LA OFICINA GENERAL DE TRANSPARENCIA Y ACCESO A LA INFORMACIÓN PÚBLICA</p> <p>SECCIÓN DE CALIFICACIÓN DE RESULTADOS DE LA PRUEBA DE CALIFICACIÓN DE LOS CANDIDATOS A LOS PUESTOS DE TRABAJO DE LA OFICINA GENERAL DE TRANSPARENCIA Y ACCESO A LA INFORMACIÓN PÚBLICA</p>									
Categoría de Competencias	Riesgo Identificado	Descripción de la Acción	Cantidad de Respuestas			Nivel de Impacto (Categoría de Competencia)	Nivel de Impacto (Categoría de Competencia)	Medidas Adicionales Propuestas	Referencias
			Practicidad (1 a 4)	Importancia (1 a 4)	Relevancia (1 a 4)				
<p>Atención al cliente y gestión de quejas y reclamos de los usuarios (Buen trato al cliente y gestión de quejas y reclamos de los usuarios)</p>	<p>Conflicto de intereses</p>	<p>Atención al cliente y gestión de quejas y reclamos de los usuarios</p>	1	3	3	Alta	Alta	<p>Medidas adicionales de prevención: Implementación de un protocolo de atención al cliente y gestión de quejas y reclamos de los usuarios.</p>	<p>Reglamento de Organización y Funciones de la Oficina General de Transparencia y Acceso a la Información Pública.</p>
<p>Atención al cliente y gestión de quejas y reclamos de los usuarios (Buen trato al cliente y gestión de quejas y reclamos de los usuarios)</p>	<p>Favoritismo</p>	<p>Atención al cliente y gestión de quejas y reclamos de los usuarios</p>	1	3	3	Alta	Alta	<p>Medidas adicionales de prevención: Implementación de un protocolo de atención al cliente y gestión de quejas y reclamos de los usuarios.</p>	<p>Reglamento de Organización y Funciones de la Oficina General de Transparencia y Acceso a la Información Pública.</p>
<p>Atención al cliente y gestión de quejas y reclamos de los usuarios (Buen trato al cliente y gestión de quejas y reclamos de los usuarios)</p>	<p>Imparcialidad</p>	<p>Atención al cliente y gestión de quejas y reclamos de los usuarios</p>	1	3	3	Alta	Alta	<p>Medidas adicionales de prevención: Implementación de un protocolo de atención al cliente y gestión de quejas y reclamos de los usuarios.</p>	<p>Reglamento de Organización y Funciones de la Oficina General de Transparencia y Acceso a la Información Pública.</p>
<p>Atención al cliente y gestión de quejas y reclamos de los usuarios (Buen trato al cliente y gestión de quejas y reclamos de los usuarios)</p>	<p>Conflicto de intereses</p>	<p>Atención al cliente y gestión de quejas y reclamos de los usuarios</p>	1	3	3	Alta	Alta	<p>Medidas adicionales de prevención: Implementación de un protocolo de atención al cliente y gestión de quejas y reclamos de los usuarios.</p>	<p>Reglamento de Organización y Funciones de la Oficina General de Transparencia y Acceso a la Información Pública.</p>
<p>Atención al cliente y gestión de quejas y reclamos de los usuarios (Buen trato al cliente y gestión de quejas y reclamos de los usuarios)</p>	<p>Conflicto de intereses</p>	<p>Atención al cliente y gestión de quejas y reclamos de los usuarios</p>	1	3	3	Alta	Alta	<p>Medidas adicionales de prevención: Implementación de un protocolo de atención al cliente y gestión de quejas y reclamos de los usuarios.</p>	<p>Reglamento de Organización y Funciones de la Oficina General de Transparencia y Acceso a la Información Pública.</p>
<p>Atención al cliente y gestión de quejas y reclamos de los usuarios (Buen trato al cliente y gestión de quejas y reclamos de los usuarios)</p>	<p>Conflicto de intereses</p>	<p>Atención al cliente y gestión de quejas y reclamos de los usuarios</p>	1	3	3	Alta	Alta	<p>Medidas adicionales de prevención: Implementación de un protocolo de atención al cliente y gestión de quejas y reclamos de los usuarios.</p>	<p>Reglamento de Organización y Funciones de la Oficina General de Transparencia y Acceso a la Información Pública.</p>

Anexo III - Matrícula de Contas de Renda e de Provedor de Contas e Informações Gerais de ADM/P - Operações Financeiras por Unidade Orgânica												
Designação da Unidade Orgânica: Núcleo para Diálogo Interinstitucional - Programa PPI - No Topo para Todos												
Núcleo Central de Custos de Renda e de Provedor de Contas e Informações Gerais de ADM/P - Operações Financeiras por Unidade Orgânica												
Unidade Orgânica	Renda Identificada	Descrição dos Riscos	Classificação de Risco			Princípio(s) de Prevenção e Mitigação Identificados	Medidas Mitigadoras Propostas	Resposta	Medidas Mitigadoras Propostas	Resposta		
			Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Risco (De 1 a 16) Significativo Crítico							
Análise e seleção de projetos	Fluxos financeiros de contrapartida pública	<p>Crédito e de terceiros</p> <p>Deficiência de controle de interesses (prestitação de serviços)</p> <p>Conflitos de interesses, especialmente em contratos de prestação de serviços por decisão que não participaram na execução de licitação pública</p> <p>Exclusão de credores e fornecedores de ADM/P</p> <p>Crédito e de terceiros não licenciados, salomios e comissões</p> <p>Empreendimento que não aderiu ao contrato público na formação e execução de contratos</p> <p>Manipulação de procedimentos concursais</p> <p>Incumprimento com regras e procedimentos de contratação pública na execução de obras e serviços</p> <p>Incumprimento com procedimentos de contratação pública (processo, programa de concessão e cadastramento de empresas)</p> <p>Ações contrárias aos princípios de transparência, publicidade, eficiência e economicidade em licitação e contratação pública</p> <p>Incumprimento de princípios de qualidade de prestação de serviços, análise e seleção de fornecedores licitantes</p>	1	3	3	Princípio(s) de Prevenção e Mitigação Identificados:						
			Atividades de definição de perfil de licitantes / Supressão de licitantes / Ações de contratação anexas									
			Ao nível de elaboração de perfil de licitantes / Supressão de licitantes / Ações de contratação anexas									
			Atividades de definição de perfil de licitantes / Supressão de licitantes / Ações de contratação anexas									
			Atividades de definição de perfil de licitantes / Supressão de licitantes / Ações de contratação anexas									
			Articulação de procedimentos de contratação pública com os órgãos do ADM / Contratação de procedimentos de contratação pública com o governo federal									
			Articulação de procedimentos de contratação pública com os órgãos do ADM / Contratação de procedimentos de contratação pública com o governo federal									
			Articulação de procedimentos de contratação pública com os órgãos do ADM / Contratação de procedimentos de contratação pública com o governo federal									
			Articulação de procedimentos de contratação pública com os órgãos do ADM / Contratação de procedimentos de contratação pública com o governo federal									
			Articulação de procedimentos de contratação pública com os órgãos do ADM / Contratação de procedimentos de contratação pública com o governo federal									

	Coste de ensino de conteúdos de	1	1	1	1	1	1
<p>Tratamento de Fungos de Fuso e Doenças na Solução, Análise e Acompanhamento de Operações</p>	<p>Coste de ensino de conteúdos de</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>
<p>Atividade de produção</p>	<p>Processo de produção de produtos farmacêuticos</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>
<p>Atividade de produção</p>	<p>Processo de produção de produtos farmacêuticos</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>
<p>Atividade de produção</p>	<p>Processo de produção de produtos farmacêuticos</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>
<p>Atividade de produção</p>	<p>Processo de produção de produtos farmacêuticos</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>
<p>Atividade de produção</p>	<p>Processo de produção de produtos farmacêuticos</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>
<p>Atividade de produção</p>	<p>Processo de produção de produtos farmacêuticos</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>
<p>Atividade de produção</p>	<p>Processo de produção de produtos farmacêuticos</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>
<p>Atividade de produção</p>	<p>Processo de produção de produtos farmacêuticos</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>
<p>Atividade de produção</p>	<p>Processo de produção de produtos farmacêuticos</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>
<p>Atividade de produção</p>	<p>Processo de produção de produtos farmacêuticos</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>
<p>Atividade de produção</p>	<p>Processo de produção de produtos farmacêuticos</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>
<p>Atividade de produção</p>	<p>Processo de produção de produtos farmacêuticos</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>
<p>Atividade de produção</p>	<p>Processo de produção de produtos farmacêuticos</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>
<p>Atividade de produção</p>	<p>Processo de produção de produtos farmacêuticos</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>
<p>Atividade de produção</p>	<p>Processo de produção de produtos farmacêuticos</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>
<p>Atividade de produção</p>	<p>Processo de produção de produtos farmacêuticos</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>	<p>1</p>

Anexo II – Matriz Sistemática de Gestão de Riscos e de Prevenção da Corrupção e Infrações Correlatas do ADM, P. – Operações Financeiras por Unidade Orgânica

Designação da Unidade Orgânica: Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas								
MATRIZ SISTEMÁTICA DE GESTÃO DE RISCOS E DE PREVENÇÃO DA CORUPÇÃO E INFRAÇÕES CORRELATAS DO ADM, P. – OPERAÇÕES FINANCEIRAS POR UNIDADE ORGÂNICA								
Funções da Unidade Orgânica	Riscos Identificados	Direção dos Riscos	Classificação de Risco			Principais Medidas de Prevenção e Mitigação Identificadas	Medidas Adicionais Propostas	Restrições
			Probabilidade (1 a 4)	Impacto (1 a 4)	Nível (Tabela), Significativo, Crítico			
Assumir a função em tratamento de financiamento a (pr)gramas/projetos/finalistas que promovam e integrem as suas comunidades ciganas	Conflito de interesses	Existência de conflitos de interesses (cumulação de funções)	1	2	Alto (Tabela)	Estabelecimento de regulamentos de financiamento a associações/organizações		SNP - Sinais Cima

Anexo IV

Matriz de Risco

(conforme à ferramenta da CE detalhada na EGESIF 14-0021-00)

Unidade orgânica	Riscos identificados	Classificação do risco			Principais medidas de prevenção e mitigação identificadas	Medidas Preventivas Adicionais	Responsável
		Probabilidade	Impacto	Nível			

Anexo V

EGESIF 14-0021-00

**“Orientações para os Estados-Membros e as Autoridades do Programa
Avaliação do risco de fraude e medidas antifraude eficazes e proporcionais”**

In

https://ec.europa.eu/sfc/sites/sfc2014/files/sfc-files/guidance_fraud_risk_assessment.pdf

Quadro de Avaliação e Responsabilização

ANO:2017

Presidência do Conselho de Ministros

Alto Comissariado para as Migrações, I. P.

MISSÃO: Colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e setoriais em matéria de migrações, relevantes para a atração dos migrantes nos contextos nacional, internacional e lusófono, para a integração dos imigrantes e grupos étnicos, em particular as comunidades ciganas, e para a gestão e valorização da diversidade entre culturas, etnias e religiões. - A missão específica do ACM, I.P. encontra-se consagrada no Decreto-Lei nº 31/2014, de 27 de fevereiro

Objectivos Estratégicos

DESIGNAÇÃO	META 2017	TAXA REALIZAÇÃO
Assegurar serviços acessíveis, humanos, integrados, aliados dos/as imigrantes e capazes de gerir a diversidade.		
Promover as políticas de integração na área das migrações e das comunidades ciganas.		
Consolidar boas práticas no controlo de gestão, nas áreas dos recursos humanos, dos processos e dos procedimentos administrativos.		

Objectivos Operacionais

Eficácia

Peso: 50.0

OO1 Aproximar o ACM das/os suas/seus destinatárias/os.

Peso: 35.0

INDICADORES	2015	2016	META 2017	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND1 Número de visitas de acompanhamento aos projetos do ACM.	917.0	630.0	860.00	92.00	917.00	100	781.0	100.0	Atingiu

OO2 Promover a Diversidade Cultural.

Peso: 65.0

INDICADORES	2015	2016	META 2017	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND2 Volume de horas de formação/sensibilização ministradas a terceiros	32699.0	40000.0	35000.00	6506.00	65086.00	50	35143.0	100.0	Atingiu
IND3 Taxa de execução das medidas previstas nos planos e estratégias nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas		100.0	100.00	12.50	125.00	50	94.1	100.0	Atingiu

Eficiência

Peso: 20.0

OO3 Garantir a boa gestão e execução dos recursos.

Peso: 100.0

INDICADORES	2015	2016	META 2017	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND4 Prazo de pagamentos a fornecedores e projetos (em dias corridos).	13.0	14.0	14.00	1.00	11.00	50	14.0	100.0	Atingiu
IND5 Evolução (em percentagem) dos atendimentos médios, por colaborador, nos gabinetes dos CNAIMs, face ao ano anterior	100.0	100.0	100.00	12.50	125.00	50	104.1	100.0	Atingiu

Qualidade

Peso: 30.0

OO4 Melhorar o funcionamento da organização e a qualidade do serviço prestado.

Peso: 100.0

INDICADORES	2015	2016	META 2017	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND6 Número de reclamações com fundamento, da responsabilidade dos CNAIMs, apresentados no livro amarelo.	6.0	8.0	7.00	1.00	6.00	50	7.0	100.0	Atingiu
IND7 Tempo médio de espera nos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (em minutos).	17.5	19.0	19.00	2.00	17.50	50	20.5	100.0	Atingiu

Quadro de Avaliação e Responsabilização

Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO
Dirigentes - Direcção superior *	20.0	40.0	40.0	.0
Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de equipa *	16.0	208.0	160.0	48.0
Técnico Superior *	12.0	300.0	204.0	96.0
Assistente Técnico *	8.0	16.0	.0	16.0
Assistente Operacional *	5.0	10.0	5.0	5.0
		574.0	409.0	

Número de trabalhadores a exercer funções no serviço:

31/12/2016	31/12/2017
26	26

Recursos Financeiros

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS (EUROS)	EXECUTADOS	DESVIO
Orçamento de Funcionamento	16058788	1119663385	1103604597
Despesas c/Pessoal	1409135	113591095	112181960
Aquisições de Bens e Serviços	2825292	169737268	166911976
Outras Despesas Correntes	11712187	834094718	822382531
PIDDAC			
Outros Valores			
TOTAL (OF + PIDDAC + Outros)	16058788	1119663385	

Quadro de Avaliação e Responsabilização

NOTA EXPLICATIVA

Objetivos Operacionais - Os objetivos operacionais de maior relevância são, o objetivo operacional 2 "Promover a Diversidade Cultural", com um peso de 33%, sendo aquele que integra o indicador "Taxa de execução das medidas previstas nos planos estratégicos nacionais na área das migrações e dos grupos étnicos", que contribui para a execução do Programa Orçamental que é trimestralmente monitorizado através do REPO 02, bem como o objetivo operacional 4 "Melhorar o funcionamento da organização e assegurar a qualidade do serviço prestado", com um peso de 30%.

Os campos destinados ao histórico das execuções dos anos anteriores, foram preenchidos, relativamente ao ano de 2016, com as metas anuais definidas para cada indicador, uma vez que a fase de planeamento encerra antes do término do exercício.

IND.1 - São contabilizadas como visitas, as deslocações físicas, de pelo menos um dirigente ou trabalhador do ACM ao espaço físico de implementação de um projeto, ou iniciativa dinamizada nesse âmbito. Este indicador é calculado através do somatório das visitas efetuadas; A Meta prevista para 2017 foi definida considerando que, 2017 representará um ano de retoma plena, do funcionamento dos fundos comunitários.

IND.2 - Volume de horas de formação/sensibilização ministradas (a terceiros). A fórmula de cálculo para obtenção dos valores do indicador 2 corresponde ao nº de horas da ação x nº de formandos presentes. Para este indicador, apenas são contabilizados/as os/as formandos/as presentes em mais de metade do tempo da ação; A Meta estimada para 2017 apresenta-se abaixo do definido em 2016, uma vez que este último ano representou o ano de arranque da 6.ª Geração do Programa Escolhas, fator que contribuiu com um volume significativo e excecional de formações.

IND.3 - Taxa de execução das medidas previstas nos planos e estratégias nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas - A meta é calculada através de uma média simples que compara a execução prevista de ações do PEM e ENICC, sob a responsabilidade do ACM,I.P., com as ações concretizadas.

IND.4 - Este indicador contabiliza o prazo de pagamento a fornecedores e projetos, pois ambos assumem importância relevante nas atividades e no orçamento do ACM - Este indicador é contabilizado de acordo com os dados disponíveis em GERFIP, utilizando uma média ponderada para o prazo que medeia entre a data do documento de pagamento e a data do pagamento efetivo

IND.5 - Calculado através de uma média simples, de variação percentual, registada por todos os gabinetes dos CNAIMs Lisboa, Porto e Faro; Colaboradores/as que não trabalhem o ano inteiro, são contabilizados/as na proporção do tempo trabalhado; Gabinetes que não tenham alocado pelo menos um/a colaborador/a a tempo inteiro, são contabilizados juntamente com o gabinete onde colabore o/a respetivo/a colaborador/a; O Alargamento das estruturas do CNAIM Porto e Algarve resultou num aumento exponencial do número de atendimentos, apesar da manutenção do número de trabalhadores. Neste sentido, a definição da Meta e Valor Crítico teve em consideração uma previsão de continuidade desta tendência, procurando-se deste modo, salvaguardar uma execução positiva, sem um aumento do número de colaboradores

IND.6 - Contam apenas as reclamações no livro amarelo que tenham fundamento e que sejam relativas a gabinetes da responsabilidade direta dos CNAIMs. A meta definida para este indicador apresenta um valor que corresponde à média das execuções dos dois últimos anos. O Alargamento das estruturas do CNAIM Porto e Algarve resultou num aumento exponencial do número de atendimentos, apesar da manutenção do número de trabalhadores. A definição da Meta para este indicador, teve em consideração esta tendência e como tal a possibilidade de aumento do número de reclamações.

IND.7 - A meta é calculada através de uma média simples, onde também é considerado o tempo médio de espera dos gabinetes dos CNAIMs com protocolo de mediação. O Alargamento das estruturas do CNAIM Porto e Algarve resultou num aumento exponencial do numero de atendimentos, apesar da manutenção do número de trabalhadores. A definição da Meta para este indicador, teve em consideração esta tendência.

Os mecanismos de controlo das fontes de verificação são da responsabilidade do NGARH e são aplicados com uma periodicidade mensal, em sede de reunião QUAR.

Recursos Humanos - A previsão de Recursos Humanos reportada, considera o Mapa de Pessoal do ACM,I.P., assim como o do Programa Escolhas.

Recursos Financeiros - O Orçamento inscrito no QUAR corresponde à soma dos orçamentos do ACM,I.P., e Programa Escolhas; É importante sublinhar o peso do agrupamento 04 - Transferências Correntes - que é de cerca de 50% no Orçamento do ACM,I.P., e de 89% no Orçamento do Programa Escolhas. No campo Despesas Restantes, omitido do ficheiro, consta o valor de 112,174€

Quadro de Avaliação e Responsabilização

JUSTIFICAÇÃO DE DESVIOS

Objetivos Operacionais - Os objetivos operacionais de maior relevância são, o objetivo operacional 2 "Promover a Diversidade Cultural", com um peso de 33%, sendo aquele que integra o indicador "Taxa de execução das medidas previstas nos planos estratégicos nacionais na área das migrações e dos grupos étnicos", que contribui para a execução do Programa Orçamental que é trimestralmente monitorizado através do REPO 02, bem como o objetivo operacional 4 "Melhorar o funcionamento da organização e assegurar a qualidade do serviço prestado", com um peso de 30%.

IND.1 - O indicador 1, inserido no OO1 - Aproximar o ACM dos/as seus/suas destinatários/as, apresentou, ao longo do ano, uma tendência de crescimento permanente, ainda que tenha sofrido algumas oscilações. A taxa de execução deste indicador a 31 de Dezembro (90,8%) permitiu o encerramento do ano com uma realização de 100%, dado o resultado encontrar-se dentro do intervalo de tolerância estabelecido.

IND.2 - No âmbito do OO2 - Promover a diversidade cultural, no que concerne ao indicador 2, considerando a sua evolução volátil, foi mantida uma monitorização atenta em sede de reunião QUAR, por forma a garantir a permanência dentro dos limites mínimos e máximos, estabelecidos. No fim do ciclo avaliativo o indicador apresentou uma execução global de 100,4%, ficando assim dentro dos limites previstos.

IND.3 - Quanto ao indicador 3, No que se refere ao PEM, especificamente, o indicador ficou cumprido a 100%. Do universo de medidas propostas para serem concretizadas em 2017 - no total de 19 medidas e 27 indicadores - todas as medidas e indicadores foram cumpridos e 20 dos indicadores propostos superados.

Quanto à taxa de execução da Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas- ENICC, RCM nº 25/2013, publicada a 17 de abril de 2013, esta situou-se nos 88,24%, ficando muito próxima de uma execução plena.

Assim, no âmbito da ENICC, das 17 metas previstas para 2017, da responsabilidade do ACM, foram concretizadas 15, tendo ficado por realizar a meta "Edição de quatro obras, no âmbito da Coleção Olhares, até 2020" (atendendo que em 2017, o OBCIG- Observatório das comunidades Ciganas, esteve sem coordenação científica) e a meta referente à "Realização de quatro ações de formação de mediadores, até 2020" (atendendo que o AVISO do PO ISE referente à Mediação acabou por não ser publicado em 2017). É de referir ainda que a Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, encontra-se atualmente em processo de revisão, estando previsto que este processo esteja concluído até abril de 2018.

IND.4 - Este indicador contabiliza o prazo de pagamento a fornecedores e projetos, pois ambos assumem importância relevante nas atividades e no orçamento do ACM - no seu cômputo geral a execução para o ano de 2017 foi linear pelo que o ciclo encerra com uma classificação de atingido, com um valor fixado nos 100%.

IND.5 - O Indicador 5 apresentou uma progressão estável ao longo do ano e dentro dos limites de tolerância estabelecidos, encerrando o ciclo com uma execução de 104,1% ou seja, com uma classificação de superado.

IND.6 - No que concerne ao Indicador 6 - Número de reclamações com fundamento da responsabilidade dos CNAIM'S, apresentadas no livro amarelo, o ano encerra com uma classificação de atingido, apresentando uma execução de 100%.

IND.7 - O desempenho do indicador 7 foi linear ao longo de todo o ano, mantendo-se, a nível dos resultados, dentro das tolerâncias máximas e mínimas estabelecidos para o mesmo. A 31 de Dezembro de 2017 o indicador apresenta uma execução no período de referência, de 92,8%.

Recursos Humanos - A componente de Recursos Humanos relativamente ao ano 2017, pautou-se pela estabilização do mapa de pessoal anterior, verificando-se ainda assim algumas situações de mobilidade (entradas e saídas de pessoal).

Importa ainda referir que em sede de Quadro de Avaliação e Responsabilização, o balanço em matéria de Recursos Humanos considera comumente, o mapa de pessoal do ACM,IP bem como do Programa Escolhas.

O mapa de pessoal do ACM,IP, no final do ano em referência tinha 26 colaboradores, dos quais 15 técnicos superiores, um dirigente superior de 1º grau, um dirigente superior de 2º grau, dois equiparados a dirigente intermédio de 1º grau, cinco dirigentes intermédios de 2º grau, um assistente operacional e um especialista de informática nível 1, bem como 130 colaboradores integrados no âmbito dos protocolos de mediação sociocultural.

2017 foi o ano de consolidação da estrutura orgânica do ACM,IP, com a criação de 6 Núcleos, inseridos em 3 departamentos e numa equipa, a saber, no Departamento de Apoio e Assistência Migratória, o Núcleo de Apoio à Integração de Migrantes (NAIM), no Departamento de Apoio à Integração e Valorização da Diversidade, o Núcleo de Apoio às Comunidades Ciganas (NACI), e no Departamento de Relações Internacionais, Política Migratória e Captação de Migrantes, o Núcleo de Apoio à Integração de Refugiados (NAIR), e o Núcleo de Políticas Migratórias (NPM).

Por seu turno, na equipa Equipa de Fundos e Apoio Financeiro (EFAF), o Núcleo de Gestão Financeiro (NGF) e o Núcleo de Gestão de Apoio ao FAMI (NG-FAMI). Consequentemente, foi deliberada a nomeação dos coordenadores dos Núcleos criados bem como a abertura dos respetivos procedimentos concursais.

O mapa de pessoal do Programa Escolhas tinha, no final do ano em referência, 3 lugares de Dirigentes Intermédio ocupados e 2 postos de Técnico Superior.

Relativamente aos desvios apresentados, considerando o inicialmente previsto em sede de Mapa de Pessoal e QUAR, importa referir que, ao longo do ano, com a ocupação supramencionada dos cargos de direção intermédia ou equiparado, algumas com recurso a elementos já pertencentes ao mapa, na categoria de Técnico Superior, foram libertos lugares que permaneceram desocupados até ao final do ano de referência.

O factor mobilidade representou outro elemento contributivo do desvio apresentado na categoria de técnico superior, tendo-se verificado um total de 7 saídas.

Neste âmbito realça-se ainda a mobilidade intercarreras, com a passagem de 1 Técnico Superior para a carreira de Especialista de Informática nível 1, que se verificou a 01-07-2017.

Recursos Financeiros - Considerando a relação entre os recursos estimados e realizados numa lógica partilhada, importa informar que no que concerne ao Programa Escolhas, os desvios verificados resultam da falta de receita proveniente dos Fundos Comunitários, à exceção das Despesas com Pessoal que resulta do valor orçamentado para o lugar vago de um técnico superior (de acordo com o mapa de pessoal). Quanto ao ACM,I.P., os desvios apresentados foram provocados por constrangimentos orçamentais, que resultaram da demora no arranque do Quadro Comunitário 2014-2020 com a abertura tardia de Avisos para apresentação de candidaturas e com vários problemas informáticos na disponibilização da plataforma por parte da ADC (Agência para o Desenvolvimento e Coesão) o que inviabilizou recebimento de verbas comunitárias.

No campo Despesas Restantes, omitido do ficheiro, consta o valor executado de 22.403,04€

Avaliação Final

Eficácia	50.5	Superou
Aproximar o ACM das/os suas/seus destinatárias/os.	35.0	Atingiu
Promover a Diversidade Cultural.	66.0	Atingiu
Eficiência	20.0	Atingiu
Garantir a boa gestão e execução dos recursos.	100.0	Atingiu
Qualidade	30.0	Atingiu
Melhorar o funcionamento da organização e a qualidade do serviço prestado.	100.0	Atingiu

TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL	NOTA FINAL
100.000	

Indicadores	Justificação do Valor Crítico
--------------------	--------------------------------------

Quadro de Avaliação e Responsabilização

Indicadores	Justificação do Valor Crítico
IND1 Número de visitas de acompanhamento aos projetos do ACM.	A definição do valor crítico para este indicador corresponde ao melhor resultado a que se aspira tendo em conta o comportamento histórico do indicador.
IND2 Volume de horas de formação/sensibilização ministradas a terceiros	A definição do valor crítico para este indicador corresponde ao melhor resultado a que se aspira tendo em conta o comportamento histórico do indicador.
IND3 Taxa de execução das medidas previstas nos planos e estratégias nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas	Considerando a natureza do o indicador o valor foi definido, por convenção, em 125%.
IND4 Prazo de pagamentos a fornecedores e projetos (em dias corridos).	A definição do valor crítico para este indicador corresponde ao melhor resultado a que se aspira tendo em conta o comportamento histórico do indicador.
IND5 Evolução (em percentagem) dos atendimentos médios, por colaborador, nos gabinetes dos CNAIMs, face ao ano anterior	O Alargamento das estruturas do CNAIM Porto e Algarve resultou num aumento exponencial do número de atendimentos, apesar da manutenção do número de trabalhadores. A definição da Meta e do Valor Crítico teve em consideração uma previsão de continuidade desta tendência, procurando-se deste modo, salvar uma execução positiva, sem um aumento do número de colaboradores
IND6 Número de reclamações com fundamento, da responsabilidade dos CNAIMs, apresentados no livro amarelo.	A definição do valor crítico para este indicador corresponde ao melhor resultado a que se aspira tendo em conta o comportamento histórico do indicador.
IND7 Tempo médio de espera nos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (em minutos).	A definição do valor crítico para este indicador corresponde ao melhor resultado a que se aspira tendo em conta o comportamento histórico do indicador.

Indicadores	Fonte de Verificação
IND1 Número de visitas de acompanhamento aos projetos do ACM.	Registo individual das visitas efetuadas e folha de sistematização mensal
IND2 Volume de horas de formação/sensibilização ministradas a terceiros	Documentos de registo
IND3 Taxa de execução das medidas previstas nos planos e estratégias nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas	Ficheiros de monitorização do PEM e da ENICC
IND4 Prazo de pagamentos a fornecedores e projetos (em dias corridos).	GERFIP
IND5 Evolução (em percentagem) dos atendimentos médios, por colaborador, nos gabinetes dos CNAIMs, face ao ano anterior	GESMED e registo de atendimentos partilhado
IND6 Número de reclamações com fundamento, da responsabilidade dos CNAIMs, apresentados no livro amarelo.	Livro de Reclamações
IND7 Tempo médio de espera nos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (em minutos).	Siga - Sistema de Indicadores e desempenho partilhado

Quadro de Avaliação e Responsabilização

ANO:2018

Presidência do Conselho de Ministros

Alto Comissariado para as Migrações, I. P.

MISSÃO: Colaborar na definição, execução e avaliação das políticas públicas, transversais e setoriais em matéria de migrações, relevantes para a atração dos migrantes nos contextos nacional, internacional e lusófono, para a integração dos imigrantes e grupos étnicos, em particular as comunidades ciganas, e para a gestão e valorização da diversidade entre culturas, etnias e religiões. - A missão específica do ACM, I.P. encontra-se consagrada no Decreto-Lei nº 31/2014, de 27 de fevereiro

Objectivos Estratégicos

DESIGNAÇÃO	META 2018	TAXA REALIZAÇÃO
Assegurar serviços acessíveis, humanos, integrados, aliados dos/as imigrantes e capazes de gerir a diversidade.		
Promover as políticas de integração na área das migrações e das comunidades ciganas.		
Consolidar boas práticas no controlo de gestão, nas áreas dos recursos humanos, dos processos e dos procedimentos administrativos.		

Objectivos Operacionais

Eficácia

Peso: 50.0

OO1 Aproximar o ACM das/os suas/seus destinatárias/os.

Peso: 35.0

INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND1 Número de visitas de acompanhamento aos projetos do ACM.	630.0	860.0	640.00	92.00	917.00	100			

OO2 Promover a Diversidade Cultural.

Peso: 65.0

INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND2 Volume de horas de formação/sensibilização ministradas a terceiros	40000.0	35000.0	40000.00	6506.00	65086.00	50			
IND3 Taxa de execução das medidas previstas nos planos e estratégias nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas	100.0	100.0	100.00	12.50	125.00	50			

Eficiência

Peso: 20.0

OO3 Garantir a boa gestão e execução dos recursos.

Peso: 100.0

INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND4 Prazo de pagamentos a fornecedores e projetos (em dias corridos).	14.0	14.0	14.00	1.00	11.00	50			
IND5 Evolução (em percentagem) dos atendimentos médios, por colaborador, nos gabinetes dos CNAIMS, face ao ano anterior	100.0	100.0	105.00	12.50	125.00	50			

Qualidade

Peso: 30.0

OO4 Melhorar o funcionamento da organização e a qualidade do serviço prestado.

Peso: 100.0

INDICADORES	2016	2017	META 2018	Tolerância	Valor Crítico	PESO	RESULTADO	TAXA REALIZAÇÃO	CLASSIFICAÇÃO
IND6 Número de reclamações com fundamento, da responsabilidade dos CNAIMS, apresentados no livro amarelo.	7.0	7.0	8.00	1.00	6.00	50			
IND7 Tempo médio de espera nos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (em minutos).	19.0	19.0	25.00	2.00	17.50	50			

Quadro de Avaliação e Responsabilização

Recursos Humanos

DESIGNAÇÃO	PONTUAÇÃO	PLANEADOS	REALIZADOS	DESVIO
Dirigentes - Direcção superior *	20.0	60.0		.0
Dirigentes - Direcção intermédia e Chefes de equipa *	16.0	288.0		.0
Técnico Superior *	12.0	288.0		.0
Assistente Técnico *	8.0	16.0		.0
Assistente Operacional *	5.0	10.0		.0
		662.0		

Número de trabalhadores a exercer funções no serviço:

31/12/2017	31/12/2018
32	50

Recursos Financeiros

DESIGNAÇÃO	PLANEADOS (EUROS)	EXECUTADOS	DESVIO
Orçamento de Funcionamento	10469324		
Despesas c/Pessoal	1258941		
Aquisições de Bens e Serviços	2185964		
Outras Despesas Correntes	7013919		
PIDDAC			
Outros Valores			
TOTAL (OF + PIDDAC + Outros)	10469324		

NOTA EXPLICATIVA

Para o ano de 2018 a dotação inicial do orçamento do ACM, constante da proposta de Orçamento do Estado, é de 10.469.324€. A ação do ACM é financiada por Esforço financeiro nacional (42%), Financiamento da UE (30%) e por Receita Própria afeta e não afeta a projetos cofinanciados (28%). No que respeita à classificação económica da despesa destaca-se o agrupamento 04 – Transferências Correntes, que representa 67% do total, e inclui, pela primeira vez, 3.767.593€ referentes ao Programa Escolhas. A estrutura da despesa é ainda composta por despesas com aquisições de bens e serviços (21%) despesas com o pessoal (12%).

JUSTIFICAÇÃO DE DESVIOS

Avaliação Final

Eficácia	0.0	
Aproximar o ACM das/os suas/seus destinatárias/os.		Não Atingiu
Promover a Diversidade Cultural.		Não Atingiu
Eficiência	0.0	
Garantir a boa gestão e execução dos recursos.		Não Atingiu
Qualidade	0.0	
Melhorar o funcionamento da organização e a qualidade do serviço prestado.		Não Atingiu

Quadro de Avaliação e Responsabilização

TAXA DE REALIZAÇÃO FINAL	NOTA FINAL
0.000	

Indicadores	Justificação do Valor Crítico
IND1 Número de visitas de acompanhamento aos projetos do ACM.	A definição do valor crítico para este indicador corresponde ao melhor resultado a que se aspira tendo em conta o comportamento histórico do indicador.
IND2 Volume de horas de formação/sensibilização ministradas a terceiros	A definição do valor crítico para este indicador corresponde ao melhor resultado a que se aspira tendo em conta o comportamento histórico do indicador.
IND3 Taxa de execução das medidas previstas nos planos e estratégias nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas	Considerando a natureza do o indicador o valor foi definido, por convenção, em 125%.
IND4 Prazo de pagamentos a fornecedores e projetos (em dias corridos).	A definição do valor crítico para este indicador corresponde ao melhor resultado a que se aspira tendo em conta o comportamento histórico do indicador.
IND5 Evolução (em percentagem) dos atendimentos médios, por colaborador, nos gabinetes dos CNAIMs, face ao ano anterior	O Alargamento das estruturas do CNAIM Porto e Algarve resultou num aumento exponencial do número de atendimentos, apesar da manutenção do número de trabalhadores. A definição da Meta e do Valor Crítico teve em consideração uma previsão de continuidade desta tendência, procurando-se deste modo, salvar uma execução positiva, sem um aumento do número de colaboradores
IND6 Número de reclamações com fundamento, da responsabilidade dos CNAIMs, apresentados no livro amarelo.	A definição do valor crítico para este indicador corresponde ao melhor resultado a que se aspira tendo em conta o comportamento histórico do indicador.
IND7 Tempo médio de espera nos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (em minutos).	A definição do valor crítico para este indicador corresponde ao melhor resultado a que se aspira tendo em conta o comportamento histórico do indicador.

Indicadores	Fonte de Verificação
IND1 Número de visitas de acompanhamento aos projetos do ACM.	Registo individual das visitas efetuadas e folha de sistematização mensal
IND2 Volume de horas de formação/sensibilização ministradas a terceiros	Documentos de registo
IND3 Taxa de execução das medidas previstas nos planos e estratégias nacionais na área das migrações e das comunidades ciganas	Ficheiros de monitorização do PEM e da ENICC
IND4 Prazo de pagamentos a fornecedores e projetos (em dias corridos).	GERFIP
IND5 Evolução (em percentagem) dos atendimentos médios, por colaborador, nos gabinetes dos CNAIMs, face ao ano anterior	GESMED e registo de atendimentos partilhado
IND6 Número de reclamações com fundamento, da responsabilidade dos CNAIMs, apresentados no livro amarelo.	Livro de Reclamações
IND7 Tempo médio de espera nos Centros Nacionais de Apoio à Integração de Migrantes (em minutos).	Siga - Sistema de Indicadores e desempenho partilhado



ACM



ACM

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P.

Rua Álvaro Coutinho, n.º14
1150-025 Lisboa

Tel.: +351 21 810 61 00

Fax: +351 21 810 61 17

Para mais informações:

www.acm.gov.pt

Cofinanciado por:

